



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MARCELO PEREIRA SOUZA

SONHO AMERICANO:
REDE SOCIAL FACEBOOK COMO TECNOLOGIA SOCIAL IMIGRATÓRIA (TSI)?

SÃO CRISTÓVÃO-SE

2024

MARCELO PEREIRA SOUZA

SONHO AMERICANO:

REDE SOCIAL FACEBOOK COMO TECNOLOGIA SOCIAL IMIGRATÓRIA (TSI)?

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Linha de Pesquisa: Minorias Sociais: Diferença, Desigualdade e Conflitos Sociais.

Orientador Prof. Dr. Marcelo Alario Ennes.

SÃO CRISTÓVÃO-SE

2024

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

S729s Souza, Marcelo Pereira
Sonho americano: *rede social facebook* como tecnologia social imigratória (TSI)? / Marcelo Pereira Souza ; orientador Marcelo Alario Ennes. – São Cristóvão, SE, 2024.
207 f. : il.

Tese (doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2024.

1. Sociologia. 2. Redes sociais. 3. Relações humanas – Aspectos sociológicos. 4. Imigração ilegal. 5. Estrangeiros – Redes sociais. 6. Comunidades virtuais. I. Ennes, Marcelo Alario, orient. II. Título.

CDU 316.344.5:004.738.5

**Esta Tese é dedicada aos imigrantes
brasileiros que buscam o sonho americano...**

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Áreas de atuação da Sociologia Digital.....	33
Quadro 2 – Unidades de análises com conceitos-chave.....	40
Quadro 3 – Seis modalidades de associações sociotécnicas.....	45
Quadro 4 – Concepções de tecnociência.....	46
Quadro 5 – Tecnologia Social como Tecnologia Alternativa.....	56-57
Quadro 6 – Comparativo entre TC <i>versus</i> TS.....	60
Quadro 7 – Hipóteses das condições imigratórias.....	66
Quadro 8 – Enfoque neoclássico <i>versus</i> neomarxista.....	71
Quadro 9 – Rede de imigração internacional de retorno.....	103
Quadro 10 – Tipos de atividades transfronteiriças – quadro comparativo.....	167
Quadro 11 – Estrutura migratória tradicional <i>versus</i> transnacional.....	181
Quadro 12 – Comunidades virtuais inclusas na pesquisa.....	201
Quadro 13 – Conteúdos mais discutidos nas comunidades virtuais.....	203

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Quatro eixos da tecnociência.....	47
Figura 2 – Características da tecnologia convencional.....	49
Figura 3 – Ligação horizontal.....	95
Figura 4 – Ligação vertical.....	95
Figura 5 – Mecanismos estruturantes das redes migratórias.....	114
Figura 6 – Campos sociais resultantes do transnacionalismo.....	180

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Maiores comunidades brasileiras por território	17
Tabela 2 – Estimativa da comunidade brasileira nos Estados Unidos.....	123
Tabela 3 – Estimativa da comunidade brasileira no mundo.....	124
Tabela 4 – Estimativa de natividade e cidadanis nos EUA.....	124
Tabela 5 – Estimativa da língua falada por brasileiros de 5 anos ou mais nos EUA.....	126
Tabela 6 – Matrícula escolar da população de 3 anos ou mais nos EUA.....	130
Tabela 7 – Nível educacional por sexo da população brasileiros nos EUA.....	131
Tabela 8 – Estimativa da população brasileira por sexo nos EUA.....	132
Tabela 9 – Tipos de domicílios dos brasileiros	133
Tabela 10 – Estimativa por tipo de família e relacionamento.....	133
Tabela 11 – Estimativa por estado conjugal de homens.....	134
Tabela 12 – Estimativa por estado conjugal de mulheres.....	134
Tabela 13 – Estimativa da formação nuclear por família.....	134
Tabela 14 – Mulheres que deram nascimento nos últimos 5 anos.....	134
Tabela 15 – <i>Status</i> de trabalho da população de 16 anos ou mais.....	139
Tabela 16 – <i>Status</i> de trabalho da força feminina de 16 anos ou mais.....	139
Tabela 17 – <i>Status</i> de trabalho da força masculina de 16 anos ou mais.....	139
Tabela 18 – Estimativa da renda familiar em dólares.....	143
Tabela 19 – Estimativa da renda abaixo do nível de pobreza.....	143
Tabela 20 – Classe de trabalho feminina da população de 16 anos ou mais.....	145
Tabela 21 – Classe de trabalho masculina da população de 16 anos ou mais.....	145
Tabela 22 – Estimativa de custo com aluguel bruto mensal.....	146
Tabela 23 – Estimativa de custo com imóveis hipotecados.....	146
Tabela 24 – Estimativa de cobertura do seguro-saúde por sexo e idade.....	147
Tabela 25 – Estimativa de cobertura do seguro-saúde privado por sexo e idade.....	147
Tabela 26 – Estimativa de cobertura do seguro-saúde público por sexo e idade.....	147
Tabela 27 – Estimativa de brasileiros portadores de dispositivos móveis ou não.....	157
Tabela 28 – Estimativa de brasileiros assinantes de <i>internet</i>	157

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Maiores comunidades brasileiras por território.....	16
Gráfico 2 – Comparativo das maiores comunidades brasileiras por território.....	17
Gráfico 3 – Operações das mulheres brasileiras nos EUA.....	140
Gráfico 4 – Operações dos homens brasileiros nos EUA.....	141

RESUMO

Esta Tese tem como centralidade o olhar sociológico sobre a *Rede Social Facebook*, como proposta de uma Tecnologia Social apropriada pela comunidade brasileira residente nos Estados Unidos. Revestindo-se de Tecnologia Social Imigratória, a Tecnologia Social estudada atribui sentido imigratório em termos “sociais”, “políticos” e “econômicos” ao processo de constituição da maior comunidade brasileira constituída fora do Brasil. Nesse sentido, evocou-se a perspectiva do “sonho americano” para retratar a “comunidade imaginada”, fruto da articulação entre o “sonho americano” com as “comunidades virtuais” constituídas na *Rede Social Facebook*. Não obstante, aos olhos dos brasileiros pesquisados, o atual sonho americano representa a materialização da esperada emancipação financeira, da busca por mobilidade social noutro território social e geográfico. Logo, o cenário socioeconômico da comunidade brasileira, nos Estados Unidos, foi apresentado com base nos dados coletados pelo Censo norte-americano e, na sequência, somando-se com aqueles provenientes do mapeamento realizado com 12 *comunidades virtuais*, estratégia metodológica que permitiu o registro de dois aspectos: “redes sociais” e “transmigração”; recortes sociais decisivos para ampliar a discussão sobre a Tecnologia Social Imigratória entre os brasileiros pesquisados. Quanto ao percurso metodológico, a Tese foi escrita seguindo a perspectiva “redes de redes”, cujo fruto do empiricismo metodológico reflete na *maximização do capital social dos imigrantes por meio do crossover entre as redes sociais*. Na sequência, o método utilizado foi o netnográfico, imprescindível no tratamento dos relatos coletados nas 12 comunidades virtuais pesquisadas. O estudo também contou com “casos múltiplos”, por sua vez, decisivos no “alinhamento” comunicacional e informacional das 12 *comunidades virtuais* pesquisadas, auxiliando, ainda, na identificação das categorias “redes” e “transmigração”. Já no caso das entrevistas, priorizou-se o formato semiestruturado, com aplicação em três casos complexos: (i) 1 brasileiro indocumentado, residente há 2 meses nos Estados Unidos; (ii) 1 brasileiro portador do *Green Card*, residente há 12 anos nos Estados Unidos, e administrador de uma *comunidade virtual* com mais de 15 mil membros e; (iii) um brasileiro com dupla cidadania, residente há 25 anos nos Estados Unidos, que estabeleceu um precedente histórico, no contexto imigratório, na Corte Suprema dos Estados Unidos: o caso *Neves V. Holder*, bem como, têm contribuído, com assistência jurídica para que centenas de brasileiros indocumentados consigam o *Green Card* e/ou aplicar à cidadania norte-americana. Por fim, mas não menos importante, tem-se a pesquisa exploratória, que auxiliou no processo de articulação entre as teorias que versam sobre a tecnologia social, resultando em novo olhar sociológico, assim como, servir de indicativo para novas pesquisas no recorte das Ciências Sociais.

Palavras-chave: Comunidade Imaginada. Imigração Brasileira. Redes Sociais. Tecnologia Social. Transmigração.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	07
1.1 PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA.....	11
1.2 HIPÓTESE DA PESQUISA.....	12
1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA.....	13
1.3.1 Objetivo Geral.....	13
1.3.2 Objetivos Específicos.....	13
1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	28
2.1 A SOCIOLOGIA DIGITAL.....	28
2.2 PRESSUPOSTOS DA CONSTRUÇÃO SOCIAL DE TECNOLOGIA	34
2.3 DISCUSSÃO SOCIOTÉCNICA NA CONSTRUÇÃO DA TECNOLOGIA.....	42
2.4 DESMISTIFICANDO A TECNOLOGIA SOCIAL (TS)	50
2.5 MOBILIDADE HUMANA.....	61
2.5.1 Cidadania e Direitos Humanos.....	61
2.5.2 Perspectivas da Teoria Neoclásica.....	65
3 TECNOLOGIA SOCIAL IMIGRATÓRIA (TSI): CASOS MÚLTIPLOS.....	77
3.1 NOTA INTRODUTÓRIA SOBRE O CAPÍTULO.....	77
3.2 A GÊNESE DA TECNOLOGIA SOCIAL.....	77
3.3 UMA ANÁLISE DA TECNOLOGIA SOCIAL.....	70
3.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO.....	91
4 CROSSOVER ENTRE REDES SOCIAIS.....	93
4.1 NOTA INTRODUTÓRIA SOBRE O CAPÍTULO.....	93
4.2 UM OLHAR SOCIOLÓGICO SOBRE REDES SOCIAIS.....	94
4.3 MECANISMOS E ESTRATÉGIAS PARA O <i>CROSSOVER</i> ENTRE REDES.....	106
4.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO.....	119
5 SONHO AMERICANO: UMA COMUNIDADE BRASILEIRA IMAGINADA?.....	120
5.1 NOTA INTRODUTÓRIA SOBRE O CAPÍTULO.....	120
5.2 UMA COMUNIDADE BRASILEIRA IMAGINADA.....	121
5.3 ARTICULAÇÃO ENTRE BRASILEIROS NA COMUNIDADE VIRTUAL.....	148
5.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO.....	159
6 IMIGRAÇÃO TRANSNACIONAL BRASILEIRA.....	161
6.1 NOTA INTRODUTÓRIA SOBRE O CAPÍTULO.....	161
6.2 TRANSNACIONALISMO NO PROCESSO IMIGRATÓRIO.....	161
6.3 TRANSMIGRAÇÃO BRASILEIRA NA <i>REDE SOCIAL FACEBOOK</i>	171
6.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO.....	184
7 CONCLUSÕES.....	187

REFERÊNCIAS.....	191
ANEXO I - COMUNIDADES VIRTUAIS PESQUISADAS.....	201
ANEXO II – CONTEÚDOS MAIS DISCUTIDAS ENTRE OS BRASILEIROS NAS COMUNIDADES VIRTUAIS	203

1 INTRODUÇÃO

Por se tratar de uma Tese produzida no contexto da Tecnologia Social, esta produção objetiva a abertura de um novo diálogo com o Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFS), no que diz respeito a produção sociológica em “campos de pesquisa” que ainda não foram desbravados pelas produções científicas vinculadas ao PPGS/UFS.

O nascituro desta pesquisa compreende o atendimento à chamada do CNPQ em 2020/2 (proposta de uma produção sobre a Tecnologia Social), a partir do diálogo com a linha de pesquisa do PPGS/UFS que versa sobre “minorias sociais: diferença, desigualdade e conflitos sociais”, sendo à escolha do objeto de pesquisa, a identificação, discussão e análise de uma Tecnologia Social destinada ao contexto imigratório.

A questão do desenvolvimento de “tecnologias alternativas”, em referência às tecnologias produzidas pela empresa privada e para a empresa privada, demarca a fragilidade analítico-conceitual da Tecnologia Convencional, que tem dificultado a concepção de um conjunto de indicadores sociotécnicos e sociocientíficos “alternativos”.

Por isso, no sentido de viabilizar o objetivo da inclusão social, orientando as ações de desenvolvimento e inclusão entre imigrantes brasileiros (as), pretende-se, com este estudo, ampliar a lógica de compreensão da *Rede Social Facebook*, enquanto Tecnologia Convencional¹, sob a perspectiva sociotécnica² e sociocientífica³, no intuito de (re)construir um marco analítico-conceitual e necessário a sua nova concepção enquanto Tecnologia Social⁴.

Para tanto, a estratégia de (re)construção do “marco” analítico-conceitual parte das considerações e implicações (ou efeitos) sociais, econômicos e políticos, perseguidos na base tecnológica que não determine tais implicações (ou efeitos), como ocorre na Tecnologia Convencional. Em tempo, parece válido evocar o argumento do “controle” enquanto atributo inerente a qualquer forma de produção, ao invés de situá-lo como particularidade da produção capitalista, tendo em vista a necessidade explicativa em que a construção de “formas solidárias” de produção não depende da exclusão da propriedade privada e dos meios de produção.

¹ Modelos tecnológicos que não viabilizam o processo de inclusão social, e que tornam seus usuários dependentes da tecnologia criada, a partir do momento que a tecnologia fizer parte do cotidiano.

² Processo de interação entre pessoas e modelos tecnológicos que visa produzir novos comportamentos humanos, sendo tais comportamentos considerados necessários em determinados contextos sociotécnicos.

³ Quaisquer tipos de configurações que estão relacionadas com aspectos científicos e tecnológico, concomitantemente.

⁴ Conjunto de metodologias e técnicas desenvolvidas por um grupo, sendo a finalidade usual a inclusão social dos indivíduos pertencentes ao grupo em evidência.

Na verdade, conforme apontou Dagnino (2014) o tipo de “controle” que o “acordo social” da propriedade privada impõe fica impregnado na forma de produzir tecnologia capitalista, torna-se um obstáculo central que não tem merecido a importância devida. Por isso, *nossa argumentação considera a propriedade privada dos meios de produção como elemento exógeno ao seu ambiente produtivo tecnológico, já que dela surgem configurações e controles que residem na “concepção” e “utilização” conforme apropriação tecnológica.* Isso porque, a relação social estabelecida pela propriedade dos meios de produção privada, para moldar a tecnologia, necessita de algo que a “represente”. Por isso, não é a propriedade em si, mas o controle quem determina o modelo de produção da tecnologia, enfim, suas características.

No caso da Tecnologia Social, o “controle” é resultante de um “acordo”, fundamentado na “propriedade”, em “seu meio” e na sua “produção”. Entretanto, o acordo também é visto como uma “relação social” estabelecida fora do “ambiente produtivo dos meios de produção”, a partir da decisão coletiva e democrática dos atores envolvidos.

Além do “controle”, o primeiro elemento relativo ao uso do conhecimento intangível e incorporado por artefatos tecnológicos, cabe destacar a funcionalidade “socioeconômica” e o “acordo social”, que devido a mecanismos ideológicos dos atores interessados, prevalecem modelos associativos no ambiente produtivo da rede.

A (re)construção da Tecnologia Convencional é, então, resultante da produção sociotécnica no âmbito da coorganização, visto que a noção de “operador” da sociotecnia encontrada na Tecnologia Convencional reitera o conceito de “tecido sem costura”, ao demonstrar dificuldade em separar o contexto de “social”, “técnico” e “econômico” durante o desenvolvimento da Tecnologia Convencional.

No plano descritivo-explicativo dos “sistemas tecnológicos”, vistos como conjuntos associativos de conhecimentos científicos, de dispositivos técnicos, políticos, jurídicos e econômicos, e definidos pela reorganização do mundo físico e social, visa equalizar problemas visualizados por integrantes de um determinado núcleo, sistema e/ou organização, compreendendo-se, a partir de então, que a Tecnologia Convencional abre caminhos para o desenvolvimento de Tecnologia Social, com base no “processo de concepção coletiva”, sendo reunido e coordenado por elementos heterogêneos, quando os atores sociais movem valores e interesses pessoais, ao mesmo tempo em que fortalecem alianças políticas de cunho coletivo.

Neste estudo, a *Rede Social Facebook* é apreendida enquanto Tecnologia Social Imigratória (TSI)⁵, resultante da ação dos atores sociais pesquisados (brasileiros imigrantes)

⁵ A nomenclatura refere-se a defesa desta Tese, no que diz respeito a referência da *Rede Social Facebook* como modelo de Tecnologia Social apropriada por brasileiros residentes nos Estados Unidos.

sobre determinado processo produtivo (o processo imigratório), no qual atuam outros atores sociais (novos imigrantes brasileiros aderentes ao processo imigratório) que se relacionam por meio de artefatos tecnológicos. Pode-se, portanto, ampliar o conceito do modelo tecnológico estudado, visto que a ação dos atores sociais sobre o processo produtivo permite modificações de ordem qualitativa e/ou quantitativa, gerando, na sequência, possibilidades de apropriação aos interesses do grupo e de novos atores sociais (apropriação tecnológica da rede virtual).

Dessa forma, ao conceber a Tecnologia Convencional como resultado da ação empresarial sobre um processo produtivo, capaz de alterar o valor de uso, seja pela modificação da mais-valia como “tecnologia de processo” ou como “tecnologia de produto”, sua interpretação, enquanto Tecnologia Social, resulta da ação coletiva de “produtores” do processo produtivo (imigrantes), quando permitido a modificação da “tecnologia de processo” ou da “tecnologia de produto”, na forma de apropriação e decisão coletiva.

Então, a noção de “operadores” atribuída aos brasileiros imigrantes (as) figura de modo naturalizado e a-histórico, na tentativa de desvelar o desenvolvimento da Tecnologia Social na base tecnológica convencional. Assim, tais “operadores” materializam a “resolução do problema/inclusão social” mediante a instrumentalização que idealiza o desenvolvimento do sistema sociotécnico, sendo capazes, a partir de então, de auxiliar nas concepções e metodologias vinculadas ao estudo da Tecnologia Social em voga.

Nesta produção, apresentamos reflexões teóricas e empíricas sobre como a construção de uma Tecnologia Social contribui para a produção de novos processos imigratórios, em que interações e experiências são potencializadas de modo colaborativo. Para tanto, tem-se, como ponto de partida, duas vertentes do pensamento sociológico: (i) a Construção Social de Tecnologia e; (ii) a Mediação Sociotécnica, pelas quais se investiga a *Rede Social Facebook* como um modelo de Tecnologia Social.

Destarte, a cultura imigratória brasileira tem passado por profundas transformações, principalmente, ao considerarmos a adoção de uma Tecnologia Social que passa a originar e sustentar novos fluxos da imigração brasileira, como no caso da imigração virtual⁶. Nesse sentido, a rede imigratória reconfigura o fluxo à distância, de modo a reduzir o distanciamento social entre brasileiros (afetivo, econômico e na manutenção dos laços). Ao descrever⁷ a

⁶ Caracterizada como aquele proveniente das comunidades virtuais constituídas na Rede Social Facebook.

⁷ Sendo o Brasil marcado por diversos tipos de deslocamentos, cabe indicar a diferenciação gráfica na adoção dos termos “migrar/migração/migrante” e “imigrante/imigração” para justificar o modelo de deslocamento aqui empregado. O termo “migrar/migração/migrante” assumirá caráter polissêmico de deslocamento. Ao considerar o deslocamento a partir da localidade de origem, estabelecendo-se no país de destino, no caso os Estados Unidos, o termo empregado será “imigrante/imigração”.

participação colaborativa, entre os sujeitos pesquisados (brasileiros residentes nos Estados Unidos), objetiva-se, principalmente, demonstrar o contributo tecnológico na transformação do processo sociocultural do próprio contexto imigratório, que vincula a manutenção de laços entre imigrantes com a sociotecnia.

Notadamente, as sociedades têm assumido o caráter tecnológico, tornando-se mais evidentes, quando observadas tecnologias amplamente empregadas no contexto sociocultural. Além de auxiliarem na vida cotidiana, as tecnologias concebem forças capazes de reconfigurar às atividades humanas, assim como os significados dessas atividades, a partir de um processo interacional, em que humanos e artefatos unem ações para alcançar um objetivo coletivo.

Tão logo, ao associarmos um processo imigratório brasileiro à *Rede Social Facebook*, no sentido de qualificá-la como uma Tecnologia Social, estamos diante da produção de um novo “contexto social” que indica novas existências, experiências, processos e ações. Quando indivíduos adotam uma nova técnica ou instrumento sofisticado, a transformação sociocultural, então, ocorre sobre o que seus usuários fazem e sobre a maneira como esses usuários pensam a respeito da nova realidade construída.

Nesse sentido, a tecnologia da informação e comunicação proporcionada pela *Rede Social Facebook*, comporta mecanismos facilitadores de participação e de convívio social durante à construção de novas “sociedades virtuais”, principalmente, quando intensificadas por um modelo de colaboração que, estabelecidos seus determinismos, proporciona novos conhecimentos e aprendizagens, visando solucionar algum tipo de problema/questão social do grupo, por isso, a *Rede Social Facebook* foi analisada como um modelo de Tecnologia Social apropriado e replicado no contexto imigratório brasileiro.

Assim, a *Rede Social Facebook* evidencia a colaboração e a cooperação entre usuários-membros⁸ durante a constituição de uma *comunidade virtual* que, em rede, proporciona interações instantânea, no sentido de contribuir com o rompimento de fronteiras físicas, e dessas com a tecnologia, contextualizadas no “tempo” e no “espaço”.

Ao focalizar na convergência entre tecnologia e sociedade, a base material dessa convergência, instaura a chegada de uma espécie “rede híbrida” que, ao se tornar predominante, conduz a novos processos e/imigratórios, devido a moldura deixada na estrutura social vigente. Assim, a “rede híbrida” simboliza total “desterritorialização” e “des-historialização”, posto o critério da “remotização” sobre o processo imigratório.

⁸ Refere-se as pessoas que fazem parte das comunidades virtuais da Rede Social Facebook e que possuem autorização para “permissões padronizadas do *modus operandi* enquanto usuários”.

Neste ponto, a ideia de “rede híbrida”, não contempla tão somente a especificidade do *crossover* entre a “rede social virtual” e demais “redes sociais”, mas também a adoção de um considerável número de elementos da cultura brasileira que permite fortalecer a comunidade imigratória e emigratória, simultaneamente, além de abrir espaço para a mobilidade social nas comunidades locais (de origem e de acolhida).

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA

O nacional ao ser interpretado como uma invenção coletivamente partilhada, em grau acentuado de intensidade, pode abarcar novas configurações migratórias. Convém, para melhor compreender o fenômeno imigratório, dado o recorte social contemporâneo, lembrar que a maioria dos movimentos são produzidos em formato de “redes sociais”, conceito com caráter polissêmico, demonstrando diferentes facetas, não apenas pela lógica dos destinos da imigração, mas também pelo processo de (re)produção da rede, somado a reflexão do ato de “emigrar” conexo ao de “imigrar”.

Do mesmo modo que se desenham contornos sobre comunidades migratórias, estuda-se “mobilidades” e “territorialidades”, inclusive, pelo processo em que a imigração brasileira tem adentrado, ao intensificar sua expansão com esforços tecnológicos.

Assim, como toda prática social, a “centralidade” imigratória depende e apresenta relação com seu próprio significado, pois práticas imigratórias tecnológicas sempre detém “poderes”, “disputas” e “forças” que viabilizam a legitimidade do “ser imigrante”, do processo imigratório, em um dado contexto sócio-histórico.

O processo denominado por Harvey como “compressão do espaço-tempo”, faz menção ao desenvolvimento tecnológico, nitidamente relacionado ao crescimento da comunicação, somando-se, a ele, o incremento da velocidade e simultaneidade, uma visão no sentido do “encolhimento do mundo”.

Ao formatar aparatos de “compressão do espaço-tempo”, busca-se, então, um nascituro da genealogia comunicacional, visando a aniquilação do “espaço” por meio do “tempo”, um experimento do mundo mais fragmentado, mais integrado, capaz de amarrar-se a rede global. Neste vetor, as redes globais de comunicação assumem o papel de (re)definidoras das representações coletivas ao redor do mundo, enquanto as redes de computadores dão suporte “simbólico” e “ideológico” às representações transnacionais.

Nos últimos anos, a manutenção do “para onde ir” tem sido fortalecida por meio da utilização de “ferramentas virtuais”. Em muitos casos, as “ferramentas virtuais” são utilizadas

individualmente ou em grupos constituídos por uma rede, mas também por empresas criadas por imigrantes, cuja rede social visa fortalecer laços relacionais de criação, apoio e conduta dos negócios, materializando, assim, união e renovação do movimento internacional.

O complexo processo imigratório, então, torna-se uma questão de conectividade, já que os cuidados ao entorno da “comunidade nacional” reafirmam a necessidade de tecnologias capazes de equilibrar as dosagens do ato imigratório, sua segurança e a estrutura de proteção em rede. Nesse contexto Castro e Lima (2017) sugerem a “apropriação”, por parte dos imigrantes, de uma tecnologia que, socialmente falando, contribua para a superação das limitações fronteiriças provenientes do ato imigratório e da sua provável clandestinidade.

Tão logo, a produção da Tecnologia Social Imigratória (TSI) “modela”, “controla”, “regula” e “governa” ações e práticas sociais capazes de amenizar barreiras do projeto imigratório, principalmente, o individual. Nesse sentido, reinventa-se o processo imigratório com o auxílio de “artefatos tecnológicos” que, de forma mais acentuada, auxiliam na produção de novas representações e práticas sociais. Por isso, cabe a este estudo responder *de que forma a imigração internacional brasileira é pautada no uso de tecnologia social voltada à imigração? no que a Tecnologia Social Imigratória ajuda a revelar sobre o fluxo imigratório brasileiro no contexto transnacional?*

1.2 HIPÓTESE DA PESQUISA

Neste ponto, apontamos que o processo de apropriação do conhecimento tecnológico da *Rede Social Facebook* (sua base tecnológica) por brasileiros que desejam ou já imigraram para os Estados Unidos, permite que esses usuários reapliquem a tecnologia, no sentido de superar possíveis barreiras impostas pelo processo imigratório. Essa hipótese se dá a partir dos “cruzamentos” entre diferentes redes sociais, dentro das *comunidades virtuais*, constituídas na *Rede Social Facebook*, no sentido de agregar e/ou potencializar a posse de recursos ligados aos contatos e as formas de relacionamentos típicas do contexto imigratório, isto é, potencializar o capital social.

1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar a *Rede Social Facebook* como uma proposta de Tecnologia Social Imigratória e suas implicações sobre o processo imigratório (partida e estabelecimento) da comunidade brasileira nos Estados Unidos.

1.3.2 Objetivos Específicos

- a) Estudar a *Rede Social Facebook* como proposta de Tecnologia Social Imigratória, a partir dos comportamentos colaborativos entre brasileiros-membros de *comunidades virtuais*.
- b) Refletir sobre tendências e possibilidades de se pensar como a adoção de uma Tecnologia Social, por brasileiros imigrantes, pode contribuir com o projeto imigratório em termos sociais, políticos e econômicos.
- c) Discutir o “perfil identitário” da comunidade brasileira residente nos Estados Unidos, a partir da coleta dos dados do Censo norte-americano de 2021.
- d) Mapear redes sociais, nas *comunidades virtuais*, de modo a identificar as principais estratégias utilizadas por brasileiros para o estabelecimento nos Estados Unidos.
- e) Propor reflexões sobre o processo de constituição da transmigração brasileira, nos Estados Unidos, com base nos relatos orais e no observatório das *comunidades virtuais*.

1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA

De acordo com Castells, ao buscar estudar sociedades em redes, o primeiro passo da investigação seria o de localizar o processo de “transformação tecnológica” compreendida como revolucionária em determinado contexto social e, pelo qual, a transformação tecnológica está sendo moldada. Na sequência, orienta-se que a jornada de investigação perpassa pelo itinerário que conduza o pesquisador a transposições culturais e institucionais, tendo em vista que a compreensão de uma transformação global necessita da perspectiva mais global possível, desde que esteja nos limites da experiência e do conhecimento das partes envolvidas.

Nesse sentido, a sociologia digital propõe a produção de inteligibilidade multifacetada de fenômenos reunidos sobre o “digital” da sociologia, por isso,

ao mesmo tempo que extrapola o estudo da tecnologia, do uso de computadores, da *web* e das plataformas. O digital [...] apresenta consequências ao mesmo tempo gerais – que afetam um conjunto amplo e variado de aspectos – e disruptivas – após a sua emergência histórica, cada vez mais não conseguimos pensar o mundo que antecedeu seu aparecimento. Estas duas características reforçam ainda mais a necessidade de atualizações conceituais e metodológicas especiais, porque, como veremos, o próprio ofício da sociologia foi afetado pelo digital (Nascimento, 2020, p. 15).

A sociologia digital, então, surge com a articulação metodológica de ideias, métodos e técnicas complementares a caixa de ferramentas da já produzida pela sociologia tradicional. Nesse sentido, Selwyn (2019) destaca a importância do surgimento da sociologia digital no processo de formulação de questões acerca da sociedade digital, de modo a identificar problemas e questões subjacentes que poderiam e/ou ainda estão encobertas pelo obscurecimento de discussões no tocante as “novas tecnologias”. Neste ponto, Nascimento (2020) sugere o nascituro de um modelo intitulado de “artesanal-digital”, em que pese a

produção de teorias e métodos sem a utilização de uma camisa de forças ao sociólogo, uma vez possível a investidura no desenvolvimento de habilidades computacionais propensas a incorporação no ofício diário da sociologia.

Pouco importa a filiação ou inspiração teórica que você possua, não interessa o objeto ou tema de sua pesquisa, para se mover na sociologia digital você deverá incorporar o manejo de tecnologias digitais voltadas para a pesquisa. Isto envolveria desde o nível, digamos, mais básico: ler e responder *e-mails*; saber buscar informação relevante de maneira sistemática na *web*; utilizar gerenciadores de referências bibliográficas; possuir um *website* com informações sobre seu *curriculum*, seus interesses e produções; utilizar formas de armazenamento e compartilhamento de arquivos; entre outras (Nascimento, 2020, p. 55).

Na sociologia digital, Marres (2017), dialoga com a pesquisa digital com a sociologia frente as limitação e possibilidades da sociologia adentrar a novos métodos digitais de pesquisa. A pesquisa social para Marres busca reinventar visões gerais da sociologia e sua articulação metodológica com a computação e mídia digital, ao arquitetar possibilidades de conhecer uma sociedade através das transformações digitais.

Ao especificar novos sentidos no estudo “digital”, Marres nos apresenta os seguintes caminhos metodológicos: (i) a investigação social deve partir do fenômeno digital, dos objetos digitais e dos assuntos sobre o digital; (ii) os métodos e os instrumentos de pesquisa social deverão dialogar com o campo digital; (iii) torna-se necessário não só o engajamento do sociólogo com a plataforma estudada, mas também com o público.

Nascimento (2020, p. 42) acrescenta que o “digital”, enquanto método ou instrumento de pesquisa, apresenta controvérsias em suas especificidades, pois, a partir dele

nós podemos acessar, manipular e investigar aspectos sobre o comportamento individual, grupal e em nível populacional baseado em uma variedade de fontes, com um grande volume de informações e com uma velocidade sem precedentes na história da sociologia. Todos esses elementos contribuem para considerarmos o “digital” da sociologia como sendo fundamentalmente computacional e, ao mesmo tempo, profundamente inovador (Nascimento, 2020, p. 42).

Para Nascimento (2020), os dados e metadados qualitativos e quantitativos encontrados nos mais variados formatos digitais (tais como texto, imagem, áudio, *websites*, aplicativos, redes sociais, etc.) representariam, em certa medida, uma espécie de determinismo tecnológico, tendo em vista que os métodos e as ferramentas digitais seriam responsáveis por conduzirem, em sua própria essência, os trabalhos e pesquisas sociológicas.

Marres (2015), por sua vez, reconhece que parte dos métodos sociológicos foram afetados pelo processo da digitalização (tais como etnografias e redes), porém, reforça que as práticas de digitalização dos métodos da pesquisa sociológica já existiam antes mesmo dos métodos digitais mais recentes. De fato, o digital estudado pela sociologia marca a nova fase de investigação do social, pois a pesquisa sociológica agora perpassa a prática tecnológica

enquanto recurso de pesquisa, reconhece-se a sociologia consciente dos dispositivos, assim como a pesquisa social dirigida por ferramentas, porém recusando a “ferramenta” como principal condutor do conhecimento sociológico.

No intuito de reduzir problemas metodológicos desde a formulação da pesquisa até seu aprofundamento com o campo digital, Marres (2017) sugere que o sociólogo se apodere dos seguintes questionamentos: como o digital utilizado na pesquisa poderá afetar o objeto da pesquisa, os métodos utilizados? afinal, sobre o que é o estudo digital? os diferentes elementos da pesquisa simbolizam diferentes aspectos na pesquisa digital? qual método melhor atente ao *design* e a comunicação da pesquisa?

Segundo Nascimento (2020), a sociologia digital pode ser sistematizada a partir de três grandes eixos, a saber: (i) os fenômenos relacionados à digitalização para a sociedade, referindo-se aos estudos dos temas tradicionais que dialogam com às tecnologias digitais de informação e comunicação; (ii) a própria sociologia em relação a suas práticas de pesquisa, pois os dados e as ferramentas digitais são associadas a reflexividade crítica no tocante a tecnologia, simultaneamente, ao pensar a digitalização do próprio ofício sociológico e; (iii) o engajamento da sociologia digital com o público externo ao campo científico, visando a publicidade dos resultados investigados, aqui, pretende-se enfatizar a produção, divulgação e engajamento do conhecimento científico como um todo, não apenas o sociológico.

Segundo Nascimento (2020), o papel das tecnologias digitais mediante seus processos sociais, poderá ser reconhecido mediante o levantamento teórico e metodológico perpassando pelos seguintes níveis sequenciados: (i) perceber sua *utilidade*, situando-a em determinado contexto social; (ii) conhecer as funcionalidades, isto é, *aprendê-la* de modo a controlar seu uso e equilibrá-la ao longo da pesquisa; (iii) domínio sobre a tecnologia digital, pois com o decorrer do tempo a destreza sobre a tecnologia irá permitir que o sociólogo se aperfeiçoe e supere eventuais dificuldades.

As três fases de estudos anteriormente citadas são as mais comuns, aplicando-se a toda e qualquer tecnologia. Porém, alguns usuários não encerram seu processo de usabilidade no ciclo anteriormente citado. Os cientistas, por exemplo, tomados pela curiosidade ou mesmo uma dúvida sobre algo mais profundo relacionado a sua pesquisa poderão intuir algo mais “radical” sobre a tecnologia pesquisada, momento em que descobrirá por que algumas tecnologias são mais úteis que as outras e em qual (is) contexto (s).

Neste momento, a *diversificação tecnológica* surge como *quarto elemento*, com base no uso especial do digital para realizar uma tarefa e executá-la. Não obstante, o quinto e último patamar poderá ser alcançado com base na *própria criação tecnológica do artefato*,

momento em que o usuário se tornar um “especialista” da tecnologia digital que utiliza e, por isso, reconhecerá as limitações do *modus operandi* tecnológico. Inconformado com as limitações descobertas, o usuário inclina-se a aprimorar ou construir sua própria tecnologia. Para tanto, o usuário da tecnologia estaria diante de um grande desafio: envolver conhecimentos que ele pode ou não possuir sobre cada peça/parte do artefato, ainda que a complexidade de suas exigências gere um parâmetro de domínio conceitual tecnológico (Nascimento, 2020).

Nesse sentido, a proposta de estudar a Tecnologia Social Imigratória, parte do mapeamento de *comunidades virtuais* constituídas por brasileiros, na *Rede Social Facebook*, nas quais, buscou-se identificar comunidades que retratam, enquanto destino, a maior comunidade brasileira fora do Brasil. Aqui, destaca-se os dados extraídos do *site* do Ministério das Relações Exteriores – MRE⁹ do Brasil, vejamos abaixo.

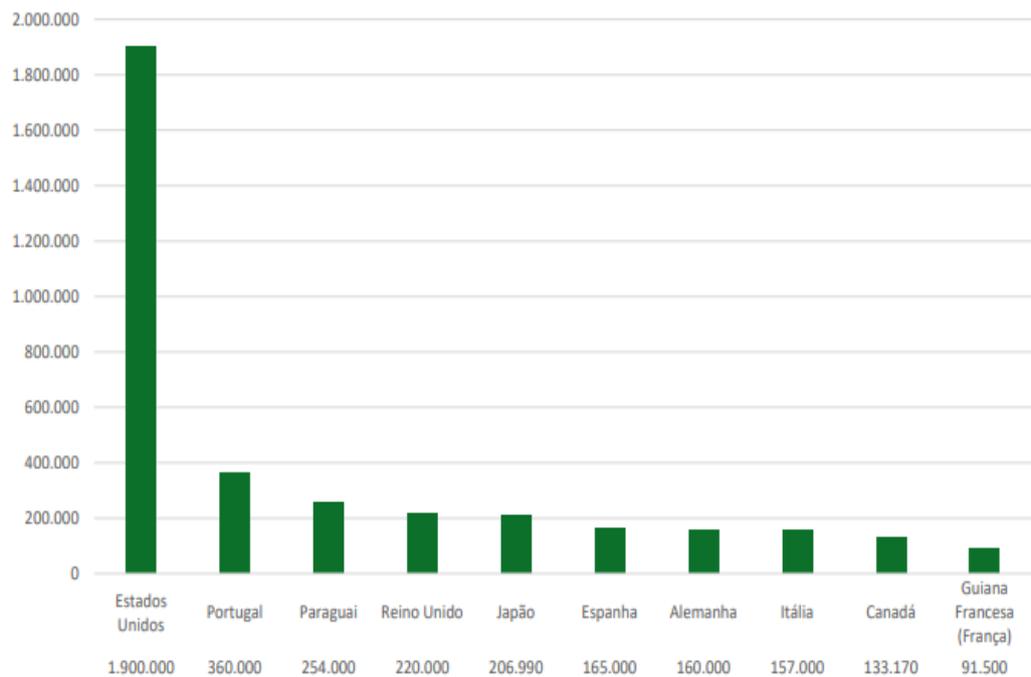


Gráfico 01: Maiores comunidades brasileiras por territórios em 2022.

Fonte: Ministérios das Relações Exteriores do Brasil, agosto de 2023.

Estimativa de Brasileiros nos EUA/Ano					
2009	2010	2012	2013	2014	2015
3.180.074	3.122.813	1.898.762	2.801.249	3.105.922	2.722.316
2016	2018	2020	2021	2022	
3.083.255	3.590.022	4.215.800	4.404.255	4.598.735	

Tabela 01: Maiores comunidades brasileiras por territórios, em 2022.

Fonte: Ministérios das Relações Exteriores do Brasil, agosto de 2023.

⁹ Disponível em <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/porta-portal-consular/BrasileirosnoExterior.pdf>.

Quanto a estimativa dos brasileiros residentes nos Estados Unidos, por série histórica, o gráfico abaixo apresenta o comparativo ao longo dos últimos anos.

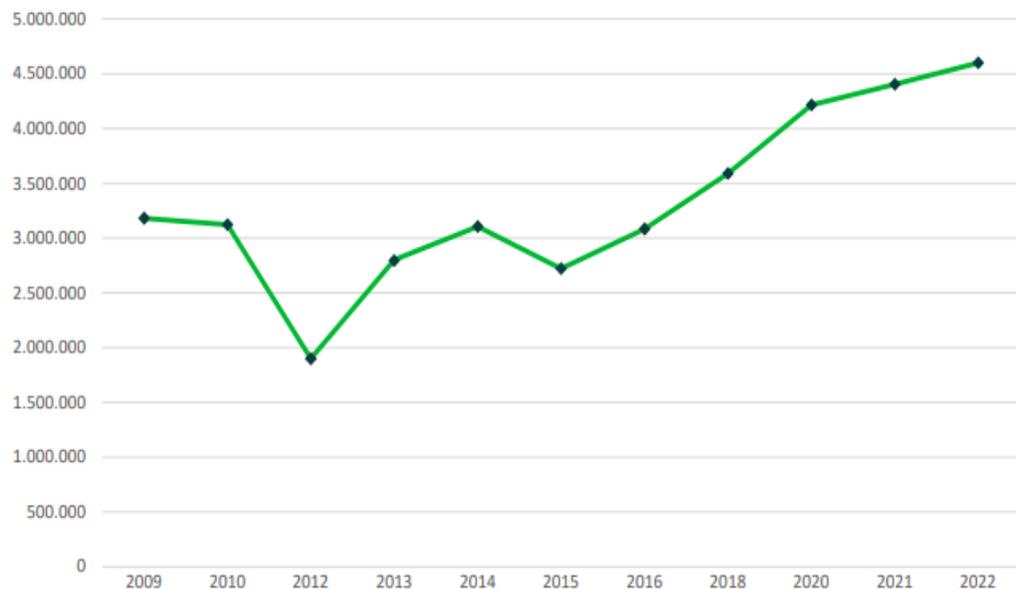


Gráfico 02: Comparativo da comunidade brasileira, em 2022, nos Estados Unidos.

Fonte: Ministérios das Relações Exteriores do Brasil, agosto de 2023.

Encontrados registros formais dos brasileiros, o próximo passo foi iniciar a identificação das *comunidades virtuais* constituídas na *Rede Social Facebook*. A princípio, fiz uma busca por “brasileiros nos Estados Unidos”. O teste resultou na indicação de comunidades que fizeram menção aos nomes dos lugares prováveis de destinos dos brasileiros. Tão logo, acrescentei a pesquisa a comunidade mencionada no gráfico anterior.

Ao realizar a segunda pesquisa, localizei 28 comunidades relacionadas ao destino - Estados Unidos. Fiz a solicitação de aceite para todas, entretanto, 21 delas aceitaram. Porém, priorizei a pesquisa com apenas 12 comunidades, sendo 11 de acesso público e 1 de acesso privado, porém, com autorização expressa do administrador da comunidade para realizar a pesquisa. O indicativo de “descarte” das 9 comunidades, também autorizadas para a pesquisa, refere-se, além do caráter de comunidade “privada”, a baixa interação nas discussões e postagens, quando comparadas com as comunidades escolhidas para a pesquisa.

As *comunidades virtuais* pesquisadas são assim descritas: *comunidade 1 - Brasileiros em New Jersey (EUA)*, criado em 21/09/2015; *comunidade 2 - Brasileiros nos Estados Unidos*, criado em 05/02/2021; *comunidade 3 - Brasileiros no Texas*, criado em 24/03/2021; *comunidade 4 - Brasileiros nos Estados Unidos*, criado em 25/08/2021; *comunidade 5 - Brasileiros nos Estados Unidos*, criado em 09/12/2011; *comunidade 6 - Brasileiros em Newark*, criado em 21/09/2015; *comunidade 7 - Brasileiros na Flórida*, criado em 09/01/2021; *comunidade 8 - Brasileiros em Boston*, criado em 29/06/2015; comunidade 9

– Brasileiros em Miami, criada em 11/09/2018; *comunidade 10* – Classificados Brasileiros em Orlando, criada em 12/12/2018; *comunidade 11* – Latinos En Estados Unidos, criada em 24/10/2020 e; *comunidade 12* – Brasileiros Unidos Massachusetts, criada em 14/03/2018.

Para estudar, simultaneamente, as comunidades listadas, o método de estudo empregado foi o Estudo de Casos Múltiplos, sob à perspectiva teórico-metodológica de Yin (2015). Nela, a generalização proposta no estudo, refere-se à “generalização analítica”, na qual a teoria sobre Tecnologia Social priorizou documentar dados e informações mais abrangentes, de modo a identificar “como” o processo de produção da Tecnologia Social ocorre em cada comunidade, e que se reafirma nos resultados empíricos agrupados.

A justificativa deste estudo, enquanto casos múltiplos, considera a peculiaridade atribuída à *Rede Social Facebook*, no que diz respeito a produção de uma Tecnologia Social Imigratória, por grupos brasileiros de imigrantes, que visam atender necessidades do processo de estabelecimento no país de destino, e que ainda permite aprofundar a investigação empírica sobre um evento real e inédito, ao subsidiar explicações, explorações e/ou ainda descrevendo os fenômenos inseridos num contexto (Yin, 2015).

Na perspectiva do ineditismo, o que torna o estudo de casos múltiplos tão “especial”, neste caso, refere-se à identificação, análise e discussão da Tecnologia Social em contexto imigratório, o que oportuniza a configuração de uma Tecnologia da Informação Convencional em Tecnologia Social, ainda não estudada em contexto imigratório¹⁰.

Aqui, a pesquisa exploratória apresentou-se útil, pois permitiu (i) o levantamento bibliográfico dos conteúdos que explicam o processo de construção de uma Tecnologia Social¹¹ e sua possibilidade de articulação em atendimento a demandas sociais de grupos minoritários. Dessa forma, o levantamento bibliográfico priorizou a identificação e discussão de artigos científicos que versam sobre a noção de construção social de tecnologia, permitindo a abertura de diálogo conceitual entre o olhar interacionista da sociologia com a instrumentalização proferida pelas Ciências Sociais Aplicadas e Engenharias, que abordam modelos tecnológicos constituídos, por grupos específicos, em atendimento à problemas grupais específicos.

Na sequência, o percurso metodológico, com o método exploratório, (ii) auxiliou na identificação de comunidades na *Rede Social Facebook*, representadas por experiências

¹⁰ A alegação considera a não identificação de produção científica nas plataformas Periódicos Capes, Google Acadêmico, Google Scholar, Web of Science e Rede SciELO.

¹¹ A expressão Tecnologia Social refere-se ao entendimento, no sentido *lato sensu*, do conjunto de técnicas e metodologias vistas como transformadoras, que são desenvolvidas e/ou aplicadas por meio do processo de apropriação, por um determinado grupo, ainda que em “estágio provisório” ou “parcialmente apropriado”, e que resultem em soluções práticas de inclusão social, para a melhora da condição de vida.

práticas das vivências em rede imigratória¹² (individual e grupal), consoante ao problema de pesquisa proposto nesta Tese. Entre maio de 2022 e maio de 2024, foram observados comportamentos e discussões nas comunidades virtuais que indicam a necessidade de apreensão da *Rede Social Facebook*, a princípio, sendo usualmente apreendida, pelo olhar dos imigrantes, pela lógica de construção social de tecnologia.

Sendo assim, as postagens observadas nas *comunidades virtuais*, estimulam a ideia de rede social constituída pelo e para o contexto imigratório, estratégia adotada em rede que vincula a noção de Tecnologia Social na resolutiva de problemas enfrentados pelos brasileiros ao longo da ação imigratória nos Estados Unidos.

Cabe destacar a importância da pesquisa exploratória como método auxiliado na aproximação entre Tecnologia Social e *Rede Social Facebook*, posto a existência de uma tradição das Ciências Sociais Aplicadas e Engenharias, no que diz respeito ao pensar a Tecnologia Social como tecnologia instrumental, criada para casos específicos, visando resolver problemas sociais de ordem específica, enquanto que na lógica sociológica, segundo a tradição aqui estudada, afirma-se que toda tecnologia é socialmente construída, não ocorrendo, enquanto noção de “social”, apenas em atendimento a “problemas específicos” da sociedade.

Por isso, surge a necessidade de recorrer, conforme Prodanov e Freitas (2013), à investigação minuciosa, de modo que o pesquisador alcance novos dados e informações, para reformular enfoques sobre o objeto de pesquisa (Tecnologia Social). Com a utilização da pesquisa exploratória, encontrou-se informações precisas sobre o objeto de estudo.

No caso da pesquisa científica, no cenário das migrações, Durand e Lussi (2015) a princípio, destaca a necessidade da vigilância epistemológica, por parte do pesquisador, sobre o objeto de estudo. Essa observação refere-se a apreensão do recorte social estudado *in loco*, em que o envolvimento do pesquisador com o objeto de pesquisa se torna mais dinâmico, isso por quê, “a pesquisa exige suas habilidades individuais para a observação e a sistematização; sua capacidade para a análise, a introspecção e a reflexão; sua única, pessoal e peculiar maneira de conseguir obter, perseguir, processar e interpretar a informação” (p. 8).

Esse marco temporal retoma aquele explicitado metodologicamente por Wright Mills, no que se refere a imaginação sociológica, mediadora da incorporação de dados abertos naturais do trabalho de campo, sendo longe dele, pouco provável imaginar ou prever (Durand, Lussi, 2015). Sendo assim, no campo de trabalho, o sociólogo aperfeiçoa seu ofício como um tipo de artesão intelectual, capaz de entrelaçar vida acadêmica e trabalho intelectual.

¹² A expressão Rede Imigratória refere-se a análise de fenômenos migratórios, em tela, a imigração brasileira, visando especificar o quadro migratório tipológico e sua amplitude em nível de dados, informações e recursos.

Neste ponto, a imaginação sociológica ativa na pesquisa sociológica um processo de investigação, simultaneamente, ao desvendar o social e produção de dados brutos lapidados, na sequência, pela interpretação do seu lapidador, o sociólogo. No caso da perspectiva migratória, o sociólogo articula métodos e técnicas de pesquisa para ajustar à natureza de sua abordagem científica (o tema e o objeto) a realidade, de fato, descoberta ou redescoberta.

Nesse sentido, a indicação da imaginação sociológica, pelo olhar de Wright Mills contribuiu para a formatação de um “arquivo”, cujos registros apontam para ideias tangenciais, experiências coletivas e reflexões combinadas com a sistematização de informações, advindas da pesquisa empírica. Assim, o “arquivo” consolidado permitiu validar um recorte social da migração brasileira, bem como uma produção textual fluida.

Dessa forma, o método de comprovação empírica utilizado nesta tese, também surge na base tecnológica, por se comportar como método de validação moderna, já que “a tecnologia ajuda, facilita, resolve problemas práticos (Durand, Lussi, 2015, p. 12). Com a adoção de instrumentos tecnológicos no campo da pesquisa, permite-se a descoberta de novas verdades, reinterpretações, uma vez que a tecnologia representa um passo duplo no avanço sistemático e sequencial da pesquisa sociológica. Com a utilização de aparatos tecnológicos no âmbito da pesquisa o lento processo manual ganha nova forma na coleta de dados e informações, tornando-se um “ato criativo” ressignificado, com base na proposta do “artesanato intelectual” retratada por Mills.

Para Wright Mills, os dados marginais têm valor muito especial, normalmente são a chave para encontrar a explicação, porém, como tendencialmente são deixados de lado, é difícil encontrá-los e revalorizá-los. Por isso, o autor recomenda aos pesquisadores de pegar todas as anotações, jogá-las ao alto e voltar a colocá-las em ordem. Um método um pouco radical para quem gosta de manter tudo muito ordenado, porém muito eficaz para despertar a imaginação sociológica e encontrar conexões inesperadas (Durand, Lussi, 2015, p. 16).

O método científico, antes de tudo, capacita a pesquisa, o exercício do pesquisador e seu artesanato intelectual. No decorrer do tempo, os avanços tecnológicos contribuíram na ampliação não só dos métodos de pesquisa social, como também nas técnicas de pesquisa, independentemente, das abrangências qualitativas e quantitativas (Durand, Lussi, 2015).

Nesse sentido, no caso migratório, os dados marginais dialogam com a informação daquilo que precisa ser sabido, referenciado aos pesquisados (imigrantes brasileiros), retratados em dados e históricos por trás da sociedade vivente, do grupo pertencente das ações realizadas. Essas conexões são fundamentais para a imersão empírica e o desvelar daquilo que, talvez, ainda não se esperava, das circunstâncias que ajudaram a acender uma luz.

Através das mediações dos sujeitos pesquisados, permite-se articular práticas de comunicação com o tipo de movimento social. O modo como o grupo se movimenta também reforça a identificação de marcadores e unidades analíticas, tais como as próprias palavras, jargões, a forma de comunicação e o canal utilizado nela, assim, apreende-se também um tipo de deslocamento metodológico que conduz o sociólogo a observar a outra face do recorte social estudado, o uso de apropriações, resistências e a confluência situada no pensamento conjectural e diagnosticado na análise detalhada e no significado de cada indício significativo e revelado.

Nos estudos migratórios também é indispensável a interdisciplinaridade. Trata-se de um fenômeno dinâmico que é necessário medir, quantificar, com métodos quantitativos, porém são os próprios envolvidos nos processos, os migrantes, que aportam as explicações (Durand, Lussi, 2015, p. 22).

Com base nesse olhar, Durand e Lussi sugerem a complementaridade nos estudos migratórios, a partir de enfoques nos quais a sociologia alcance diálogo com a “demografia”, “história” e “geografia”, pois essas áreas possibilitam a complementação e o favorecimento, com êxito, de uma visão integral sobre o fenômeno migratório. Essa complementaridade vai permitir ao campo dos estudos, sobre a temática migratória, novos olhares, mas também auxiliar na reconstrução do próprio fenômeno migratório.

Grandes temas, ainda que muito trabalhados, ainda assim, escondem subtemas que ainda não foram analisados, que deixam pistas ao pesquisador, insinuando a chegada do seu despertar para desenvolver e, ao mesmo tempo, retomar a perspectiva. Todavia, são necessárias novas definições das coordenadas metodológicas da pesquisa, sendo imprescindível o estabelecimento de parâmetros “temático-teórico” e “espaço-temporal”.

Nesses parâmetros, o caminho do “mar confuso” foi aberto a partir da conversa iniciada desta pesquisa com a apropriação de uma Tecnologia Social Imigratória. Inicialmente, realizando alusão a elementos simbólicos que indicam a *Rede Social Facebook* como um tipo de Tecnologia Social apropriada no contexto imigratório. Essa demonstração é realizada por meio das categorias analíticas “tecnologia social”, “rede social”, “transmigração” e “comunidade virtual”, extraídas da condição pós existencial da *Rede Social Facebook*.

A rede virtual pesquisada, em primeiro plano, evidencia a existência de uma base tecnológica (tecnologia social) que, em segundo momento e oportunamente, projeta o imigrante brasileiro para a capacidade de autossustentação das condições típicas de um processo imigratório, em que se constata a superação das eventuais barreiras migratórias.

Assim, a vida cotidiana reflete na construção de uma grande comunidade registrada por meio de um processo ubíquo, em que dois recortes sociais (a vida fora e dentro da *Rede Social Facebook*) promete a articulação da comunidade para o ingresso no terceiro ambiente:

Os Estados Unidos, local de revelação das condições sociais da imigração brasileira. “Os temas novos e os fios condutores não se encontram por um ato da sorte, nem por acaso. Aparecem repentinamente e é a capacidade do pesquisador, como a do garimpeiro, a que pode reconhecer a mina” (Durand, Lussi, 2015, pp. 30-31).

O conhecimento humanístico contemporâneo reconhece que a sociedade cada vez mais se organiza em forma de redes (Castells, 2006). Nesse bojo, a *internet* representa um caminho de estudos das práticas e interações sociais, pois a *internet* tem sido apropriada como objeto, simultaneamente, ao local de pesquisa. Esse descompasso, em certa medida, instrumentaliza a pesquisa ao ponto de responder, conforme o recorte social, a realidade e a produção do conhecimento científico, quase que simultaneamente.

Como destacou Ferraz (2019), os métodos de pesquisa necessitam acompanhar a mudança prática na forma como se estuda os fenômenos ocasionados pela *internet* na contemporaneidade, tratando-se, então, da necessidade do reinventar e reconstruir novos processos e técnicas. Para Ferraz a adaptação da técnica metodológica é o que permite a aproximação do “integral” ao campo do estudo, quando, a partir dessa aproximação, explora-se o entendimento da interconectividade, flexibilidade e diversidade do *ciberespaço*.

A expressão “rede social”, recentemente, designa as plataformas virtuais da *internet*, como no caso do *Facebook*, que permite membros inscritos a compartilhar “objetos eletrônicos” com outros inscritos na plataforma. No *Facebook*, a designação “amigos” produz uma linguagem recorrente, menos burocrática, de existência coletiva, com função de gênese da malha de relações vinculadas aos membros conexos (Godechot, 2015).

No caso sociológico, cabe destacar que na rede virtual declina-se da proposta objetiva, pois, acima de tudo, quando vislumbrada como método, a “rede” possibilita estudar um objeto de pesquisa sob determinado ângulo, sendo o ponto de partida a operacionalização de características e as equivalências das relações entre atores (Godechot, 2015).

Interpretar as redes sociais significa perpassar pela construção científica da rede como método de pesquisa, aplicada em realidades designadas também de redes. Nesse contexto, a evolução analítica do tipo “rede” possibilita determinar a pertença de classe, de cultura ligados aos mecanismos do processo migratório, já que os comportamentos observados na rede social de tipo virtual consideram o “encaixe” do comportamento adotado pelos membros nas relações sociais (Godechot, 2015).

Sobre a noção estrutural, as abordagens teóricas e estatísticas se cruzam, considerando no universo dado a centralidade de indicação da significação social. Esse cruzamento é, simultaneamente, o resultado da notoriedade passada e da promessa por vir. A

revelação da notoriedade passada remete a busca pelas pessoas em vida, sendo o ato por vir remetente a informações e recursos colocados pelos membros da rede como “indispensáveis” e “incontestáveis” frutos de um sintoma global característico da rede (Godechot, 2015).

No campo da operacionalização estatística as facetas dos membros da rede foram caracterizadas em três dimensões importantes: (i) o grau e o número de contatos; (ii) a proximidade com o inverso da distância entre um indivíduo e os demais da rede e; (iii) a intermediaridade, considerando os caminhos mais curtos percorridos pelos membros da rede. Neste ponto, os indivíduos pertencentes as comunidades virtuais são consideradas estruturalmente equivalentes porque se conectam com os mesmos atores, sob o mesmo prisma, embora alguns casos não mantenham relações antecessoras entre si (Godechot, 2015).

Quanto ao recorte empírico, optou-se em dividir a comunidade virtual em três tipos de membros (os administradores; os mediadores; e os membros-usuários, isto é, aqueles não pertencentes as duas primeiras categorias), no mesmo sentido, uma complexa comunidade virtual é formada a partir do mapeamento quanto a subdivisão do total de comunidades identificadas (12 comunidades – *vide* anexo I), recortando-se, para o estudo, aquelas que melhor atendem a proposta do primeiro plano desta Tese: *vincular e realçar a apropriação e demais abrangências da Rede Social Facebook como uma Tecnologia Social Imigratória*.

Ao adotar a perspectiva metodológica de “redes em redes”, a *Rede Social Facebook* permitiu conduzir o encontro com outras três “peças-chave” para auxiliar na desmistificação do quebra-cabeça. O encontro refere-se à localização dos brasileiros Wallace Moura¹³, Davidson Lucas Clemente¹⁴ e Kelmer Neves¹⁵, que prontamente disponibilizaram-se para a participação da pesquisa, cedendo entrevistas via *Google Meet*.

As entrevistas foram realizadas pela plataforma *Google Meet*, gravadas com autorização de cessão dos direitos (nome, imagem e voz), assim como autorização expressa.

¹³ Brasileiro de 50 anos, há 12 reside nos Estados Unidos, atualmente reside na cidade Bristol/Tennessee. Casado com uma norte-americana, há 12 anos, conheceu sua esposa por intermédio da tia dela, que participou de ações missionárias no Brasil, em Parnamirim/RN, onde o brasileiro morava à época. Possui o *Green Card*, mas ainda não aplicou para a cidadania norte-americana. Wallace é administrador da comunidade virtual 5, que possui mais de 15 mil brasileiros-membros.

¹⁴ Brasileiro de 22 anos, há 02 meses reside nos Estados Unidos, na cidade Newark/Nova Jersey. Brasileiro indocumentado, estabelecendo-se nos Estados Unidos após cruzar as fronteiras pelo México. Antes, o brasileiro residia em Ipatinga/MG.

¹⁵ Brasileiro de 47 anos, há 25 anos com residência nos Estados Unidos, com dupla cidadania, atualmente residente na cidade Boca Raton/Flórida e em Cabo Frio/RJ/Brasil. Foi aos Estados Unidos como turista, em 1999. Encantou-se pelo país e resolveu ficar. Com sua situação indocumentada, por 15 anos, “travou” uma ação contra a Corte Suprema dos Estados Unidos (<https://www.justice.gov/osg/brief/neves-v-holder-response-deny-or-grantvacateremand>) após ordem de prisão e deportação. Em 2014 seu caso estabelece um precedente legal denominado “*Neves V. Holder*”. Sua trajetória foi recontada pelo cineasta Tiago Lopes no documentário “Impossível é uma Opinião”, título que também rendeu um livro biográfico.

Na sociologia das redes não se propõe um único modelo de explicação, mas uma abordagem compreensiva, frequentemente etnográfica, que insiste nas dinâmicas configuracionistas que engendram os tipos de relações no virtual. “A visualização da rede é sem dúvida a operação elementar de manipulação de uma rede, capaz de fazer a rede pacientemente coletada, e suas estruturas fundamentais, passar do invisível ao visível. O olho permite ver essa passagem, resta, pois, descrevê-la” (Godechot, 2015, p. 272).

De outro modo, a observação da experiência migratória encontra-se respaldada no método etnográfico, enquanto método qualitativo, responsável pela representação de uma simbiose e, em certo tempo, uma mestiçagem de métodos clássicos da pesquisa no campo ou laboratório de estudos. Para Durand e Lussi (2015) o método etnográfico se destaca positivamente na evocação para estudos migratórios, pois permite pesquisar experiências pessoais e grupais. Além disso, o método etnográfico oferece o enquadramento de coordenadas espaciais, temporais, teóricas, assim como o montar de um quebra-cabeça das vivências sociais.

Portadora de um caráter holístico, a etnografia possibilita nos estudos das migrações uma visão abrangente, de curiosidade infinita, sistematizada pelo exercício da coleta da informação, partindo do princípio em que “todo e qualquer dado encontrado se torna importante no processo de análise”. Porém, devido ao acúmulo de massa material proveniente desse tipo de método, faz-se necessário reordená-lo para melhor tratamento (Durand, Lussi, 2015).

Uma primeira fase no processo de organização ou classificação se faz com a revisão do diário de campo. Neste ficaram plasmadas as conversas, as observações e as entrevistas tal como se realizaram. No diário se trata de ser fiel ao que se escutou e ao que se observou. Normalmente tudo está contido aí. As notas de campo são o tesouro mais precioso do antropólogo; se as perde, está perdido (Durand, Lussi, 2015, p. 37).

De acordo com Hine (2005) a etnografia virtual, também conhecida como netnografia, representa uma metodologia eficaz para observar comunidades presentes no contexto da *internet*, pois ao permitir que o pesquisador adentre a determinada comunidade, o método se apresenta como influente na observação dos membros da respectiva comunidade, possibilitando a identificação da partilha das preocupações da comunidade, emoções e compromissos, uma vez que não se trata apenas de uma transposição metodológica.

Como destacou Martins (2011; 2012), a netnografia contribui para a imersão do pesquisador na convivência cultural local, fator que auxilia na compreensão do modelo social da comunidade estudada, ou mesmo aquilo que se pode revelar a respeito das subjetividades, capazes de esquematização o oferecimento interpretativo dos dados encontrados, retratados através dos resultados claros e objetivos. Enquanto a etnografia centraliza a percepção metodológica para comunidades locais, com localização fixa, a netnografia amplia a visão

metodológica, uma vez direcionada aos estudos sobre comunidades sem uma localização fixa, em novos ambientes constituídos sob a perspectiva da *cibercultura*. A relevância da netnografia está alinhada a pesquisa científica no mundo globalizado, considerando o pressuposto em que a vida integra a *internet* e a comunicação mediada por dispositivos móveis.

Nesse sentido, a netnografia possibilita a transcrição de entrevistas e interações observadas nos registros da *internet*, independentemente da memória do pesquisador, pois as vivências pesquisadas estão associadas às redes sociais de comunicação e informação, a plataformas com finalidade interacional. Dessa forma, utilizar a netnografia perpassa pelo acesso, pelo pesquisador, pelas manifestações visuais, linguísticas e interacionais.

O crescimento exponencial das comunidades virtuais, então, reforça a relevância do estudo sobre as culturas *cibernéticas*, com base no comportamento humano, inclusive, sob a perspectiva dos “moderadores” desses espaços, pois aquilo que se apreende do espaço virtual faz parte da construção do indivíduo (de si mesmo), mas também da construção de suas representações virtuais, isto é, aquilo que se encontra na *web* e o que, a partir dela, possa ser constituído. Abaixo indica-se o perfil dos “administradores” e “mediadores” das 12 *comunidades virtuais* pesquisadas, retratando o quadro administrativo das “moderações”.

Na *comunidade 1*, foram encontrados 14 administradores, também classificados como mediadores, sendo 11 do gênero masculino, 2 do gênero feminino, e 1 com perfil comercial da rede social. Na *comunidade 2*, foram encontrados dois administradores, sendo um do gênero masculino e o outro do gênero feminino, ambos classificados como mediadores também. Na *comunidade 3*, foi encontrado um administrador do gênero masculino. Na *comunidade 4*, foi encontrado 1 administrador do gênero masculino, 1 administrador de gênero feminino, e 1 administrador com perfil empresarial. Na *comunidade 5*, foi encontrado um administrador do gênero masculino e 2 administradores com perfil empresarial. Na *comunidade 6*, foram encontrados 3 administradores de gênero masculino. Na *comunidade 7*, foi encontrado um administrador do gênero masculino, e 2 administradoras do gênero feminino. Na *comunidade 8*, foram encontrados um administrador do gênero masculino, e dois administradores com “perfis” de páginas com foco em “movimentos sociais”. Na *comunidade 9*, foram encontrados 3 administradores, 2 do gênero masculino e um do gênero feminino. Na *comunidade 10*, foram encontrados 2 administradores, ambos do gênero masculino. Na *comunidade 11*, foram encontrados 6 administradores, 5 do gênero masculino, 1 do gênero feminino. Por fim, na *comunidade 12*, foram encontrados 2 administradores, 1 do gênero masculino e outro do gênero feminino, assim como 2 mediadoras do gênero feminino.

No contexto netnográfico, a pesquisa considerou três momentos de coleta e, sequenciamento, da análise de cada etapa, a saber: (i) captura de dados arquivísticos, tais dados foram extraídos com base nas notas de campo, referindo-se a cópia da comunicação mediada através das páginas da *web* e fotografias/imagens, não envolvidas diretamente na interação com o pesquisador, uma vez que já são dadas pela *comunidade virtual*; (ii) o segundo momento, refere-se aos recortes das interações dos membros, dados levantados por meio dos comentários, bate-papo, mensagens instantâneas e; (iii) No terceiro momento, a pesquisa atribuiu notas experienciadas pelo pesquisador, com base nas práticas comunicacionais, a interação entre os membros da comunidade e o senso de filiação desses.

Seguindo as possibilidades de observações destacadas por Ferraz (2019), o ambiente virtual pesquisado, isto é, as *comunidades virtuais* contaram com (i) observação aberta, aquela em que se revela a identidade do pesquisador; (ii) a observação parcialmente aberta, conhecida como pseudoanonimato e; (iii) a observação oculta.

As três possibilidades foram utilizadas, conforme o grau de criticidade na coleta de dados e informações, considerando a instabilidade do cenário migratório, sendo necessário por vezes, o acesso “invisível”, principalmente, pelo número elevado de comunidades pesquisadas, o que inviabiliza o contato direto com cada administrador e/ou membro da comunidade. Não obstante, o foco era sustentar a Tese com a obtenção de um panorama do fenômeno e não no direcionamento específico com uma *comunidade virtual*.

Além dos materiais produzidos pelo campo *on-line*, também se observou aqueles provenientes do *off-line*, dados secundários produzidos pelo Censo demográfico dos Estados Unidos, coletados a partir do acesso ao domínio público¹⁶. A extração dos dados contempla a imaginação de uma comunidade brasileira existente no ambiente não virtual. Nesse sentido, não coube ranquear relações e qualificá-las, porém, aproveitar cada potencialidade dos filtros, relacionando-os às possibilidades e peculiaridades.

Tratando-se de uma netnografia ética, reitera-se que no ato da solicitação - para que o pesquisador participasse das *comunidades virtuais* – foi sinalizado o objetivo da participação, já no momento de preenchimento do formulário, antes de receber o aceite de participação.

Além disso, para auxiliar na análise da etnografia virtual, evocou-se a orientação pragmática semelhante àquela encontrada na etnografia, em que se destaca a utilização do “rigor metodológico”, “coerência”, “conhecimento do método”, “verossimilhança”, “reflexividade” e a “*práxis*”, no intuito de validar a interpretação das observações realizadas.

¹⁶ Dados coletados em <https://data.census.gov/table/ACSDT5YSPT2021.B05001?q=Brazilian>.

Por fim, três perspectivas finais foram apontadas: (i) a relação entre os brasileiros imigrantes com as *comunidades virtuais* constituídas; (ii) as implicações da constituição dessas comunidades perante os brasileiros-membros, isto é, o sentido de sua presença e a possibilidade de sua institucionalização e; (iii) processos interacionais e de comunicação integraram diferentes usos do social ao virtual. Contudo, aqui, a netnografia foi utilizada com o sentido de encurtar o distanciamento existente entre “tempo” e “espaço”, propriedade adquirida pela dinâmica da própria *internet*, que reflete no caráter investigativo e de observação da coexistência de uma comunidade no virtual.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A SOCIOLOGIA NO DIGITAL

Entre o século XVIII e XIX, a Revolução Industrial foi responsável por modificar o panorama e funcionamento das sociedades. Atualmente, a “revolução digital”, tem modificado os diversos aspectos da vida cotidiana, isso porque, o digital é pensado, auscultado, diagnosticado. Com sua chegada, surgiram novas formas de “espaços”, de relacionamentos, de buscar informações, um novo horizonte para discutir e tratar problemas políticos, econômicos e tantos outros que assolam a humanidade (Nascimento, 2020).

No final do século XX, uma revolução tecnológica adentrou ao cenário social da vida humana. Dele, surgiram tecnologias da informação que passaram a remodelar a base material das sociedades contemporâneas em ritmos cada vez mais acelerados. O aspecto da “interdependência global”, a exemplo, foi responsável pela nova forma de relacionar economia, Estado e sociedade, ao considerar sistemas geométricos variáveis (Castells, 1999; 2006).

Na atualidade, o evento histórico da transformação tecnológica expande-se em detrimento à criação de interfaces da sociedade com o campo tecnológico, mediante uma linguagem digital revolucionária, capaz de gerar, armazenar, recuperar, processar e comunicar tecnologicamente a informação (Castells, 1999; Cardoso; Castells, 2005).

O funcionamento da atual sociedade se tornou dependente dos dispositivos de *hardware* e *software*, cada vez mais presente no cotidiano (instituições, meios de transporte, economia, indústria, etc.), porém, um dos sinais mais indiscutíveis refere-se as novas gerações que já nascem sob a influência tecnológica. “A massiva utilização de redes sociais digitais e de ferramentas de buscas sugerem que o modo como nos relacionamos e buscamos informação foi, desde o aparecimento da rede mundial de computadores (*world wide web*), completamente alterado” (Nascimento, 2020, p. 11).

Por digital não se deve compreender apenas as estruturas de funcionamento de *hardware* e *software*, pois o digital é mais que a *internet*, muito mais que uma rede de computadores conectados. O digital, diferentemente das tecnologias que o sucedem, permite o monitoramento, a análise e a coleta de informações sobre a vida social. Fazer sociologia, por meio do digital, significa estabelecer relações entre os métodos utilizados, dados sociais originados pela tecnologia estudada, além de associação com o legado das teorias sociológicas.

“Na miríade dos discursos sobre o digital, “os jornais, as *webpages*, os *blogs* e *microblogs*, os *podcasts* e canais de vídeos, e, especialmente, as redes sociais digitais,

amplificam a heterogeneidade dos enunciados sobre o digital” (Nascimento, 2020, p15). Sobre as “redes”, Castells (1999) as identifica como uma nova morfologia social das sociedades vigentes, uma vez que sua lógica e difusão alteram operações e resultados nos processos produtivos, das experiências, das relações de poder e da cultura. A “sociedade em rede” destaca-se pela existência de uma base material que expande a “rede” e a penetra na estrutura social, por isso, historicamente, identifica-se uma tendência nos processos dominantes na era da informação, que são organizados ao entorno de redes.

Destarte, a rede seria uma espécie de estrutura aberta com tendência a expansão, capaz de produzir novos nós (tais como meios de computação gráfica, equipamentos móveis que geram, transmitem e recebem sinais da rede global, que na era da informação, serve como meio e “espaço” para a expressão cultural, a opinião pública, etc.), que compartilham os mesmos códigos de comunicação (tais como valores, objetivos, desempenho) (Castells, 1999).

Uma estrutura social com base em redes seria

um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio. Redes são instrumentos apropriados para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada; para o trabalho, trabalhadores e empresas voltadas para a flexibilização e adaptabilidade; para uma cultura de desconstrução e reconstrução contínuas; para uma política destinada ao processamento instantâneo de novos valores e humores políticos; e para uma organização social que vise a suplantação do espaço e invalidação do tempo. Mas a morfologia da rede também é uma fonte de drástica reorganização das redes de poder (Castells, 1999. p. 566).

A forma de organização da rede aponta para o surgimento de relações de poder, em que os conectores da rede detêm a rede como instrumento privilegiado de poder. Castells (1999, p. 567) demonstrou que “as redes são múltiplas, os códigos interoperacionais e as conexões entre redes tonam-se fontes fundamentais da formação, orientação e desorientação das sociedades”. Por isso, a convergência da evolução social com as tecnologias da informação produz bases materiais para desempenhar atividades na estrutura social como um todo.

Com o massivo crescimento das redes de computadores, surgiram novos canais de comunicação, sendo considerados potenciais moldadores da vida, ao mesmo tempo que pelos homens tais formas de canais e comunicação são moldados. As redes de computadores tornaram-se um novo sistema de comunicação que permite integrar uma “língua universal digital”, a partir da integração global da produção e distribuição de palavras, sons e imagens de cada cultura, permitindo a personalização das necessidades individuais (Castells, 1999).

As pessoas atribuem significados não sobre aquilo que fazem, mas com base no que elas acreditam que são. Por isso, as “redes globais de intercâmbios instrumentais” diferentemente de organizarem significados para as pessoas, conectam e desconectam

indivíduos, grupos, regiões e até mesmo países. A persistência de cada pessoa em fluxo contínuo e estratégico da rede contribuirá para uma posição bipolar entre a “rede” e o “ser”, o resultado da divisão perceptiva entre o “instrumentalismo universal abstrato” e “as identidades particularistas historicamente enraizadas (Castells, 1999; Cardoso; Castells, 2005; 2006).

Conforme as identidades se tornam mais específicas na sociedade informacional, em decorrência, propaga-se a fragmentação social, ao ponto de condicionar uma espécie de esquizofrenia estrutural entre a função e o significado da rede, posto que

os padrões de comunicação social ficam sob tensão crescente. E quando a comunicação se rompe, quando já não existe comunicação nem mesmo de forma conflituosa (como seria o caso de lutas sociais ou oposição política), surge uma alienação entre os grupos sociais e indivíduos que passam a considerar o outro um estranho, finalmente uma ameaça (Castells, 1999, p. 41).

Não obstante, Castells aponta as “redes internacionais” como internamente diferenciadas, ao mesmo tempo que externamente descentralizadas, em virtude da inserção de pessoas que surgem de outros ambientes culturais e institucionais específicos (tais como nações, regiões, locais), que procuram simbolismos em comum na nova rede constituída.

Assimétricas por sua natureza, a origem de cada indivíduo contribui para que a rede seja afetada em vários níveis, porém, cada um de seus elementos não consegue sobreviver sozinho ou impor suas regras, por isso, a lógica de produção de uma rede é que a torna mais poderosa. Então, o gerenciamento das incertezas torna-se decisivo em uma situação de interdependências assimétrica (Castells, 1999; 2006).

No processo de transformação social as redes são importantes porque impactam na globalização de mercados e na transformação abrupta da tecnologia. No caso dos equipamentos e/ou dispositivos móveis, tornam-se obsoletos rapidamente, forçando a contínua atualização social em termos de informações, processos e produtos, vistos que o processo de cooperação em rede a transforma em “ubíqua” e “interligada” (Castells, 1999; 2006).

De acordo com Nascimento (2020, p. 7) “as tecnologias digitais nas sociedades contemporâneas constituem um conjunto de fenômenos de proporções e consequências tão amplas que todos os tradicionais campos da sociologia serão afetados e transformados por eles”. Nesse sentido, as “tecnologias digitais” são instrumentos servíveis aos estudos sobre aspectos sociais e culturais das sociedades, por serem capazes de reproduzir experiências sociais (diretas e/ou indiretas) e multifacetadas, com base em dispositivos digitais.

Em Lévy (2009), a visão sobre a “infraestrutura técnica do virtual” reflete na emergência da criação do ciberespaço. O virtual, então, seria caracterizado pelo autor, a partir da “desterritorialização” de toda e qualquer entidade, que seja capaz de gerar manifestações

diversas em diferentes locais e momentos determinados. Contudo, desprendendo a entidade de um lugar, tempo em particular. Nesse sentido, a virtualização estaria marcada em potência e não em ato, porém, sendo capaz de gerar uma manifestação concreta.

No bojo da interatividade proveniente do ciberespaço, Lévy (2009, p. 81) destaca a potencialidade da comunicação dos mundos virtuais, com base no ciberespaço, ao afirmar, em certo sentido, mais interatividade “na mensagem, tanto a imagem da pessoa, como a da situação, que são quase sempre aquilo que está em jogo na comunicação”.

Para Lévy (2009), o computador não deve ser visto como a centralidade do ciberespaço, mas como um nó, um tipo de terminal, um componente da rede universal. O autor salienta a possibilidade de articulação do computador com vários dispositivos e interfaces interativas, que visam favorecer a cocriação e, conseqüentemente, sistemas avançados de aprendizagem e de cooperação.

Por isso, Lévy descreve o ciberespaço como (2009, p. 92)

o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores. Essa definição inclui o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônicos (aí incluídos os conjuntos de redes hertzianas e telefônicas clássicas), na medida em que transmitem informações. Consiste numa realidade multidirecional, artificial ou virtual incorporada a uma rede global, sustentada por computadores que funcionam como meios de geração de acesso.

De fato, as tecnologias de informação e comunicação favorecem a aprendizagem em rede coletiva. Isso porque, as informações e o estilo de aprendizagem potencializam a inteligência coletiva dos grupos imersos no ciberespaço, uma vez ocorrendo o compartilhamento de determinado conhecimento. Nessa perspectiva, destaca-se a “simulação do conhecimento” em substituição ao “conhecimento massificado”, sendo a perspectiva substitutiva também inclusiva em termos pessoais e profissionais (Lévy, 2009).

Erguendo-se mediante atividades espontâneas, descentralizadas e participativas, o “tempo”, o “espaço” e as “relações sociais” ocupam centralidade no ciberespaço, uma vez que o “espaço” constrói e é construído pela inteligência coletiva, já que seus usuários, em rede, compartilham, negociam e refinam as práticas sociais da humanidade no contexto digital, mediadas pelas tecnologias digitais (Lévy, 2009).

Como os fenômenos digitais têm impactado na vida diária das pessoas, suas vidas passaram a ser vividas por meio de sistemas digitais, serviços digitais e aplicativos. Dessa forma, a busca por enxergar os “pontos cegos” das tecnologias digitais, então, passou a ser tarefa da sociologia digital, inclusive, com a inauguração da inteligência artificial e a *internet* das coisas, marcadas por um mundo capaz de modificar a intimidade, os afetos e a vida pessoal. Por isso, um dos objetivos da sociologia digital é tornar visível o digital, ao considerar suas

imperfeições, lacunas, falhas e artifícios de usabilidade. Inicialmente, a expressão “sociologia digital” foi utilizada em 2013 na obra *Sociologia Digital: perspectivas críticas*, sendo cunhada pelos pesquisadores da Universidade de Edimburgo, Kate Orton-Johnson e Nick Prior, ao propor reflexões sobre eixos temáticos (tais como “relacionamentos”, “espaços”, “estruturas”, “mediações” e “práticas”) e a era digital (Selwyn, 2019).

Na obra *Sociologia Digital: perspectivas críticas*, Orton-Johnson e Prior (2013) levantaram questões acerca (i) dos conceitos sociológicos, epistemologia e seus alcances, adequações e propósitos em referência as aplicações na era digital; (ii) como a sociologia conseguiria reavaliar sua interdisciplinaridade no “novo contexto social de mudanças”; (iii) a imaginação sociológica e sua base investigativa em mundos digitais, a partir da perspectiva transdisciplinar e; (iv) quais tipos de “empréstimos”, “combinações” e “confrontos” deveriam ser incentivados ou esperados da sociologia clássica para a sociologia digital.

Em 2015, a obra *Digital Sociology*, da pesquisadora Deborah Lupton, revelou um novo estudo sobre as dimensões socioculturais, com base na usabilidade de computadores e sua relação com “vírus de computador”. Sua metodologia de estudo voltada a sociologia da saúde e deficiência buscou situar o processo progressivo de incorporação dos computadores pessoais às práticas cotidianas das pessoas, ao abordar a computação ubíqua numa relação dialética com a sociotecnia, visando afirmar que além do ser humano incorporar-se ao computador, era natural digitalizar-se durante o processo de incorporação.

Assim como Kate Orton-Johnson e Nick Prior, Lupton (2015) buscou atualizar o *status* investigativo da sociologia sobre o papel atribuído as tecnologias sociais nas sociedades contemporâneas tornando, mais explícito que seus antecessores, o estudo de dimensões sociais, culturais e políticas centralizadas na seara das tecnologias digitais. Para Lupton, ao estudar a sociedade digital, o sociólogo se concentraria em abordar aspectos considerados preocupantes para os sociólogos, tais como individualidade, a identidade, relações de poder, relações sociais, as estruturas sociais, as desigualdades sociais, as instituições sociais e a própria teorização.

Na visão de Lupton (2015), a sociologia está se tornando cada vez mais digitalizada, por isso, a necessidade de pensar as implicações, a prática e a redefinição da disciplina sociologia. A autora propõe quatro grandes áreas de interesse, considerando os pilares, escopo e área multidisciplinar da sociologia digital. Com efeito, na era digital, os sociólogos enfrentam o desafio de se tornarem “especialistas em pesquisa social de dados digitais quantitativos”, principalmente, no sentido de se qualificarem para a análise de codificações computacionais e do uso de *softwares* necessários para o acesso aos dados digitais, por isso, Lupton centralizou seu olhar sociológico sobre os alicerces e na estrutura do digital (Lupton, 2015). Vejamos:

Áreas	Descrição
Profissionalismo Digital	O uso de ferramentas digitais é necessário para (ou pelo menos) parte de uma prática sociológica. Aplicações: construção de redes, construção de perfil <i>online</i> , compartilhar pesquisas, etc.
Usabilidade da Tecnologia Digital	Pesquisar e analisar a usabilidade das tecnologias digitais, seu processo de configuração e sentido de <i>self</i> . A atuação da mídia no formato digital, sua criação, reprodução e cocriação de instituições e estruturas.
Dados Digitais	Utilizar dados digitais naturais para a pesquisa social, quer sejam de ordem qualitativa, quantitativa ou articuladas.
Crítica Digital Sociológica	As análises deverão compor um quadro de reflexividade, com alcance na teoria social e cultural.

Quadro 1: Áreas de Atuação da Sociologia Digital.

Fonte: Adaptado pelo autor, com base em Lupton, 2015.

Para sustentar sua ambição intelectual sobre a sociologia digital, Marres elabora os seguintes argumentos: (i) por ser o digital, a princípio, uma criação do próprio social, esse, por sua vez, possibilita conhecer novas formas do mundo social; (ii) se por meio do digital encontramos novas formas do mundo social, tão logo a sociologia necessita elaborar novos conceitos, métodos e técnicas para compreender tais sociedades digitais e; (iii) a pesquisa social direcionada ao digital adentra a novas questões normativas, políticas e éticas, portanto, campo de estudo, análise e reflexão frutífero para a sociologia.

Não obstante, Marres afirma que a sociologia digital não descarta velhos elementos produzidos pela longa tradição sociológica, isso porque, o que está em jogo na sociologia digital é a urgência de uma perspectiva relacional da tecnologia com a vida social, observando, *a priori*, como o digital produz mudanças nas relações entre tecnologia e vida social, ou mesmo entre conhecimento, sociedade e tecnologia (Marres, 2017).

O “digital” inaugura mudanças em todas as áreas da sociologia. Para compreender intimamente o fenômeno digital, Marres defende uma ontologia marcada pela nova arquitetura (teórica) da vida social, devido a capacidade do digital redesenhar formas de relacionamentos, abrindo caminho para novas formas de experimentar a vida em sociedade (Marres, 2017).

Em busca de respostas para o que seria a sociologia digital, Selwyn (2019) enfatizou a perspectiva da interdisciplinaridade com ideias, métodos e técnicas até então exclusas do repertório sociológico. Para Selwyn, os fenômenos digitais estariam impactando profundamente a vida das pessoas, tendo em vista a migração dos hábitos de vida para os sistemas digitais, serviços digitais e aplicativos.

Para Selwyn, os novos temas propostos pela sociedade digital servem de reconhecimento e de retomada das teorias que ele considera como “pré-digitais”, expressão utilizada para referenciar o debate sociológico sobre a tecnologia que antecede a era da

sociologia digital. Neste ponto, o legado dos autores clássicos e contemporâneos da sociologia são resgatados (os pré-digitais), ao renovar o debate intelectual sobre os aspectos “qualitativos” e “quantitativos” que diferenciam as tecnologias digitais das anteriores (Selwyn, 2019).

Com a chegada da “*internet das coisas*”¹⁷ e da inteligência artificial”, inaugura-se um marco temporal desconhecido, quando comparada às produções tecnológicas antecessoras. Essa inauguração provoca a sociologia digital a enxergar a “caixa preta” das tecnologias digitais, *a priori*, buscando analisar como as novas tecnologias afetam a vida das pessoas e quais são os parâmetros de relacionamentos afetados (Selwyn, 2019). Dessa forma, surge uma nova tarefa para a sociologia digital: tornar o digital visível, ao mesmo tempo em que conduz o pensamento crítico em sua ontologia. Isso porque, cabe, agora, a sociologia digital clarificar as imperfeições das ferramentas digitais, suas lacunas, seus entrelaçamentos e seus artifícios comunicacionais (Selwyn, 2019).

Em termos sociológicos, a sociologia digital contribui para novos estudos sobre redes sociais, de modo a criticar a velha máxima em que as tecnologias digitais são imbricadas de simbologias típicas (dados digitais e algoritmos), sendo capazes de provocar o distanciamento sociológico de sua ontologia digital. Visto como novo recurso metodológico dos sociólogos, as tecnologias digitais reafirmam o argumento do “envolvimento digital”, que implica na “não conversão” dos sociólogos em espécies de cientistas de dados, programadores ou desenvolvedores, a partir do momento em que seu trabalho intelectual é desenvolvido com base em fenômenos digitais. Afinal, o caráter plural da sociologia digital amplia a construção de teorias, conhecimentos, abordagens e a testagem de ideias (SELWYN, 2019).

2.2 PRESSUPOSTOS DA CONSTRUÇÃO SOCIAL DE TECNOLOGIA

Até meados do século XIX, em meio a Segunda Revolução Industrial, a tecnologia assumia centralidade enquanto extensão dos seres humanos. Cerceados pelos aparatos tecnológicos, a princípio, os seres humanos estabeleciam uma “relação de comando” com as máquinas. Aos poucos, a “relação de comando” cedeu lugar ao monitoramento que, de comandadas, às máquinas assumiram o protagonismo relacional (Dagnino, 2014).

No tocante a sujeição de uma mentalidade tecnicista, reconhecida as possíveis limitações provenientes do desenvolvimento tecnológico, Dagnino alerta para a necessidade de

¹⁷ Expressão designada para conceituar a interconexão digital que ocorre entre os objetos do nosso cotidiano, a partir da conexão com a *internet*, formando uma rede de objetos físicos que reúnem e transmitem dados.

constituir uma filosofia da tecnologia, uma vez que a *cibernética* contribuiu para a transcendência do pensamento, posto o critério de dualidade (de linearidade para a circularidade), já que as relações humanas se alteram, tão logo, alteram-se as relações humanas com a tecnologia (Dagnino, 2010, 2014).

Destarte, sustentou-se, por muito tempo, a tese de uma tecnologia neutra, buscando isentá-la dos valores provenientes da dinâmica social, entretanto, se por um lado a tecnologia é tida como pura, esta analogia aplica-se a pura teorização, porque se propaga o progresso teórico, mas não o lado empiricista. Do outro, tem-se, a tecnologia, portadora das esperanças utópicas da sociedade: "deve" resultar em sociedade feliz, isto é, boa e bela (Bijker, 2010).

Assim, Bijker apresentou o caráter ambíguo da ideologia tecnológica e, sendo ambíguo em sua ideologia, provavelmente, ambíguo será em seus efeitos. Pois a técnica seria neutra, tanto ética, quanto esteticamente (pura), e os responsáveis pelos seus resultados não seriam os próprios técnicos, mas poderes obscuros (eminências pardas do tipo economia, ou interesses inconfessos)" (Bijker, 2010).

Com base nos "sistemas tecnológicos", amplamente difundidos pelas premissas do "construtivismo social da tecnologia" e do "ator-rede", alguns estudos sociológicos têm demonstrado a abordagem sociotécnica como "tecido sem costuras", que situa a perspectiva tecnológica junto à sociedade, negando-se a determinar tensões paralisantes e de causalidades singulares nas relações entre sociedade e tecnologia, ao centralizar o argumento de que a tecnologia é socialmente construída por grupos sociais (Bijker, 2010).

Nesse sentido, o caminho trilhado pela analogia do ator-rede foi cunhado para abarcar elementos heterogêneos, isto é, os inanimados, naturais e sociais, que apresentam propriedades relacionais diversificadas, capazes de produzir transformações por meio da incorporação de novos elementos, da exclusão, redefinição, reorientação ou consolidação de elemento na forma de rede, envolvendo além dos objetos materiais, seus inventores, usuários de tecnologias, pesquisadores, organizações de modo geral e seus participantes, o governo e consumidores (Latour, 1994a, 1994b, 2001).

Por esse caminho, Feenberg (2009) propõe, portanto, que a tecnologia seja entendida, a partir da prevalência de determinismos tecnológicos sobre a sociedade, posto às implicações ontológicas da própria tecnologia, uma vez que "a relação entre tecnologia e conhecimentos são concebidos como fenômenos intrinsecamente sociais e contingentes às relações sociais, pois tecnologia também, descobriu-se, era um fenômeno social e não uma aplicação instrumental de conhecimento universal" (Feenberg, 2009, p. 2).

Ao realizar análises em micro nível, com base na Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), Feenberg (1999; 2002) propôs a existência de uma interlocução da CTS para construir socialmente a tecnologia, no sentido de “politizar” trajetórias explicativas, por considerar a base do conteúdo de classe que circunda o micro nível entre aqueles que produzem a tecnologia.

Ao apontar o caráter da “politização” no “processo de interlocução” da construção social de uma tecnologia, Feenberg buscou desconstruir à lógica do determinismo tecnológico que visava (i) o caráter autônomo no desenvolvimento da tecnologia, esquecendo-se que a tecnologia utiliza o avanço do conhecimento encontrado no mundo natural, o que torna a tecnologia descoberta, servível a algum aspecto de nossa natureza, avançando conforme nossa natureza evolui e; (ii) como a tecnologia seria responsável pela determinação em graus importantes de desenvolvimento social, questionando a pobreza argumentativa embasada pela visão teleológica linear e unidimensional atribuída a tecnologia (Feenberg, 1999; 2002).

Feenberg considerou uma falácia a proposta do politicamente debilitante, que sugere a não intervenção social e política no curso do desenvolvimento tecnológico, uma visão puramente instrumentalista de concepção tecnológica, sendo ela idealizada para satisfazer as nossas necessidades e, assim sendo, a espécie humana é quem determina a direção e o desenvolvimento tecnológico, conforme for a sua vontade (Feenberg, 1999; 2002).

Buscando exemplificar sua tese, Feenberg questiona o caráter do “social racional”, identificado nas peculiaridades tecnológicas de muitas instituições, por não apresentarem o aspecto racional exatamente da mesma maneira que as demais instituições. Dessa forma:

As instituições não são mantidas juntas por relações lógicas, mas por relações causais e forças simbólicas que carecem do rigor de experimento e equação. No entanto, os procedimentos que têm uma certa semelhança com os da ciência e da matemática que operam nas modernas sociedades com tremendos efeitos em todo o sistema social. Racionalidade social, neste sentido, depende de três desses princípios conscientemente aplicados por organizações e institucionalizados em sistemas. São eles: troca de equivalentes, classificação e aplicação de regras, e otimização do esforço e apuração dos resultados (Feenberg, 2009, p. 4)

A vida social parece espelhar aspectos científicos, mas também técnicos. Diante do conceito “social de racionalidade”, a tecnologia pode ser vista como racional e subdeterminada, sendo responsável pelo processo de co-construção de uma sociedade. Neste vetor, a tecnologia se torna política, pois se desenvolve relativamente sob o debate e a escolha, tão logo, resultando em consequências de acordo com cada interesse de uso e, assim, impactando na vivência dos grupos e das classes que compõem a sociedade (Feenberg, 1999; 2002; 2009).

Na “co-construção” identificamos o diálogo com estudos sobre a tecnologia construtivista, na qual a ideia marxista é redescoberta sob o olhar das forças e relações de produção, em que “social” e “técnico” mantém relação de interdependência. “Neste campo, a

tecnologia não é concebida como um puro produto do gênio inventivo ou como uma aplicação da ciência, mas como uma construção do social pelos seus atores” (Feenberg, 2009, p. 7).

Além disso, a subdeterminação técnica de um artefato, entre diferentes *designs*, pode contribuir para a escolha social nas diferentes funções sobrepostas, bem como atender um ou outro interesse social em específico. Aqui, o contexto social não é apenas externo à tecnologia, ao certo, penetra em sua racionalidade, ofertando requisitos sociais no próprio funcionamento do artefato, de suas engrenagens e de seus circuitos. O ponto-chave da subdeterminação é que nela existe influência social no conteúdo envolto ao artefato, além das atribuições externas como o uso, ou o ritmo de seu desenvolvimento (Feenberg, 2009).

Entretanto, não se deve confundir tais evidências com a proposta de um relativismo construtivista, inclusive, indicando análise em paralelo, posto que

Fatos e artefatos são muito diferentes. O “endurecimento” de fatos científicos naturais por experimento e replicação produz um “conteúdo” que é muito mais atraente do que um *design* tecnológico de sucesso. Claro, os elementos da engenharia são frequentemente estabelecidos com firmeza por métodos científicos e por longos períodos empíricos de experiência, mas estão muito longe de um artefato acabado. Eles devem ser combinados em “combinações contingentes” e é no decurso deste processo que o “interpretativo de flexibilidade” da tecnologia torna-se evidente. A subdeterminação do resultado é radical e óbvia para os tecnólogos, pois sua demonstração não requer nenhuma epistemologia sutil de argumentos (Feenberg, 2009, p. 8).

Desse modo, a proposta de construção de artefatos técnicos intervém na vida de seus usuários, pois suas configurações governam o uso técnico do artefato e, portanto, influencia no comportamento social de quem os usa. Na sequência, altera-se o modelo de vida dos usuários, impactados pelo processo de interação humano-tecnologia (Feenberg, 2009).

Não obstante, Bijker (2010) descreveu a “sociologia da tecnologia” como sendo um dos caminhos teóricos e metodológicos promissores para estudos sobre tecnologia e sociedade, quando a unidade de análise do estudo sociológico for centrada em artefato tecnológico. Para desmistificar o modelo de construção social da tecnologia, Bijker aponta dois conceitos-chave por ele intitulados de “grupo social relevante” e “flexibilidade interpretativa”.

Segundo a lógica de Bijker, a descrição de um artefato tecnológico ocorre pelo olhar de “grupos sociais relevantes”. A relevância desses grupos encontra-se na capacidade que eles possuem para descrever um artefato, quando são atribuídos significados explícitos para o artefato. Assim, um “grupo social relevante” pode ser socialmente identificado, quando persegue pela busca de atores que mencionam um artefato da mesma maneira.

Já o conceito-chave intitulado por Bijker de “flexibilidade interpretativa”, revela a possibilidade de descrições sendo produzidas de formas diferentes, ainda que o mesmo artefato esteja no jogo comparativo por “grupos sociais relevantes”. Por isso, *a priori*, o autor sugere

explicar os artefatos tecnológicos pelo quadro analítico de seu funcionamento, sem hierarquizar o quadro formulado por cada “grupo social relevante”, e muito menos assumir preferência analítica por um “grupo social relevante”, visto que não se determinaria qual quadro e/ou qual grupo é melhor que o outro, posto que

Tal relativismo metodológico ajudará a evitar priorizar vencedores sobre perdedores, máquinas bem-sucedidas sobre as que falham, o funcionamento da tecnologia sobre as que não funcionam. Em vez disso, o ditado metodológico é seguir os processos sociais e, assim, empiricamente, descobrir o que constitui um bom trabalho, sucesso e vencedores. O foco está mais em compreender o processo do que descrever o produto (Bijker, 2010, p. 68).

Entretanto, conforme se aprofunda no estudo sobre um artefato, a “flexibilidade interpretativa” poderá ser reduzida, isso porque, alguns artefatos possuem uma relação de domínio e/ou dependência sobre outros artefatos, sendo necessário a combinação, em alguns casos, para que seja alcançado o resultado esperado pelo “grupo social de relevância”, ao final, surge, então, um “novo artefato” fruto desse processo de construção social.

Segundo Bijker (2010, p. 64), a “tecnologia compreende, primeiro, artefatos e sistemas técnicos, segundo o conhecimento sobre estes e, terceiro, as práticas de lidar com esses artefatos e sistemas”. Tão logo, a construção social da tecnologia surge da combinação entre três corpos de trabalho: ciência, tecnologia e sociedade (CTS).

Bijker (2010) lança a crítica aos determinismos tecnológicos, ao apontar que a tecnologia, em nível mais alto de agregação, molda-se, socialmente, propondo que

Artefatos técnicos são analisados pelo olhar de declarações proferidas por humanos, e nenhuma suposição está sendo feita sobre a existência desses artefatos independentemente das declarações sobre eles. Pelo contrário, o princípio da simetria é tomado como um aviso para não assumir qualquer existência independente de tecnologia ao explicar o funcionamento das máquinas (Bijker, 2010, p. 66).

Dessa forma, a análise singular de artefatos é vista como frutífera em desfavor da lógica do determinismo tecnológico, principalmente, quando a tecnologia não apresenta sua própria lógica intrínseca, moldando-se, socialmente, ainda que seja observada a unidade de análise estendida, como no caso dos “sistemas tecnológicos”. Ao certo, “sistemas tecnológicos” compreendem a combinação de aspectos considerados técnicos, sociais, políticos, econômicos e organizacionais (Bijker, 2010).

Outro ponto de atenção na análise do determinismo tecnológico evocada por Bijker (2010), refere-se à diferenciação conceitual entre “sistemas tecnológicos” e “conjunto sociotécnico”, pois enquanto o primeiro termo inclui a análise de elementos técnicos e sociais com maior abrangência teórica, o segundo “termo” prioriza a ontologia tecnológica. “Tecnológico” e “sociotécnico” merecem destaque, pois tecnologia e sociedade são lembretes

de que fatores não técnicos possuem importância para a compreensão do desenvolvimento da tecnologia. “O significado é que nunca está claro, *a priori*, e independente do contexto se uma questão deve ser tratada como técnica ou social” (Bijker, 2010, p. 67), isto é, as “coisas” nem puramente social, nem puramente técnica, são sociotécnicas.

Esse olhar construtivista permite desfrutar da perspectiva teórica sobre a construção de tecnologia, ao mesmo tempo em que permite analisar o impacto tecnológico para a sociedade em que se insere. Quanto a elaboração teórica, a análise “sociotecnológica” transcende a distinção outrora proferida entre tecnologia e sociedade. A compreensão da realidade social construída, perpassa pelo “quadro tecnológico”, que estrutura as interações de um “grupo social relevante”, moldando o pensamento desse grupo e suas ações, posto que uma estrutura tecnológica (Bijker, 2010, p. 69):

É construída quando a interação "ao redor" de um artefato começa. Desta forma, a prática existente orienta prática futura, embora sem determinação lógica. O movimento cíclico, portanto, torna-se: artefato - estrutura tecnológica - grupo social relevante - novo artefato - nova tecnologia - quadro lógico - novo grupo social relevante, etc. Normalmente, uma pessoa será incluída em mais de um grupo social e, portanto, também em mais de um quadro tecnológico.

A construção social da tecnologia proporciona um campo de pesquisa promissor à sociologia, que sendo interpretativa, auxilia na identificação de “grupos sociais relevantes” e a relação desses com o artefato. Assim, o processo de pesquisa sociológica pode estudar o desenvolvimento de artefatos, a partir de três etapas analíticas: (i) iniciando pela desconstrução sociológica de um artefato para alcançar sua “flexibilidade interpretativa”; (ii) seguindo pela descrição da construção social do artefato e; (iii) explicando o artefato como um processo de construção, nos quadros tecnológicos, de “grupos sociais relevantes” (Bijker, 2010).

No âmbito das relações constituídas entre humanos e não humanos, cabe salutar que elementos não humanos exercem um “programa de mediação”, um potencial tipológico que auxilia nas demandas humanas, estando sempre em jogo não o artefato em si como entendimento, mas o entendimento sobre aquilo que se é mediado ou que pode ser mediado pelo artefato. Assim, humanos e não humanos mudam a partir da existência de humanos com elementos não humanos, visto que na “problemática da primazia”, considerada a inteligência humana com o uso da técnica, o “produto social” é sempre fruto dessa associação (humanos com não humanos) e não pela leitura das partes isoladas (Latour, 1994a).

Ao que se observa, na cultura tecnológica, novas formas e explicações precisam ser desenvolvidas, dentre elas, conceitos como “coprodução” e “co-evolução” entram em cena para superar a proposta dos determinismos tecnológicos e sociais. Na “coprodução”, por exemplo, as maneiras como conhecemos e representamos o mundo, são inseparáveis das maneiras que

escolhemos viver, pois o conhecimento, incorpora-se materialmente, tornando-se um produto do trabalho social, e auxilia na constituição da própria vida social. Já no caso da “co-evolução”, seguindo a lógica de desenvolvimento da sociedade e da tecnologia, concomitantemente, observa-se que ambos representam o mesmo lado da moeda, pois não há de se falar em desenvolver sociedade sem a tecnologia, assim como criar tecnologia sem a premissa de atendimento as necessidades do social (Bijker, 2010).

Quanto a evocação para o termo “dureza fechada”, Bijker (2010) refere-se a alta inclusão tecnológica entre humanos, pois na medida em que o humano se torna intimamente conhecedor do dispositivo móvel que esteja em posse, maior será sua associação ao dispositivo, ao ponto de repudiar o uso de outro tipo de dispositivo, ainda que lhe proporcione a mesma funcionalidade. Essa relação de “dureza fechada” pode ter a influência da “cultura de utilização”, que faz o humano não pensar nas alternativas de fora de seu contexto. Quando o dispositivo móvel perde a vitalidade para o humano, surge, então, a “obstrução de fechamento” e, portanto, a busca pela nova configuração de sua rede móvel, de seu *menu* de preferências.

Ao propor unidades analíticas e conceitos-chave que associam a interpretação sociológica ao “cenário tecnológico”, Bijker elaborou um breve quadro que melhor expõe as unidades de análise e seus conceitos-chave, conforme apresentamos logo abaixo.

Unidades de Análises	Conceitos-chave
Artefato Singular	Grupo Social Relevante
	Flexibilidade Interpretativa
	Estabilização e Fechamento
	Quadro Tecnológico
Sistema Tecnológico	Momento Tecnológico
Conjunto Sociotécnico	Dureza Fechada
Cultura Tecnológica	Obstrução de Fechamento
	Coprodução

Quadro 2: Unidades de análises com conceitos-chave.

Autor: Bijker, 2010, p. 69.

Latour (1999; 2001), por sua vez, defendeu a tese em que a sociedade pode ser formulada por meio da teoria ator-rede, em que humanos e não humanos associam-se e, dessa forma, movem-se e intercambiam-se por uma conexão em rede. Nesse sentido, Latour rejeita a oposição atribuída entre sujeito e objeto. Para o autor, natureza e sociedade possuem uma relação de causa e efeito, mas não de oposição.

Quando humanos e a tecnologia estão em contato, em determinado espaço e dado momento histórico, as conexões estabelecidas entre humanos e tecnologia formam uma mesma rede circunstancial. Na sequência desse contato, estabelecida a conexão, tornar-se-á legível a decodificação do modo como se darão às relações entre humanos e a tecnologia, assim como

dos fatores que interferem na tomada de decisão dos humanos. Uma realidade social, então, passa a ser construída a partir da associação de atores humanos com elementos não humanos. Segundo Latour (1994a, 2001), seria possível observar que a técnica encontra o social, assim como o social encontra a técnica, por meio de um processo pelo autor intitulado de “noção de mediação”, em que humano e objeto mudam de acordo com a relação constituída, quando ocorre a conjunção homem/objeto.

Com efeito, “um número cada vez maior de humanos é misturado com um número cada vez maior de não humanos, a ponto de, hoje, todo o planeta está engajado na formulação da política, do direito e, em breve, suspeito, moralidade” (Latour, 1994a, p. 61). Por isso, a “mediação técnica” proporciona um olhar dialógico simétrico sobre as novas propriedades oriundas da condição homem-artefato. Mas, como pensar a “mediação técnica”, suas intenções e/ou mesmo sua estrutura no objeto social?

Segundo Latour, antes de tudo, deve-se apreender a “tradução” à luz do conceito de “mediação técnica”, em que concerne a criação de uma conexão antes inexistente entre humanos e artefatos, na qual, pelo menos em um grau, modifica-se os dois elementos ou agentes e, por isso, torna-se um produto resultante da associação e da influência mútua. Nesse sentido, propõe-se analisar o processo relacional entre homens e artefatos, descentralizando o elemento técnico, assim como o social, e que se respeite a dinâmica não linear das relações, bem como o fator não hierárquico (Latour, 1994a; 1994b; 2001).

Além da compreensão da “tradução” terminológica, Latour inclui outras necessidades interpretativas no âmbito da “mediação técnica”, a saber: (i) a noção de reversibilidade; (ii) o conhecimento sobre a história do programa de ação; (iii) os objetivos e funções do programa de ação; (iv) a ideia de interesse e; (v) aspectos que auxiliam na composição da relação entre humanos e não humanos.

Tão logo, “não humanos” não podem ser confundidos com qualquer objeto, passamos a imaginar a composição de um “coletivo social” em que humanos estão mesclados com “não humanos”. Olhando por esta perspectiva, a história humana e social perpassa por uma interpenetração, sequenciada como *crossover*, em que relações sociais e não humanas revela o sociotécnico, que se expressa na transferência do aprendizado humano sobre o “não humano” para a esfera social, assim como reexportou as inquietações da esfera social para os “não humanos” (Latour, 1994a; 1994b; 2001).

A perspectiva latourniana compreende uma “operação de translação”, que consiste em dois possíveis interesses diferentes, sendo atendidos numa espécie de objetivo composto, não importando unicamente a fusão de interesses, mas o surgimento de uma nova composição,

em que questões sociais transformam-se em questões técnicas, e questões técnicas transformam-se em sociais. Ambas mobilizam agentes humanos e “não humanos”, possibilitando dentre vários processos, a composição, delegação e traduções necessárias à integração entre o aspecto técnico e o social (Latour, 1994a; 1994b; 2001).

2.3 DISCUSSÃO SOCIOTÉCNICA NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DA TECNOLOGIA

Ainda no bojo das discussões sociotécnicas, a Tecnologia Social (TS) nasce como um novo conceito de superação aos determinismos tecnológicos, que visam a manutenção da integração entre o “social” e o “técnico”, no sentido de criar condições realísticas e que, de fato, integrem questões técnicas e sociais, permitindo, assim, as análises de novas perspectivas tecnológicas para a sociedade (Andrade; Cordeiro Neto; Valadão, 2014). Ao incorporar o conceito sociotécnico perante o marco analítico-conceitual da Tecnologia Social, pretende-se, em certa medida, atender ao objetivo da articulação, visando a serventia sociotécnica enquanto base de operacionalização da Tecnologia Social (Brandão; Dagnino; Novaes, 2004).

Ao transcender a visão estática e normativa da Tecnologia Apropriada (TA), exitosos processos de construção sociotécnica conferem ao marco da Tecnologia Social maior solidez e eficácia diante das condições dadas pelo ambiente onde ela se insere (Brandão; Dagnino; Novaes, 2004). Isso porque, ao evocar o olhar construtivista, a abordagem sociotécnica passa a adequar-se em meio as possibilidades de observações, dentre os processos analíticos que ocorrem no “micro” nível tecnológico. Nesse vetor, o campo dos estudos sociológicos ganha notoriedade ao transpor uma sociologia consagrada para os estudos tecnológicos, ou, então, uma sociologia típica dos estudos sobre a inovação, ambas incumbidas pela missão de abrir a “caixa-preta da tecnologia” (Bijker, 2010).

Nesse sentido, o novo tratamento atribuído a Tecnologia Social recai sobre estudos que propõem o desprendimento do postulado hierárquico e monocausal entre tecnologia e sociedade ou *vice-versa*, ao acionar o ator-rede e não a sociedade propriamente dita, nem sequer as relações sociais, “o que permite entender como se vão conformando simultaneamente a sociedade e a tecnologia. As redes são, então, entendidas como conformadas pela própria estrutura dos artefatos que elas criam e que proporcionam uma espécie de plataforma para outras atividades” (Brandão; Dagnino; Novaes, 2004, p. 23).

Com efeito, o ponto de partida para entendermos a dinâmica de uma sociedade com considerações sociológicas indissociáveis das técnicas, contempla a observação empírica, de

acordo com cada caso em específico, suas formas de negociações, interesses e quais estratégias são utilizadas para associar elementos humanos com os demais “não humanos”. Outro ponto importante, refere-se a abordagem do construtivismo social, pelo menos aquela com enfoque na construção social da tecnologia, que surge da associação entre “sistemas tecnológicos” e o “ator-rede”, posto que as redes expõem as relações constituídas entre atores sociais e sistemas sociotécnicos (Brandão; Dagnino; Novaes, 2004).

Segundo o olhar da Tecnologia Social, as tecnologias são construídas socialmente, na medida em que grupos interessados no conteúdo e na forma final da tecnologia são considerados “grupos sociais relevantes para estudos que consideram a possibilidade de construção social de uma tecnologia”, em virtude do envolvimento de humanos, no desenvolvimento do artefato tecnológico, e no descarte das concepções tidas como “autônomas”, “endógenas” e “inexoráveis” (Bijker, 2010; Brandão; Dagnino; Novaes, 2004).

No âmbito do construtivismo, o conjunto sociotécnico denota arranjos que unem elementos técnicos e sociais, resultando numa outra “entidade”, agora caracterizada não como a simples soma dos elementos, mas como um objeto de estudo que ajuda tanto a explicar uma condição tecnológica que provoca uma mudança social, como uma condição social que provoca a mudança tecnológica (Brandão; Dagnino; Novaes, 2004). Por isso, ao relacionar o ambiente social com o projeto de um artefato tecnológico, tem-se:

Um “marco de significado” aceito pelos vários grupos sociais envolvidos na própria construção do artefato, que guia sua trajetória de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, explica como o ambiente social influencia o projeto de um artefato e como a tecnologia existente influencia o ambiente social. (Brandão; Dagnino; Novaes, 2004, p. 26).

Durante a construção sociotécnica, os artefatos tecnológicos vão adquirindo suas características por meio da negociação entre grupos sociais relevantes, como no caso das preferências e dos interesses mais individualizantes possíveis. Uma vez estabelecida a negociação, o próximo passo processual será a “estabilização” de características do artefato tecnológico, na sequência, tem-se o estágio de “fechamento” (Bijker, 2010).

Assim sendo, o artefato tecnológico sofrerá mudanças na sua natureza ao longo do processo de construção sociotécnica. Aquilo que o grupo identificar como objetivo no artefato tecnológico, será o determinante após a nova projeção e melhoramento do artefato. “Por essa razão, só é possível entender o desenvolvimento de um artefato tecnológico estudando o contexto sociopolítico e a relação de forças entre os diversos grupos com ele envolvidos” (Brandão; Dagnino; Novaes, 2004, p. 27). Tão logo, surge a proposta de adequação sociotécnica para o modelo de operacionalização da Tecnologia Social, ao transcender visões estáticas e

normativas de um processo/serviço/produto tecnológico já idealizado, pelo viés político, em que sua operacionalização dependerá das condições ofertadas pelo ambiente em que a Tecnologia Social será produzida e reaplicada (Brandão; Dagnino; Novaes, 2004).

A partir do momento em que a comunicação e a informação são obtidas por meio de cabos, *bytes*, *modems*, etc., ao certo, passamos a observar os acontecimentos sociais no aspecto material. Destarte, essa sociedade virtual não se configura como futura, sendo a materialização, a rastreabilidade da sociedade atualmente visível em virtude de necessidade obsessiva de materialização no tocante a comunicação e informação (Latour, 1998).

Nesse sentido, caberia ainda destacar a concepção assemelhada da adequação sociotécnica com o “processo de aprendizado tropicalizado, muito difundido pela literatura tecnológica nos anos de 1960, ao referir-se à adaptação de tecnologias nascidas em países centrais pelas condições técnico-econômicas latino-americana” (Brandão; Dagnino; Novaes, 2004, p. 27). Destarte, a proposta de adequação sociotécnica, então, deve ser compreendida no bojo da Tecnologia Social como um processo que busca

uma adequação do conhecimento científico e tecnológico (esteja ele já incorporado em equipamentos, insumos e formas de organização da produção, ou ainda sob a forma intangível e mesmo tácita) não apenas aos requisitos e finalidades de caráter técnico-econômico, como até agora tem sido o usual, mas ao conjunto de aspectos de natureza socioeconômica e ambiental que constituem a relação ciência-tecnologia-sociedade” (Brandão; Dagnino; Novaes, 2004, p. 38).

Sendo assim, a criação de uma Tecnologia Social não intui a resolução de *déficits* específicos, assim como não se limita a transferência e difusão de concepções lineares. Ao contrário, inscreve-se na dinâmica sociotécnica, como um processo de ressignificação tecnológica. Quando sociotecnicamente adequada, a Tecnologia Social produz, transforma e inova uma determinada realidade social (Fressoli, Thomas, 2010).

Para Dagnino (2014) o conceito de adequação sociotécnica concebe o processo que promove a adequação do conhecimento científico e tecnológico, já incorporado nos equipamentos, insumos e modelos de organizar a produção, além da forma intangível e tácita, provenientes dos requisitos e finalidades de ordem tecnicista, no conjunto dos aspectos da natureza socioeconômica e ambiental que ajudam na constituição da relação existencial entre Ciência, Tecnologia e Sociedade.

De acordo com Dagnino (2014), existem variedades de associações sociotécnicas que assumem complexidade e intensidade, a partir da derivação da experiência de vida do ator social, assim como da sua visão de classe, e da maneira que ele aprende a relação existente entre seu contexto socioeconômico e a produção da tecnologia. Quanto a compreensão da necessidade de associação sociotécnica das tecnologias que envolvem suas atividades, os atores

assumem as seguintes posturas: (i) a primeira postura refere-se ao *discurso* dos atores, declarados nas mídias; (ii) a segunda postura contempla a *proposição* apresentada nas propostas desenvolvidas pelos atores, a partir dos seus discursos e projetos, visando a aquisição de máquinas, equipamentos e insumos tecnológicos e; (iii) a *ação* corresponde a terceira postura, tratando-se da maneira como os atores atuam para materializar as atividades relacionadas as modalidades de associação sociotécnica (Dagnino, 2014).

Seis Variedades de Associações Sociotécnicas	
Tipo	Significado
Uso	o simples uso da tecnologia (máquinas, equipamentos, formas de organização do processo de trabalho etc) já empregada antes (no caso de cooperativas que sucederam a empresas falidas), ou a adoção de tecnologia convencional, com a condição de que se altere a forma como se reparte o excedente gerado, é percebida como suficiente. Isto é, a Adequação Sociotécnica (AST) não é percebida como necessária.
Apropriação	entendida como um processo que tem como condição a propriedade coletiva dos meios de produção (máquinas, equipamentos), ela implica em uma ampliação do conhecimento, por parte do trabalhador, dos aspectos produtivos (fases de produção, cadeia produtiva, etc.), gerenciais e de concepção dos produtos e processos, sem que exista qualquer modificação no uso concreto que deles se faz.
Ajuste do processo de trabalho	implica a adaptação da organização do processo de trabalho à forma de propriedade coletiva dos meios de produção (pré-existentes ou convencionais) e à adoção da autogestão e conseqüente necessidade de adequação ao ambiente de trabalho e de produção democrática ou a questionamentos sobre a divisão técnica do trabalho. Esta modalidade, que supõe um nível de AST superior ao uso e à apropriação, demanda atividades que podem ser assimiladas ao que tem ocorrido com a substituição do modelo organizacional <i>fordista-taylorista</i> pelo <i>toyotista</i> , embora neste caso em função de uma mudança na base técnica.
Alternativas tecnológicas	implica a percepção de que as modalidades anteriores, inclusive a do ajuste do processo de trabalho, não são suficientes para dar conta das demandas por AST dos empreendimentos autogestionários, sendo necessário o emprego de tecnologias alternativas à convencional. A atividade decorrente desta modalidade é a busca e seleção de tecnologias existentes.
Incorporação de conhecimento científico-tecnológico existente	resulta do esgotamento do processo sistemático de busca de tecnologias alternativas e na percepção de que é necessária a incorporação à produção de conhecimento científico-tecnológico existente (intangível, não embutido nos meios de produção), ou o desenvolvimento, a partir dele, de novos processos produtivos ou meios de produção, para satisfazer as demandas por AST. Atividades associadas a esta modalidade são processos de inovação de tipo incremental, isolados ou em conjunto com centros de <i>P&D</i> ou universidades.
Incorporação de conhecimento científico-tecnológico novo	Resulta do esgotamento do processo de inovação incremental em função da inexistência de conhecimento suscetível de ser incorporado a processos ou meios de produção para atender às demandas por AST. Atividades associadas a esta modalidade são processos de inovação de tipo radical que tendem a demandar o concurso de centros de <i>P&D</i> ou universidades, e que implicam na exploração da fronteira do conhecimento.

Quadro 3: Seis modalidades de associações sociotécnicas.

Fonte: Dagnino, 2014, pp. 79-80.

Nesse vetor, os empreendimentos autogestionários passam a objetivar o processo de adequação da tecnologia convencional, inclusive, concebendo novas alternativas, no sentido de adotar critérios suplementares aos usuais técnico-econômico, aplicando-se ainda processos em rede, com ênfase na produção e circulação de tecnologias, por isso

é grande a importância que aqui se confere à adequação sociotécnica para construir um novo tipo de relação social (de produção). Ela só pode ser comparada àquela que possui os obstáculos que a ela existem. Entre eles, a aceitação acrítica do conhecimento que praticamos, gerado numa sociedade de classes e, por isso, tende a reproduzir a exclusão. (Dagnino, 2014, p. 40).

De acordo com a perspectiva de controle da tecnociência pelo homem, grupos sociais e a sociedade como um todo condicionariam os rumos a serem seguidos pela tecnociência, a forma como poderá ser projetada, aplicada. Tais decisões caracterizariam os sistemas técnicos que, por sua vez, condicionam as sociedades (Dagnino, 2014).

Concepções	Simbolismos
Instrumentalismo	<p>Apesar de ser herdeira do iluminismo e do positivismo, ela expressa uma percepção contemporânea que concebe a tecnociência como uma ferramenta gerada pela espécie humana (em abstrato e sem qualquer especificação histórica ou que diferencie os interesses de distintos segmentos sociais) através de métodos que, ao serem aplicados à natureza, assegurariam à ciência atributos de verdade e à tecnologia, de eficiência. Aceita a neutralidade. Não se pretende alterar as relações sociais e os modos de produção, segue vigente o capitalismo.</p> <p>O Instrumentalismo aceita a possibilidade de um controle externo e <i>ex-post</i> ou a <i>posteriori</i> da tecnociência. Depois de produzida através das atividades realizadas em organizações públicas (universidades, institutos de pesquisa) e privadas (empresas, centros de <i>P&D</i>), ela poderia ser submetida a um controle social efetivo baseado num conjunto de princípios éticos de tipo moral, social, ambiental, étnico, de gênero, reconhecido como positivo. Seria esse conjunto de valores o que asseguraria que a utilização do conhecimento ocorresse de modo com eles coerente, de um modo ético.</p>
Determinismo	<p>Combina autonomia e neutralidade, sendo associada à visão marxista tradicional. Simplificando, ela nos diria que: a tecnociência é um motor, uma força produtiva que empurra inexoravelmente as relações sociais de produção na direção de modos de produção cada vez mais perfeitos – do escravismo para o feudalismo, deste para o capitalismo, e do capitalismo para o socialismo e o comunismo.</p> <p>Aceita a neutralidade. Com o determinismo, pretende-se alterar as relações sociais e os modos de produção, segue vigente o capitalismo.</p>
Substantivismo	<p>Entende a tecnociência como dotada de autonomia e intrinsecamente portadora de valores. Seus partidários compartilham o conteúdo mais abrangente da crítica ao marxismo tradicional formulada pela Escola de Frankfurt a partir da década de 1960 e a particularizam em relação à questão da tecnociência (ou da tecnologia). Enquanto a ideia de neutralidade, o Instrumentalismo atribui à tecnociência a busca de uma eficiência (abstrata, mas substantiva), a qual pode servir a qualquer concepção acerca do modo ideal de existência humana, o compromisso da tecnociência com o regime de acumulação capitalista dominante (que embora pareça natural e único, é ideologicamente sustentado), faria com que os valores a ele inerentes fossem a ela incorporados. A tecnociência seria, então, substantiva e, intrinsecamente, capitalista.</p>
Adequação Sociotécnica (AST)	<p>Combina as perspectivas da tecnociência como humanamente controlável e como portadora de valores. Seus partidários concordam com o Instrumentalismo (a tecnociência é controlável), mas reconhecem, como o faz o Substantivismo, que os valores capitalistas conferem à tecnociência características específicas, que os reproduzem e reforçam, que implicam consequências sociais e ambientalmente catastróficas, e que inibem a mudança social. Mas, ainda assim, veem na tecnociência uma promessa de liberdade. O problema não estaria no conhecimento como tal, mas no pouco êxito que temos tido até o momento em criar formas institucionais que, explorando a ambivalência (graus de liberdade) que possui o processo de concepção de sistemas tecnológicos e resignando-nos a “não jogar a criança com a água do banho”, sejamos capazes de exercer o controle humano – coletivo e socialmente equânime – sobre ela.</p>

Quadro 4: Concepções de tecnociência.

Fonte: Adaptado de Dagnino, 2014, pp. 101-105.

Quanto a perspectiva autônoma da tecnociência, seus aspectos eminentemente científicos conduzem a humanidade ao contato com a natureza infinitamente curiosa. Na direção de maximizar a eficiência tecnológica e/ou técnica, não cabe admitir a pergunta da “eficiência para quem”, tendo em vista que as próprias leis imanentes, governadas por impulsos endógenos, conduzem a sociedade numa trajetória linear e inexorável. Nesse modelo de determinismo, cabe a sociedade usufruir da tecnociência e/ou aspecto puramente tecnológico, a partir da aceitação dos seus reais impactos (Dagnino, 2014). Ainda sobre a proposta da Associação Sociotécnica, sua visão busca:

Transcender a visão estática e normativa, de produto já idealizado, e introduzir a ideia de que a tecnociência (ou segundo os sociólogos da ciência hoje mais influentes, a ciência; e segundo os da tecnologia), a tecnologia é em si mesma um processo de construção social e, portanto, político (e não apenas um produto) que terá que ser operacionalizado nas condições dadas pelo ambiente específico onde irá ocorrer, e cuja cena final depende dessas condições e da interação passível de ser lograda entre os atores envolvidos (Dagnino, 2014, p. 104).

Quiçá, outra forma de introduzir a ideia de associação sociotécnica estaria interligada a perspectiva, ou mesmo a concepção, da Tecnociência, conceito que se apresenta ainda mais apropriado a relação social com as tecnologias, em substituição ao conceito de “Ciência e Tecnologia”. Abaixo, foi esquematizadas as representações delimitadas pelo eixo da Neutralidade (vertical), *versus* o eixo do Determinismo (horizontal).

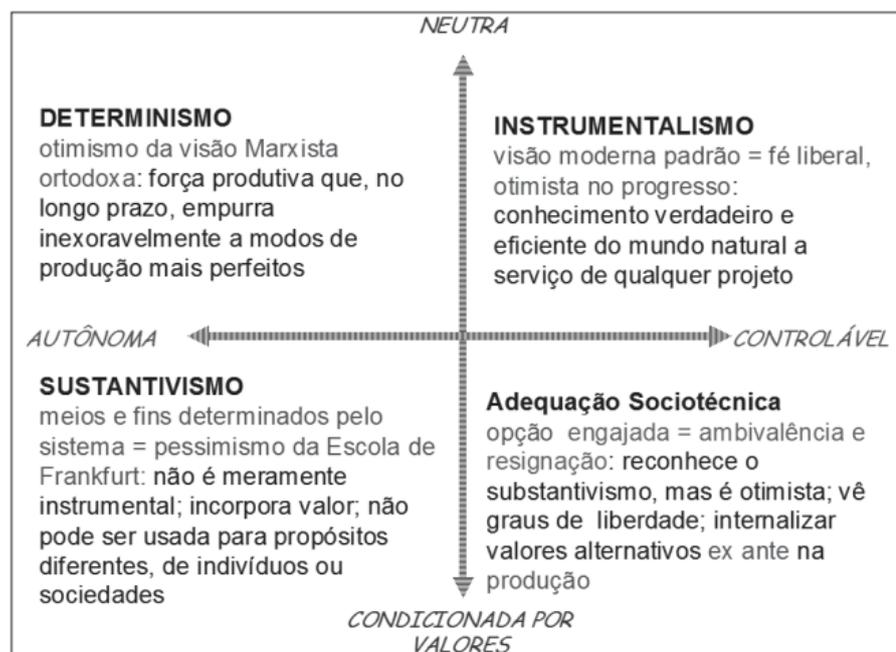


Figura 2: Quatro eixos da tecnociência.

Fonte: Dagnino, 2014, p. 101.

Na busca pelo surgimento de um “novo código sociotécnico”, deparamo-nos com a presente desconstrução da Tecnologia Convencional, que visa reconfigurar e tornar

alternativo o código técnico-econômico “tropicalizado”, ao destacar em seu “processo transicional”, a “participação democrática dos atores sociais”, bem como sua “capacidade autogestionária”. Nessa perspectiva, a associação sociotécnica caracteriza-se como processo contra-hegemônico, situados em ambientes onde valores predominantes e não questionados são conduzidos pelo interesse do capitalismo (Dagnino, 2014).

Na parte superior do eixo vertical, encontra-se a perspectiva da tecnociência neutra, livre de valores e interesses econômicos, políticos, morais ou sociais, imbricados no ambiente em que se produz a tecnociência. O entendimento da associação sociotécnica, então, passa a depender da situação que se demanda, na determinação da formação histórico-social. Já na parte inferior, o eixo vertical indica que a tecnociência poderá ser condicionada pelos mesmos valores acima elencados, isto é, por eles condicionada (Dagnino, 2014).

Para a perspectiva neutra, a materialidade da tecnociência em dispositivos técnicos, dar-se-ia por meio da concatenação de mecanismos considerados causais, cuja aplicação do conhecimento ocorra (ou não), o mesmo conhecimento seria utilizado para fomentar o “bem” ou o “mal”. Já pelo viés de sua condicionante em valores, a tecnociência resultaria da materialidade, que torna a associação sociotécnica uma entidade socialmente constituída, carregadora de valores em si própria, visando reforçar a própria associação (Dagnino, 2014).

No eixo horizontal, centralizam-se as perspectivas do determinismo tecnológico em referência a tecnociência. No lado direito, a exemplo, localiza-se a perspectiva que indica possibilidades do controle da tecnociência pelo homem, enquanto no lado esquerdo, situa-se a perspectiva autônoma da tecnociência. O poder político somado ao cognitivo e econômico, reveste-se na forma de recurso, com a pretensão de estabilizar conjuntamente o “social” e o “técnico”, caminho que sequencia arranjos híbridos, tornando indissociáveis a mistura dos elementos tecnológicos com os sociais (sociotécnicos) (Dagnino, 2014).

Conforme representado na figura abaixo, a forma de cooperação que preside na Tecnologia Convencional é central no avanço da Tecnologia Social. Situar a propriedade privada como elemento exógeno ao ambiente produtivo da Tecnologia Convencional, condiciona um tipo de acordo social que configura o tipo de cooperação para a produção. Sendo assim, entender as características que presidem em cada concepção de cooperação também ajuda a especificar um novo tipo de controle e, conseqüentemente, utilizar o modelo tecnológico da Tecnologia Social sob outros parâmetros. Neste ponto, seria importante destacar que o “desenvolvimento de uma Tecnologia Social” perpassa a trajetória da adequação sociotécnica da Tecnologia Convencional, posto que a Tecnologia Social somente estará completa “quando se tornar impossível “recortar”, no âmbito de um tecido uniforme e “sem costuras”, que se irá

constituir, os pedaços do “social”, do “técnico” e do “econômico” que se irão co-organizando (Dagnino, 2014, p. 187).

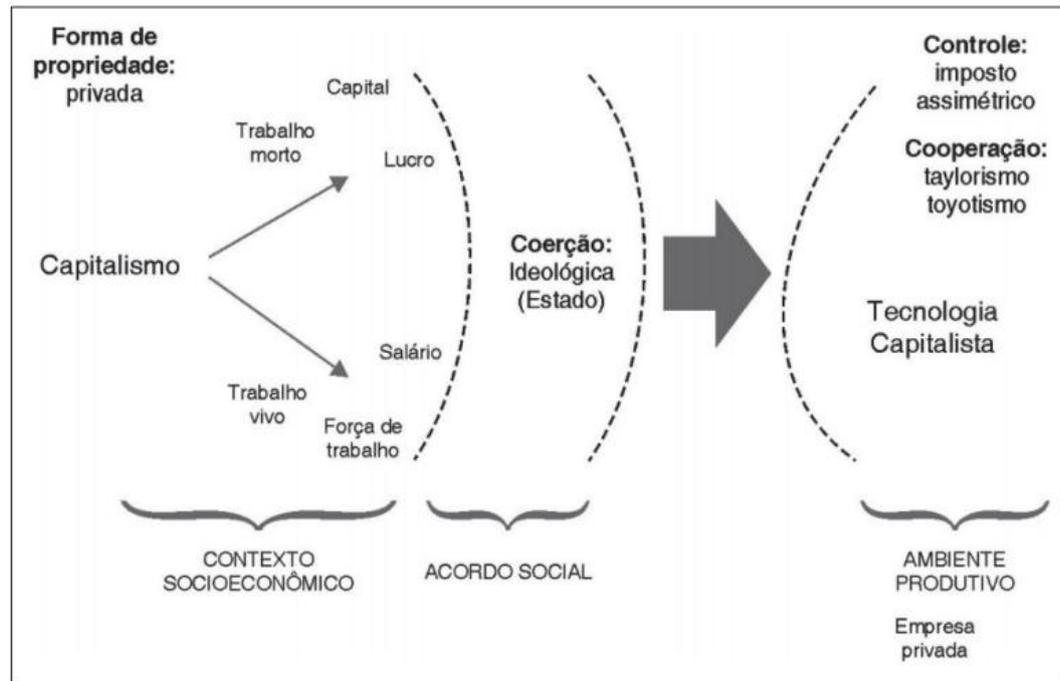


Figura 3: Características da tecnologia convencional.

Fonte: Dagnino, 2014, p. 143.

Por outra via, no sentido simétrico de desenvolvimento, “operar sobre uma dada tecnologia convencional, situada num dado contexto sociotécnico, indicando como conduzir o processo de adequação sociotécnica, será entendido como “aquele” que leva ao desenvolvimento da Tecnologia Social” (Dagnino, 2014, p. 190), conforme indica a figura 3.

Quanto ao conceito de Adequação Sociotécnica, este compreende o processo de equipamentos que estejam associados ou não a um tipo de tecnologia desincorporada. Na América latina, a “tropicalização” tornou a Adequação Sociotécnica uma engenharia reversa, reconhecida a adequação de outras tecnologias pré-existentes, em situações distintas daquelas originalmente projetadas. Tão logo, a proposta da Adequação Sociotécnica vai além das finalidades técnico-econômicas tipificadas em ambientes submetidos a lógica capitalista.

A Adequação Sociotécnica refere-se ao conjunto de processos que desconstroem e, na sequência, reconstroem modelos da Tecnologia Convencional. No processo de reconstrução, encontra-se a descontaminação de valores e interesses que abrangem a ordem tecnocientífica. Assim, a “nova” tecnologia convencional concebe e possibilita intervenções no movimento social ao entorno de sua própria Adequação Sociotécnica e, portanto, materializando o desenvolvimento da Tecnologia Social (Dagnino, 2010; 2014).

As discussões sobre correntes sociotécnicas tornaram-se fundamentais para o alinhamento das propriedades “técnicas” e “sociais”, do ponto de vista empiricista, aos estudos da Tecnologia Social, a fim de dar conta das inter-relações e das mudanças tecnológicas e sociais igualmente imbricadas durante a “mediação sociotécnica” (Andrade; Cordeiro Neto; Valadão, 2014; Fressoli; Thomas, 2010). Por isso, “ao propor uma mediação que considere os processos de desenvolvimento da Tecnologia Social, de forma que os híbridos sociotécnicos possam se constituir num ponto para equilibrar tais ênfases e acentuar a relação sociotécnica, encontra-se uma unidade de análise da Tecnologia Social e de suas representações” (Andrade; Cordeiro Neto; Valadão, 2014, p. 55).

2.4 DEMISTIFICANDO A TECNOLOGIA SOCIAL (TS)

A Tecnologia Social (TS) compreende a parte de um todo maior envolto, que considera uma base tecnológica sempre associativa a uma demanda social específica, assim como, a preceitos da economia solidária e à extensão universitária tecnológica. À lógica associativa da economia solidária evidencia o modelo particularizado de estruturar um trabalho e/ou uma produção, sempre colaborativos, a demandas que atendam às soluções técnicas tipológicas da inclusão e/ou ainda resolutas no tocante ao problema social envolto, destacadas pela produção colaborativa, a partir de extensões universitárias tecnológicas (Brandão, 2014; Dagnino, 2004, 2010, 2014).

Apreendida enquanto desdobramento de um movimento iniciado em 1920, por Gandhi¹⁸, a Tecnologia Social encontra na lógica de seu funcionamento a busca por transformação na vida das pessoas envoltas da pobreza e da exclusão social. Nesse sentido, ao longo do seu desenvolvimento histórico, novas pautas foram acrescentadas a sua “técnica”, como os aspectos do “controle democrático”, “autogestão” e “empoderamento de trabalhadores e membros-usuários”, sendo tais aspectos caracterizados nos mais variados modelos de Tecnologia Social, e não apenas na inauguração do rol exemplificativo que caracterize todo e qualquer tipo de Tecnologia Social, além de indicar um avanço da adoção tecnológica para além de segmentos identificados como menos favorecidos e marginalizados em determinado contexto social (Dagnino, 2004, 2010; Freitas, 2012).

¹⁸ Na década de 20, do século passado, Gandhi deu início ao programa que visou a popularização da fiação manual em uma roça de fiar, marco que ficou conhecido como a luta contra o domínio britânico na Índia, uma vez reconhecido o primeiro equipamento tecnológico apropriado.

Na contemporaneidade, a Tecnologia Convencional (TC) representa um grande paradigma. Tratando-se de uma solução técnica seguidora da tecnocracia capitalista, que não visa responder a efetivas necessidades de um grupo, uma vez constituída sem o diálogo entre as partes que a produziram e/ou aquelas que estarão sujeitas aos seus efeitos, pautada ainda na fundamentação da geração de riquezas aos seus produtores, ao tornar dependentes aqueles que da tecnologia produzida se utilizam.

Por isso, a Tecnologia Convencional possui simplicidade na replicação, pois apresenta alto grau de inserção nos mais variados ambientes e contextos possíveis, porém, não se preocupa com o processo de adaptação e às condições do grupo que replicará a Tecnologia Convencional. Ao contrário da Tecnologia Social, a Tecnologia Convencional

não se adapta ou se adequa às condições sociais e ambientais em que é introduzida, de modo a, dentre outras coisas, impactá-las positivamente o mínimo possível. Ao contrário, para que funcione adequadamente, ela demanda que o meio natural e social se reestruturarem naquilo que for necessário, de modo a se adaptarem a ela e às suas condições específicas de operação (Cruz, 2017, p. 31).

Para Dagnino (2004) seria possível adaptar a Tecnologia Convencional nos próprios empreendimentos, processo por ele intitulado de adequação sociotécnica. Então, o grupo interessado pela base tecnológica do empreendimento replicará, entre seus membros, a adequação dos valores originários da Tecnologia Convencional, reestruturando-a conforme o interesse social do grupo. Atendidos os critérios da Tecnologia Social, sua reaplicação passará a ser pautada por outros grupos, demandando novas formas de adequações sociotécnicas.

A necessidade de conceber Tecnologia Social em nossa atualidade, relaciona-se a inadequação da Tecnologia Convencional em promover Inclusão Social (IS). Isso porque, a TC ainda cumpre o propósito de maximização de lucros na empresa privada. Por outro lado, observa-se que o campo dos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia (ESCT) nas instituições públicas (universidades, centros de pesquisa, incubadoras, etc.) ainda carece de desenvolvimento tecnológico, principalmente, no sentido de viabilizar a IS, assim como tornar autossustentável e autogestionário o conhecimento científico e tecnológico das organizações públicas e outras partes do aparelho do Estado (Dagnino, 2014; Freitas, 2012).

A TC, então, atua como (i) poupadora da mão de obra conveniente e, portanto, superestima a produtividade; (ii) alienante, já que a potencialidade do produtor é descartada; (iii) intensificadora de insumos sintéticos acima do conveniente para a produção; (iv) padronizadora de escalas de produção sempre orientadas pelo mercado externo, portanto, monopolizada por grandes empresas de países ricos; (v) hierarquizada, pois a inclinação produtiva é definida pelas máquinas; (vi) insustentável do ponto de vista ambiental, já que o

capitalismo não considera a deterioração do meio ambiente e; (vii) coercitiva, uma vez que possui controles para diminuição da produtividade humana (Cruz, 2012; Dagnino, 2014).

Já na lógica do capitalismo, a TC é funcional por responder a produção de bens e serviços na empresa privada. Sua obviedade também apresenta um contraste a política de inclusão social difundida pelos governos de países mais desenvolvidos e as grandes empresas que neles se instalam, ao aderirem o discurso “da visão tecnológica melhorada, atual, de ponta, única existente”, seguido pelo processo de generalização da compra desse discurso pela sociedade, internalizada em todos os âmbitos, tornando-se um senso comum (Dagnino, 2014).

Enquanto “tecnologia capitalista”, a TC é mais poupadora de mão de obra do que seria conveniente porque o lucro das empresas depende de uma constante redução da mão de obra incorporada ao produto, ou do tempo de trabalho socialmente necessário para produzir mercadorias”, por isso, o excesso de “trabalho humano” se torna uma questão a ser trabalhada, a ser pensada, repensada, já que seu indicador de produtividade humana não é enviesado de modo neutro (Dagnino, 2014, p. 20).

De outro modo, a TC se faz diferente da TS por transformar conhecimento em bens e serviços, reproduzindo o próprio valor tecnológico; por desenvolver-se na seara dos governos de países centrais; sendo concebida, legitimada e demandada nos ambientes sociais e políticos em que organizações e profissionais vinculados estão imersos (Dagnino, 2014).

Indagando-se sobre a possibilidade do ambiente universitário gerar TS, a partir de uma TC, Dagnino (2014) aponta, inicialmente, o olhar sobre as condições científicas e tecnológicas apresentadas pelos ambientes universitários em direção a aproximação das duas vertentes (TC e TS). Logo após, três questões centrais são lançadas: (i) como ocorre o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia na universidade e como ele pode agregar com a teoria dos marxistas não ortodoxos contemporâneos?; (ii) como identificar a percepção da universidade sobre seu desenvolvimento de TC em TS?; (iii) como analisar a forma de organização das universidades para o desenvolvimento do conhecimento social e tecnológico?

Então, Ciência e Tecnologia (C&T) são (re)organizadas num ambiente político por profissionais do ensino que também concebem e reproduzem os valores da TC de forma sistematizada e em maior escala. Nesse contexto, “não é só a maneira como se organiza o trabalho (*orgware*), mas o substrato tecnológico (*hardware* e *software*) e o próprio substrato científico que de alguma maneira produz a tecnologia que será utilizada na empresa, o que precisa ser transformado” (Dagnino, 2014, p. 25). Nesse sentido, a TC se reconfigurará em forma de TS, na medida em que a TC se torne propulsora da inclusão social, a partir do momento em que dilatar o antigo nicho de aplicação, replicando-se, contudo, em diferentes

projetos de atores sociais, em especial, entre aqueles que poderão alavancar a mudança social entre pessoas excluídas (Dagnino, 2014).

Destarte, a história da tecnologia é marcada por determinismos enviesados e desbalanceados por padrões exógenos, capazes de condicionar a trajetória de determinados atores centrais ao campo tecnológico e científico. Esse olhar ajuda a compreender a lógica de funcionamento da TC, com base na lógica da ciência que não “caiba” nos limites da “sociedade”, utilizando-se de perguntas consideradas funcionais no contexto das relações sociais, tendo em vista que “à ciência, na verdade, não se coloca problemas em função da curiosidade do cientista por meio de um contato com a natureza (individual, não determinado pelas relações sociais, pelos interesses dominantes, pelas culturas institucionais em que se verifica esse contato, etc.)” (Dagnino, 2014, p. 26).

Sobre o papel da universidade no desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia (C&T), Dagnino (2014, p. 27) esclarece:

Ela percebe a ciência como tendo um motor de crescimento que guiaria seu desenvolvimento de acordo com leis próprias, definidas endogenamente. Para que esse motor funcionasse bem, seria necessário que se mantivesse isolado em relação à sociedade. Essa seria a única forma pela qual a ciência poderia se desenvolver de modo verdadeiro e eficaz.

Nesse olhar, enquanto a tecnologia busca o sentido da eficiência, seu aspecto científico busca comprovar a “verdade” sobre sua eficiência. Logo, “a tecnologia seria o resultado de uma aplicação científica. Considerando o tempo como sendo a única variável, a tecnologia atual seria a descoberta científica mais recente e, portanto, tornando os modelos de tecnologias sucessoras obsoletas” (Dagnino, 2014, p. 28).

De acordo com Dagnino (2004; 2010; 2014) a Tecnologia Convencional projetada para os países mais desenvolvidos, pode se apresentar inadequada para o Brasil. Desde a década de 70, a “inadequação tecnológica” tem causado desemprego, concentração econômica excessiva, degradação ambiental e uma infinidade de implicações negativas ao país. Por isso, a observância das especificidades locais tem auxiliado na identificação de mecanismos capazes de desenvolver tecnologias reversas. Mudanças tecnológicas em âmbito internacional e nacional destacam o poder financeiro e especulativo, o processo de precarização nas relações laborais, desemprego e subemprego em alta, enfim, a exclusão social, pois, de fato,

às mudanças apontadas, sobretudo pela abertura comercial, reduzem nossa capacidade de promover processos de adequação tecnológica, semelhantes aos que ocorreram no passado. Ao mesmo tempo, fazem com que, por motivos adicionais de caráter socioeconômico e ambiental e pela necessidade de conferir competitividade aos novos arranjos produtivos frente ao grande capital, seja forçoso focar de maneira radicalmente distinta as transformações tecnológicas e gerenciais em curso no mundo do trabalho e o processo de adequação tecnológica que elas demandam (Dagnino, 2014, p. 63).

Nesse sentido, a adequação sociotécnica, que visa “adequar” a Tecnologia Convencional em Tecnologia Social, professa a operacionalização de dois enfoques analíticos, a saber: (i) primeiramente, tem-se a “construção social de ciência”, sendo derivada da pesquisa de sociólogos e economistas, lançando crítica a visões tradicionais europeias sobre os mecanismos de articulação entre Ciência, Tecnologia e Sociedade; (ii) já no segundo enfoque, encontra-se o processo de desenvolvimento científico e tecnológico filiado a visão latino-americana, utilizada para se referir ao contexto sociocultural e interpretativo de ações conexas ao pensamento em Ciência, Tecnologia e Sociedade (Dagnino, 2014; Freitas, 2012).

No sentido de conferir ambiciosos impactos na transformação de uma Tecnologia Convencional em Tecnologia Social, a redefinição de critérios adiciona

a oportunidade de aplicação de seus resultados e as demandas cognitivas identificadas no seu âmbito de intervenção, elas exploram aspectos teóricos, metodológicos e práticos da adequação da tecnologia convencional – nas suas dimensões *hardware*, *software* e *orgware* – aos empreendimentos autogestionários e à demanda das Redes de Economia Solidária (Dagnino, 2014, p. 70).

Em relação às abordagens sobre exclusão social, surge a necessidade de compreender como a conjuntura da Tecnologia Social relaciona a produção da tecnologia a estratégia de conseguir emprego. Nesse sentido, a adequação sociotécnica, em suas dimensões de *hardware*, *software* e *orgware*, ao ser concebida por empresas convencionais ou mesmo empreendimento autogestionário, enquanto tecnologia de elevada escala e hierarquização, pode tornar-se cada vez mais produtiva, com possibilidade de replicação em contextos produtivos com características significativamente distintas (Brandão; Dagnino, 2014).

O sentido etimologicamente estrito do conhecimento científico e tecnológico desenvolvido, em específicos contextos econômico e social, inclina-se a atender demandas materiais da necessidade humana, inclusive, buscando superar a lógica de produção da ciência e tecnologia associada a produção e consumo que legitima interesses de grupos sociais dominantes, tão logo, servindo de reforço aos modelos hierárquicos e formas autoritárias de controle capitalista (Brandão; Dagnino, Novaes, 2004; Dagnino, 2014).

Nesse processo, o desenvolvimento de Ciência e Tecnologia manifesta a forma material, no intuito de prevalecer os interesses da classe social dominante, assim como, de forma ideológica, propagar, apoiar e legitimar interesses dominantes, exercendo o papel político que se determina ao distribuir poder e controlá-lo (Brandão; Dagnino, 2014). Não obstante, Ciência e Tecnologia (C&T) ainda poderão ser vistas como não funcionais, de modo *lato sensu*, em relação à sociedade, na perspectiva de dominação capitalista, uma vez que a natureza da Ciência e Tecnologia (C&T)

seria determinada pelo ambiente em que foi gerada e acabaria determinando a forma de organização social mais adequada à sua utilização. De um lado, as condições de valorização do capital e, de outro, o que não seria senão outro aspecto da mesma questão, a necessidade de reproduzir a base material, técnica, requerida pela reprodução das relações de produção (Dagnino, 2014, p. 77).

Nesse exame, a questão da adequação deverá ser realizada com base na exploração de três vertentes analíticas, segundo Dagnino (2014, p. 74), a saber:

“(i) a sociologia da ciência e da inovação: desde o enfoque mertoniano – da interpretação do contexto social como um elemento perturbador da vigência do método, a ser mantido afastado do ambiente científico para garantir seu caráter verdadeiro – até as visões da “ciência negociada” de Latour e Callon e do construtivismo de Pinch e Bijker que a vê como uma construção que carrega consigo os determinantes intrínsecos ao contexto sócio histórico que a originou; [...] (ii) a economia da tecnologia: desde a vertente neoclássica da tecnologia como uma simples combinação entre quantidades variáveis de capital e trabalho determinadas em função de parâmetros claramente sociais, a taxa de juros e de salário, até a neoschumpeteriana e evolucionista que pretendem ter aberto a “caixa preta” da tecnologia, mas que, paradoxalmente, combinam a riqueza de seu instrumental analítico com a visão determinista que entende o avanço tecnológico como sendo inexorável e determinante das transformações socioeconômicas; [...] (iii) teoria política do progresso técnico: desde a interpretação marxista tradicional das forças produtivas como motor da história e determinante das relações de produção e da irrupção de sucessivos modos de produção, até a visão crítica da neutralidade, de Gorz, Coriat e Feenberg, que também a partir do marxismo, entende a C&T produzida sobre a égide de um dado regime social de acumulação como sendo, não apenas por ele determinada, mas inibidora de sua transformação e dificilmente utilizável na construção de arranjos socioeconômicos alternativos”.

Para superar as limitações dessas correntes, tornar-se-ia necessário lançar crítica as possibilidades de utilização do conhecimento científico e tecnológico, ao passo que se busque melhor aplicação do conhecimento, a partir da apropriação dos próprios atores sociais interessados na ciência e tecnologia, e que visam na ciência e tecnologia em voga, a própria mudança social. O ator, então, ao se apropriar do conhecimento existente na Ciência e Tecnologia (C&T), transformar-se-ia em ator político, sendo o maior interessado na nova finalidade científica e tecnológica, visto que

a manutenção da tecnologia existente faria ressurgir as relações de produção anteriores através da divisão capitalista do trabalho. Dessa maneira, aquele que aspire a uma sociedade diferente teria que estar disposto a imaginar uma maneira de fazer ciência distinta da atual; mais ainda, não teria mais remédio que desenvolvê-la, pois a existente não lhe alcançaria como instrumento para a mudança e a construção desta sociedade diferente. (Dagnino, 2014, p. 78).

Perante a dimensão científico-tecnológica, a RTS apresenta duas características imprescindíveis ao seu entendimento, a saber: (i) o marco analítico-conceitual, que propõe o processo de sua denominação enquanto Tecnologia Social e; (ii) seu processo de alcance, *a priori*, constituído em forma de rede. A RTS surge como alternativa para solucionar problemas sociais dimensionados em rede, desde que ciência, tecnologia e sociedade, articulem-se de

modo a construir uma nova realidade social (Brandão, 2014; Brandão; Dagnino; Novaes, 2004; Cruz, 2017; Freitas, 2012).

Inicialmente, Dagnino (2011), difundiu a Tecnologia Social como sendo o resultado de uma ação coletiva de produtores, à luz de um trabalho, em contexto socioeconômico, sendo acordado socialmente para legitimar o associativismo na propriedade coletiva. Seu olhar ainda é corroborativo com a perspectiva da Rede de Tecnologia Social¹⁹ (RTS) que compreende a TS como resultado de um produto, técnica e/ou metodologia reaplicável, desde que se desenvolva na e durante a interação de indivíduos com a comunidade, e que simbolize soluções para a transformação social entre os envolvidos.

Quanto aos propósitos de constituição da RTS, destacam-se como principais: (i) a adoção por instituições (públicas e privadas) de Tecnologias Sociais como políticas públicas; (ii) contribuir com a apropriação das Tecnologias Sociais reaplicadas pelas comunidades-alvo e; (iii) desenvolver novas Tecnologias Sociais, principalmente, nos casos em que inexistam Tecnologias Sociais para a reaplicação.

Andrade, Cordeiro Neto e Valadão (2014), ao realizarem uma vasta revisão sistemática da literatura no tocante as derivações conceituais que, historicamente, auxiliaram na concepção das Tecnologias Sociais, propuseram uma síntese entre as mais relevantes derivações conceituais, a partir dos anos 60, conforme apresentado no quadro abaixo.

Conceitos	Fase Principal	Autores	Conteúdo Abordado
Tecnologias Democráticas	Década de 1960	L.Mumford	Denuncia os riscos políticos de produção em escala. Propõe o desenvolvimento de tecnologias democráticas pela produção em pequena escala, com base na habilidade humana, na energia animal ou pequenas máquinas sob direção comunitária.
Tecnologias Apropriadas (fase I)	Década de 1960	N. Jecquier	Os primeiros enfoques teóricos sobre tecnologias apropriadas enfatizavam a necessidade de produzir tecnologias em pequenas escalas, uso de tecnologias maduras, baixa complexidade, baixo custo, escasso consumo energético e mão de obra intensiva. Na prática, muitas implementações resultaram em experiências “paternalistas”, orientadas para resolução de problemas pontuais.
Tecnologias Intermediárias	Década de 1960	H. Pack, K. Riskin	Tecnologias orientadas para resolução de problemas locais, sem requerimentos técnicos, cognitivos ou econômicos intensivos, que utilizam matéria-prima e recursos humanos disponíveis. Baseiam-se em tecnologias maduras e trata-se de tecnologias de mão de obra intensiva.

¹⁹ A Rede de Tecnologia Social (RTS) é constituída por instituições (públicas e privadas), que visam atender aos propósitos de reunir, organizar, articular e integrar instituições na promoção do desenvolvimento sustentável, mediante a difusão e a reaplicação em escala de Tecnologias Sociais no Brasil, de acordo com Albuquerque L.C., na Obra **Tecnologias Sociais: caminhos para a sustentabilidade**, 2009, pp. 15-24.

Tecnologias Apropriadas (fase II)	Década de 1970	P. Bourrieres, K. Reedy, A. Robinson	A complexidade conceitual de “tecnologia apropriada eficiente” tentou determinar a tecnologia apropriada tanto para países desenvolvidos, quanto para países em desenvolvimento, assim como para pequenas comunidades e empresas. São incorporadas ferramentas de análise e critérios de planificação, projetos, implementação e avaliação.
Críticas às Tecnologias Apropriadas	Década de 1980	W. Rybczynski, A. Ahmad	Entende que a implementação de tecnologias intermediárias e apropriadas, sem prévio questionamento da racionalidade tecnológica ocidental dominante, acarreta uma concepção neutra e, portanto, determinista, da tecnologia como meio de mudança social.
Tecnologias Alternativas	Década de 1990	R. Dickson	Objetiva sair do problema conceitual das tecnologias apropriadas e instrumentalizar “tecnologias alternativas”: máquinas, técnicas, instrumentos necessários para refletir e manter as formas de produção social não opressoras e não manipuladoras; e uma relação não exploratória com o meio ambiente natural.
<i>Grassroot Innovation</i>	Década de 2000	A Gupta, R. Sinha, R. Koradia, R. Patel	Já conhecida na Índia há mais de 20 anos, foi concebido como um projeto orientado a pesquisa para resgatar os conhecimentos tecnológicos dos setores vulneráveis da sociedade. Premissa de recuperar a capacidade de inovação dos setores marginalizados da sociedade.
<i>Social Innovations</i>	Década de 2000	L. Martins, S. Osberg	Fundamentalmente orientada ao desenvolvimento e à difusão de tecnologias organizacionais, destinadas a favorecer a mudança social, mediante a satisfação de grupos sociais desfavorecidos. Diferentemente da inovação convencional, que se concentra em objetivos econômicos e orientados ao aumento do lucro, a inovação social preocupa-se em alcançar metas sociais, culturais e políticas.
Base da Pirâmide	Década de 2000	C.K. Prahalad	Orientada ao desenvolvimento de inovações destinadas ao mercado de população pobre, que respondam a suas “verdadeiras” necessidades. Tal proposta critica os enfoques tradicionais assistencialistas e propõe o setor privado como motor do alívio da pobreza.
Tecnologia Social	Década de 2000	R. Dagnino, F. Brandão, H. Novaes	A Tecnologia Social compreende produtos, técnicas e/ou metodologias replicáveis, desenvolvidas em interação com a comunidade e que re representam efetivas soluções de transformação social. Apesar do conceito replicação constituir uma contribuição significativa, a conceituação de tecnologia social adotada supõe amplas margens de ambiguidades.

Quadro 5: “Tecnologia Social” como “Tecnologia Alternativa”.

Fonte: Adaptado de Andrade, Cordeiro Neto & Valadão, 2014, p. 54.

Nesse sentido, a partir de 1960, passou-se a discutir criticamente o papel da tecnologia na sociedade brasileira. Várias perspectivas, cada vez mais crescentes, atribuíram a tecnologia o caráter de “apropriada”, “intermediária”, “democrática” e/ou mesmo “alternativa”. Sem sombra de dúvidas, tais concepções auxiliaram no processamento do atual conceito das

tecnologias que são desenvolvidas para atender ao social, bem como contestar o propósito das tecnologias convencionais, visto que tecnologias desenvolvidas para o social almejam: (i) desenvolver comunidades; (ii) gerar serviços e alternativas tecnoprodutivas e; (iii) reverter a realidade socioeconômica nos cenários de pobreza e exclusão (Thomas, 2009).

Seria ingenuidade pensar que uma tecnologia alternativa pudesse alterar processos culturais e estruturas de poder vistas como indesejadas, ou mesmo, tornar-se significativa sem passar pelo ambiente político de cientistas “bem-intencionados”, quando da transferência da TA, de países avançados tecnologicamente, para a Ciência e Tecnologia (C&T) dos países periféricos. “Esta crítica revela a consciência de que, se a TA não fosse “demandada” por um ator com força política, ela permaneceria como uma curiosidade ou benemerência tecnológica. Coerentemente, com o contexto sociopolítico latino-americano de então, este ator ser o Estado” (Dagnino, 2011, p. 3). Dentre seus principais pressupostos teóricos, a Tecnologia Apropriada (TA) foi duramente criticada devido a genérica denominação que professava:

Ser produzida por pesquisadores, “ofertada” por meio de bancos de dados, e “demandada” pelos pobres do campo e da cidade. Atacava-se também a noção de que, para desenvolver a TA, bastava utilizar o conhecimento “armazenado” na universidade, tentando adaptá-lo (ou simplificá-lo) para que sua aplicação evitasse os impactos negativos que a Tecnologia Convencional causava. Entre esses efeitos, estaria a demanda por mão de obra “qualificada”, o alto custo de capital por posto de trabalho gerado, o desemprego, a marginalização, o uso intensivo de insumos sintéticos, a degradação ambiental, etc. (Dagnino, 2011, p. 2).

Com o lançamento da crítica ao movimento da TA, duas grandes questões foram expostas. A primeira trouxe à cena tecnológica a adoção da perspectiva dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ESCT). Colocou-se em pauta os obstáculos encontrados no desenvolvimento da TS e, tão logo, ações para neutralizar as barreiras de desenvolvimento foram propostas, com base na compreensão de Ciência e Tecnologia (C&T), como sendo apreendidas por meio de um processo de “construção social negociada” e, portanto, tornando-se necessária a conscientização dos atores envolvidos na produção e na utilização do conhecimento técnico científico (Dagnino, 2011).

A construção de um marco analítico-conceitual para abordar a TS, ainda tem sua base de princípios e ideias disseminadas no campo dos ESCT, após o movimento da TA. As contribuições teóricas permitiram avançar em direção ao conjunto de indicações de caráter sociotécnico, no que tange a possibilidade de desenvolvimento da TS. Dessa forma, às indicações de caráter sociotécnico permitiram: (i) recuperar a Teoria da Inovação pelo olhar do Neoliberalismo, de modo que o objetivo da Tecnologia Convencional (TC), em princípio, aumentasse a mais-valia, para só depois, caso o empresário considerasse conveniente, aderir a competitividade intercapitalista para evitar o desemprego; (ii) apontar a propriedade privada

dos meios de produção como determinadora das finalidades da TC; (iii) demonstrar que Ciência e Tecnologia (C&T) são “construções sociais negociáveis” e não resultantes da verdade e eficiência entre atores; (iv) propor a Tecnociência como alternativa reflexiva a TC; (v) refutar o marxismo ortodoxo que versa sobre a “neutralidade científica” e “determinismos tecnológicos”, ao descartar a tecnologia capitalista enquanto construtora de um projeto político alternativo; (vi) sinalizar e introduzir o diagnóstico em referência a dependência cultural e a “condição periférica”, outrora atribuída ao produtor da tecnologia pelo olhar latino-americano e; (vii) utilizar e viabilizar a adequação sociotécnica para transmitir a cultura hegemônica da TC para outros ambientes que possibilitem a construção da TS (Dagnino, 2011).

De acordo com o modelo usualmente difundido sobre a tecnologia, seu olhar conceberia a TS como “um “produto-meta a ser desenvolvido por uns, nos ambientes em que usualmente se perseguem resultados de pesquisa, e “oferecido”, numa espécie de “mercado de TS”, a outros que, supõe-se, encontram-se dispostos a “demandar” esses resultados” (Brandão; Dagnino; Novaes, 2004, p. 19).

Entretanto, ao concebê-la sob o viés da Inovação Social, a TS é observada como um processo pelo qual emerge um conhecimento que fora criado para atender aos problemas enfrentados por um grupo de atores. Sendo assim, em cada processo difuso ou que ocorra a transferência de uma tecnologia, nasce um processo de inovação com características particulares, ocorrendo, assim, o que a RTS denomina de “reaplicação”, isto é, “a denominação de um processo específico com aspectos distintivos, próprios, dado pelo caráter do contexto sociotécnico que conota a relação que se estabelece entre os atores com ela envolvidos” (Brandão; Dagnino; Novaes, 2004, p. 19).

De acordo com Barbieri e Rodrigues (2008), a Tecnologia Social não pode ser pensada para um lugar e aplicada em outro, por isso, deve ser pensada como um “processo social” desenvolvido no lugar onde encontramos uma tecnologia central ao conceito da Tecnologia Social, a ser utilizada por atores envolvidos no processo de constituição.

Nesse sentido, a preocupação com o “processo de produção de tecnologia” deve ser esclarecida na perspectiva da Tecnologia Social, uma vez que seu “processo de produção” também se encontra presente nas “Tecnologias Convencionais” e em muitas correntes de “Tecnologias Apropriadas”. Assim, o processo de produção da Tecnologia Social centraliza, prioritariamente, a emancipação dos produtores, atores e/ou usuários envolvidos no cenário tecnológico elaborado (Barbieri; Rodrigues, 2008).

De um outro modo, a Tecnologia Social é construída no coletivo por aqueles que dela irão se beneficiar, sua construção implica em solucionar e/ou beneficiar uma necessidade

do próprio coletivo com autonomia. Destarte, a Tecnologia Social não se confunde com usuários que importam soluções produzidas por outras equipes especializadas, como ocorre em casos com adoção da “Tecnologia Apropriada” (Barbieri, Rodrigues, 2008). Não obstante, Dagnino (2014) explorou o conceito de Tecnologia Social pelo viés da Inclusão Social, cujo enfoque da concepção tecnológica, interdisciplinarmente, emerge da orientação para solucionar um problema de origem social e, sucessivamente, a elaboração de políticas que são balizadoras dos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia (ESCT).

Pensando no guia para o processo de compreensão à luz das reflexões propostas pelas Tecnologias Convencionais *versus* Tecnologias Sociais, apresentamos logo abaixo a elaboração de um quadro comparativo que busca esclarecer às questões comparativas.

Como é a Tecnologia Convencional (TC)?	Como Deve Ser a Tecnologia Social (TS)?
(i) maximiza a produtividade em relação à mão de obra ocupada; (ii) alienante, pois não utiliza a potencialidade do produtor direto; (iii) possui padrões orientados pelo mercado externo de alta renda; (iv) hierarquizada: demanda a figura do chefe, a exemplo; (v) monopolizada pelas grandes empresas dos países ricos.	(i) pode adaptar-se a pequeno tamanho (físico e financeiro); (ii) liberadora do potencial físico e financeiro, e da criatividade do produtor direto; (iii) capaz de viabilizar economicamente os empreendimentos autogestionários e as pequenas empresas; (iv) orientada para o mercado interno de massa; (v) não discriminatória; (vi) liberada da diferenciação – disfuncional, anacrônica e prejudicial nos ambientes autogestionários – entre patrão e empregado; (vii) Alternativa real de inclusão social para a população marginalizada.

Quadro 6: Comparativos entre Tecnologias Convencionais *versus* Tecnologias Sociais.

Fonte: Adaptado de Dagnino, 2014.

Para Dagnino (2014), as principais razões que concebem uma Tecnologia Social, com base na articulação metodológica com a ESCT, são: na primeira razão, destaca-se a não aderência da Tecnologia Convencional como sendo adequada para a inclusão social, visto que sua aderência é preponderante na iniciativa privada, cuja maximização do lucro torna-se seu propósito de desenvolvimento, inviabilizando a inclusão social, *a priori*.

Já na segunda razão, observa-se que as instituições públicas (tais como universidade, centros de pesquisa, etc.) que estão envolvidas com a produção de conhecimento científico e tecnológico, ainda não alcançaram a plena capacidade para o desenvolvimento tecnológico de viabilizar a inclusão social, isto é, enquanto organizações autossustentáveis e autogestionárias (Dagnino, 2014).

A Inovação Social da Tecnologia Social seria o fruto da participação e do engajamento entre atores sociais, quando ocorre a transformação das suas interações e relações

sociais, por isso, na visão de Thomas, a Tecnologia Social contribui para a criação, desenvolvimento e implantação da Inovação Social, tendo em vista sua orientação para a resolução de problemas sociais, uma vez que a tecnologia é amplamente qualificada como ferramenta, método e/ou mesmo arranjo administrativo (Thomas, 2009).

Ao tomar consciência da função social de uma tecnologia, os sujeitos envolvidos tornam-se mais presentes, ativos e solidários perante os rumos de sua comunidade, inclusive, à comunidade imigratória, em virtude da dimensão política que perpassa a “apropriação” do processo tecnológico e que fortalece o desenvolvimento e a comunicação dos fluxos migratórios, como será exposto ao retomar o tema da “apropriação de tecnologia social pelos imigrantes brasileiros” mais à frente.

2.4 MOBILIDADE HUMANA

2.4.1 Cidadania e Direitos Humanos

Diferenciando-se a Tecnologia Social pela participação efetiva dentre aqueles que serão os beneficiários, a exemplo imigrantes, destaca-se a emancipação desses atores envolvidos por um processo que pode ser intitulado como “cidadania deliberativa”, em que o processo de produção e utilização da Tecnologia Social visa contribuir com a conscientização em cada sujeito participante (sua função social), ao invés de agir de forma adjunta.

Sendo assim, ao pensarmos sobre o que devemos pesquisar sobre direitos e cidadania para imigrantes, geralmente, começamos pela pergunta sobre o que estamos fazendo a respeito, e como é possível justificar a análise do ponto de vista puramente teórico e/ou empírico. Se existe um ponto de vista em que estudiosos contemporâneos da imigração parecem concordar, foi o de entender primeiro os direitos civis e econômicos dos imigrantes e, após, os direitos sociais, para finalmente, debater os direitos políticos (Carens, 2013; Jardim, 2017).

Períodos históricos da imigração documentam a vulnerabilidade dos não-cidadãos e suas severas limitações, que incluem extensas restrições à propriedade e a entrada nas profissões e outras ocupações. Por décadas, foram-lhes negados direitos civis básicos como a liberdade em reunião, associação, movimento e expansão, o direito a unificação familiar e atividades recreativas. Hoje, conseguimos notar mudanças nos fatores políticos e, principalmente, nas leis que promoviam distinções entre cidadão e não cidadãos, sendo estas influenciadas pelo surgimento de novas normas internacionais de direitos humanos.

Entretanto, algumas diferenças entre “nativo” e “não nativo” ainda persistem. Por exemplo, o voto nas eleições, o direito de ocupar amplamente cargos públicos, programas sociais redistributivos. Carens (2013) destaca que os governos democráticos respeitam os direitos legítimos, os interesses e as reivindicações de “não-cidadãos”. Contudo, não se trata simplesmente de uma escolha entre conceder os mesmos direitos ou nenhum direito, quando se trata de direitos humanos gerais, no entanto, os imigrantes podem obter os mesmos direitos legais que os cidadãos natos, ainda que sejam “cidadãos em trânsito”.

Em todos os lugares do mundo, encontramos debates acalorados sobre o que as nações devem fazer para regular a entrada e sobre como devem ser tratados aqueles que nelas chegam. Em sentido mais amplo, “princípios democráticos” passaram a referenciar a moralidade que, por sua vez, fundamentam e justificam o modelo da política contemporânea adotado por determinados Estados, aludindo à ideia de que todos os seres humanos têm igual valor, liberdades e direitos individuais, cabendo aos Estados democráticos legitimarem a imigração nos termos de suas leis (Carens, 2013; Ferreira; RI, 2018).

Carens (2013), por sua vez, vê como nossa (individual) responsabilidade a inclusão dos imigrantes que já chegaram e estão abertos a mais. Aos seus olhos, os imigrantes pertencem aos Estados e às populações democráticas onde se estabelecem e, a cada Estado, cabe ajustar suas políticas de atendimento a esses “forasteiros”, para torná-los pertencentes a realidade social. Assim, todos nós ganharemos se formos mais abertos a conversas além-fronteiras, seja qual for, desde que deixemos os imigrantes atravessarem-nas.

Ao afirmar que algo seja um “direito humano” ou uma “obrigação moral”, torna-se necessário explicar como esse direito ou essa obrigação deve ser aplicado. Isso porque, na atualidade, os direitos humanos passaram a desempenhar um papel importante para a sociedade, custando, à maioria desses direitos humanos, reivindicações dos Estados contra si mesmo. Aos próprios Estados, espera-se que, e frequentemente o fazem, limitem suas próprias ações e políticas de acordo com as normas de direitos humanos que eles reconhecem e respeitam. Nesse sentido, remonta-se a ideia de democracia constitucional, embasada na noção de governo autolimitado, em que os Estados têm a capacidade de restringir o seu poder de acordo com suas normas e valores (Carens, 2013; Jardim, 2017).

De outro modo, o *status* legal da cidadania é normalmente um pré-requisito para votar em eleições nacionais, implica um direito à proteção diplomática, um direito de entrar e residir em qualquer Estado em que seja cidadão. A concessão do Estatuto Legal de Cidadão, por um Estado moderno, reconhece oficialmente alguém como um membro da comunidade política. De fato, parece tão natural o processo de “naturalização” quanto o resultado natural do

nascimento, pois mesmo que as pessoas adquiram a cidadania como um resultado do nascimento de pais nativos, descendente não-natural, descendente de nativos e “naturalizados”, terão sua cidadania adquirida como resultado de um conjunto de regras legais, e de algumas práticas políticas (Carens, 2013; Ferreira; RI, 2018).

De acordo com Carens (2013, p. 29), o discurso sobre direitos humanos pode ser útil para esclarecer algumas questões sobre a imigração e a cidadania, assim

[...] pode ser plausível argumentar, de uma perspectiva moral, que os Estados devem gozar ampla latitude na definição de suas políticas de imigração e cidadania. Mas, ninguém acha que esse tipo de liberdade é ilimitado. [...] Os direitos humanos estabelecem padrões mínimos que os Estados são moralmente obrigados a respeitar, mas pode haver leis e políticas muito diferentes que sejam compatíveis com os padrões mínimos que decorrem dos princípios democráticos. Estes irão restringir políticas de imigração e cidadania, mas não determinarão todas as suas questões, pois os Estados são moralmente livres para resolver com base nos seus próprios entendimentos e interesses (*tradução do autor*).

De acordo com Faria (2015) a cidadania é o *status* legal pelo qual se reconhece um ser humano como membro oficial da comunidade política no mundo moderno. “Dessa mesma forma, é um fato que a cidadania é um *status* que pode ser exercido tanto por crianças quanto por adultos. Um jovem cidadão adquirirá automaticamente todos os direitos e enfrentará todos os deveres de um adulto cidadão quando atingir a idade de maturidade” (p. 59).

Na visão de Carens (2013) “há um outro grupo de cidadãos para considerar, os cidadãos emigrantes, ou seja, pessoas que se mudaram para o exterior, mas que mantem sua cidadania em seu país de origem” (p. 60). Existem duas técnicas legais comuns para a transmissão da cidadania: (i) *jus soli* (literalmente, direito do solo), que concede a cidadania com base no nascimento em território do Estado e; (ii) *jus sanguinis* (literalmente, direito de sangue), que concede a cidadania com base na descendência dos pais de origem.

Nessa questão, a dupla cidadania tem sido uma questão importante nos debates públicos sobre o acesso à cidadania para imigrantes e seus descendentes. A recusa em conceder cidadania de primogenitura aos filhos de imigrantes é muitas vezes justificada pelo fato dessas crianças terem direito à cidadania do país de origem dos seus pais. Alguns países, alegam que a dupla cidadania é encarada como um problema, evitando-a como justificativa para políticas de cidadania que restringem a cidadania primordial para a segunda geração (Faria, 2015).

Tão logo, Carens (2013) elenca três razões inter-relacionadas para que um Estado democrático adote a dupla cidadania: (i) a cidadania no país dos pais não é um substituto adequado para a cidadania no país onde alguém vive; (ii) a dupla cidadania em si não apresenta problemas sérios e; (iii) adquirir dupla cidadania no nascimento é generalizada, inevitável e aceita por filhos de cidadãos, e assim deve ser para os filhos de imigrantes.

De outro modo, a problemática pela não aceitação da dupla cidadania por Estados democráticos repousaria: (i) em forma de bigamia, nesta visão, ao conceder a cidadania o Estado teria direito a lealdade, comprometimento e apego emocional; (ii) divisões, ou até mesmo conflitos em todas as áreas, pois os cidadãos duplos votariam em duas eleições nacionais diferentes, sendo considerado um ato de violação do princípio de uma pessoa - um voto; (iii) conflitos em normas de justiça, nas opções internacionais, que fere a igualdade de oportunidades entre os cidadãos e; (iv) preocupações de ordem internacional, como no caso de quem será responsável pela proteção diplomática (Carens, 2013).

Por outro olhar, os imigrantes teriam boas razões para deixar em aberto a dupla cidadania, pois assim, teriam a possibilidade de voltar a morar em seu país de origem em algum momento do futuro, eles podem buscar oportunidades econômicas em algum estágio posterior a sua carreira e garantir que seu regresso seja possível, mantendo a cidadania original, retornar se tiverem que cuidar dos pais idosos, regressar para se aposentar, às vezes manter direitos a herdar propriedades ou a operar negócios e a forte identificação e apego ao país de origem que impossibilita a posse continuada da cidadania de outro país (Carens, 2013).

O descompasso existente entre as políticas migratórias atuais seria outro aspecto presente no debate migratório internacional, visto que o objetivo dessas políticas repousa no estabelecimento de condições para imigrantes permanentes ou para aqueles que desejam se estabelecer nos países de destino, entretanto, o objetivo real da maioria dos imigrantes seria a curta permanência (Saggar, 2008).

De acordo com Saggar (2008), as dimensões das migrações impõem desafios e contradições em termos políticos, incidindo na formulação e/ou reformulação das políticas nacionais, bilaterais, regionais de desenvolvimento e de segurança. Isso porque, o contexto das migrações contemporâneas estaria relacionado às cristalizações de longa data que decorrem dos “movimentos populacionais” e da “coesão nacional”.

Quanto às políticas direcionadas aos imigrantes de permanência curta, Faria destaca que “os migrantes de hoje, sobretudo os laborais, seriam motivados por considerações mais imediatas sobre as vantagens oferecidas em cada destino e se caracterizariam por mobilidade mais dinâmica entre diferentes países receptores” (Faria, 2015, p. 43).

Ainda segundo Faria (2015) é inegável a dimensão global assumida pelas migrações internacionais ao longo da história humana. Não há país, região ou povo que esteja imune ao fenômeno migratório. Sobre esse contexto, Faria reitera que “não há país, hoje, que não receba sua parcela de imigrantes. A complexidade do tema migratório é também evidente, prestando-

se a interpretação de ordem política, sociológica, comercial, econômica, humanitária, de direitos humanos e mesmo real” (Faria, 2015, p. 23).

Contudo, foi a partir do século XIX que os fluxos migratórios internacionais ganharam maior notabilidade, uma vez que as migrações internacionais passaram a ser concebidas, com olhar jurídico, como um processo de fomento e reconhecimento do direito a imigrantes, o indivíduo como sujeito do direito e, conseqüentemente, a proposta de uma humanização das políticas Estatais (Ferreira; RI, 2018; Betts, 2013).

2.4.2 Perspectivas da Teoria Neoclássica

Em todo o mundo, o padrão da imigração clássica tem persistido com nova roupagem. A maioria dos imigrantes continuam sendo estimulados por razões e fatores econômicos que possibilitem no país destino melhor condição de vida (*pull factors*). Outra expressiva parcela do fluxo imigratório é representada por fatores de repulsão (*push factors*), forçada em variados graus a sair de seus países residentes, tais como desastres naturais, conflitos civis, perseguição política, racial ou religiosa (Faria, 2015).

Entre os pressupostos e representantes da Escola Neoclássica, encontramos os estudos tradicionais desenvolvidos por Revenstein (1885), Lee (1966) e Todaro (1969), cujas perspectivas remontam às características pessoais dos indivíduos imigrantes, bem como fatores vistos enquanto condicionantes, os chamados fatores de atração-repulsão (*push-pul factores*).

O geógrafo inglês Ravenstain (1885) apresentou à Sociedade Real Britânica as chamadas “Leis da Migração” que se tornaram um ponto de partida para os estudos sobre as teorias das imigrações. Nelas, inicialmente, os fatores de repulsão estão representados como sendo “aquelas situações de vida responsáveis pela insatisfação do local de origem; enquanto aos fatores de atração, corresponderiam aqueles atribuídos aos locais mais distantes que os tornam atraentes” (Becker, 1997. p. 326).

Ao utilizar dados dos Censos de 1871 a 1881, na Inglaterra, Ravenstain estabeleceu “leis gerais” que conduziram explicações sobre os movimentos imigratórios, ao passo em que formulou os seguintes pressupostos: (i) ao comparar os movimentos imigratórios com o desenvolvimento do capitalismo, observa-se uma relação direta, em que um processo influi no outro e vice-versa; (ii) as populações e as atividades econômicas são distribuídas de forma desigual, sendo assim, enquanto alguns locais possuem excedentes de trabalhadores, em outros, a escassez prevalece, sendo os centros comerciais e industriais de maior absorção de

trabalhadores; (iii) os grandes centros industriais são responsáveis pelos maiores movimentos migratórios de trabalhadores e; (iv) seria um equívoco não considerar o desejo material do migrante como motivação maior para o movimento migratório (Becker, 1997; 2011).

As Leis de Revenstein, então, serviram para que Lee formulasse uma série de hipóteses a partir do volume das imigrações, as condições das imigrações, e o desenvolvimento dos fluxos e dos refluxos (por meio de hipóteses e características) demonstradas abaixo.

Hipóteses	Características das Hipóteses
Volume da imigração	(i) o volume da imigração em determinado território varia conforme o grau de diversificação entre as áreas que compõem o território; (ii) de acordo com a diversificação entre os povos, a imigração varia; (iii) o volume da imigração está relacionado com a dificuldade na superação dos obstáculos intervenientes; (iv) as flutuações da economia influencia na variação do volume da imigração; (v) caso não sejam criadas barreiras, o volume e a taxa de imigração só tenderão a crescer com o tempo e; (vi) o estágio de desenvolvimento de um país ou de uma área contribui para a variação do volume e da taxa de imigração.
Fluxo e refluxo imigratório	(i) correntes bem definidas influenciam, em grande parte, a ocorrência imigratória; (ii) para cada corrente imigratória construída, deve-se construir uma contracorrente; (iii) a razão existente entre a corrente e a contracorrente, ou a redistribuição líquida feita por fluxos opostos (a chamada eficiência da corrente), torna-se forte quando os fatores que desenvolve a corrente imigratória são negativos no local de origem ou quando prevalecem como negativos; (iv) sendo os locais de origem e de destino semelhantes, a eficiência da corrente e da contracorrente é baixa; (v) quando os obstáculos intervenientes são grandes, esse fator tende a elevar a eficiência das correntes imigratórias; (vi) as condições econômicas impactam na eficiência de uma corrente imigratória, sendo alta a eficiência durante a prosperidade, tornando-se baixa nos períodos de depressão.
Características dos imigrantes	(i) toda imigração é seletiva; (ii) quando os imigrantes encontram fatores positivos no local de destino, inclinam-se a também constituir uma seletividade positiva em resposta; (iii) quando os imigrantes encontram fatores negativos no local de origem, em resposta, inclinam-se a também constituir uma seletividade negativa no local de destino; (iv) quando analisado todos os imigrantes em conjunto, a seleção tende a ser bimodal; (v) a seleção positiva aumenta quando há dificuldade nos obstáculos intervenientes; (vi) a propensão em migrar em certas etapas do “ciclo vital” é importante para a seleção dos imigrantes e; (vii) as características dos imigrantes tendem a ser intermediárias quando comparadas com as características da população do local de origem com o local de destino.

Quadro 7: Hipóteses das condições imigratórias.

Fonte: Adaptação de Becker, 1997.

Ao analisar o processo de imigração interna na Inglaterra, com base no contexto da Revolução Industrial, Ravenstein procurou destacar os principais fatores que motivavam os deslocamentos de trabalhadores do campo em direção a cidade, tão logo, Ravenstein propôs as

seguintes correlações: (i) a distância é um elemento dissociável da imigração; (ii) a imigração pode ocorrer por etapas; (iii) a imigração é composta por fluxos e contrafluxos; (iv) diferenças entre o urbano e o rural propiciam o ato de imigrar; (v) ocorre a predominância das mulheres nos deslocamentos de curta distância; (vi) a tecnologia influi no processo imigratório e; (vii) o motivo econômico prevalece nos deslocamentos (Becker, 1997; Durand; Lusse, 2015).

Lee identificou que apesar da produção de Revenstein ter inspirado centenas de trabalhos, poucas eram as generalizações adicionadas ao seu campo teórico. Dessa forma, Lee enunciou os seguintes pontos que justificariam os poucos enfoques generalistas pós Revenstein: (i) o desenvolvimento das “análises de equilíbrio” fez com que muitos economistas abandonassem os estudos sobre população; (ii) os sociólogos e historiadores resistiam cada vez mais aos volumes de dados estatísticos e; (iii) os demógrafos contentavam-se com seus achados empíricos, pouco inclinados a generalizações (Becker, 1997).

Apesar do grande contributivo teórico de Lee ainda observamos o problema crônico do desemprego urbano, bem como o caso do desemprego nos países considerados subdesenvolvidos, fato este que ignora a proporção da força de trabalho, uma vez que a “força” deve ser absorvida pela “economia moderna”. Então, Lee propôs um novo esquema geral sobre os estudos das imigrações. Nele, foram inseridos um conjunto de fatores negativos e positivos, tanto no local de origem, quanto no local de destino dos imigrantes. Além disso, Lee descreveu os obstáculos intervenientes e os fatores pessoais dos imigrantes (Becker, 1997; 2011).

Arriagada e Todaro procuraram resolver o “problema crônico do desemprego urbano”, a partir da formulação de um modelo econômico, cuja base teórica referiu-se ao comportamento das imigrações na perspectiva rural-urbana, com base no reconhecimento dos trabalhadores empregados e subempregados, uma vez que esses perfis de trabalhadores estariam sujeitos a perspectiva imigratória da “economia urbana”, caracterizando-se pelo fator da probabilidade” (Arriagada; Todaro, 2012).

Ao analisar o ato imigratório, Arriagada e Todaro identificaram que a decisão individual envolveria certa dependência com uma avaliação criteriosa entre as rendas alcançadas no local de origem com as possíveis rendas esperadas pelo imigrante no local de destino. No mesmo sentido de igualdade analítica, a existência de uma massa trabalhadora, quando composta por trabalhadores urbanos desempregados e subempregados, acarretaria numa probabilidade de encontrar emprego no “setor moderno” (Arriagada; Todaro, 2012).

Outro ponto analítico destacado por Arriagada e Todaro à luz do “problema imigratório”, refere-se a ocorrência de mudanças estruturais no cenário econômico, em especial, nos países em desenvolvimento, cujo conceito de “desenvolvimento econômico” era

frequentemente utilizado para justificar o processo de transferência de um significativo número de trabalhadores atuantes na agricultura para às atividades industriais, configurando-se, assim, como um modelo de transferência de trabalhadores que se encontravam no setor “tradicional (a agricultura) para o setor “moderno” (o urbano, industrializado)” (Arriagada; Todaro, 2012).

Na visão de Arriagada e Todaro, esse modelo de “desenvolvimento econômico” era composto por duas etapas que antecedem a transferência de trabalhadores do setor “tradicional” para o setor “moderno”, sendo o modelo assim justificado: (i) na primeira etapa, identifica-se o trabalhador rural, desqualificado, que migra em direção ao urbano e, inicialmente, percorre o caminho do setor urbano tradicional e; (ii) na segunda etapa, o efetivo engajamento profissional no “setor de trabalho” considerado mais moderno (Arriagada; Todaro, 2012).

Ao dividirmos o “processo de transferência de trabalhadores” em dois estágios, torna-se possível a formulação de questões fundamentais sobre a decisão de imigrar, inclusive, quanto a amplitude do setor urbano tradicional, às implicações do crescimento industrial, bem como sobre os diferenciais alternativos de renda na relação urbano-rural que envolvem os trabalhadores na dinâmica da “economia moderna” (Arriagada; Todaro, 2012).

Então, a industrialização teria um papel impulsionador das imigrações, uma vez que novos fluxos populacionais seriam resultantes da modernização advinda dos setores urbanos, isso porque, na medida em que os setores urbanos introduzem mudanças técnicas em seus processos produtivos, aprofundava-se, com elas, a divisão social do trabalho, enquanto desfecho da produção rural *versus* a produção urbana” (Arriagada; Todaro, 2012).

Em Gaudemar a visão neoclássica da imigração foi contestada quanto a sua apreensão, principalmente, enquanto mecanismo capaz de gerar determinados equilíbrios para as economias em trânsito, em especial, as economias consideradas mais pobres. Nesse sentido, a mobilidade, segundo o autor, não urgiria como fluxo de ajuste, como um sinal do progresso econômico, uma vez que o espaço receptor não seria mudado pela mobilidade, pelo menos não ao ponto de atender às necessidades de sua nova população, àquela que resulte da mobilidade (Gaudemar, 1977, Ismael; Nascimento; Rosalin, 2021).

Entretanto, na ótica de Gaudemar, a imigração seria um fenômeno que permitiria o alcance de um “equilíbrio de conjunto possível”, desde que ocorresse a maximização da satisfação, com um custo mínimo, o que levaria ao rearranjo harmonioso dos territórios que são receptores das grandes mobilidades. Para este apontamento, Gaudemar considerou a lógica dos fluxos imigratórios que partiam das regiões consideradas subdesenvolvidas, em que tais regiões apresentavam fatores críticos como a fraca produtividade, modelo intensivo de produção e salários flexíveis dos trabalhadores; seguindo em direção a setores ou regiões consideradas

desenvolvidas, em que tais setores e regiões apresentavam fatores como a capacidade capitalista de produção e a rigidez salarial entre seus trabalhadores (Gaudemar, 1977; Ismael; Nascimento, Rosalin, 2021).

Sob o enfoque neomarxista, Gaudemar reconsiderou a mobilidade humana, retratando-a como sendo promovida a partir dos movimentos capitalistas. Nessa ótica, surgiu a visão da “mobilidade forçada” em referência a oposição da visão neoclássica, pois enquanto a visão neoclássica recepcionava a imigração enquanto ato de decisão pessoal, a visão clássica retratava a sujeição do trabalhador, cada vez mais frequente, ao capital. Desse confronto teórico, Gaudemar conclui que a mobilidade, então, seria uma condição de força de trabalho, que se sujeita ao capital, modelando-se de acordo com o consumo, inclusive, tornando-se uma mercadoria que criará o seu valor, com base no capital produzido (Gaudemar, 1977; Ismael, Nascimento, Rosalin, 2021).

Destarte, ainda como resultado desse confronto teórico, Gaudemar propõe a checagem de duas dimensões analíticas sobre a mobilidade, a saber: (i) a espacial, também considerada horizontal, cuja mobilidade espacial (imigração) considera a capacidade da força de trabalho em se expandir para formatar o mercado de trabalho no quesito geoeconômico, concentrando-se em pontos específicos sobre o espaço, pontos esses que são úteis à produção capitalista e; (ii) a social, considerada vertical, alinha-se a hierarquia do trabalho, ocorrendo entre setores de produção e funções do processo produtivo (Gaudemar, 1977; Ismael, Nascimento, Rosalin, 2021).

De um lado, a dimensão analítica da mobilidade espacial caracteriza o trabalhador que se submete ao capital e, conseqüentemente, ao modelo de produção capitalista, sendo móvel, apto aos deslocamentos e as modificações do emprego, nos locais escolhidos, preparados e impostos pelo capital. Na outra ponta, constitui-se, contudo, elementos de mudanças de expropriação, como ocorre no caso dos pequenos produtores quanto aos seus meios de produção, quando condicionados à passagem de pequenos produtores para assalariados, uma transformação do trabalho que é produzida em nível espacial (Gaudemar, 1977; Ismail, Nascimento, Rosalin, 2021).

Em parte, a teorização de Gaudemar foi criticada por Peliano (1990). No que concerne à forma genérica e ao teor simplista sobre a mobilidade da força de trabalho, tratada por Gaudemar como uma “mobilidade do trabalho”, Peliano propôs que a força de trabalho seja uma mobilidade possível, uma espécie de ação que torna móvel a força de trabalho, isso porque, não faria sentido dar tratamento ao trabalho enquanto mobilidade em si.

De acordo com Peliano, a mobilidade da força de trabalho, torna-se, então, um ponto de atenção para que se possa entender o fenômeno migratório sob o prisma neomarxista, sendo necessário à retórica quanto a concepção dos princípios básicos de Marx que coadunam com a produção da força de trabalho e com as implicações que transformam as circunstâncias do trabalho em um tipo de “mercadoria” (Peliano, 1990).

A crítica de Peliano considera a visão de “mercadoria” em Marx, sendo a perspectiva de “mercadoria” a primeira forma de geração de riqueza no modelo de produção capitalista. A posse de meios de produção, tais como o dinheiro e a maquinaria, não seriam elementos suficientes para transformar uma pessoa em capitalista, caso o fator trabalho não esteja disponível. Além disso, Peliano retoma a concepção marxista, com base na característica da força de trabalho que consiste em se tornar “livre” e “móvel”, inclusive, quando essa “força” for separada dos seus meios de produção, no sentido de se transformar em “mercadoria” quando disponibilizada para o mercado (Peliano, 1990; Brumes, 2013).

Ao longo do tempo, a mobilidade tem contribuído significativamente para os mais variados modelos de produção. No caso das sociedades capitalistas, por exemplo, a reprodução do capital também passa pela mediação da “mobilidade”, uma vez que a força de trabalho “livre” e “móvel” são considerados elementos fundamentais para a ocorrência do processo de acumulação. Sendo assim, quando nos depararmos com uma massa de trabalhadores localizada nos estados de “latência” ou “estagnação”, que seguem os movimentos do capital, de fato, estaremos diante de um indicador que representa explicitamente o modelo de desenvolvimento capitalista proposto por Marx (Peliano, 1990; Brumes, 2013).

Segundo Becker (1997), quanto a produção da força de trabalho é redistribuída em virtude das mudanças geográficas advindas da acumulação de capital, a imigração passa a se comportar como um mecanismo que vincula áreas de diferentes escalas espaciais (regional, nacional, internacional), sendo seu maior objetivo, a expansão do mercado de trabalho.

O enfoque neoclássico, por um lado, enfatiza a categoria migrante como uma categoria que corresponde ao “indivíduo”, por outro, refere-se a uma classe social, determinada por grupos socioeconomicamente constituídos. Enquanto a visão neoclássica primou pela investigação da imigração a partir do deslocamento do indivíduo, em dado recorte temporal, em dois espaços geográficos (partida *versus* destino), a investigação neomarxista englobou a categoria migratória no processo social que pode ser de longa duração (Becker, 1997).

Destarte, cabe destacar os fatores estruturais que irão determinar o surgimento e o desdobramento dos fluxos migratórios. Entre eles, o fator socioeconômico constituiria a mola propulsora dos deslocamentos que, em primeiro momento, determinaria o processo de

acumulação de capital, assim como consideraria as condições subjetivas das imigrações e as características de cada imigrante. As diferenças clássicas entre o enfoque neoclássico e o enfoque neomarxista serão esclarecidas após o olhar sobre o comparativo teórico proposto no quadro-resumo de Becker, apresentado logo abaixo.

Enfoque Neoclássico	Enfoque Neomarxista
<i>Decisão de imigrar:</i> (i) ato de caráter individual, de livre escolha, não determinado por fatores externos; (ii) enfoque atomístico reduzido ao indivíduo, pretensamente neutro e apolítico.	<i>Decisão de imigrar:</i> imigração como mobilidade forçada pela necessidade de valorização do capital e não como ato soberano de vontade pessoal.
<i>Significado:</i> (i) elemento de equilíbrio em economias subdesenvolvidas, especialmente as mais pobres; (ii) industrialização e modernização como força positiva propulsora da imigração.	<i>Significado:</i> (i) resultado de um processo global de mudanças; (ii) expressão da crescente sujeição do trabalho ao capital.
<i>Metodologia:</i> (i) análise descritiva, dualista e setorial do fenômeno; (ii) enfoque causal, isolado e pontual das imigrações; (iii) considera as características individuais dos migrantes.	<i>Metodologia:</i> (i) análise histórico-estrutural das imigrações – visão de processo; (ii) enfoque dialético; (iii) considera a trajetória dos grupos sociais.
<i>Categoria de análise:</i> o indivíduo.	<i>Categoria de análise:</i> os grupos sociais.
Dimensão espaço-temporal: (i) deslocamento do indivíduo entre dois pontos no espaço (fluxos, linhas, pontos); (ii) visão fixa de mercado de trabalho homogêneo e pontual.	Dimensão espaço-temporal: (i) movimento de um conjunto de indivíduos, num certo período do tempo, sobre o espaço geográfico. A trajetória pode apresentar vários pontos e ser de longa duração, pois representa um processo e não apenas fluxos isolados; (ii) mercado de trabalho multidimensional em transformação no tempo e no espaço.

Quadro 8: Quadro resumo entre o enfoque neoclássico *versus* enfoque neomarxista.

Fonte: Adaptado de Becker, 1997; 2011, p. 344.

Becker (1997) apresentou os movimentos populacionais como movimentos reveladores das feições das sociedades contemporâneas, em que tais movimentos adquirem uma função de revelação no espelhamento dos variados níveis imigratórios, enquanto possibilidades analíticas, sendo, por isso, a migração internacional tão incômoda, isto é, incômoda a sociedade que “exporta” o emigrante (muitas vezes evidenciando um regime ditatorial ou de incapacidade política), assim como incômoda a sociedade que “importa” o imigrante (muitas vezes evidenciando o regime de reconhecimento, em termos de direitos).

Becker (1997) ainda define a imigração como sendo a mobilidade espacial de uma população, por meio de mecanismos de deslocamentos que reflete na mudança das relações entre as pessoas (relações de produção), assim como entre as pessoas e o ambiente físico no local onde se estabelecem às relações de produção. A “mobilidade”, ao longo do tempo, tem adquirido novas interpretações, principalmente, quando se recorreu aos enfoques neoclássicos e neomarxistas, na tentativa de explicá-la. Até os anos 70, por exemplo, a perspectiva neoclássica era evocada para justificar o fenômeno imigratório à luz de uma visão descritiva e dualista. Tais estudos concentravam seus esforços para apreender os movimentos migratórios por meio dos

fluxos demográficos e das características individuais dos migrantes (Becker, 1997). Assim, a análise imigratória era submetida a “espacialidade”, com base na sobreposição das estatísticas de fluxos e de aglomerações no tocante a visão histórico-geográfica, em detrimento de uma determinada formação social, pois

tal concepção levava a um modelo redutivo da realidade onde a sociedade era considerada sob um enfoque individualizado, atomístico: cada pessoa buscava maximizar suas necessidades. A decisão de migrar era percebida como decorrente apenas da “decisão pessoal” e não pressionada ou produzida por forças socioeconômicas exógenas (Becker, 1997, p. 323).

Nesse sentido, a visão sobre o fenômeno imigratório, a partir dos anos 70, ganha o enfoque neomarxista, concebendo a “mobilidade”, desta vez, como um processo forçado em decorrência das necessidades do capital, pondo em decadência o argumento que fincava a lógica do “ato soberano da vontade pessoal”, urgindo a “diferença de renda urbana esperada”, enquanto nova tese para justificar a ocorrência da mobilidade (Becker, 1997).

Segundo Becker (1997) os novos imperativos do neoliberalismo econômico, principalmente, aqueles oriundos da globalização, corroboraram com o surgimento de novas formas de trabalhos, entretanto, a “gestão do trabalho fruto do neoliberalismo econômico”, produz, simultaneamente, durante o processo de surgimento de novas formas de trabalhos, a exclusão ascendente do trabalhador.

Para viabilizar a mobilidade na estruturação da sociedade capitalista, enquanto se vivencia uma crise no trabalho, caberia uma reorganização dessa sociedade no tocante ao modelo de produção vigente e ao seu mercado de trabalho, pois para Becker (1997, p. 324) “o capital pode escolher a força de trabalho onde melhor lhe convier e da forma que lhe for ainda mais rentável, pois crescem de forma assustadora os estoques de populações excedentes”.

Massey (1993;2013; 2014) utilizou o conceito de mobilidade para explicar uma fragmentação teórica que ocorre no âmbito das migrações, isto é, “não apresentar profusão para produzir políticas públicas”, por isso, o autor refere-se ao conhecimento teórico sobre a mobilidade como “conhecimento incompleto”. Dessa forma, Massey sugere a incorporação, simultaneamente, noutros níveis de análise durante a pesquisa, na tentativa de amenizar a pouca intercomunicação entre as várias teorias atualmente existentes, inclusive, por essa fragmentação teórica resultar em quatro dimensões críticas, a saber: (i) a primeira diz respeito em como pensar as imigrações enquanto perspectiva histórica (diacrônica) ou em sua forma sincrônica, superando o conflito da escolha teórica; (ii) a segunda contempla a análise estrutural, para melhor compreender a ação de imigrar do indivíduo; (iii) na sequência, encontra-se o nível de análise imigratória, centralizando a análise na própria dimensão imigratória (a exemplo do

domicílio, comunidade, região geográfica e indivíduo) e; (iv) por fim, encontraremos o conflito empregado na análise imigratória que, geralmente, utiliza a lógica da causa ou do efeito.

Segundo Durand e Lussi (2015), a teoria neoclássica das imigrações seria uma adaptação economicista da teoria clássica de Adam Smith, explicada enquanto “indivíduos que agiriam no mercado de trabalho como atores racionais que decidem pela imigração, com base em cálculos claros e exatos de custo-benefício” (p. 78), sendo a teoria neoclássica subdividida em versão microestrutural e macroestrutural.

Na visão microestrutural, os indivíduos decidiriam racionalmente pela imigração, pois ao calcularem o retorno final do movimento migratório, o elemento monetário seria positivo, viabilizando a relação custo-benefício. Foi dessa lógica que a teoria propôs compreender a migração internacional como o modo de investimento no capital humano. Entretanto, tal analogia leva a pensar duas grandes questões: (i) a primeira diz respeito ao sacrifício do capital humano, tendo em vista a dificuldade de acesso do migrante às economias consideradas capitalistas e; (ii) a segunda questão, refere-se à redução do capital humano, em geral, à experiência de trabalho que, comparada a posição ocupada anteriormente no local de origem, aparenta ser bem inferior (Durand; Lussi, 2015).

Já a visão macroestrutural postula que a elevada relação trabalho-capital, ocasiona baixos salários no país de destino, sendo que a relação reduzida, proporcionaria salários mais altos. “A diferença de salários que resulta destes diferentes processos, motiva os trabalhadores dos países onde vigem menores salários a migrar para aqueles onde os salários são melhores” (Durand, Lussi, 2015, p. 79).

Dessa forma, os movimentos migratórios tenderiam a produzir um equilíbrio, sendo o custo da imigração um preço a ser pago. Assim sendo, “os fluxos migratórios seriam cessados ao passo que fossem alcançados equilíbrios salariais, considerando a comparação da relação salarial entre local de origem com o local de destino” (Durand, Lussi, 2015, p. 79).

Quanto ao preço e ao custo na relação do emprego, entre origem e destino:

Em ambos os casos, teoria micro ou macroeconômica, o preço é pago pelos migrantes, que investem na migração (viagem, estabelecimento, procura de emprego, adaptação) e dependem, além das características individuais para obter sucesso no investimento (capital humano), de outros elementos macroestruturais que não podem controlar. Entre estes estão as diferenças nos níveis de emprego entre o país de origem e o de destino, a efetiva diferença de salário quando é o momento real para um dado migrante entrar no mercado de trabalho, sem contar os problemas familiares, legislativos e pessoais que a migração pode produzir ou simplesmente revelar, assim como as condições político-econômicas do país de destino (Duran e Lussi, 2015, p. 79).

A teoria neoclássica pode ser compreendida na ótica da “microeconomia”, quando esta serve para explicar o ordenamento hierárquico das preferências racionais dos indivíduos,

cujos “cálculos racionais” dos migrantes são baseados em informações privilegiadas sobre a renda de outras localidades, comparando-as com a localidade onde vive, para racionalizar o movimento enquanto expectativa de retorno monetário, os custos *versus* benefícios associados ao movimento e a possibilidade de emprego de suas habilidades pessoais de modo mais produtivo na localidade de destino” (Becker, 2011; Arriagada; Todaro, 2012).

Atender a nova expectativa de renda, segundo a visão micro, torna-se fundamental para a ocorrência do movimento migratório, sendo necessário, ainda, a existência de pelo menos um dos seguintes critérios: (i) o encontro de diferenças salariais entre as regiões, sendo a percepção salarial do local de destino mais vantajosa e; (ii) a existência de diferentes taxas de emprego, sendo a taxa do local de destino maior que a de origem (Durand; Lussi, 2015).

Na lógica neoclássica o “mercado de imigração” surge em decorrência da competitividade entre países receptores, quando esses passam a elaborar políticas públicas que favoreçam positivamente o engajamento migratório internacional, processo em que a própria política criada servirá para recrutar potenciais imigrantes e seus recursos físicos, ao passo que também os selecionará tanto para sua entrada no país, quanto para fazer parte dos diversos níveis de atividades econômicas (Durand; Lussi, 2015).

Uma dimensão implícita observada na visão neoclássica, refere-se ao investimento em capital humano, no caso dos próprios imigrantes, na relação custo *versus* benefício do ato migratório, principalmente, no início do seu estabelecimento, na percepção de ganhos financeiros menores, quando comparados aos dos nativos, realidade essa que já seria racionalizada pelo imigrante antes de sua partida e revertida ao longo do tempo, durante a sua permanência no país de destino (Becker, 1993, 2011; Durand; Lussi, 2015).

Nesse sentido, Becker discute a perspectiva do capital humano, a partir dos investimentos que os indivíduos realizam em sua educação formal e profissional, assim como em outros tipos de conhecimentos que lhes pareçam estrategicamente necessários no futuro, visando, *a priori*, o retorno positivo desses investimentos. A lógica do investimento em “capital humano” estaria imbricada no “cálculo racional” dos imigrantes, inclusive, por se tratar de um fator específico da educação, considerado estratégico, pois os novos conhecimentos, habilidades, capacidade analítica e resolutiva de problemas irão oportunamente contribuir para o aumento da produtividade individual e, conseqüentemente, conduzi-los ao aumento da renda.

Já do ponto de vista “macroeconômico”, a teoria neoclássica discute a migração pela lógica da oferta e da demanda, explicadas pelos aspectos de suas diferenças geográficas. Assim, o mercado de trabalho recebe a incumbência de induzir o movimento migratório, contudo, o movimento atraído não sofreria quaisquer influências vindas de outros mercados.

Dessa forma, regiões que apresentam ofertas de trabalho em excesso, oferecem salários mais baixos, enquanto nas regiões com ofertas de trabalhos escassas, essas regiões proporcionariam salários mais altos. Este modelo explicativo considera o emprego de capital, com base nas seguintes premissas: (i) a ocorrência de grandes fluxos migratórios possui relação direta com a queda da oferta de trabalho no local de destino, entretanto, nos países carentes de capital, os salários são maiores mesmo com o excesso de trabalhadores e; (ii) nos países detentores de maior poder de capital, prevalece a escassez de trabalhadores e aumento na oferta de postos de trabalho (Durand; Lussi, 2015).

Portes (2001), por sua vez, questionou a ação racional lançada pelos neoclássicos, por não considerarem a ação econômica enquanto ação socialmente orientada, visto que antes mesmo da decisão imigratória, aspectos como a interação e a reciprocidade circulam no interior do grupo étnico que, de certo modo, serão considerados para além da decisão racional.

A crítica lançada por Portes (1995; 1998; 2001) sugere que migrantes também sejam vistos como sujeitos que integram a estrutura social e que mesmo na condição individual, são capazes de interferir no percurso socioeconômico e na mobilidade espacial para eles criados. Dessa forma, Portes propôs analisar princípios que se referem a “compreensão” e a “complexidade” do movimento imigratório, sendo eles: (i) as influências imigratórias ocorrem no “centro-periferia” e existe a possibilidade dessas influências causarem um desequilíbrio estrutural; (ii) precisamos nos ater aos modelos de incorporação cultural dos imigrantes; (iii) os imigrantes constituem grupos intermediários, assim como de enclaves étnicos e; (iv) a inclusão dos imigrantes na economia informal põe em questionamento a perspectiva neoclássica do trabalho formal, visto que a informalidade econômica origina novas imigrações e adaptações. Os princípios apresentados por Portes consideram a estratégia de inserção de grupos étnicos, com base na formação de redes sociais e do aporte do capital social.

Assim, um “novo pensamento econômico” tem ganhado espaço nas conclusões propostas pela teoria neoclássica. Nessa perspectiva, encontra-se a decisão de imigrar baseada nas “decisões relacionadas”, cujo objetivo típico do grupo imigratório visa a maximização coletiva da renda e a minimização dos possíveis constrangimentos (impactos negativos) encontrados pelos imigrantes nos mercados de trabalho (Portes, 1995; 1998; 2001).

Nessa perspectiva, Massey (1993; 2013; 2014) apresenta as seguintes proposições para além do pensamento neoclássico: (i) mudança analítica do indivíduo racional para a autonomia familiar, incluindo-se, nesse rol, aspectos construídos culturalmente, tais como a noção de domicílios, unidades *lato sensu* de produção e o consumo; (ii) o trabalho e a produção local não são possibilidades que se manifestam unicamente pela migração internacional; (iii) as

redes sociais, que são fruto das imigrações, proporcionam outros incentivos que ajudam a minimizar o risco da imigração, por isso, a renda projetada não detém condição para a migração internacional e; (iv) os países receptores influenciam a migração internacional através da criação de políticas públicas que impactam no cenário nacional, independentemente do cenário econômico ser reformulado com distribuição de renda e suas abrangências.

De um outro modo, ao criticar os pressupostos implícitos sobre a ótica neoclássica, Sassen (1993; 2010; 2014) evoca a necessidade de identificação dos processos que recriam a situação migratória, com base nos pressupostos da pobreza no local de origem do imigrante e as taxas de desemprego no mesmo local. Sassen destaca a nova ordem de reestruturação mundial que proporciona um “espaço transnacional” em que se percebe a movimentação de trabalhadores como sendo mais um fluxo, tal como o de capital, o de mercadoria, de serviços e de informações, compreendendo o “investimento estrangeiro” como sendo uma variável da “internacionalização da produção numa reorganização mundial da economia”.

Com efeito, a transformação do modelo de trabalho e emprego do imigrante, conduz ao entendimento do processo de “investimento estrangeiro” como sendo um processo estrutural da economia contemporânea e não mais como uma causa, em que a “nova economia” reorganiza, acumula e flexibiliza novas condições da migração internacional (Sassen, 2014).

Ao significar “investimentos estrangeiros”, Sassen (2010; 2014) elenca níveis da promoção imigratória, com base (i) na ruptura da estrutura tradicional do local de destino que cria novas ofertas para trabalhadores imigrantes; (ii) em novos segmentos incorporados pela população imigratória; (iii) na disputa de gêneros pelos postos de trabalho e; (iv) na articulação de relações objetivas com as ideológicas, que considera questões tanto do país de origem quanto do país de destino, no sentido de formar imigrantes potenciais.

Por fim, a “ruptura com a estrutura tradicional de trabalho” seria um caminho para a transformação da estrutura do mercado de trabalho vigente, momento em que o modelo de subcontratação de trabalhadores imigrantes abre espaço para a organização de pequenos negócios, para o florescimento de economias informais e para a exploração econômica em setores pouco explorados nas grandes cidades (Sassen, 1993; 2010; 2014).

3 TECNOLOGIA SOCIAL IMIGRATÓRIA (TSI): CASOS MÚLTIPLOS

3.1 NOTA INTRODUTÓRIA SOBRE O CAPÍTULO

Este capítulo propõe, inicialmente, indicar o conceito de Tecnologia Social como uma “ferramenta tecnológica” que ajuda solucionar problemas de ordem social. Nesse sentido, o conceito sociológico é evocado para abrir e manter um diálogo com a lógica de construção social da tecnologia, de modo a apresentar tipos de desigualdades sociais enfrentadas pelo grupo de imigrantes pesquisado (recorte social), assim como, as estratégias de enfrentamento criadas e seus respectivos alcances.

Seguindo essa lógica, o capítulo demonstra, por meio de exemplos netnografados e de relatos orais, como os brasileiros residentes nos Estados Unidos têm se apropriado da *Rede Social Facebook*, a partir da perspectiva da Tecnologia Social, para enfrentar e/ou solucionar, em certa medida, as principais barreiras típicas do processo imigratório, tais como dificuldades no alcance da “travessia”, “trabalho” e “moradia”.

Dessa forma, após observações empíricas, nas *comunidades virtuais* constituídas por brasileiros na *Rede Social Facebook*, qualifica-se que, a princípio, a rede em questão foi apropriada como “instrumento tecnológico” para a manutenção de “laços”, “respostas” e “auxílios” dos mais diversos, revelando-se a *Rede Social Facebook* como modelo de *Tecnologia Social Imigratória (TSI)*²⁰ para brasileiros residentes nos Estados Unidos.

3.2 A GÊNESE DA REDE SOCIAL FACEBOOK

A *Rede Social Facebook* (RSF) tem sua origem no aprimoramento tecnológico do *Facemash*, *website* desenvolvido por Mark Zuckerberg, Andrew McCollum, Chris Hughes e Dustin Moskovitz, quando alunos universitários de Harvard. Os genitores utilizaram a base tecnológica disponível na universidade para construir um *website* que pudesse produzir interações no âmbito da comunidade acadêmica (Correia, Moreira, 2014).

Para construir a página virtual, os genitores do *Facemash* utilizaram a base de dados de identificação dos alunos de Harvard, apresentando-os na forma de perfil, com duas

²⁰ A TSI foi identificada como modelo de Tecnologia Social, por auxiliar na inclusão social de brasileiros. O processo envolve a participação direta da comunidade brasileira residente nos Estados Unidos que, colaborativamente, desenvolve processos típicos da imigração, conjuntamente, à reformulação da base tecnológica da *rede virtual*, isto é, apropriam-se do caráter semipúblico, ainda que provisoriamente, da *Rede Social Facebook*, transformando-a em Tecnologia Social Imigratória.

fotografias de perfil. A proposta do *website*, inicialmente, propunha uma espécie de enquete em que os acadêmicos da universidade se deparavam com uma votação *online*, visando eleger os (as) alunos (as) mais atraentes de Harvard. Nas quatro primeiras horas de funcionamento do *website*, 450 “visitantes” já tinham aderido à votação. Durante o breve funcionamento do *website*, mais de 20.000 visualizações foram registradas entre as fotografias disponíveis.

Dias após o lançamento da primeira versão do *website*, o Conselho de Administração de Harvard desativou o *Facemash*, e acusou seus genitores de violação das regras de segurança da universidade, assim como da privacidade dos alunos, uma vez que a coleta dos dados para a construção do *website* fora realizada sem o conhecimento expresso e a autorização da universidade (Correia, Moreira, 2014).

Ainda que Harvard tenha silenciado o *Facemash* por motivos legais, Mark Zuckerberg o descreveu, à época, como um projeto com potencial, capaz de se expandir para outras universidades. Destarte, no semestre seguinte, ainda em Harvard, Mark Zuckerberg inicia o desenvolvimento de um novo *website* à luz da disciplina de Estudos Sociais, por ele cursada, a partir do aproveitamento do *software* utilizado na construção do *Facemash*.

Na nova versão, Zuckerberg produziu uma coleção de 500 imagens da época Renascentista, em que alunos da disciplina de História e Arte, puderam comentar suas impressões e seus conhecimentos sobre a representação de cada imagem, produzindo, assim, uma espécie de interação em rede com múltiplas participações e respostas.

Com pouco mais de 2h, após a liberação de acesso ao novo *website*, todas as imagens disponibilizadas já possuíam comentários, inclusive, múltiplos comentários numa mesma imagem. Desta vez, com a autorização de Harvard, o *website* demonstrou enorme potencial para a partilha de conhecimento e de interação entre os alunos da disciplina História e Arte (Correia, Moreira, 2014).

Em 2004, com a definição de um novo código para o *website*, Mark Zuckerberg lança o *Thefacebook*, ainda inspirado na proposta inicial do *Facemash*, configurando-se em um novo “espaço” no qual as pessoas poderiam encontrar umas às outras, compartilhar opiniões e fotografias e, assim, constituir uma rede social por meio do ambiente virtual. Nessa nova fase, devido ao seu grande sucesso, o *Thefacebook* expandiu-se exponencialmente, alcançado aderência por outras universidades, de modo a proporcionar, cada vez mais, novos processos de encontros e interações com a comunidade universitária. Em 2005, conforme projeção de Zuckerberg, ocorreu o grande ano da história do *TheFacebook*. Naquele ano, por questões de estética midiática, o *Thefacebook* não só passou a ser chamado de *Facebook*, como também

permitiu o acesso em rede mundial. Essa nova forma de acesso contribuiu para a formação de uma rede social mais ampla e complexa, com mais de 800 universidades incorporadas.

Em 2006, o *Facebook* viu surgir um novo perfil em rede. Este, por sua vez, caracterizado pela presença de mais de 22.000 organizações comerciais, que encontraram na rede social uma lógica semelhante àquela pensada pelas universidades, ao ponto de também constituírem “espaços”, visando a serventia de seus propósitos, inclusive, abrindo mão de *sites* para manter sua presença na plataforma (Correia; Moreira, 2014; Valente, 2019).

Atualmente, considerada a maior rede social do mundo, o *Facebook* possibilita a construção de novas experiências, ao oferecer a produção de conexões entre “conhecidos” e “desconhecidos” (inclusive de outros locais), permitindo que pessoas, não apenas conhecidas, produzam laços, interações e conexões umas com as outras. Tais processos são possíveis por meio da construção, na própria rede social, de grupos (para os mais infinitos interesses) e de eventos (como às *lives*). Sendo assim, seria possível afirmar que a Rede Social *Facebook*, enquanto Tecnologia da Informação Comunicação, é capaz de montar um dos maiores mapas sociais do planeta (Valente, 2019).

3.3 UMA ANÁLISE DA TECNOLOGIA SOCIAL IMIGRATÓRIA (TSI)

A Rede Social *Facebook* (RSF) pode ser definida como um produto/serviço, criado no formato de plataforma digital, com a missão de proporcionar às pessoas o poder de partilha, no sentido de tornar o mundo mais aberto e interligado. O processo de partilha inicia-se com a criação de um perfil, por um utilizador, que deseja publicar diversas informações, incluindo informações relevantes sobre o seu perfil. Na sequência, as informações disponibilizadas serão úteis para produzir conexões com outros utilizadores, tendo em vista a partilha de elementos em comum cadastrados na rede (Correia, Moreira, 2014).

Nesse sentido, a experiência da RSF muda a forma das pessoas se inter-relacionarem e partilharem suas informações. Pois “à medida que os cientistas sociais avaliam o impacto desta rede em termos sociológicos, reconhecem a sua utilidade como ferramenta de observação comportamental, de teste de hipóteses e de recrutamento de participantes num ambiente natural” (Correia, Moreira, 2014, p. 169). Milhares de interações ocorrem diariamente na RSF, com elas, torna-se possível compreender e analisar novas possibilidades de produções comportamentais, típicas desse novo palco social, uma vez que

Esta nova esfera de comportamentos sociais acarreta um fascínio inerente, mas também fornece aos cientistas sociais uma oportunidade, sem precedentes, de observação de comportamentos num cenário natural, de testar hipóteses num domínio totalmente novo e de recrutar com eficiência participantes de todas as partes do mundo e dos mais diversos perfis demográficos (Correia, Moreira, 2014, p. 172).

Com efeito, a RSF apresenta em sua estrutura tecnológica quatro categorias principais de redes, sendo elas: (i) universidades; (ii) escolas; (iii) locais de trabalho e; (iv) regiões. Como cada categoria visa determinar um nível de acesso a usuários, a imersão empírica deste estudo optou pela categoria de rede por regiões, identificada como sendo a mais viável para articular processos migratórios durante a construção de uma proposta de Tecnologia Social Migratória (Correia, Moreira, 2014).

Dentre as principais funcionalidades da RSF, aqui destacaremos o processo de constituição de rede, tratando-se de componente chave da RSF, posto que os processos e a estrutura proporcionada pela rede, define a utilização de uma determinada função da RSF em nível de acessibilidade entre seus usuários (Correia, Moreira, 2014).

Uma vez inseridos na RSF, os usuários poderão iniciar a construção de comunidades e/ou mesmo fazer parte de comunidades já constituídas, desde que submetam uma solicitação de participação para a comunidade que deseja ingressar. Sendo aceito para compor o quadro de membros, o usuário, então, adquire essa nova identificação no momento em que se tornar integrante, ao se juntar *online*, simultaneamente, com os demais membros, adquire o direito de participar das discussões sobre determinados temas e a partilha de informações, sempre com o intuito de desenvolver sua ação, concomitantemente, àquela desenvolvida pela comunidade que se encontra vinculado (Correia, Moreira, 2014).

De acordo com Latour (1994a), no contexto da mediação sociotécnica, quando o agente for humano e o cumprimento de sua meta for interrompido, independente do motivo, nota-se que o agente não apresenta força suficiente para completar sua meta de ação individualmente, sendo necessário recorrer ao auxílio de um segundo agente.

Nesse sentido, partindo do exemplo da ação migratória brasileira, o (a) brasileiro (a) que deseja migrar, mas que não alcançou o cumprimento de sua meta pelos métodos convencionais, inicia uma nova ação em busca da localização de grupos constituídos por brasileiros (as) que também desejam migrar ao mesmo país de destino.

Para tanto, nesta nova ação, o (a) brasileiro (a) deverá “alistar-se” na RSF (enquanto agente I da ação). Na sequência, ocorrerá o próximo “alistamento” do agente I, pela própria RSF (quando o perfil individual é criado), seguido da autorização do agente II, sendo este detentor do processo autorizativo de novos membros do grupo (o administrador (a), os (as)

administradores (as) do grupo), responsável (is) pela análise de aceite quanto a integração do agente I no grupo constituído na plataforma da RSF.

Da filiação entre o agente I e o agente II, tem-se o surgimento de um “terceiro agente”. Esse terceiro agente pode possuir os marcadores de um (a) brasileiro (a) que deseja imigrar, ou mesmo já ser um imigrante, visto a possibilidade de conexão simultânea entre os dois tipos de marcadores identitários no mesmo grupo, isto é, conectar brasileiros em processo de emigração e brasileiros que já alcançaram a meta imigratória. Assim, esse terceiro agente pode ser uma espécie de “agente híbrido”, ressignificado em sua ontologia por “agente atuante” no grupo, uma vez que a adoção social do processo de hibridização sugere, de modo *lato sensu*, o atendimento a expectativas sociotécnicas (Latour, 1994b).

Para alcançar a proposta de agente híbrido/agente atuante, Latour (1994b) parte do pressuposto em que o agente pode ser “tanto humano” quanto “não humano”, devido a característica da objetividade, pois ao comparar humanos a elementos “não humanos”, Latour percebeu que ambos possuem objetivos, via de regra, tipológicos em seu modo de ação individualizante, e conjunta no alcance do objetivo final, já que “homem e artefato executam uma ação conjunta, perante o mesmo objetivo”, a exemplos, poderíamos pensar nas seguintes ações: brasileiros (as) e o *Facebook* na produção de relações sociais, ou um (a) brasileiro (a) e um *Facebook* em uma atividade interativa.

Com o surgimento do agente híbrido/agente atuante, urge o questionamento sobre qual será o novo objetivo a ser perseguido por esse novo agente constituído mediante seu processo de filiação. Segundo Latour (1994a), após participar do processo de filiação, caso o agente I retorne a sua meta inicial, a técnica utilizada restringe-se a uma ferramenta de mediação. Caso o agente III seja o produto derivado da meta I para a meta II, a ação humana é quem passa a ser vista como intermediadora durante todo o processo.

Nessa perspectiva, cai-se por terra o mito da ferramenta neutra sobre o controle humano por completo, assim como o mito do destino autônomo que nenhum humano pode manter. Além disso, essa mesma tese possibilita a abordagem de uma terceira realidade, isto é, a criação de um novo objetivo que não corresponde ao inicialmente programado por nenhum dos agentes envolvidos na ação (Latour, 1994a).

Seguindo a última analogia, ao serem construídos por meio das redes, os atores também se tornariam redes, no mesmo sentido que as redes agiriam como seus atores. Por isso, pensar um sujeito como sendo totalmente passivo perante o uso de um recurso tecnológico, seria descartar o olhar sobre as articulações entre sujeitos e tecnologias, das quais propiciam estudar a sociedade, por meio das mais variadas e complexas conexões (Latour, 1999).

Ao associarmos um problema de ordem social à construção de uma tecnologia, capaz de ser empregada em prol de um anseio social, nota-se que o aparato tecnológico adota uma dupla função: (i) auxilia na manutenção e na promoção de interesses de grupos sociais no contexto em que se desenvolvem e, por isso, apresenta um certo nível de materialidade e; (ii) passa a apoiar e propagar uma “inovação social” como ideologia legitimadora dos processos de interpretação da visão de mundo e das posições sociais ocupadas por seus envolvidos no nível simbólico. Por isso, cada vez mais, as Ciências Sociais têm valorizado a RSF como fonte de dados importantes para interpretar, socialmente, cada contexto tecnológico, isso porque,

A página de perfil do *Facebook* é uma tela em branco sobre a qual o utilizador tem total liberdade para construir, publicamente ou semipublicamente, uma imagem de si próprio. Estudar o processo pelo qual esta imagem é criada fornece uma nova perspectiva que é valiosa na compreensão da formação da identidade, e a análise das interações no *Facebook*, constitui uma oportunidade, sem precedentes, de observar uma imensa variedade de fenômenos sociais num cenário natural (Correia, Moreira, 2014, p. 181).

Logo na página principal encontramos uma descrição sobre cada comunidade, compreendida como nota explicativa, que reforça o objetivo de sua constituição, conforme identificaremos nos exemplos descritos logo abaixo.

Nosso maior objetivo aqui é o de ajudar a todos os brasileiros que residem ou tem o sonho de visitar ou viver nos EUA. Aqui você pode vender, trocar, comprar, alugar e divulgar seus serviços e trabalhos. Também trocaremos aqui dicas de imigração, lazer, viagens, restaurantes e onde se hospedar. Tire suas dúvidas ou ajudemos os que as têm, sempre atuando com respeito e civilidade, pois estamos aqui para isso”. God Bless América! (comunidade 3, 22 de setembro de 2021).

De modo mais objetivo, sem perder a clareza na postagem de sua informação, a comunidade 1 expõe: “*estamos aqui para trocar informações, notícias, e fazer amizades. Tudo sempre e unicamente relacionado aos Estados Unidos*” (9 de dezembro de 2021).

Em outra comunidade, seu objetivo constitutivo assim fora exposto:

A nossa comunidade foi criada para os brasileiros que moram nos Estados Unidos. A ideia do grupo é promover interação entre brasileiros e, assim, trocar informações sobre o que acontece com a comunidade brasileira. São bem-vindos brasileiros e brasileiras. Nesta troca de informações teremos a oportunidade de conhecer e interagir com brasileiros que vivem no nosso Estado. O grupo é excelente para negócios, nesse espaço os membros divulgam seus produtos e/ou serviços de forma gratuita e independente. Poderemos pedir ajudar, trocar informações, expor ideias, publicar anúncios, classificados locais para emprego, à venda, imóveis, serviços, comunidade e eventos. Serão bem-vindos posts de informações que dizem respeito a imigração, trabalho, eventos sociais, justiça e o que for conveniente manter a comunidade informada e, claro, fazer novos amigos. A comunidade é de todos nós, por isso, vamos ampliar com seus amigos para ser a maior comunidade de brasileiros (comunidade 2, 19 de fevereiro de 2023).

Em cada comunidade, os administradores atuam como tipos de “lideranças”, com “poderes” para a aprovação dos membros, sua exclusão, validação de conteúdo a ser publicado e demais ocorrências. Desde que seus membros sigam as regras impostas, o fluxo de

comunicação, postagem e interação ocorre sem a intervenção dos administradores. De acordo com Dagnino (2014), a proposta de um “acordo social” entre membros de um grupo, torna-se imprescindível para que a produção de uma Tecnologia Social ocorra. Uma vez formulado o acordo social pelo grupo, será possível estabelecer maior controle entre seus membros, assim como a sua cooperação. Nesse contexto, observamos regras e orientações que visam estimular a cooperação e a ordem em cada grupo de brasileiros, frente a comunidade.

Iniciando pelo exemplo da comunidade 3, identificamos: *“proibida a divulgação de outros grupos, pornografia, postagens duplicadas no mesmo dia, preconceito, discriminação social, racial e sexual. Aqueles que não seguirem as regras estarão sujeitos ao banimento”*. No caso da comunidade 1, encontramos o seguinte informe: *“qualquer pessoa pode acessar a este grupo para ser membro, divulgar seu trabalho, pedir algum tipo de ajuda e ajudar aos demais membros do grupo. Mas, ficam proibidos de postar mensagens que propaguem o preconceito, a discriminação, o ódio ou mesmo comprometa a segurança dos demais membros do grupo”* (Grupo 1, 21 de setembro de 2020).

Na comunidade 2, o “acordo social” prevê: *“precisamos nos unir para criar um ambiente acolhedor. Vamos tratar todos com respeito. Discussões saudáveis são naturais, mas seja gentil e educado. Na sequência, o comunicado reforça: “todos devem se sentir seguros. O bullying de qualquer tipo não é permitido, e comentários degradantes sobre raça, religião, cultura, apologia sexual ou drogas, gênero ou identidade não serão tolerados”*.

Já na comunidade 4, observaremos: *“grupo desenvolvido para auxiliar a todos da comunidade. Pode-se espalhar as notícias sobre todos os assuntos. Não serão permitidas postagens sobre política, bem como postagens ofensivas no grupo. A prática de spam levará a expulsão do membro sem prévio aviso.*

Na comunidade 8, as regras ressaltam a “simpatia” e a “gentileza” entre os membros, conforme destacado: *Precisamos nos unir para criar um ambiente acolhedor. Vamos tratar todos com respeito. Discussões saudáveis são naturais, mas seja gentil e educado (a).*

O “espaço” onde o imigrante “reside” molda profundamente sua socialização, sua educação, suas chances de vida, sua identidade e suas oportunidades de posse. Já o Estado onde o imigrante mora, torna-se a sua casa, nela, o imigrante desperta um profundo interesse em ver a si mesmo e ser visto pelos outros como membro da política da comunidade (Carens, 2013).

De acordo com Carens (2013) viver em uma comunidade também torna as pessoas membros dela, quando os imigrantes adultos se instalam em uma “nova casa”, eles se envolvem numa nova rede de relacionamentos que vão se multiplicando e aprofundando ao longo do tempo. Destarte, vão adquirindo interesses e identidades que se conectam a outros membros da

sociedade e suas escolhas tornam-se moldadas pelas leis e políticas dessa “nova casa”. Pelo olhar da perspectiva democrática, Carens (2013, p. 84) explica como imigrantes podem se tornar membros genuínos da comunidade ou membros de não pertença:

“[...] Se os imigrantes ou seus descendentes possuírem cidadania, mas estão excluídos das oportunidades econômicas e educacionais que os outros desfrutam, caso se espere que ocupem coisas relacionadas à sua origem de imigrante, a fim de se encaixar, se forem vistos com suspeita e hostilidade. [...] Suas preocupações são ignoradas e suas vozes não são ouvidas em vida, então eles não são realmente incluídos na comunidade política, mesmo que eles sejam cidadão no sentido formal e legal”.

De acordo com a teoria da “Inovação Social” concebida sob a ótica da Tecnologia Social, um processo de difusão ou transferência de uma tecnologia pode ser concedido por uma empresa, cuja proposta seja a de “reaplicação” tecnológica em processos sociais específicos e distintivos, visando “inovar socialmente” um contexto (BRANDÃO; DAGNINO; NOVAES, 2004). Ao propor articulações tecnológicas entre uma organização com um grupo de atores, o processo de “reaplicação” poderá conceber a “inovação social” como

um conjunto de atividades que pode englobar desde a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico até a introdução de novos métodos de gestão da força de trabalho, e que tem como objetivo a disponibilização por uma unidade produtiva de um novo bem ou serviço para a sociedade, hoje recorrente no meio acadêmico e cada vez mais presente no ambiente de *policy making*. Esse conceito engloba, portanto, desde o desenvolvimento de uma máquina (*hardware*) até um sistema de processamento de informação (*software*) ou de uma tecnologia de gestão – organização ou governo – de instituições públicas e privadas (*orgware*) (Brandão; Dagnino; Novaes, 2004, p. 20).

Quanto a apropriação dos conhecimentos, uso e reaplicação de uma Tecnologia Social, atores envolvidos descartam a possibilidade de privação de acesso, tornando-se, dessa forma, uma solução com viés democrático e que torna a “novidade social” conhecida publicamente, viabilizando sua reaplicação (Barbieri, Rodrigues, 2008).

Neste ponto, indicamos o processo de apropriação do conhecimento tecnológico da *Rede Social Facebook*, por brasileiros (as) que desejam ou já migraram para os Estados Unidos, permitindo que esses usuários reapliquem a tecnologia, conforme os casos múltiplos aqui estudados, no sentido de superar possíveis barreiras impostas pelo processo migratório.

Dentre os fatores que fundamentam o processo de constituição da Tecnologia Social Imigratória, encontramos “a cooperação entre membros de um grupo, visto que a ação cooperativa resulta de um processo coletivo de trabalho em determinado contexto socioeconômico” (Andrade, Cordeiro Neto, Valadão, 2017).

Flávia, brasileira residente nos Estados Unidos, buscou a cooperação de outros membros, para encontrar uma nova residência, em virtude do recebimento de uma nova proposta de trabalho, cuja distância entre sua atual residência e o novo trabalho, inviabilizaria sua permanência na atual região. A brasileira compartilha: “*preciso de uma casa ou*

apartamento de dois ou três quartos em Lynn, urgentemente". No dia seguinte após sua postagem, Flávia retorna à sua mensagem original, acrescentando o seguinte comentário:

Quero agradecer a Sil (outra brasileira membra do grupo) por ter me ajudado a encontrar o apartamento com as características e no local onde queria. A Sil me apresentou outro brasileiro que reside na região onde precisarei morar, sendo ele o proprietário do apartamento, que já estou em trâmites contratuais (Flávia, 17 de novembro de 2021, comunidade 2).

Maria, brasileira ainda residente no Brasil, tornou-se membra da comunidade *Brasileiros no Texas*. Em sua postagem, a brasileira busca a colheita de informações sobre o Estado de destino aos Estados Unidos, conforme apresentado: *Bom dia! Alguém aqui mora em College Station e poderia me falar mais ou menos os custos com aluguel e alimentação? Pretendo ir em março do ano que vem*" (11 de agosto de 2022, comunidade 3).

Na sequência, Maria é respondida por Ângelo, brasileiro residente em *College Station* que, prontamente, coloca-se à disposição para ajudá-la: *"eu (Ângelo) moro em College Station há um ano e posso te ajudar"* (11 de agosto de 2022, comunidade 3).

Ainda na postagem de Maria, a brasileira Thiara, que acabara de chegar no Texas, escreveu o seguinte comentário: *"acabei de chegar aqui, vou passar 6 meses, gostaria de algumas dicas"* (11 de agosto de 2022, comunidade 3). No dia seguinte, Ângelo, mais uma vez, prontifica-se a auxiliar a brasileira Maria: *"eu moro em College Station, se quiser, pode chamar no privado"* (12 de agosto de 2022, comunidade 3).

Não obstante, a procura por cursos de Pós-Graduação nos Estados Unidos também movimentava o interesse de brasileiros (as) a optarem pelo país enquanto destino, ainda que temporário. Nesse contexto, a RSF também contribuiu para que brasileiros que não se conhecem, mas que possuem objetivos similares, criem laços ainda no Brasil. Vejamos o caso abaixo:

Oi, gente! Meu nome é Michelle, tenho 23 anos e estou procurando um quarto privado em um apartamento compartilhado. Meu orçamento é de cerca de US\$700. Sobre mim, sou gaúcha, e estarei me mudando para Boston no dia 1º de setembro para cursar o programa de mestrado em Economia da Universidade de Massachusetts. Como colega de apartamento, sou uma pessoa limpa, organizada e respeitosa. Sou muito comunicativa, adoro fazer novos amigos e conhecer novas culturas. Gosto de viajar, ouvir rock e animais em geral. [...] Sinta-se à vontade para me mandar uma mensagem por aqui ou DM no IG! (Michele, 15 de julho de 2022, comunidade 8).

Na sequência, a brasileira Ronalda posta também na comunidade 8, o seguinte comentário: *"Estou indo dia 30 de setembro também para estudar. Caso queira manter contato comigo, podemos procurar juntas"* (Ronalda, 17 de julho de 2022, comunidade 8).

Alguns dos direitos que gozam os imigrantes, residentes (mas não os visitantes), podem ser descritos como direitos humanos no sentido de que apelam a normas e padrões de justiça que muitas vezes pensamos ser restritos a todos os regimes, sendo que aparecem em

listas familiares de direitos. Um exemplo a essa lógica é o direito ao emprego, amplamente aceito como fundamentalmente injusto e uma violação dos direitos humanos, se um regime o tornar impossível para quem vive de forma contínua em uma sociedade, ou se restringir as oportunidades de emprego por questões que não são óbvias (Carens, 2013).

Os Estados-Nações são os principais responsáveis por garantir o acesso às condições fundamentais para a dignidade humana dos seus cidadãos. Quando os direitos humanos básicos não são reconhecidos pelo país em que se reside, cabe aos imigrantes a busca por outro destino, fazer parte de outra cidadania, de uma “sociedade internacional” onde possa encontrar uma valiosa proteção em termos de direito, legitimidade e civilização (Betts, 2013).

Quanto ao interesse do Estado-Nação em estabelecer políticas públicas para a imigração, Reis (2008) aponta algumas incoerências institucionais, como o caso da burocracia, condicionada a lógicas diferentes e permeada por interesses contraditórios, isso, quando o próprio Estado-Nação não esbarra nas divergências existente entre defensores dos direitos civis, dos sindicatos, das metas do Estado e da criação de uma nova legislação.

Cabe, então, indicar que a política imigratória pode ser vista como tendenciosa na produção de vencedores e perdedores, o que a torna uma questão controversa. Se por um lado às decisões de imigração estão relacionadas a distribuição de oportunidades no país de destino, onde os imigrantes se “encaixariam” por meio da criação de uma política imigratória, seus receptores sofreriam um certo “desencaixe” à medida que essas oportunidades passariam a ser contempladas pelos não residentes (Reis, 2008).

Visando superar as barreiras impostas pela sociedade de acolhida, na busca por novas oportunidades de trabalho, vejamos como o (a) imigrante brasileiro (a) tem utilizado a RSF como “rede colaborativa”, no intuito de alcançar novas oportunidades de trabalhos:

Atenção a todos os membros do grupo, possuo o Valet Parking job, habilidade para dirigir, com Flórida Drive License válida. Possuo o nível de inglês intermediário e disponibilidade para trabalhar aos finais de semana e feriados” (Aldo, 8 de agosto de 2021, comunidade 2).

Minutos após a postagem de Aldo, outro brasileiro, identificado como Enrico, comenta na postagem do brasileiro Aldo, a seguinte informação:

Estamos contratando atendentes para Valet Parking! O trabalho é full time, com ótima habilidade de direção. É necessário Flórida Drive License válida, clean record e com condução própria. Inglês intermediário no mínimo, disposição e disponibilidade para trabalhar aos finais de semanas, feriados. Falar com Enrico no número (xxx) xxx xxxx (Enrico, 08 de agosto de 2021, comunidade 2).

Não obstante, brasileiros (as) proprietários de estabelecimentos comerciais também aproveitam o “espaço” da *Rede Social Facebook* para divulgar oportunidades de trabalhos entre a própria *comunidade*, para o próprio grupo, vejamos:

Restaurante brasileiro que está para abrir em breve está contratando em todas as áreas: Cozinheiro (experiência ou um pouco necessário). Bartender (experiência ou um pouco necessário). Ajudante de cozinha. Garçonete (experiência ou um pouco necessário). As entrevistas começarão próxima semana, interessados ligar para [...] ou deixar mensagem no privado (Flavio, 09 de abril de 2022, comunidade 6).

Nesse mesmo vetor, o brasileiro Kelmer Neves, que empreende na assessoria jurídica imigratória, indica um relato importância quanto ao uso do *Facebook*, no seu caso, a “rede” amplia as possibilidades de alcance entre brasileiros que buscam o *Green Card*, ou mesmo aplicar para a cidadania norte-americana, conforme seu relato:

Uso mais o Facebook para contato do meu negócio. [...] Eu só tenho mesmo redes sociais por causa da profissão. [...] A gente está associado há mais de dois mil grupos de comunidades nos Estados Unidos, o Facebook é uma delas. [...] Pelo Facebook o número é alto de procura, centenas de brasileiros procuram todo mês a assessoria, a rede Facebook ajuda muito nesse sentido (Kelmer Neves, 23/05/2024, relato oral).

De outro modo, Wallace Moura, administrador da comunidade 5, que possui mais de 15 mil membros, e também empreende no ramo audiovisual (com fotografias, gravação e edição de vídeo) nos Estados Unidos, reafirma as benfeitorias do *Facebook*: “ajuda também porque eu tenho página e eu divulgo os meus trabalhos, principalmente, através do *Facebook*”. Wallace aponta um exemplo recente dos ganhos provenientes de uma postagem,

Eu viajei recentemente [...], para fazer um clipe de música em outra cidade. O cliente satisfeito com o serviço postou esse tape de música. Depois da postagem na rede dele, eu recebi mensagens muito positiva sobre o meu trabalho, e através dessa postagem dele já vários, outras pessoas, entraram em contato para que eu também faça os vídeos musicais deles, então, o Facebook, eu diria que é minha principal ferramenta de divulgação do trabalho (Wallace Moura, 23/05/2024, relato oral).

Ao utilizar a rede, na tentativa de conseguir trabalho, outro brasileiro, desta vez recém-chegado aos Estados Unidos, aproveita o “recurso tecnológico” para se apresentar perante os demais membros, cujo objetivo é receber auxílio em seu estabelecimento.

Olá, pessoal! cheguei do Brasil há três meses e estou em busca de trabalho. De segunda a quinta faço curso de inglês pela manhã (9:00 às 12:30), então só teria disponibilidade depois desse horário, mas sexta, sábado e domingo tenho o dia inteiro disponível. Não tenho experiência pois no Brasil sempre trabalhei em empregos administrativos sem registro, mas quero a oportunidade de aprender e tenho disposição para isso. Se alguém souber de alguma vaga e puder me indicar, agradeço. Moro em Port Chester, próximo à Cassone Bakery. (Thiago, 26 de setembro de 2022, comunidade 4).

Alguns dias após sua postagem, Thiago recebe um comentário da membra Fernanda, que o responde da seguinte forma: “Oi Thiago, a empresa que eu trabalho está precisando de gente para limpeza em escritório no turno da noite, caso tenha interesse, fala comigo no privado” (Fernanda, 29 de setembro de 2022, comunidade 4).

Já em relação a aprendizagem da língua estrangeira (o inglês), considerado um dos principais elementos que dificultam o processo de inserção do (a) imigrante brasileiro no país

de estabelecimento, foi observado que a *Rede Social Facebook* tem sido utilizada como “recurso mediador” para a aprendizagem da língua inglesa, com aulas, inclusive, sendo ministradas por meio de *videochamada*, na própria plataforma, conforme apresentado abaixo.

Hello there! Meu nome é Alisson, sou professor de inglês. Estudo o idioma desde 2010 e trabalho há 2 anos com aulas particulares on-line (viodeochamada). Tenho cursos voltados ao ensino de inglês pela Thomas Jefferson e OPEN (Online Professional English Network). Se você é iniciante e deseja aprender inglês de forma prática e objetiva, entre em contato pelo chat (Alisson Ferreira, 15 de agosto de 2022, comunidades 6; 7; 8 e 9).

Outra forma interessante de apropriação da *Rede Social Facebook* pelos (as) brasileiros (as) pesquisados, refere-se a oferta de atendimento psicoterapêutico, também disponível através da *videochamada*, conforme demonstra o *post* do brasileiro Leonardo:

O atendimento psicoterapêutico on-line (videochamada) é uma ótima solução para as pessoas que encontram problemas com deslocamento e possuem uma rotina agitada. Ele facilita o acesso - sem perder a qualidade do atendimento - mantém sua comodidade e, também, a discrição, sigilo e segurança. Além disso, é um facilitador para brasileiros que residem no exterior e encontram dificuldade de atendimento devido à linguagem (Leonardo, 12 de novembro de 2022, comunidades 7; 8, 9).

Outro mecanismo identificado da Tecnologia Social Imigratória, refere-se as novas perspectivas que são construídas coletivamente, no sentido de iniciar uma rede de acesso para a troca de conhecimentos sobre aspectos locais e globais, buscando a identificação de novas possibilidades que beneficiem o grupo (PROZZEBON, SOUZA, 2020).

Em relação a proposta de transferência direta de conhecimentos adquiridos por meio da Tecnologia Social à comunidade envolvida, Dagnino defende a substituição da proposta de “transferência de conhecimentos adquiridos” pela oferta de diálogo entre associados, cooperados e/ou mesmo lideranças locais, isso porque, segundo o autor, o diálogo melhor atende a perspectiva das reais necessidades das partes envolvidas. Outro ponto importante sobre a cooperação, refere-se ao fato de permitir uma significativa modificação no produto tecnológico constituído, que possa ser reaplicada com a decisão de apropriação coletiva da comunidade envolta a Tecnologia Social (DAGNINO, 2014).

No caso da brasileira Kátia, esta aproveitou o grupo para destacar seu auxílio, enquanto profissional atuante em cartório, destacando sua contribuição profissional no tocante aos trâmites de envio internacional de certidões (nascimento, casamento, óbito, etc.) para brasileiros (as) residentes nos Estados Unidos e demais vinculações com o Brasil. Neste ponto, cabe destacar que o telefone para contato, assim como o *site* por ela disponibilizado para consulta são originários do Brasil. Kátia não é imigrante residente nos Estados Unidos, mas é membra do grupo Brasileiros no Texas e utiliza o “espaço” para expandir sua atuação profissional para além das fronteiras físicas do Brasil, ao passo que propõe conexões para a

emissão e resolução de pendências cartorárias entre os brasileiros (as) que residentes nos Estados Unidos, com aqueles que permanecem no Brasil (Kátia Militão, 23 de setembro de 2022, comunidade 3). Em outro caso, uma brasileira residente nos Estados Unidos expõe:

A brasileira Josi, por sua vez, divulga sua Assessoria de Imigração com residência em Nova York. A membra destaca que suas principais atividades compreendem o auxílio a brasileiros (as) no preenchimento e envio de documentação para passaporte brasileiro, visto de turista, extensão de vistos, pedido de Green Card e trâmites para solicitar a cidadania americana. Neste caso, identificamos uma brasileira imigrante e residente nos Estados Unidos que, profissionalmente, auxilia outros (as) brasileiros (as) imigrantes a regularizarem o status de sua permanência no país (Josi Amâncio, 15 de novembro de 2022, comunidade 11).

Nesse mesmo contexto, Gustavo, brasileiro residente nos Estados Unidos, resolveu partilhar com os demais membros a importância de aderência do seguro-saúde, as principais abreviações do sistema de saúde norte-americano, inclusive, formas de aquisição.

Como escolher um seguro de saúde nos EUA? Estamos em pleno Open Enrollment, o que significa o período para inscrições nos seguros de saúde para 2022. Entender como funciona o sistema de saúde nos EUA é necessário antes de escolher seu plano. Como você já deve saber o período da abertura para escolhas de plano de saúde nos EUA começa em novembro e termina no 15 de janeiro na maioria dos Estados. Existem 4 tipos de acesso ao seguro, somente: 1- Através de um emprego - geralmente são os melhores planos disponíveis 2 - Medicaid - se você não recebe plano de saúde pelo emprego e a sua renda for muito baixa você pode conseguir o plano de saúde pelo governo. 3 - Marketplace - Para quem possui o Green Card ou a cidadania e não recebe plano de saúde pelo emprego, existe a possibilidade de se registrar no Marketplace. Esses planos oferecem mensalidades menores que podem variar de acordo com a sua renda. 4 - Planos privados - Se a pessoa é saudável e sem problemas de saúde preexistentes e que a qualificam para um subsídio do governo, estes planos são perfeitos. Lembre-se que é mais fácil consultar alguém qualificado com licença no Estado que você reside para evitar de cometer erros que podem custar uma fortuna caso você tenha alguma emergência. Se você tiver alguma dúvida ou gostaria de saber mais sobre a saúde nos Estados Unidos é só postar suas dúvidas e ajudarei a esclarecê-las (Gustavo Melo, 02 de dezembro de 2021, comunidade 2).

Carens (2013) afirmou que em um mercado moderno, os incentivos econômicos da sociedade, geralmente, são relativamente eficazes para a maioria das pessoas. A maioria dos cidadãos de origem imigrante se vê tendo os mesmos interesses de outros cidadãos e, em especial no domínio econômico. “Como resultado, a vida social é cheia de incentivos para que eles aceitem a maneira como as coisas geralmente são feitas no Estado em que vivem, mesmo quando não há regras ou normas informais exigindo conformidade” (Carens, 2013, p. 101).

Por assim dizer, esses incentivos surgem dos efeitos interativos entre as pessoas que perseguem seus próprios interesses, sem muita preocupação pelos interesses dos outros e, embora a maioria dos incentivos surjam espontaneamente, as políticas públicas podem afetar determinados incentivos (Carens, 2013).

Sendo assim, para cumprir seu papel social e tecnológico, a Tecnologia Social deve ser essencialmente colaborativa, inclusive, por apresentar o compartilhamento de informações,

de modo a construir seres humanos ainda mais pensantes e questionadores. Nesse contexto, a *Rede Social Facebook* apresenta-se como “espaço” de colaboração, onde comunidades virtuais são constituídas, especificamente, para o compartilhamento de interesses comuns a todos os membros (Alberti; Baratto, 2017).

A *Rede Social Facebook*, surge como uma tecnologia da informação e comunicação em rede, capaz de “potencializar relações sociais” entre seus envolvidos e, por isso, pauta-se numa espécie de Tecnologia Social (Alberti; Baratto, 2017). Visto que:

Cientes das características da plataforma, percebendo o impacto e os benefícios que a inserção de tecnologias pode causar nos ambientes [...] e, partindo do princípio de que até mesmo a tecnologia mais simples e cotidiana pode possuir potenciais inexplorados nesses espaços, pauta-se tal discussão na crença de que a *Rede Social Facebook* pode sim ser considerada uma tecnologia social. Isso porque se percebem várias características dessa rede social as quais estão alinhadas às definições que cercam e conceituam as Tecnologias Sociais. [...] São elas: (i) ser uma alternativa mais eficaz para a solução dos problemas sociais, e um vetor para a adoção de políticas públicas que abordem a relação ciência-tecnologia-sociedade (CTS), sendo coerente com a realidade e o futuro da sociedade e; (ii) possuir os atributos de interdisciplinaridade, pluralidade e efetividade (Alberti, Baratto, 2017, p. 17).

Com base no elemento “rede”, seria possível falar na constituição de uma nova organização social com potencial suficiente para transformar experiências e relações culturais vigentes. Por isso, Alberti e Baratto (2017) apontam o *Facebook* como sendo responsável por influenciar novos olhares e novas formas de agir na atual sociedade. Isso porque, nesta rede social, “destaca-se a capacidade de gerar valores em torno de um objetivo comum dos grupos, culminando em sentimentos de pertencimento e aprendizagem social/coletiva” (p. 19). Isto somente é possível, graças ao processo tecnológico de adequação, conforme a necessidade de utilização dos usuários durante o processo de dominação da própria tecnologia.

Por isso, a “técnica” sobre o “social” explica-se quando uma estrutura tecnológica descreve ações e interpretações de atores, detalhando como esses atores constroem socialmente uma tecnologia, quando a estrutura tecnológica se localiza ao entorno de um artefato incorporando suas características (Bijker, 2010).

Nesse sentido, inscreve-se a proposta de reflexão à luz de uma Tecnologia Social Imigratória, a partir dos casos múltiplos pesquisados na *Rede Social Facebook*, que foram tomados como um ambiente colaborativo, no qual se desenvolve a lógica de reaplicação tecnológica, típicas da construção de *comunidades virtuais* que, associadas ao recurso técnico, aproximam pessoas com objetivos comuns, sempre no intuito de “potencializar suas relações sociais”, e transformá-las significativamente (Alberti, Baratto, 2017).

Conforme destacou Dagnino (2009), a concepção de tecnologias sociais destina-se a promoção de transformações, com base na interação e na luta política, entre os mais variados

grupos que almejam desfrutar de interesses, assim como de necessidades consideradas comuns entre as comunidades. Tomado pelo conhecimento da Tecnologia Social, os grupos passam a questionar-se quanto ao seu *status quo*, no sentido de reivindicar mudanças políticas. Nesse viés, práticas e mecanismos de uma Tecnologia Social ganham proposições centrais nos processos que resultam das práticas sociais imigratórias, pois

Envolvem métodos e ferramentas e são desenvolvidas e mobilizadas por diferentes grupos sociais. Esses grupos são, sobretudo, locais e agentes primeiros do processo. Nosso argumento central é que somente identificar as práticas sociais não é suficiente. É importante identificar o que acontece uma vez que essas práticas são operacionalizadas em dado contexto. Chamamos esses elementos de mecanismos-chave, ou seja, processos que são alavancados pelas práticas e que permitem que transformações sociais aconteçam (Prozzebon; Souza, 2020, p. 233).

Tão logo, a evolução histórica das Tecnologias Sociais propõe duas visões mais gerais amplamente difundidas em nossa atualidade e observadas na *Rede Social Facebook*. A primeira visão diz respeito a apreensão da tecnologia como “espaço” onde ocorrem transformações sociais, por meio da realidade social, nele constituída, assim como pelas adequações sociotécnicas. Na segunda visão, tem-se a tecnologia como artefato mobilizador de mudanças sociais (Andrade; Cordeiro Neto; Valadão, 2017).

Contudo, o convencional estilo tecnológico agora abre caminhos para alternativas e novos padrões de sociedades e seus possíveis desenvolvimentos, de modo que o conhecimento tecnológico ressignifica-se. Urge, então, a ideia de adequação sociotécnica, que considera critérios suplementares durante o processo de desenvolvimento tecnológico, visando, contudo, potencializar os benefícios sociais entre aqueles que conjuntamente desenvolvem a tecnologia (Novaes; Dias, 2010; Dagnino; Brandão; Novaes, 2010).

3.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO

O presente capítulo objetivou produzir reflexões teóricas e empíricas no campo da Tecnologia Social Imigratória, partindo do pressuposto em que o processo de construção de uma tecnologia social perpassa o processo de construção social, sendo necessárias mediações entre o humano e a “técnica”, de modo a materializar o sentido social atribuído à tecnologia. Aspectos técnicos e sociais são presentes na literatura empregada, no que diz respeito a produção da Tecnologia Social, o que a torna, em termos analíticos, diversa em combinações, para compreendê-la nas diferentes realidades. Por isso, a integração entre o “técnico” e o “social” remonta a construção social de uma tecnologia, sempre mediada sociotecnicamente.

Já no aspecto tecnológico da *Rede Social Facebook*, o impacto da sua base tecnológica propõe informação e comunicação diretamente relacionados ao papel “comunitário” das *comunidades virtuais* constituída. Cada vez mais, esses modelos de comunidades vão se tornando necessárias, devido à importância de metodologias inovadoras resultantes do processo interacional entre brasileiros imigrantes.

Nesse sentido, urge a experiência comunicacional, mediante a disponibilidade de recursos tecnológicos. Nesse contexto, seria possível falar de um “ecossistema comunicativo”, decorrente de um “espaço” (*Rede Social Facebook*) onde se torna possível uma *comunidade virtual* dialogar e discutir questões de comum interesse, desde que utilize recursos tecnológicos para materializar as potencialidades das suas relações.

Além disso, torna-se importante destacar que na constituição de *comunidades virtuais*, os interesses em comum motivam a busca por projetos mútuos, por meio da cooperação e/ou troca do conhecimento, prevalecendo sempre a reciprocidade entre seus membros. Por isso, fala-se na “presença política”, revelada pelo “projeto tecnológico” na *Rede Social Facebook*, que adquire um disfarce especial durante seu processo de construção, em virtude da participação de grupos sociais relevantes que, quando envolvidos na construção social de uma tecnologia, delibera politicamente à luz da escolha, assim como do uso tecnológico.

Contudo, a lógica de produzir redes imigratória, implica no surgimento de uma determinada lógica social, esta, por sua vez, localizada nos interesses sociais específicos, nos “nós”, nos “nós” que são expressos nas mais tradicionais redes de influências. Assim, a *Rede Social Facebook* configura-se como uma alternativa eficaz para solucionar problemas de ordem social imigratória, ao articular o “projeto imigratório” com o “desenvolvimento tecnológico”. Dessa associação, apreende-se ainda o nascituro do formato *crossover*, a partir da Tecnologia Social Imigratória (TSI), quando outras redes sociais se cruzam para dar sentido a nova estratégia imigratória, o *crossover*, conforme será abordado no próximo capítulo.

4 CROSSOVER ENTRE REDES SOCIAIS

4.1 NOTA INTRODUTÓRIA SOBRE O CAPÍTULO

Este capítulo prossegue com o diálogo sobre redes sociais já iniciado no capítulo anterior, sendo assim, amplia-se, aqui, o entendimento da *Rede Social Facebook* enquanto modelo de *Tecnologia Social Imigratória (TSI)*. Empiricamente, demonstro como a noção de apropriação da *Rede Social Facebook*, enquanto TSI, materializa-se no *virtual*²¹, isto é, “espaço” e “rede” concorrem, simultaneamente, ao cruzamento com outros formatos de redes sociais²², para atender necessidades comuns entre os brasileiros residentes nos Estados Unidos.

Neste estudo, não pretendo esgotar às possibilidades de interpretação conceitual e de aplicação empírica sobre as redes sociais, contudo, agrupo diferentes tipologias e caracterizo-as, conforme sua representatividade enquanto “rede”, demonstrando, *a priori*, um *mapeamento imigratório* fruto da lógica do *crossover*²³, no cenário da *Rede Social Facebook*.

No campo teórico, a perspectiva imigratória é dialogada sociologicamente com as categorias analíticas “capital social”, “mobilidade”, “trabalho”, “comunicação”. Na sequência, apresento uma nova perspectiva sobre a *lógica de constituição da rede imigratória*, com base no modelo do *crossover*, que faculta a necessidade de indicação e/ou de laços sociais precedentes à inserção de brasileiros na *rede virtual*.

Contudo, o estudo revela que o *crossover* entre *redes* representa uma estratégia imigratória primordial para a resolução de “problemas sociais” enfrentados pelos atores envolvidos da *rede imigratória*, de modo que o *crossover* responde como solução à TSI em favor de maior assertividade no processo imigratório (ato conduzido antes, durante e após a imigração) para fortalecimento da experiência imigratória.

²¹ O conceito de “virtual” refere-se aquele utilizado por Lévy, associado à *internet* e suas potencialidades de materialização da experiência e dos elementos contidos na comunicação virtual. Inclusive, quanto a definição de “não oposição ao real”, apresentando o deslocamento do que é real na concepção de novos espaços, de tempo, uma desterritorialização que promove nova territorialização no aqui e no agora.

²² Uma rede social possui um conjunto de unidades que estabelecem relações sociais direta ou indiretamente entre aqueles que nela e dela se associam. Como unidades, caracterizam-se indivíduos, posições, ação conjunta, capital social e simbólico, entre outras, que, unidas, visam caracterizar o comportamento social dos seus envolvidos.

²³ A rede *crossover*, ou *cruzamento entre redes sociais*, refere-se ao ponto de interseção do momento em que “local de origem” e “local de destino”, através da interseção das redes sociais, concentram esforços e estratégias para fortalecer “um ponto em comum”: o projeto imigratório. O cruzamento de estilos de redes sociais promove a junção de diferentes características das redes envolvidas, visando maximizar a estratégia de mapeamento migratório. Nesse sentido, o *crossover* é possível quando uma das redes envolvidas acumula a sua característica tipológica uma “materialidade” que transforma, simultaneamente, a rede em local de cruzamento. No caso da *Rede Social Facebook*, enquanto *rede virtual*, observa-se a tipologia de “rede de relacionamento”, mas também uma materialidade de “espaço”, cujo local concebe “estratégias” e “mapeamentos” observáveis nos registros provenientes do cruzamento de dados, informações, laços e entre membros das redes sociais envolvidas.

4.2 UM OLHAR SOCIOLÓGICO SOBRE REDES SOCIAIS

A gênese do conceito de rede social está ancorada na invenção das técnicas sociométricas de Moreno, período que compreende de 1930 a 1950. A partir da sua técnica, psicólogos sociais passaram a estudar a relação entre estruturas sociais e o bem-estar psicológico, originando uma “ciência das redes sociais”. Na centralidade dos atores em redes de comunicação, a primeira abordagem fez menção a noção de balanço/equilíbrio sobre liderança e comunicação. Na perspectiva de subgrupo, o exemplo mais conhecido foi o de *Hawthorne* desenvolvido por Mayo, sob o viés do sociograma e a estrutura de grupo, em que se alerta as disparidades da estrutura formal e informal (Saragoça; Silva, 2013).

Na Antropologia Social de Claude Lévi-Strauss, na década de 40 do século passado, encontram-se estruturas elementares no grau de parentesco através das análises etnográficas, somado aos processos sociais e conexões que ultrapassavam os limites das categorias e grupos sociais. Na década de 50, o pensamento sistêmico de John A. Barnes revelou o *social network*, conceito de rede social atrelado a origem de novos valores, atitudes e formas de pensar. Ainda na década de 50, o conceito de rede social foi introduzido por Radcliffe-Brown para caracterizar a estrutura social como uma grande “rede de relações institucionais” controlada e definida pela própria estrutura (Saragoça; Silva, 2013).

Em 1970 o conceito de rede, enquanto ferramenta de análise de relacionamento entre pessoas e elos múltiplo, ganha notoriedade com Elisabet Bott. Sua perspectiva tinha como enfoque o tamanho da rede, os efeitos, elementos e unidades que proporcionavam uma compreensão da tipologia dos contatos advindos do tipo de modelo estabelecido por um determinado conjunto de indivíduos, assim como dos papéis que os indivíduos definem para si, a durabilidade, frequência e descontinuidade das relações (Saragoça; Silva, 2013).

Dos anos 80 em diante, o desenvolvimento metodológico caminhou em direção a três linhas de investigação: (i) a posição de rede sobre a “ação”, introduzindo a noção de autonomia estrutural e de *embeddedness*; (ii) a ideia de redes sociais associada a oportunidade de recursos para a obtenção de algum fim, como ocorre no caso do capital social e; (iii) as visões mais dinâmicas que visualizam as redes sociais como canais utilizados por atores para influenciar comportamentos sociais (Saragoça; Silva, 2013).

Não obstante, as ligações e os laços estabelecidos entre pessoas repousam nos aspectos de igualdade ou desigualdade. As ligações de igualdade estão situadas no mesmo plano, são geralmente designadas como redes horizontais, tais como o relacionamento interpessoal desenvolvido entre amigos, vizinhos, membros comunitários ou de uma

associação. Já as ligações de desigualdades, situam-se no interior de hierarquias, com intervenientes no plano superior ao do outro e caracterizam-se como ligações verticalizadas.

De acordo com Almeida (2012), as redes verticais e horizontais são coexistentes e necessárias para as sociedades modernas. Convém, contudo, diferenciar que no caso das redes verticais, seus membros não desenvolvem altos níveis de confiança, o que dificulta a cooperação e a atuação coletiva. Enquanto as redes horizontais mobilizam atos mútuos de solidariedade entre os membros, sendo consideradas as mais relevantes para o desenvolvimento econômico e social de uma sociedade.

Tais diferenciações são identificadas na representação gráfica abaixo, que compara o modelo de ligação horizontal (rede horizontal) ao modelo de ligação vertical (rede vertical).

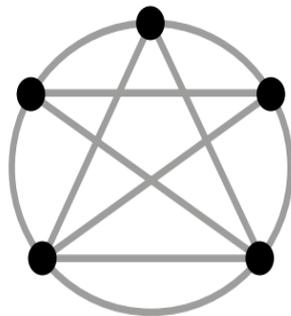


Figura 4: Ligação Horizontal.
Fonte: Almeida, 2012, p. 46.

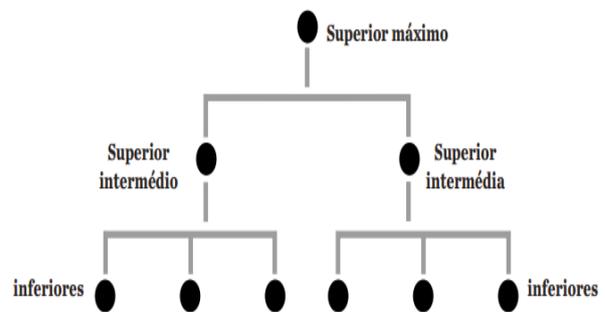


Figura 5: Ligação Vertical.
Fonte: Almeida, 2012, p. 46.

Por meio das redes horizontais e verticais surgem diferentes tipos de relações sociais, sendo a rede horizontal impulsionadora das normas estabelecidas e observadas, posto o ambiente propenso ao entendimento, diálogo e respeito. Nela, desenvolve-se em níveis elevados o capital social, diferentemente da rede vertical que não o intensifica (Almeida, 2012).

Bourdieu (2008, 2009, 2010) define o capital social como recursos atuais ou potenciais agregados na estreita relação com a rede de interconhecimento e da rede de relações institucionalizadas de reconhecimento entre grupos e indivíduos, acumulando-se pelo processo de socialização e envolvendo a manutenção das relações sociais (individuais e coletivas).

De outro modo, Bourdieu (1998) explica o capital social como um conjunto de agentes que são dotados de propriedades comuns, unidos por ligações permanentes e úteis, sendo irredutíveis a relações de proximidade no espaço físico ou no espaço econômico e social, justamente porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas.

Instaura-se, então, que o volume de capital social que um agente possui depende da extensão da rede de relações que ele consegue mobilizar, assim como do volume de capital

(econômico, cultural e simbólico) em posse exclusiva de cada agente. É o conjunto de recursos provenientes de uma rede de contatos ou de um grupo que mobiliza e reivindica o reservatório de capital, em circunstâncias adversas, nas condições pré-determinadas. Assim, o pertencimento a uma rede social exclusiva e nomeada para fácil identificação, entre seus participantes, não são inatas, mas edificadas pelos envolvidos nas redes e conexões construídas.

Nesse sentido, não basta ser aceito na rede para se tornar um membro, é necessária a participação individual na coletividade, isto é, uma rede social sendo construída com “pessoas adequadas” e com a “adequação de pessoas”, no seio da família, entre amigos, e continua por outros espaços percorridos, além de se consolidar ao longo da vida social e profissional.

Segundo Almeida (2012) a ocorrência do capital social, dar-se-á na existência de três elementos chave: (i) redes sociais, já que indivíduos necessitam desse pertencimento, como no caso da família, amigos, associações culturais, recreativas, sindicais, políticas, entre outras; (ii) da existência de normas para criar, desenvolver e consolidar relações e; (iii) a construção da “confiança” entre seus partícipes e instituições sociais.

Não obstante, as redes sociais representam um dos elementos mais importantes do capital social, isso porque, na vida cotidiana, são estabelecidas relações interpessoais, formação de famílias, amizades, companheirismos, a formação de grupos com afinidade religiosa, política e econômica, a criação de organizações e empresas (Almeida, 2012).

Aqui, o capital social pode ser inclusivo caso uma pessoas de diferentes origens, etnias, faixas etárias, áreas geográficas, de diversas categorias sociais, pois ele aglutina o diferente, reúne a distinção, beneficiando seus envolvidos com um fluxo de informação rica e acesso a recursos amplos provenientes de várias comunidades (Almeida, 2012).

O capital exclusivo em rede prioriza reunir os “iguais”, “muito semelhantes” ou “próximos”, para produzir solidariedade específica ao grupo, por vezes, gera o antagonismo no comparar com indivíduos exteriores ao grupo. Tratando-se de um grupo fechado, o tipo de capital social exclui aqueles que não partilham das mesmas características e convicções, pois “o tipo de informação que oferece é, muitas vezes, pobre, repetitivo e de confirmação do já conhecido, e os ativos possíveis de partilha são os disponíveis numa comunidade limitada, o que, obviamente, não significa que sejam sempre escassos” (Almeida, 2012, p. 49).

Logo, o tipo de capital social exclusivo forma grupos homogêneos, diferentemente do tipo capital social inclusivo, cujo objetivo deste é formar grupos heterogêneos. Por um lado, identifica-se no tipo de capital social inclusivo características como “inclusão”, “integração”, “reforço colaborativo” entre grupos diferentes, “diversidade”, “normas universais”. Na outra

ponta, o tipo de capital social exclusivo é responsável pela produção de “xenofobia”, “racismo”, “fanatismo”, a “separação do “nós” e dos “outros”, enfim, a “segregação”.

O tipo de capital social inclusivo é útil para o estudo das migrações, pois seus condicionantes são atribuídos a posse de informação, à minimização de riscos, assim auxilia no processo de recrutamento de trabalhadores, elementos típicos do gerenciamento e condicionamento do capital social incorporado pelos migrantes. Então, a quantidade de capital social pode determinar o tipo de formação da “rede social” (Campos, 2015).

Nesse sentido, estudos teóricos e empíricos no campo da sociologia tem demonstrado expressiva representatividade à luz das “redes imigratórias”, com base na vasta produção acadêmica que versa sobre “redes sociais” e “capital social”. Dentre suas reflexões, o processo em rede tem apontado para a não atuação isolada dos migrantes, iniciada com a fase predecessora ao ato migratório (fase reflexiva), seguida pelo percurso (o trânsito migratório), alcançando os modelos de integração no local de destino (Truzzi, 2008).

A lógica desse pensamento urge do processo de inserção automático do indivíduo, ao decidir migrar, nas redes que, geralmente, são formatadas pelos conterrâneos, pelos agentes promotores da migração (também conhecidos como “engajadores”, fornecedores de informações e de apoiá-los no estabelecimento), assim como seus familiares que já se encontram estabelecidos (Truzzi, 2008).

Desmistificar o processo de constituição das redes migratórias por meio das construções de contato pessoal e pelo movimento desse contato requer a localização do centro de microestruturas formadas pelos migrantes para sustentar seu modelo migratório ao longo do tempo. Independentemente dos cálculos individuais previamente realizados para o local de destino, seria o processo de inserção na rede o principal elemento que ajudaria a desenhar o caráter duradouro e as principais diferenças de cada ação migratória.

Sendo assim, ao invés de olhar sobre a existência de um mercado considerado perfeito, onde prevalecem as escolhas “racionais” dos seus agentes, frente aos múltiplos destinos considerados, sugere-se olhar para as “bases de solidariedade local”, por apresentarem, no geral, um aspecto transcendental do fator econômico, que se encontra enraizado entre a lógica dos “engajadores” e nos recrutamentos temporários.

A “rede migratória”, então, não efetivaria apenas laços constituídos por “agentes econômicos”, há de se observar o papel dos “agentes sociais” responsáveis pelo surgimento de uma racionalidade vista como não instrumental nos laços de natureza coletiva, como no caso da rede construída para propiciar a reunião familiar ou mesmo possibilitar a normatização de comportamentos mais apropriados do local de destino.

No contexto imigratório, são acionados mecanismos de solidariedade étnica/nacional, no sentido de produzir coesão e sentimento de pertencimento ao grupo. Além do sentimento de pertencimento também ocorre o processo de alteridade ao longo do rearranjo interno, sendo ocasionado entre imigrantes e nacionais, ao ponto de modelar definitivamente ou provisoriamente as fronteiras internas do grupo. Isto ocorre, a princípio, com a aprendizagem do idioma, enquanto uma necessidade de estabelecimento, que possibilita ao imigrante, ainda que provisoriamente, amenizar diferenças com o “nativo” advindas das barreiras de comunicação, ensejando ainda no aspecto da “dualidade”, visto que também realça “a semelhança do idioma com o nativo” (ENNES; GOES; SOUZA, 2020).

Como apontado por Ennes, Goes e Souza (2020), a dupla mobilidade (geográfica e social), quando associada às oportunidades, proporcionam condições para a travessia da “condição de imigrantes empregados para imigrantes proprietários” de estabelecimentos. De outro modo, também surge uma dupla dinâmica a partir das fronteiras que são estabelecidas entre o grupo que faz parte dela e demais nacionalidades que não fazem parte dessa fronteira.

Neste ponto, encontramos o modelo de rearranjo citado por Ennes, Goes e Souza (2020, p. 93), que “implica manutenção e recriação de hierarquias baseadas em marcadores étnicos, geracionais, de gênero, entre outros”. Portanto, a partir da fronteira étnica, entre imigrantes, materializa-se um jogo de disputas envolto de materiais e símbolos que contribuem para o processo de formação e identificação do grupo étnico.

A partir das fronteiras étnicas, observa-se, ainda, o acionamento de elementos culturais herdados da origem sendo ressignificados no contexto imigratório (Ennes; Goes; Souza, 2020). Destarte, essa narrativa permite verificar como os mecanismos de solidariedade étnica/nacional atuam, por vezes, na mobilidade internacional e como associa-se a passagem da condição de imigrante empregado para a de dono de estabelecimento no local de destino. Ainda assim, trabalhar para o “nativo” remete a possibilidade de angariar conhecimentos sobre a realidade do negócio onde o imigrante se insere, ampliando-se as chances de êxito na abertura do seu próprio estabelecimento no futuro.

No caso de Oliveira (2023) é notável o papel do imigrante empreendedor no país onde se estabelece, cuja observância em tese de doutoramento demonstra a propensão da mobilidade social cada vez mais ascendente e propriamente compreendida, ao considerar imersões imigratórias com base na constituição de redes sociais (*embeddedness*).

A constituição de redes sociais explicita o tipo de capital social das *embeddedness* e seus reflexos na trajetória empreendedora do imigrante, significativamente, no que diz respeito à sua inserção socioeconômica e política no país de destino, necessariamente, quando

observada a combinação da perspectiva “empreendedora” do imigrante com a estrutura “institucional” do país de destino. Dessa “combinação” surge a potencialização do capital social nos dois lados da imersão (“empreendedorismo” e “estrutura institucional”) (Oliveira, 2023).

Portes e Sensenbrenner em 1993 já apontavam a necessidade do resgate sociológico e econômico da perspectiva neoclássica, no caso da migração, empoderando-se do “capital social” enquanto conceito operativo do *social embeddedness*, em virtude do acúmulo de relações sociais que geram expectativas para a ação ou o desenrolar do migrante durante suas relações comunitárias em redes étnicas ou redes criadas para dar suporte migratório, daí o fato das relações sociais consistirem numa espécie de “capital acumulado”.

Nesse caminho, Portes e Sensenbrenner reforçaram a elevada presença do *social embeddedness* nas comunidades constituídas por migrantes, por se tratar de um tipo de “recurso” localizado nos laços de solidariedade e na confiança que, ao certo, visa contribuir significativamente com a manutenção e para a integração do migrante no fluxo da rede.

Por esse olhar, quanto mais intensa for a busca pelo recurso do “capital social”, assim como sua associação ao recurso econômico, os migrantes criarão e desenvolverão atividades em rede que favorecerão o recrutamento de novos migrantes para o trabalho. Se por um lado a relação “comunitária” resulta na constituição de valores próprios do grupo, ao constituir um “mercado de trabalho”, por exemplo, há também de se observar a superação de adversidades situacionais nascentes da discriminação e do estatuto minoritário.

A noção de “redes migratórias”, então, refere-se ao olhar posterior às chamadas “cadeias migratórias”, uma vez fundamentado na característica da “informação”, isto é, quando a “informação” movida pela rede estimula ou não o ato migratório, baseando-se no peso atribuído para a vantagem e a desvantagem do processo migratório.

Nesse sentido, as “relações interpessoais” possuem significativa representatividade para a ocorrência da circulação da informação. Sendo assim, as relações interpessoais criadas pelos migrantes irão contribuir para seu pertencimento na “rede de relações interpessoais”, assim como estabelecer sua posição informacional enquanto ator social da rede.

Justifica-se, então, que na rede social, os atores desenvolvem um vínculo quando são constituídas relações entre si e em conjunto (relações interpessoais), com certo grau de frequência, numa especificidade e com grau de interesse similar. Granovetter explicou a intensidade gerada pela força do laço de confiança e seu alcance aos migrantes, ao longo do tempo, por meio da intimidade gerada entre eles e em virtude da reciprocidade interpessoal. Nesse contexto, os laços fracos em comum encontrados entre os atores migrantes permitem o surgimento do elo da rede, entre redes, bem como o acesso variado a universos sociais e

informações diferenciadas. De outro modo, os laços identificados como ‘fortes’ representam uma espécie de “auto centramento” da rede, intensificado na mesma proporção em que ocorrem relações familiares, de amizades, de pertencimento de grupo, tornando a perspectiva dos “laços fortes” restritiva em nível de informações (Granovetter, 1973; 1992; 2007).

Por isso, os “laços fracos” têm ganhado maior centralidade na análise dos processos em redes migratórias, pois se tornam mais abrangentes na apreensão informativa dos migrantes que compõem a rede, assim como, estes serão responsáveis, ao longo do tempo, pelo fortalecimento do laço social transformado em “laço forte” (Granovetter, 1973; 1992; 2007).

Não obstante, Granovetter (1992) considerou o ator social como hipersensível ao sistema de valores sociais, lançando a crítica a “subsociação” e a “sobressociação”, enquanto aspectos típicos da economia neoclássica, que desconsidera a perspectiva histórico-estrutural, bem como as ações dos atores sociais como fruto do pertencimento a rede social e, conseqüentemente, as relações interpessoais que dão sentido a rede.

Massey (1993;1998) corrobora com o argumento dos laços interpessoais que dão sentido as “redes de migrantes”, expandindo-os para os não migrantes, laços de parentescos e amizades que são constituídas no local de origem e de destino. Aqui, afasta-se a decisão migratória puramente racional, pois “relações sociais” imbuídas no processo migratório contemplariam informações prévias, fornecidas por quem já migrou a quem deseja migrar, pondo em questionamento a máxima que vislumbraria, *a priori*, a relação custo-benefício, quando observada outras decisões que perpassam o desejo individual do migrante, aquelas encontradas em nível interpessoal e estendidas ao coletivo das relações sociais.

Sendo assim, para Massey, os laços interpessoais auxiliam na compreensão do funcionamento das redes de processos migratórios, na contribuição durante o processo de construção da sua definição, assim como possibilita apreendê-la enquanto estrutura capaz de organizar socialmente a migração, uma vez cravejadora do migrante no local de destino e reveladora dos laços sociais que são responsáveis pela ligação entre origem e destino.

Já na visão de Truzzi (2008), a exploração conceitual de “redes em processos migratórios” contribui para a sucessão da noção de “cadeia migratória”. No entanto, o autor amplia este modelo conceitual, no sentido de especificar formatos migratórios para quadros tipológicos mais amplos, bem como retrair metodologicamente a gênese de aplicação.

Com outro viés, Rocha-Trindade sugeriu em 1995 analisar a teoria das redes sociais, perante os processos migratórios, a partir da marcação de correntes e contracorrentes de indivíduos, sendo a rede um meio que interliga indivíduos no espaço (destino e origem). Nesse sentido, seria o contexto macroscópico nascente da rede e responsável por estabelecer

condições estruturais. Já em nível microscópico, as redes influenciariam nas decisões migratórias, ao proporcionar algum tipo de recurso assistencial ou até mesmo informacional.

O nível microscópico fica claro no exemplo da busca por trabalho noutro país, a partir do momento em que os migrantes já estabelecidos e ocupantes de postos de trabalho, estimulam familiares, amigos, vizinhos e conhecidos, com certa relação de confiança, sobre a existência de trabalho e a possibilidade de intermediação em rede.

A “rede social” proveniente do processo migratório, na sequência, contribui para a formação do fenômeno da “rede de ligação”, que segundo Rocha-Trindade representa um modelo de disseminação de informações relativas a trabalho, sendo sua maior função direcionar os recém-chegados a setores produtivos em que outros migrantes já atuam, bem como direcionar os novos migrantes as zonas habitacionais também demarcadas por seu grupo.

Destarte, a “rede de ligação”, logo mais à frente, vai justificar a “formalização da existência” de grupos migratórios, dada a permanência de grupo em dado território (habitacional ou laboral), razoavelmente suficiente para revelar uma nova estrutura social, muitas vezes marcada pela faixa etária, gênero, relações familiares e interações sociais, que atribui sentido de pertença, sentimento comum e propósito (Rocha-Trindade, 1995).

Saquet (2010) indicou as redes sociais como processo de estabelecimento diário, que ocorre de maneira processual, por meio das relações econômicas, políticas e culturais. Nas redes estabelecidas, um ator apropria-se, produz e domina um espaço, resultando, na sequência, na apropriação desse território, quando apreendida sua territorialidade concreta ou abstrata.

Em Saquet (2010) a noção de construção do “território migratório” é histórica e relacional, uma vez que cada território é materializado no tempo e no espaço, diferenciando-se, tão logo, em virtude do modelo da rede constituída, em seu formato de acesso, em suas malhas, seus nós, suas relações de poder, nos seus marcadores e processos identitários. Nesse vetor, Saquet (2010) destaca que tanto as migrações internas quanto as migrações externas influenciam na marcação de um território, sendo facilmente observado nas marcas deixadas por seus integrantes nos posicionamentos políticos, econômicos e culturais, assim como nas relações mercantis, no setor privado, na organização política, nas ideologias e numa outra série de atributos processuais (históricos, particulares, concomitantes).

Na abordagem teórica sobre as redes sociais, Cassarino (2013) avaliou os impactos da constituição de uma rede à luz das iniciativas de retorno migratório. Tão logo, o autor destaca que os migrantes retornados, por meio da rede, são detentores de recursos tangíveis e intangíveis, visto que “os recursos necessários para garantir um retorno bem-sucedido resultam

também de padrões de relações interpessoais que, por sua vez, derivam de experiências migratórias passadas dos retornados (p. 38).

Ao discutir o aspecto de “pertencimento a uma rede migratória”, Cassarino aponta uma consideração crítica, ao sinalizar o “aspecto de pertencimento” como um estranhamento analítico, posto que redes são constituídas de forma seletiva (por quem a constrói e por quem a estuda), além do “elemento de pertencimento” pressupor a existência do ato voluntário do sujeito, do consenso coletivo e da manutenção de recursos e eficiência dos “laços transfronteiriços” da rede.

Todavia, Cassarino destaca que o regresso migratório engloba o capital social, principalmente, aquele disponibilizado ao migrante antes mesmo de sua partida ao exterior. Isso porque, o capital social é heterogêneo e fruto da estrutura de relações que são criadas entre vários atores do mesmo grupo, por isso, o autor sugere que o capital social seja referenciado no conjunto de recursos fornecidos ao migrante a sua família, inclusive,

em outros termos, os recursos sociais e financeiros pré-existent, que são fornecidos pela família, podem impactar no êxito de quem regressa à pátria. O capital social constitui um dos recursos dos quais os retornados podem se beneficiar. É razoável pensar que o capital social, juntamente com a potencial de participação dos migrantes de retorno nas redes sociais transfronteiriças, possam ser considerados um conjunto de recursos que se completam e configuram reciprocamente (Cassarino, 2013, p. 39).

No caso de migrantes econômicos, altamente qualificados ou não, no momento do seu retorno, ressalta-se que as redes em que estão inseridos serão constituídas em pressupostos comunitários (baseados em relações de longa duração entre aqueles que compõem a rede, cujas “trocas” são influenciadas por conteúdo de interesse comum) ou associativos (neste caso, destaca-se o aspecto da seletividade na formação do grupo, sendo suas “trocas” motivadas pelo elo de pertencimento, a própria causa da associação (Cassarino, 2013).

Quanto ao quadro de comparações entre bases comunitárias ou bases associativas da rede, Cassarino (2013, p. 39) acrescenta:

Quer tenham bases comunitárias ou associativas, as características organizacionais das redes sociais e econômicas transfronteiriças são sensíveis ao contexto econômico, social e político dos países de origem e de destino. A referência à Teoria das Redes Sociais permite preencher a lacuna existente entre a estrutura organizacional das redes e o conteúdo relacional que os autores atribuem ao seu próprio envolvimento e pertencimento. Assim, a teoria das redes articula dois níveis de estudo.

Segundo Cassarino (2013), o retorno dos migrantes, com base no auxílio da rede, a mesma que originou sua partida, pode nos revelar uma multiplicidade de envolvimento, motivações, modalidades organizativas, estruturas internas e comportamentos diferenciados que, ao certo, nos levarão a melhor compreender o processo e a funcionalidade de cada rede,

assim como explicitá-la. Nesse sentido, vejamos abaixo um quadro interpretativo à luz da rede de migração internacional de retorno produzida com base na teoria de Cassarino.

Sobre as trajetórias espaciais, essas também fundamentam a constituição das redes migratórias visualizadas por diversos pontos (nós) conectados através de fluxos de pessoas e de informações. Cria-se, com as trajetórias espaciais, possibilidades de construção de novos territórios e padrões de distribuição dos fluxos de relações, possibilitando a comparação e compreensão do movimento de interação do processo migratório, isto é, a unidade entre o território de origem e o de destino, cuja ocorrência se dará por meio da rede e da interação social no processo de “desterritorialização” e “territorialização” (Mondardo; Saquet, 2008). Vejamos abaixo um quadro da migração internacional, a partir do olhar sobre trajetórias espaciais.

Descrição	Antiga Economia de Labor Migratório	Nova Economia de Labor Migratório	Teoria das Redes Sociais Transfronteiriças
Migração de Retorno	Aqueles que ficam no país de destino são os bem-sucedidos. O retorno é uma anomalia, senão o fracasso da experiência migratória.	O retorno faz parte do projeto migratório (visto como uma “estratégia calculada”). Ele ocorre quando os objetivos do migrante são alcançados no país de destino.	O retorno é garantido e sustentado por redes transfronteiriças de relações sociais e econômicas que transmitem informações. Voltar constitui apenas um primeiro passo para a conclusão do projeto migratório.
Migrante Retornado	Abarca o migrante mal-sucedido que não pode maximizar sua experiência no exterior.	Abarca o migrante bem-sucedido, cujos objetivos foram alcançados no país de destino. O retornado é um intermediário financeiro e um assalariado visado.	Um ator social que tem valores, projetos e sua própria percepção do ambiente do retorno. Reúne informações sobre o contexto e as oportunidades nos países de origem. Os recursos são mobilizados antes do retorno. Pertence a redes transfronteiriças que envolvem migrantes e não migrantes.
Motivações dos Retornados	A experiência migratória falhou. Precisa retornar para o país de origem.	Apego ao lar e à família. Metas são atingidas.	Inserido e moldado por oportunidades sociais, econômicas e institucionais no país de origem, bem como pela relevância dos seus próprios recursos.
Capital Financeiro	Nenhuma renda ou economia é repatriada do exterior.	As remessas consistem em uma segurança contra eventos inesperados. Ajuda os membros da família.	Remessas e economias constituem apenas um tipo de recurso. Podem ser investidos em projetos produtivos que visam garantir o retorno.
Capital Humano	As habilidades adquiridas no exterior dificilmente podem ser repassadas no país de origem. Capital humano é desperdiçado.	Remessas e economias constituem apenas um tipo de recursos. Podem ser investidos em projetos produtivos que visam garantir o retorno.	Habilidades adquiridas no exterior, assim como conhecimento, experiências, contatos e valores são fatores que contribuem para garantir um retorno bem-sucedido.

Quadro 9: Rede de migração internacional de retorno.

Fonte: Adaptação de Cassimiro (2013, p. 42).

Conforme exposto acima, as redes espaciais atuariam como conectoras na apropriação de territórios e na desapropriação de outros lugares. Por meio dessa mobilidade espacial seria possível a interligação de territórios, com o auxílio dos migrantes, haja vista que são as redes da migração a construtora da base de conexão entre territórios de origem e de destino, o caminho para a produção de outros territórios (Mondardo; Saquet, 2008). Logo, a rede migratória pode ser abstrata ou concreta, visível ou invisível. Sua ideia básica seria a de assegurar a comunicação, porém, por natureza, a rede não assegura a comunicação, muito menos consegue desenhar os limites e as fronteiras.

Destarte, as funções da rede seriam desempenhadas pelos participantes, estabelecidas e mantidas por meio de um sistema informacional e de comunicação. Quando a rede social de informação age nas relações sociais dos migrantes, o sistema de comunicação se transforma em um instrumento controlador, de poder dominante, capitalista e opressor, capaz de manipular e controlar a rede, a mobilidade espacial e, por fim, o próprio fluxo migratório.

Assim, identifica-se um papel contraditório da rede em seu processo de facilitação da mobilidade, por sua vez inscrita numa estratégia de comando sobre os migrantes, que os direciona para o seu novo estabelecimento, ou para o retorno à origem, em virtude de maiores interesses e, portanto, do (s) poder (es) que está (ão) em jogo. Na composição da base de criação dos territórios, as redes se tornam instrumentos de poder, capazes de proporcionar “prisões” ou “libertações” dos migrantes em contextos socioeconômicos (Mondardo; Saquet, 2008).

No contexto migratório, as redes são fontes de explicações das mobilidades, soluções, atores, recriações de sociabilidades e reelaboração identitária. Na mobilidade humana, redes sociais são reinterpretadas, com ampliação de conceitos sobre o transnacionalismo. No caso do transnacionalismo, ao resgatar o caráter das redes migratórias, amplia-se o valor cultural na seara da complexa mobilidade humana. Considerando as distintas formas de construção sociocultural do transnacionalismo, as redes são ampliadas para estudos macroeconômicos da globalização em que práticas transmigrantes podem ser compreendidas em três basilares, a saber: (i) em âmbito sociocultural, identifica-se a orientação bifocal dos migrantes, sendo sua transformação perceptível; (ii) identidades, fronteiras e ordenamento nacional promovem a transformação do migrante no seu âmbito político e; (iii) junto com os migrantes, as instituições se tornam transmigrantes, com forte influência nas relações econômicas, desenvolvimento local e nas relações público-privado (Lussi, 2015).

Sobre essa ótica, Lussi (2015) destaca os aspectos econômico e social, provenientes das redes, como causas do “micro, “meso” e “macroestruturais”. Os elementos macroestruturais incluem a política econômica internacional, fatores institucionais em escalas maiores. Já o

elemento “mesoestrutural” refere-se ao apoio institucional na experiência migratória, como por exemplo, organizações sociais, igrejas, a mídia e organizações internacionais que auxiliam no circuito da mobilidade. No caso dos elementos microestruturais, destacam-se a “informalidade” desenvolvida entre os migrantes como pontapé inicial de sustentação dos movimentos migratórios, tais como conhecimentos sobre outros países e a organização de determinada viagem, que adentra a tipos de capitais sociais. Por isso, é importante destacar que o caráter “informal” na constituição de uma rede serve para unir tanto migrantes como não migrantes em um mesmo espaço de papéis e relações sociais. Sendo assim,

as redes migratórias são, de certa forma, extensão das redes de parentesco e incluem redes de amizade, de pertença ou qualquer outra forma de interesse ou de necessidade, constituindo-se forma privilegiada de capital social dos migrantes e, ao mesmo tempo, espaços de conflitos e de gestão de interesses (Lussi, 2015, p. 102).

Necessariamente, as redes contêm remessas sociais, mas também funcionam como espaços de sua produção. Nas remessas estão arraigadas ideias, identidades, comportamentos e o capital social que flui da comunidade de origem. Já dentro da rede, no caso das migrações, a reprodução de remessas sociais importa no acesso ao capital financeiro, com favorecimento de acesso as múltiplas expressões de capital social, tais como “informações para emprego, fortalecimento de relações sociais, acesso a instituições e redes sociais, “outras” do contexto de destino, assim como acesso a não-migrantes que podem ter informações e recursos que são necessários para o êxito do processo migratório” (Lussi, 2015, p. 102).

Segundo apontam Castells e Cardoso (2006, p. 20), o debate acerca da “sociedade em rede”, definida pelos autores como “uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microeletrônica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informações, a partir de conhecimento acumulado nos “nós” dessas redes”.

Nesse sentido, Castells e Cardoso (2006) explicam que a rede é uma estrutura formal, cujo funcionamento abrange um sistema de “nós” interligados. A “sociedade em rede”, então, funciona como uma nova organização em “sociedades emergentes”, inclusive, sendo o ponto de partida para novas abordagens de ordem política, cultural e econômica. Contudo, a partir das “redes tecnológicas”, seria possível transcender as fronteiras das “redes migratórias”, em virtude do fortalecimento, difusão e circulação de informações que sustentariam o fluxo da migração internacional, viabilizada a comunicação entre agentes da rede migratórias e possíveis instituições vinculadas (Castells, Cardoso, 2006).

O advento da *internet*, então, permitiu a formação de diferentes tipologias dessa rede, adotando-se conforme a necessidade de atendimento aos objetivos determinado, comuns,

inclusive, na obtenção de informações, defesas de causas, busca por entretenimento. Além disso, Hiller e Franz observaram que as redes cibernéticas são criadas especialmente com a finalidade de conhecer pessoas novas, assim como encontrar aqueles que não se tem mais contato físico, uma forma de alargar essa fronteira e outras (Hiller; Franz, 2004).

Com a interconexão entre redes, permitiu-se o nascituro de um novo processo de mobilidade chamado por Latour (2004) de “móveis imutáveis”, em que, simultaneamente, vinculam-se transformações significativas e positivas às relações produzidas entre os envolvidos, e à imutabilidade, em certa medida, “daquilo” que transportam.

Quando as redes são seguidas pelo ponto de “interconexão”, atravessam a distinção usual entre palavras e coisas tipológicas de uma única rede, tonando-se possível, adentrar no novo mundo, em suas novas expressões e matérias. Centralizada uma “informação”, outros movimentos a ela se acrescentam (aqueles inscritos), inicialmente, por outra rede, que na sequência possibilita trocar propriedades, com coerência de capitalização de dados.

Esse amaranhado, então, dará forma ao funcionamento de um verdadeiro laboratório, que desloca fenômenos, redistribuindo-os no espaço-tempo, qualificando os sujeitos envolvidos como espécies de “capitalizadores”, uma vantagem considerável, tendo em vista o afastamento de lugares, porém reversível a transformações suplementadas pelas inscrições de outros sujeitos interconectados pelo ponto da rede (Latour, 2004).

4.3 MECANISMOS E ESTRATÉGIAS PARA O *CROSSOVER* ENTRE REDES

A forma de reinventar a “rede” perpassa pelo processo de instrumentalização, simultaneamente, à recriação de seus sujeitos. Os elementos “móveis imutáveis” perdem espaço para as “manutenções” necessárias a fluidez da rede, assim, surgindo a proposta de “cruzamento” entre redes distintas como caminho mutável “daquilo” transportado pelas redes, suas formas, inscrições, matérias e a “mistura” de instituições envoltas.

Na nossa atualidade, o conceito de rede social possui caráter polissêmico e de grande abrangência. Sua profundidade é associada a dimensão analítica por configurar uma vastidão em novas discussões e enfoques. Assim, para melhor compreensão da noção de rede social, torna-se importante apontar a proposta de criação da rede social em conjunto com a estruturação de um tipo de mapeamento de seus agentes, capaz de determinar a realidade da rede, seus sentidos e contra sentidos. Nesse vetor apresenta-se também uma completa exposição de significados sobre a determinação de um modelo de rede social, visto que

a vasta e dispersa literatura produzida nos últimos anos sobre o tema deixa em aberto uma série de enfoques para o estudo das redes. Por conseguinte, neste quadro dos sentidos e contra sentidos da rede está presente um ponto comum, ou seja, uma relação que se estabelece entre duas ou mais partes. Obviamente que o conceito se torna complexo e mutável de acordo com o contexto em que é utilizado, pressupondo uma aprofundada reflexão conceitual (Saragoça; Silva, 2013).

Habitualmente, a rede social representa um processo de estruturação de laços criados por atores sociais. Neste ponto, destacam-se os “papeis”, “indivíduos”, “organizações”, “setores” e “Estados” como fabricantes da base material para relações, conversações, afetividades, trocas de informações e trocas econômicas (Saragoça; Silva, 2013).

Esses diversos “elementos” constituem um “sistema social de interação” que são identificáveis, por exemplo, na *Rede Social Facebook*. Essa *rede virtual* representa um processo estrutural que envolve entidades interdependentes. Pertencente a iniciativa privada e operada pela empresa *Meta Inc.* Esse tipo de rede assume vários níveis, entre eles: (i) inicialmente, uma extensão do negócio empresarial; (ii) um tipo de mídia social (produto) e; (iii) auto variedade situacional, conforme a apropriação do elemento público-privado (ambiente de circulação pública, na base tecnológica privada da *Meta Inc.*) pelos usuários das *comunidades virtuais*.

Com o aparecimento da *comunidade virtual*, concebe-se o sistema social desse tipo de rede por “redes de redes”. Somado a premissa de uma rede resultante da ausência de laços diretos entre seus atores, elege-se o “espaço” da *rede virtual* como “local” de encontro daqueles que almejam preencher o “buraco estrutural” deixado pela rede antecessora. Dessa forma, a existência do sistema social na *comunidade virtual* necessita do nível material, que torna o aparato tecnológico, ou parte dele, local de reprodução de laços.

Importa notar que redes sociais se estruturam de laços específicos produzidos entre atores, em que a arquitetura de relações da rede produz um padrão organizacional capaz de expressar relações, ideias políticas e econômicas, mas, principalmente, possui como missão ajudar a resolver alguns problemas sociais nos quais seus agentes estão imersos (Saragoça; Silva, 2013). Aqui, a *rede virtual* retoma o diálogo sobre a Tecnologia Social, pois enquanto “produto” da empresa *Meta Inc.*, a *Rede Social Facebook* surge em resposta ao “buraco estrutural” presente em outras redes que dão acesso ao processo imigratório. Nesse contexto, seria possível identificar o fenômeno *in lócus*, isto é, “a rede cruzada”, através do conjunto formativo do próprio fenômeno (o que se incorpora fora da sua extremidade com aquilo identificado dentro de sua estrutura), quando possível verificá-lo, assegurá-lo e validá-lo.

Apesar dos elementos imbricados no transporte da rede, é o deslocamento interno e externo que otimiza constantemente a manutenção das relações. Conforme apontou Latour, uma propriedade central da *rede cibernética* é sua possibilidade de conectar-se a outras redes

que os indivíduos já se inseriram na “vida real”, quase que de modo natural a outras redes, como tentativa de produzir sentimento de pertença, ou de não pertença, entre aqueles que “buscam articular a vida real ao cibernético e vice-versa”.

Um exemplo dessa inserção na “vida real” pode ser observado no “jeitinho brasileiro” revelado pela interação entre brasileiros na *Rede Social Facebook*. Nos Estados Unidos, o “jeitinho brasileiro” é representado na ação de um brasileiro como um tipo de estratégia geradora de renda e, ao mesmo tempo, contributiva para que outros brasileiros também alcancem rendimentos financeiros. Vejamos:

Tenho conta de DoorDash²⁴ para alugar. Trabalhe como entregador quando e onde quiser. Receba os pagamentos diretamente na sua conta bancária. Escolha seus próprios horários, sem compromissos fixos. Garantia financeira assegurada por 1 ano. Só paga quando a conta estiver logada no seu telefone. Não pedimos nenhum documento do cliente. Dinheiro cai direto na sua conta. Suporte 24 horas, assistência. Conta liberada no mesmo dia. Referência com várias contas alugadas em toda América. Interessados chamar no privado (Carlos Alberto, 15/05/2024, Grupo 3).

Redes compostas por imigrantes sempre estão associadas ao capital social que mobilizam, são compreendidas a partir das equivalências funcionais que surgem de um outro tipo de recrutamento, e que relaciona o tipo de primeiro recrutamento ao contexto imigratório.

Com o lema “juntos participamos”, grupos menores constituem-se no formato de *redes virtuais* menores. Essas redes menores são constituídas associando-se o local de estabelecimento à busca por capital social. No entanto, parte dos seus membros também se encontram associados a outras *redes* maiores com localidade distinta a sua, porém, ressalvadas a abrangência do mesmo país de destino. Por isso, as redes menores constituiriam um aglomerado representativo para o fortalecimento do capital social.

Quando o assunto se refere a entrada nos Estados Unidos pela via indocumentada, a *Rede Social Facebook* é apropriada pelos brasileiros para a criação de *comunidades virtuais*, porém, o assunto é referenciado em *bate-papos* que restringem a circulação da comunicação, pois diferentemente dos demais assuntos mencionados, o processo de entrada indocumentada nos Estados Unidos não é discutido no campo “discussões”, principal campo de veiculação dos conteúdos, na *comunidade virtual*, o que reforça a cautela das comunidades, quanto ao teor sensível do conteúdo, principalmente entre aquelas comunidades intituladas públicas.

Na busca pela indicação de um coioite²⁵ que possa ajudar no processo da sua travessia, o brasileiro Diego, fez um *post* no *bate-papo* das comunidades 2, 7 e 9: *boa tarde,*

²⁴ A *DoorDash Inc.* é uma empresa norte-americana que opera em plataforma *online* de pedidos e entregas de alimentos. A *DoorDash* é a maior plataforma de entrega de alimentos dos Estados Unidos.

²⁵ Termo utilizado pelos brasileiros pesquisados para intitular a pessoa que, pela via ilegal, auxilia sua entrada nos Estados Unidos, mediante compensação financeira.

alguém sabe me indicar um coioote para eu chegar em Massachussets? Eu estou no Brasil (Diego Costa, 21/03/2024). No mesmo dia, Eliza, membra da comunidade 2, responde a Diego com o seguinte comentário abaixo da sua postagem: *tenho o contato de um coioote muito bom, ele levou meu filho, meu filho conseguiu entrar pelo México. Fale comigo no privado.*

No exemplo acima, a busca pelo coioote representa, inicialmente, o acesso numa rede mais restrita. A comunicação via *comunidade virtual* fundamente o encontro ao coioote, segundo a interação - comportamento de “troca” -, e do “conteúdo normativo” que corresponde ao sentido da relação construída por aqueles brasileiros que projetam expectativas no comportamento do outro e no próprio comportamento diante do contexto indocumentado.

De outro modo, como relatou Kelmer Neves, brasileiro que atua profissionalmente com assistência jurídica a outros brasileiros indocumentados residentes nos Estados Unidos, cerca de 75% dos brasileiros atendidos por ele, mensalmente, realizam a travessia para os Estados Unidos pelo México. Este dado, inclusive, foi validado pelo brasileiro indocumentado, Davidson Clemente, residente em *Newark/NJ*, cuja travessia foi realizada também pelo México, há 2 meses estabelecido nos Estados Unidos. No caso de Davidson, temos o seguinte relato:

[...] Eu vim pelo México. Ano passado veio um amigo meu, aí ele tinha me chamado para vir junto, aí na época eu não decidi vir. Agora no início do ano (fazendo referência a 2024) outro amigo perguntou se eu queria vir. [...] Meu amigo me passou o contato do rapaz que resolvia a vinda (fazendo menção a travessia pelo México). Esse amigo foi para Londres, eu fiquei (Davidson Clemente, 23/05/2024, relato oral).

Quanto ao processo de estabelecimento nos Estados Unidos, no que diz respeito a “rede de amizades”, a concretização do processo imigratório é explicada da seguinte forma:

Eu tenho um amigo que mora aqui perto, ele veio comigo. A gente já saiu por aqui algumas vezes. Também tenho outro amigo que eu estava na casa dele, que fiquei logo quando cheguei. Esse já mora aqui faz uns 8 meses, ele me mostrou alguns lugares também, é de Minas Gerais também ele, da mesma cidade, ele é amigo de escola, entrou pelo México também. [...] Agora estou morando sozinho, moro em um quarto, o proprietário é brasileiro (Davidson Clemente, 23/05/2024, relato oral).

Davidson prossegue seu depoimento apresentando o seguinte acréscimo:

Eu não usei o Facebook para conseguir minha vinda, eu consegui falar com o mesmo contato que ajudou o meu amigo, [...] mas a gente escuta muita gente falar como conseguiu entrar aqui, tem gente que consegue sim contato pelo Facebook, consegue indicação de alguém por lá, que já ajudou a entrar também pelo México, são muitos grupos que tem na rede social, muitos grupos que você pode conseguir contato, tem muitos brasileiros aqui que entraram pelo México (Davidson Clemente, 23/05/2024, relato oral).

Redes sociais exercem papel facilitador nos deslocamentos migratórios, por reduzir o grau de incerteza em que os migrantes se deparam. Inicialmente, tem-se as redes de contato pessoal que, após seu fortalecimento, provoca, logo em seguida, “redes migratórias”. Vejamos no exemplo abaixo as possibilidades de extensão de laços entre rede virtual.

Olá, me chamo Karolayne Souza, estou à procura de trabalho: fixo, help, clean, ajudante, cuidadora. Não tenho experiência, mas tenho muita vontade de aprender e necessidade de trabalhar. Não tenho carro, cheguei a poucos dias. Falo somente português! Estou em Boston (Karolayne Souza, 15/06/2023, comunidade 11). No dia seguinte outra membra responde: com seu currículo você encontra de help com as brasileiras, elas dominam a área da limpeza. Tome todo o aprendizado com dedicação e gratidão, muitas de nós passamos por isso um dia, não desanime, seja humilde e tenha muita fé em Deus! (Aleuda Costa, 16/06/2023, comunidade 11). Na sequência, uma nova resposta ao comentário de karolayne surge: No Instagram tem uma página chamada. Boston busca. Lá sempre tem ofertas de emprego (Tábata Reinheimer, 16/06/2023 comunidade 11). Por fim, Thayene Knupp indica a rede whatsapp para que Karolayne acesse e, finalmente, busque a oportunidade de trabalho que deseja: <https://chat.whatsapp.xxx/xxxxxxxxxxxxxxxx>, boa sorte! (Thayene Knupp, 17/06/2023, comunidade 11).

Hiller e Franz (2004) apontam que o uso da *internet* possui aplicação e sentido variável conforme o *status* do migrante nos ciclos “pré-migratório”, “migratório recente” ou “estabelecido”. Essa analogia é importante para evocar os diferentes relacionamentos que o ciclo em *rede virtual*, em cada fase, revela a respeito do processo migratório imbuído.

No *status* “pré-migrante”, a *Rede Social Facebook* apresenta acesso e encontro de todas as regiões do Brasil. Tais dados são constatados quando verificada a página do perfil individual dos brasileiros membros das *comunidades virtuais*. Dados e informações sobre a legislação aplicada aos Estados Unidos e o compartilhamento do “sonho americano” refere-se ao nível de discussão com maior concentração de interação, sendo seus questionamentos postados respondidos pelos brasileiros residentes nos Estados Unidos.

No *status* “migrante recente”, massificam-se pedidos de ajuda, dos mais variados possíveis, e relatos sobre como está sendo a nova vida nos Estados Unidos. Nesse *status* também veiculam informações de locais para passeio, espaços de socialização entre brasileiros. O “migrante recente”, aparentemente, é mais receptivo com a interação *online* com brasileiros já residentes nos Estados Unidos, inclusive, comentando suas postagens. Já no *status* “migrante estabelecido”, os brasileiros tendem a acumular o comportamento do “migrante recente”, no entanto, as características prevaescentes do seu *status* estão na retroalimentação do processo informacional, disponibilizar-se no apoio e orientação aos necessitados, divulgar serviços que prestam ou produtos que vendem/consomem, inclusive, os de origem brasileira, ofertam e/ou indicam vagas de empregos. Aqui, apresenta-se a classificação mais alta do nível de interação entre os brasileiros, sendo observadas respostas para os “pré-migrantes” e os “mais recentes”.

Os “espaços de vida” configuram o local onde antes o migrante se estabelecia, como também seu novo local de estabelecimento, por isso, as “redes migratórias” possuem uma dimensão espacial, em que uma “marca” do seu território sugere a existência de “redes de lugares” ou, então, “redes de migração” (Campos, 2015).

Na organização desses “espaços de vida”, a proximidade representa a força de laço social combinada ao tempo que os imigrantes se disponibilizam para compartilhar a sua intensidade emocional, reciprocidade, grau de confiança e intimidade. Conforme o laço social se fortalece, mais estreita se torna a aproximação entre os migrantes da rede. Sendo assim, as relações de diferentes intensidades vão proporcionar um ambiente de espaço heterogêneo, em que laços (menos estreitos ou mais estreitos) impactarão no tipo de relação com cada indivíduo. Nesse sentido, Campos destaca:

O grau de coesão das redes sociais como um todo varia de acordo com a força dos laços entre os indivíduos que as compõem. Internamente, elas possuem segmentos mais sólidos, cujas ligações são estáveis, assim como segmentos compostos por ligações mais frágeis. Nesse sentido, pode-se dizer que as redes são compostas por outras redes menores, interiores, em um esquema fractal. Sua configuração é variável, sofrendo rupturas e acoplamentos ao longo do tempo, em um processo dinâmico de (de)formação (Campos, 2015, p. 16).

Essa quebra de paradigmas pode ser verificada através da ascensão de um conterrâneo, quando seu processo de estabelecimento alcança proporções sobre o processo imigratório até, então, inimagináveis, como destaca a netnografia abaixo.

Olá, sou o Kelmer Neves, Assessor Jurídico e intérprete. Hoje ajudo a nossa comunidade brasileira dando consultas gratuitas para que outros brasileiros possam trabalhar, estudar e viver legalmente nos Estados Unidos e, com isso, não passem o que passei em 1999 quando imigrei para os EUA, e fui enganado por um falso advogado e por conta disso recebi uma ordem de deportação. À época, consultei 3 advogados e todos disseram que o meu caso não tinha solução e que eu deveria sair do país. Foi então que decidi estudar leis de imigração para lutar por justiça. A minha árdua batalha judicial durou 15 anos, recebi o Green Card e me tornei cidadão americano. O meu caso (Neves vs Holder) foi até a corte suprema dos EUA onde estabeleceu um precedente legal. A minha história virou um filme chamado “Impossível é uma Opinião.” O filme ganhou um prêmio de “melhor filme inspirador” no “Festival de Filme de Paris.” E, logo após, foi contada em uma autobiografia no livro “Impossível é uma Opinião” (Kelmer Neves, 14/03/2024, comunidade 6, 7).

As redes familiares, contudo, ainda representam solidez e durabilidade dos laços estabelecidos entre o parentesco. Nesse tipo de rede, destaca-se a propriedade da transferência do capital nas suas variadas formas (social, cultural e econômico). Constitui-se, assim, um segmento sólido de reciprocidade, suporte e altruísmo de manutenção da rede social ao longo do tempo, com destaque na preponderância dos laços familiares sobre o relacionamento com outros laços (conhecidos, vizinhos, colegas de trabalho e amigos), embora considerados mais fracos que os laços familiares, poderão também apresentar durabilidade ao longo do tempo.

Em um nível ainda mais “distante”, há laços sociais mantidos com pessoas com as quais se tem pouco envolvimento, como prestadores de serviço, empregados e conterrâneos. Pode-se expandir o raciocínio até chegar a relações cuja força seja tão reduzida que há um afrouxamento da rede social a ponto de que não seja “transmitido” nenhuma forma de capital social e chegue-se, conceitualmente, à fronteira da rede social (Campos, 2015, pp. 16-17).

“Rede pessoal”, “rede social” e “rede migratória” advêm do uso semelhante das formações sociais, com organização reticular e objetiva. Seus objetivos caracterizam-se por um conjunto de nós, representados, geralmente, por pessoas, eventos e objetos, cuja ligação refere-se aos múltiplos laços de relações. Os atores e suas relações, na rede, são representados, respectivamente, por “pontos” e “pontes”, em que elos de formação entre os “pontos” produzem os traços da rede. “Os pontos representam os nós ou vértices da rede. As linhas, seus laços ou arcos. Nas redes sociais, por exemplo, os nós seriam os atores sociais e os laços, as relações estabelecidas entre eles” (Campos, 2015, p.17). A “rede pessoal” pode ser articulada com a “rede imigratória”, ambas permitindo as representações de “pontos” e “pontes”, conforme expõe o relato de Débora Moraes, ao pedir auxílio na *Rede Social Facebook*:

Esse é Jaiminho, um amigo da minha família de muitos anos que está passando por um câncer raro no sangue e essa semana ele entra em cirurgia. Essa primeira foto é de um ano atrás e as outras de Jaiminho durante o tratamento. Depois da cirurgia ele e a esposa que o acompanha só poderão sair do hospital após 90 dias (como trabalha com vendas junto com esposa) vão ficar sem renda nesse período. Há mais de um ano ele vem sofrendo com esse câncer, agora ele está chegando na reta final do tratamento. Vamos ajudá-lo. Jaiminho tem uma esposa e tem 2 filhos menores de idade que dependem dele. Ele é sua família precisam da nossa ajuda para passar por esses 90 dias sem trabalhar e trancado no quarto de hospital (ele e a esposa não poderão nem sair do quarto durante esse período) mas, tendo a tranquilidade que em casa está tudo certo com as crianças (Débora Moraes, 15/05/2024, Comunidade 2).

Assim, redes migratórias, enquanto “nós”, são representadas por lugares, domicílios, famílias ou pessoas e seus laços, as migrações ou ações facilitadoras do processo migratório. Também podem ser compreendidas como canais para a comunicação migratória, sendo o aspecto da “comunicação” realizada por dois ou mais atores, cuja comunicação apresenta potencial persuasivo e convincente, já que seus participantes, geralmente, possuem elevado grau de semelhança. “As redes seriam mecanismos estruturantes e estruturados pelas relações entre seus atores, desempenhando, simultaneamente, um papel de forma e de função social” (Campos, 2015, p. 18).

Para a rede social ser considerada vantajosa, Campos (2015) destaca a necessidade de compatibilidade com o contexto em que os imigrantes vivem, ser de fácil entendimento e implementação, ter capacidade de teste, de observação, e apresentar vantagem de profundidade.

A essência de um laço estrutural em rede é dada pela “profundidade” da relação social, que qualifica a condição de proximidade entre seus atores. A noção de proximidade estaria no cerne do conceito de rede social: é graças à proximidade que são estabelecidas relações de confiança e que são moldados os canais de difusão que configuram as redes. Por sua vez, a distribuição dos pontos e a intensidade dos laços da rede também é estruturada sobre fatores de distanciamento. Por isso, pertencer ou não a determinada rede significa usufruir das (des)vantagens obtidas pela proximidade com seus atores (Campos, 2015, p.18).

O termo “profundidade” pode ser interpretado em termos sociais, culturais e espaço-temporal. Por meio da “profundidade” ocorre o compartilhamento de crenças, favorecimento dos hábitos e da similaridade da posse de uma mesma língua, enquadrando-se como dimensão territorial, ou seja, espaço-temporal (Campos, 2015).

Migrar é entendido como um processo espaço-temporal, que envolve a mudança de residência sobre determinada distância (entre unidades administrativas distintas, por exemplo) e certo período de permanência (ocorre por um período relativamente duradouro). Os laços das redes migratórias são representados pelos próprios fluxos populacionais, ou seja, pelas migrações. Também podem ser compostos de relações que facilitem a migração, estando a ela objetivamente ligadas. Os atores das redes migratórias podem ser os migrantes propriamente ditos ou as pessoas envolvidas com as migrações, como familiares, ex-migrantes, agenciadores, coitotes, padres, agentes de turismo e policiais de fronteira, por exemplo. As redes migratórias também podem ser compostas por domicílios, empresas, aeroportos, cidades e países, que estariam conectados pelas migrações de pessoas (Campos, 2015, pp. 20-21).

Na dimensão espacial das redes migratórias, ao conectar pessoas, as redes também conectam lugares, dessa forma, as migrações possuem a característica da “espacialidade” em cada momento do tempo, pois há sempre um local de origem para um local de destino.

Dessa forma, ao falar em migrações, também abordamos, simultaneamente, “redes de lugares”, cujo estudo é direcionado as características das localidades de onde partem os migrantes, assim como aqueles do seu destino e de outras localidades relacionadas

É importante enfatizar que essas localidades seriam atores do espectro espacial das redes migratórias, enquanto os movimentos das pessoas seriam os fluxos (relações) da rede. Do mesmo modo, poder-se-iam tomar os domicílios dos migrantes como unidades de análise, configuradores das redes. Nesse caso, seus atributos qualificariam os nós das redes enquanto os fluxos migratórios comporiam os laços da rede (Campos, 2015, p. 22).

As redes espaciais possuem maior facilidade de mensuração, comparado as demais redes migratórias, devido ao tempo que as pessoas vivem em determinado lugar, isto é, seu caráter fixo. Apesar da característica de intangibilidade atribuída ao capital social, que dificulta a mensuração de relações sociais, esse aspecto é menos problemático quando tentamos dimensionar e compreender facetas espaciais (Campos, 2015).

Direcionado os esforços de compreensão da rede para os lugares de origem e de destino, esses não esgotam as possibilidades de identificação, análise e compreensão de outros lugares que envolve a rede migratória. É possível que o indivíduo resida em determinado lugar e se desloque para outro, apenas para fins específicos, como morar em uma cidade e ir até outra apenas para emitir seu passaporte, ou, como no caso de Kelmer Neves, brasileiro com dupla cidadania, que há um ano e meio tem residido entre o Brasil e os Estados Unidos, explica sua nova escolha abaixo.

Há mais ou menos um ano e meio eu comecei a morar também no Brasil, em Cabo Frio/RJ. Então, agora eu moro no Brasil e nos Estados Unidos. [...] Aí estou indo e voltando do Brasil para os Estados Unidos e vice-versa. [...] Voltei a morar no Brasil pela proximidade da família, dos amigos. Não foi por causa de trabalho, eu trabalho sempre de casa, home office, até quando estou nos Estados Unidos eu trabalho de casa, só quando eu preciso ir resolver alguma coisa no escritório, com meu sócio, o escritório fica em Boston, aí vou lá (Kelmer Neves, 23/05/2024, relato oral).

A dinamicidade da rede permite encaixes a todo instante, como na escolha de um roteiro alternativo, ou trilhar o percurso de caminhos diferentes, um por vez, isto é, quando uma fronteira fecha, quando um caminho é interdito, necessitando a busca por nova rota e nesses desencaixes que geram novos encaixes, surgem, constantemente novas formas da rede migratória (Campos, 2015).

A elevada concentração espacial dos migrantes na rede refere-se a ancoragem das relações sociais no processo de difusão da informação, assim como do seu recrutamento, fazendo com que sua origem e seu destino apresentem elevada concentração espacial, devido ao agrupamento espacial da migração (Campos, 2015).



Figura 6: Mecanismos estruturantes das redes migratórias.

Fonte: Campos, 2015, p. 26.

Conforme observado na imagem acima, as redes inclinam-se à configuração por proximidade, já que estão calcadas em contatos pessoais e o acesso ao capital social. Os contornos da rede são moldados conforme a circulação de informações e o tipo de recrutamento entre os indivíduos pertencentes, na sequência, moldam-se a natureza interna da rede, a partir da difusão dos seus processos internos, agora reconfigurados. Em sua natureza multidimensional, as redes das migrações englobam processos socioculturais e espaciais.

No aspecto sociocultural estão as redes de pessoas, famílias e seu modelo de organização, já no aspecto espacial, inserem-se as redes de domicílio, de cidades ou mesmo país, que se articulam em escalas diferenciadas, atuando, ainda, como agentes produtores do espaço migratório (Campos, 2015), conforme apresentado logo abaixo.

Quarto privado para alugar. North Andover, MA, US. Alugo um quarto para casais em condomínio com piscina e academia em north Andover, com um banheiro apenas de uso do casal (banheiro ao lado do quarto) ap com sacada, ambiente familiar, moram na casa apenas mais um casal. Ap de dois quartos, áreas comuns livres, podendo utilizar a cozinha com todos utensílios. 1.300 + despesas dividida entre os moradores. Pedimos o primeiro aluguel mais depósito disponível para o mês de abril. Interessados entrar em contato (Anny Maia, 10/03/2024, comunidade 11).

Ainda no caso da *rede espacial*, alguns brasileiros, de modo profissional, estão posicionados no ramo de compra e venda de imóveis nos Estados Unidos. Esse aspecto, contudo, auxilia na materialização da questão espacial dos brasileiros nos Estados Unidos, pois inseridos, tornam-se “facilitadores” de um dos pontos críticos da imigração: o estabelecimento.

Casa à venda em Framingham. 4 quartos, 3 banheiros - Single-family \$699,000. O sonho de comprar a casa própria aqui nos EUA. Atendemos nos estados FL, MA, NH, SC, NC, TX, CT, RH, NJ, VT e NY. Você que quer realizar o sonho da casa própria aqui nos EUA ou comprar casas para investimentos, nos chame agora. Social, itin number ou quem está fora do país, pode comprar e ter a casa dos sonhos, aqui nos EUA. Nós da Finexpress estamos aqui para te ajudar a realizar seu sonho, consultoria gratuita e planejamento para comprar a sua casa, você só encontra aqui (Valdir Borba, 18/03/2024, Comunidade 8, 9 e 10).

Não obstante, é possível identificar na *Rede Social Facebook*, o cruzamento com outra rede espacial, desta vez, em menção à remessa de retorno ao território brasileiro, inclusive, em Governador Valadares/MG, cidade historicamente conhecida como exportadora de imigrantes brasileiros aos Estados Unidos.

Belíssimo Apartamento à venda, no Bairro de Lourdes, Governador Valadares, MG! Ofereço este lindo apartamento, bem ventilado, de terceiro andar, na melhor localização de um dos bairros mais desejados da cidade, ao lado do Centro. Composto por 3 quartos sendo uma suíte, com planejados e sacada com vista para a Ibituruna! Sala ampla, banheiro social, cozinha com planejados, bancada e ilha! Garagem coberta! investimento: 480 mil. Não perca esta oportunidade! (Oscar Bueno, 25/11/2023, comunidade 6).

Assim, o estudo das migrações requer recortes sociais específicos, como no caso das regiões da migração, base da compreensão sistemática do espaço migratório. Pelo olhar temporal, as regiões são vistas como “momento espacial”, uma somativa da marca sócio-histórica desencadeada através dos processos socioespaciais. Quando vistas como resultado dos eventos passados, tais regiões se tornam condicionantes (atores) dos processos futuros que serão desenvolvidos na mesma região devido a ligação com a migração internacional. Sendo assim, os mecanismos de apoio ao país de destino se constituem e se perpetuam no estabelecimento das redes migratórias, sendo potencializadas pelo novo formato de organização social da rede (cruzamento). Nesse novo processo são potencializadas ideias, informações e o aspecto de “inovação” da rede, que se apresenta como um novo canal minimizador das incertezas provenientes do ato migratório. O ato do estabelecimento no local de destino organiza e justifica a potencialidade de novos deslocamentos geográficos, isto é, aqueles que se estabelecem possuem função primordial para a perpetuação do fluxo migratório, conforme o papel estruturante da rede, quando se torna fundamental para o processo de intermediação entre origem e destino.

A sociedade em rede, por sua vez, organiza uma comunidade associada ao surgimento das tecnologias de informação e comunicação, sendo sua utilidade difusa, num plano geral, movendo interação entre o paradigma tecnológico e o modelo de organização social, em que a rede tecnológica oferece uma nova base de competência a forma de organização social já conhecida, expandindo a sociedade em formato de rede e suas tecnologias, de modo a acompanhar e conectar o migrante a concretização do estabelecimento.

Neste caso, o modelo de rede imigratória pode se baseada no aspecto da solidariedade de local de origem, ou até mesmo como recrutadora temporária, agregando a participação de agentes econômicos e agentes sociais por uma identificação coletiva. Em decorrência a própria forma de constituição da rede cruzada, fundamenta-se a adaptação e a interação no mercado de trabalho, na sociedade de destino, o que representa também percurso vantajoso para sua mobilidade social.

Truzzi (2008), por sua vez, acentua a definição social das redes como sendo uma espécie de agrupamento de pessoas, constituída sob a finalidade de manter contato recorrente entre seus integrantes, utilizando-se de laços familiares, ocupacionais, culturais e afetivos, no sentido de canalizar, filtrar, formar e articular significados e informações, assim como controlar comportamentos e alocar recursos.

O surgimento das redes, então, objetiva recuperar o bem-estar e o sentimento de pertencimento do migrante. A produção de uma rede responde a inserção e adaptação dos agentes no local de destino, a representação de um referencial identitário, um meio fundamental para orientar o desenvolvimento do migrante no local de destino (Brumes, 2013).

Nesse sentido, a *rede virtual* possibilita o cruzamento com outro tipo de rede, desta vez, a “rede de apoio psicológica e emocional”, conforme indica outra *netnografia* a seguir: *Olá, sou Raquel Cabral, sou psicóloga, psicanalista e cuida de pessoas há 27 anos. Atendo pacientes em vários países, expatriados e imigrantes. Eu mesma já estive nessa condição. Ajudo pessoas a lidar melhor com emoções, a se organizar e construir possibilidades. Vamos conversar? (Raquel Cabral, 17/05/2023, Comunidade 2).*

A mescla das redes sociais da migração (mistas e integradas) viabiliza maior variedade dos tipos de apoio social, o que possibilita a captação de forma integrada e estratégica dos apoios tanto de ordem material, quanto de ordem emocional. São os padrões de vínculos e as posições dos migrantes na rede que tornam prováveis e acessíveis as alianças, coalizões estratégicas, acessos diferenciados as informações e recursos disponíveis (Brumes, 2013).

Tão logo, o ambiente social pode ser repensado como um conjunto de redes e de interações, com manifestações dependentes entre si, podendo ainda se pensar em redes que

articulam e se organizam com base no desejo compartilhado e no objetivo a ser alcançado, associando-se a fatores da ordem social, afetiva, interacional, simbólica, política e econômica, com questões centrais que remetem

às redes sociais como um instrumento analítico de colaboração para a compreensão dos processos de produção e reprodução social, o qual se estende desde uma perspectiva mais imediata que trata da comunicação social e engendra dimensões mais complexas que carregam em si elementos culturais, sociais e políticos que superam a perspectiva econômica da migração como deslocamento da força de trabalho (Brumes, 2013, p. 27).

Evoca-se a proposta de “*crossover*” e não de “articulação” entre as redes, ao considerar que no estudo da *rede virtual*, a *Rede Social Facebook* cria um espaço onde a própria rede se materializa para possibilitar a “conexão” entre as demais, uma vez encontrada na *Rede Social Facebook* “estilos” de outras redes, o que torna a *rede virtual* também um espaço da junção de características diferentes, por isso, a lógica do *crossover*.

O “ponto de cruzamento” das redes, a princípio, indica o “espaço” em que ocorre a “conexão”, o “encontro” ou a “nitidez” das mesmas necessidades ou similaridades dos membros, e que conduz o “grupo mesclado” a eliminação, ou pelo menos a redução, de alguma fronteira presente na vida pessoal, ou mesmo na rede de origem.

Logo, a busca pelo cruzamento entre redes não altera a ordem de funcionamento, pelo menos a princípio, da rede de origem, uma vez que o cruzamento mantém preservadas as características da heterogeneidade, resultantes do perfil social heterogêneo, que é equivalente a somativa das redes em processo de cruzamento. Já no processo de cruzamento, observa-se um fator-chave: o contato entre membros de diferentes grupos, diferentes instituições e diferentes redes, com *status* social igualitário ou não, com expansão para uma escala apreciável de oportunidades socioeconômicas, profissionais e residenciais, ambas alicerçadas na proibição de segregações, e pautado no apoio solidário entre seus membros e instituições.

Essa lógica de pensamento coaduna com a transcrição a seguir:

Me chamo Pamella e me mudei para Newark com minha família a uns meses, eu sou médica veterinária no Brasil desde 2016 (mas para validar o meu diploma é um pouco difícil) e aqui estou trabalhando em Manhattan em uma Petshop. Estou fazendo banho e tosa com meu irmão em casa que já mora e trabalha com tosa há 6 anos aqui. Quem estiver precisando para o seu pet chama no WhatsApp e marque (Pamella Bueno, 15/04/2024, comunidade 11).

Quanto as fronteiras observadas pela rede primária, o processo de cruzamento também desencadeia a possibilidade de “rearranjo de fronteira” entre subgrupos. Nesse caso, foi observado no estudo netnográfico que alguns brasileiros alteraram o interesse pelo local de estabelecimento nos Estados Unidos, após seu primeiro estabelecimento, conforma a orientação e suporte da rede, cujos esforços são despendidos para outro local de destino, ainda que nos

limites fronteiriços, conforme demonstra a transcrição da brasileira Simone: *moro hoje na Flórida, mas pretendo me mudar para Dallas nos próximos meses. Entrei aqui para fazer amigos brasileiros em Dallas (Simone Silva, 15/01/2024, Comunidade 9).*

Sendo assim, a “informação” proposta por Simone revela uma contradição entre presença e ausência em lugares da imigração e, nesse sentido, seria quase que impossível compreender a “informação” sem olhar para as instituições que permitem a veiculação dessas relações, sua forma de dominação, assim como os vínculos sociais e materiais que possibilitam seu carregamento e o seu transporte (Latour, 2004).

Na atualidade, compreendemos melhor o uso de tipos de informações diferentes e suas compatibilidades. Esse movimento não surge da entrada ao universo de signos, mas da compatibilidade lógica, coerente e padronizada, lateralmente ligada ao mundo através de uma rede. Com a virtualização, acessada por meio de dispositivos, tornou-se possível mexer, remexer, traduzir, combinar e calcular aquilo que era fisicamente separado (Latour, 2004).

Dessa forma, informações são ligadas por pessoas, assim como estas buscam sentido nas próprias ligações, com as quais se tornam compatíveis e, assim, possam compreender o conjunto de redes transformadas e que transformam suas inscrições no mundo. Redes de transformação, contudo, produzem séries de deslocamentos, amplifica o número de inscrições e visa assegurar a fidelidade, confiabilidade, a verdade. Já redes de interconexões fornecem bases para estudos voltados a situação social transnacional, isso porque, existe uma importância da “informação” na relação estabelecida entre dois ou mais lugares, em que a “informação” circula como espécie de veículo, que se inscreve enquanto aspecto material.

Glick Schiller (2008) constrói uma perspectiva de poder global sobre a imigração, adentrando ao conceito de “campo social transnacional” no qual são construídas redes de redes que conectam sujeitos direta ou indiretamente a novos espaços, instituições localizadas em mais de um país, cujas relações institucionalizadas delineiam espaços sociais.

O termo “campo” apreendido como “espaço-meio” refere-se à localização individual de imigrantes dentro de relações territorialmente situadas, tais como emprego, educação, propriedades, direitos e políticas públicas. Aqui, a noção de “campos sociais transnacionais” não coaduna com a noção de “campo” de Bourdieu, que indica domínios distintos de poder. Ao contrário, refere-se as relações sociais que se cruzam e, em virtude desse cruzamento, transformam-se em base territorial para comunidades locais (Glick Schiller, 2008).

Assim, ao apreender a comunidade transnacional como uma unidade de análise sociológica na perspectiva de redes, devemos ressaltar a definição da população imigrante e de sua delimitação no que diz respeito as identidades culturais, para não limitar o “espaço

transnacional” a formação de identidades ou mesmo de persistências fronteiriças. Para tanto, essa categoria sociológica (transnacionalismo) será discutida no capítulo 6.

4.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO

Neste estudo, a *Rede Social Facebook* foi estudada a partir dos diferentes fenômenos e análises em níveis de abstrações, visando ultrapassar limitações analíticas das abordagens mais rígidas. Por exemplo, aqui se estabelece a diferença entre a morfologia da rede social, do seu processo de interação, a densidade, o agrupamento que ajuda a distinguir o interior da rede, dos seus fatores externos, sua ancoragem sob o prisma de referência da rede, e o alcance das ligações entre quem adentra a rede e seu objetivo final.

Falar em “migrações” e em “redes”, necessariamente, implica definir dois conceitos fundamentais, a saber (i) redes sociais e; (ii) redes migratórias. Sobre as redes sociais, considera-se a construção de associações entre pessoas, sendo essas conectadas por laços familiares, afetivos, culturais, profissionais. Já no caso das redes migratórias, uma de suas definições contempla a ligação de migrantes por meio de laços interpessoais, entre os migrantes do mesmo local de origem, não migrantes do mesmo local de origem e migrantes do mesmo local de destino, ressalvados os vínculos de conterraneidade, parentesco e amizade.

Constituindo interações entre local de partida e local de destino, os processos migratórios em redes se diferem das abordagens neoclássicas, tradicionais e estruturalistas em virtude da abordagem econômica, política e cultural atribuída as trajetórias dos migrantes, assim como sob o olhar da micro história de cada participante da rede, em que a participação por uma observação reduzida pode elevar o fornecimento concreto de cada tipo de rede, em menção aos tipos de processos migratórios existentes.

Com o advento da globalização, que contribuiu para a aceleração e desenvolvimento dos mais diversos meios de comunicação, o entendimento das teorias econômicas clássicas sobre a perspectiva da assimilação, aquela em que o migrante é assimilado pela sociedade de destino, vem perdendo força, observadas as possibilidades de vinculação dos migrantes com a sociedade de origem, com base na manutenção, dentre vários fatores, os culturais, políticos, sociais e econômicos, razão pela qual se estabelecem redes de contato com às comunidades que ficaram no país de origem, com aquelas que já se encontram no país de destino e, portanto, surgindo o conceito de transnacionalismo.

5 “SONHO AMERICANO”: UMA COMUNIDADE BRASILEIRA IMAGINADA?

5.1 NOTA INTRODUTÓRIA SOBRE O CAPÍTULO

Para discorrer sobre a especificidade do conteúdo deste capítulo, a princípio, evoco as categorias de “modernidade” e “comunidade”, com o objetivo de dialogar com a noção conceitual de *comunidade brasileira*, enquanto uma *comunidade imaginada* e historicizada, a partir da expressão “sonho americano”²⁶.

Na sequência, apresento uma revisão literária sobre a migração internacional brasileira, com recortes sociais que auxiliam na explicação e caracterização do percurso migratório com destino aos Estados Unidos. Para tanto, esquematizo as principais mudanças identificadas, principalmente, no diálogo com a lógica do *ciberespaço*²⁷ e da *cibercultura*²⁸, no sentido de analisar os aspectos *comunitários* encontrados nas *comunidades virtuais*.

Com base na lógica da Tecnologia Social Imigratória (TSI), com discussão iniciada no capítulo 2, aqui, propõe-se olhar para a TSI como articuladora, no contexto migratório, entre a *comunidade brasileira* residente nos Estados Unidos e *comunidade virtual*, destacando-se, inclusive, os processos de apropriação da TSI, que permitem a produção de comunicação e informação entre seus membros de qualquer parte dos países (origem e destino), a qualquer tempo (ubiquidade), concomitantemente, a presença nos espaços “físico” e “virtual”.

Contudo, apresento uma *comunidade brasileira imaginada* constituída a partir da articulação entre os dados coletados do Censo norte-americano, com aqueles observados nas netnografias das *comunidades virtuais* pesquisadas, somados aos relatos orais provenientes das entrevistas. Assim, os resultados consolidados indicam a possibilidade de nomeação do “sonho americano” como uma complexa *comunidade brasileira imaginada* nos Estados Unidos.

²⁶ O *American Dream*, ou sonho americano, refere-se a expressão da construção identitária dos Estados Unidos, com base no seu conjunto de “traços” e o do “modo de viver”, que retrata plena prosperidade, um país sem obstáculos, e que permite a mobilidade social pelo caminho do trabalho (*grifo do autor*).

²⁷ O conceito utilizado por Pierre Lévy refere-se a incursão sobre a infraestrutura técnica do virtual que destaca a emergência de um novo espaço de produção cultural, a *cibercultura*. O *ciberespaço*, então, surge como um mundo virtual onde, em certos sentidos, ocorre maior interatividade comunicacional devido a abertura da interconexão mundial dos computadores, dispositivos móveis e interfaces interativas. O *ciberespaço* seria, então, uma realidade social multidirecional, que inclui um conjunto de comunicações eletrônicas, inclusive, a rede global.

²⁸ Do ponto de vista de Pierre Lévy, a partir da noção de *ciberespaço*, são identificadas interação entre tecnologias e comunicações, que dão origem a práticas sociais tais como comportamental, expressiva, valorativa e com forte tendência a influenciar novos comportamentos. É nesse cenário que surge a *cibercultura*, um conceito amparado em novas formas de organização e coordenação flexível de cultura, em tempo real, erguendo-se em meio a atividades espontâneas, descentralizadas e participativas no ambiente virtual.

5.2 UMA COMUNIDADE BRASILEIRA IMAGINADA

Na modernidade, o processo de contextualização das comunidades recai sobre aspectos de “desenraizamento” e “desencaixe”. Seu surgimento está pautado na ausência do critério de durabilidade, já que as relações do momentâneo, instáveis e de fluidez, que conduzem ao caos do amplamente incerto são aceleradas. É nesse ambiente de incertezas que Bauman (2003) cita o surgimento da “sintomática da segurança” como uma luz no fim do túnel, pois visa o início de um processo de reestruturação da comunidade nesse novo mundo.

Para Bauman a comunidade não possui apenas significado, resguarda sensações. Independente do significado tipológico, falar em comunidade é pensar em possibilidades positivas do “bom”, do “estar bem”, um lugar confortável e aconchegante, que remete a sensação de segurança, um local de proteção contra os perigos que circulam fora dela, são criados laços de confiança, não existindo estranhos entre seus pertencentes.

Seguindo a lógica de Bauman, seria possível imaginar, na proposta de reconfiguração, um novo sentido à comunidade na modernidade. Isto é, repensar a comunidade como um “paraíso perdido” que clama pela retomada da busca incansável do seu novo caminho, não no sentido de um caminho de volta, mas do reencontrar com uma “comunidade do sonho”, uma “comunidade realmente existente”, aquela comunidade sustentada por um campo de forças que busca a segurança e liberdade.

No caso da “comunidade real”, aproximam-se três fontes de características: (i) distinta de outros agrupamentos humanos, demarcada com limites fronteirizos de início e fim; (ii) quando pequena, possibilita uma visão ampla por todos seus membros e; (iii) sendo autossuficiente, possibilita analisar sua capacidade de atendimento à necessidade de todos.

Na possibilidade de comunicação entre “mundo exterior” e “mundo interior”, alarga-se uma fissura motivada pelo advento da rede de tecnologia da informação, que na “comunidade real” causa reestruturação e caracterização heterogênea. Assim, tanto a “comunidade” quanto a sua “identidade” não está à disposição do mundo “privatizado” e “individualizado”, mas sujeitas ao processo de “imaginação” no qual sujeitos sociais buscam a construção de comunidades livremente imaginadas (Bauman, 2003).

Na tentativa de compreender como o mundo moderno tem se configurado, pensar em uma comunidade pode significar um caminho de percepção sobre as novas representações e relações que visam aproximar ou estreitar laços e produzir formas de pertencimento. Dessa forma, evocam-se questionamentos acerca dos conceitos de sociedades que vão emergindo aos olhos ao longo do tempo.

Na sociedade contemporânea, por exemplo, são rompidos elos de pessoalidade, principalmente, aqueles pautados nas relações de integração, de vizinhança e de família. Os aspectos de fluidez e transitoriedade contribuem para a criação de representações dos humanos, agora desenraizados das formas existenciais até então conhecidas, e pela descentralização de valores, pois o homem que vive o contemporâneo aparenta não pertencer a nada e ao mesmo tempo vincula-se a valores de fontes multivariadas (Almeida; Doula; Fiúza; Pinto, 2011).

Ao adquirir formas de pertencimentos “frágil” e “múltipla”, questiona-se em que momento os sujeitos sociais estabilizam-se e estreitam as relações cotidianas, que aparentam marcações do seu vazio existencial na contemporaneidade. Por outro viés, seria possível representar comunidades significativas que transitam no contexto global e que são ancoradas em outras formas de pertencimento.

Para Anderson (2005) existe uma necessidade urgente de reorientação sobre a ideia de construção de nação e sua interpretação, sob o ponto de partida da modernidade, pois

tanto a nacionalidade – ou, como talvez se prefira dizer, devido aos múltiplos significados desse termo, a condição nacional (*nation – ness*) – quanto ao nacionalismo são produtos culturais específicos. Para bem entendê-los, temos que considerar, com cuidado, suas origens históricas, de que maneira seus significados se transformam ao longo do tempo, e por que dispõem, nos dias de hoje, de uma legitimidade emocional tão profunda (Anderson, 2005, p. 30).

Dessa forma, o cruzamento complexo de determinadas forças ao longo da história conduz a criação de “produtos”, um tanto “modulares”, em que graus diversos de consciência transplantam uma grande variedade de terrenos sociais, que se incorporam e são incorporados a constelações políticas e ideológicas (Anderson, 2005).

Essa espécie de “vazio” cria condescendência perante os intelectuais “cosmopolitas” e “políglotas”, já que o nacionalismo é algo patológico vinculado ao desenvolvimento do moderno, de uma larga medida incurável, como no exercício do poder político, em que não se vê “nenhum ali ali”, em parte, pela dificuldade inconsciente.

A dificuldade, em parte, consiste na tendência inconsciente que as pessoas têm de hipostasiar a existência do nacionalismo com “N” maiúsculo (como se alguém pudesse ter uma Idade como “I” maiúsculo) e, então, de classificá-lo como uma ideologia. Nota-se que se todos tem uma idade, a Idade é apenas uma expressão analítica). Penso que valeria a pena tratar tal conceito do mesmo modo que se trata o “parentesco” e a “religião”, em vez de colocá-los lado a lado com do “liberalismo” ou do “fascismo” (Anderson 2005, p. 31).

Anderson (2005, p. 32) define uma nação como “uma comunidade política imaginada”, e imaginada como sendo intrinsecamente limitada, e ao mesmo tempo, soberana”. O critério “imaginado” diz respeito a limitação do “conhecer”, “encontrar” ou mesmo “ouvir”, embora a imagem de comunhão seja viva entre seus membros, mesmos na mais minúscula

nação, parte dela jamais os conhecerão, encontrarão ou mesmo ouvirão falar uns dos outros. A nação tem como essência a partilha de algo em comum entre seus membros, mas também partilha do esquecimento, por todos, sobre muita coisa. Assim, não se busca o despertar “autoconsciente”, por parte das nações, mas a reinvenção de nações, em certos contextos, sob a ótica nacionalista mascarada por falsas aparências, em outros, a imaginação sendo evocada para dar sentido de “criação” à nação.

É nesse caminho que despertam as comunidades imaginadas, sendo consideradas “verdadeiras” por reconhecidamente “maiores” quando comparadas ao contato face a face com a “aldeia primordial”, já que o “estilo” em que são imaginadas é o que distingue as comunidades e não os aspectos de “falsidade” e “autenticidade”. Dessa forma, a nação é imaginada como comunidade porque mesmo existindo desigualdades e explorações efetivas em seu núcleo, a nação é sempre concebida na mais profunda camaradagem horizontal (Anderson, 2005).

Nesse contexto, um exemplo do nacionalismo na modernidade pode ser identificado na construção de uma das maiores comunidades brasileiras fora do Brasil, de acordo com dados do Ministério das Relações Exteriores - MRE²⁹ do Brasil em 2023.

País	Estimativa	Posto Responsável	Quantidade Estimada de Brasileiros
Estados Unidos da América	1.900.000	Consulado-Geral do Brasil em Nova York	500.000
		Consulado-Geral do Brasil em Boston	390.000
		Consulado-Geral do Brasil em Miami	295.000
		Consulado-Geral do Brasil em Orlando	180.000
		Consulado-Geral do Brasil em Atlanta	110.000
		Consulado-Geral do Brasil em Houston	100.000
		Consulado-Geral do Brasil em Los Angeles	100.000
		Consulado-Geral do Brasil em Hartford	70.000
		Consulado-Geral do Brasil em São Francisco	65.000
		Consulado-Geral do Brasil em Chicago	45.000
		Consulado-Geral do Brasil em Washington	45.000

Tabela 2: Estimado da comunidade brasileira nos Estados Unidos em 2022.

Fonte: MRE, 2023³⁰.

O quadro apresentado acima retrata em números a estimativa dos brasileiros documentados³¹ nos Estados Unidos. Os dados representam, em ordem decrescente, a concentração do total de brasileiros nos 11 consulados. Seu destaque, contudo, reforça a

²⁹ Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil, também conhecido como Itamaraty, refere-se ao órgão do poder executivo federal responsável pelo assessoramento da Presidência da República Federativa, no desempenho e acompanhamento das relações internacionais do Brasil com outros organismos internacionais.

³⁰ Dados publicados no site do MRE, em 2023. Disponíveis em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/portal-consular/BrasileirosnoExterior.pdf>.

³¹ Registro de identificação civil, por dados biográfico e biométricos, para obter autorização de residência.

magnitude dessa comunidade quando comparada com outras comunidades brasileiras espalhadas por outros países, conforme quadro comparativo apresentado logo abaixo - entre as 10 maiores comunidades formadas por brasileiros no Exterior.

10 Maiores Comunidades de Brasileiros Fora do Brasil	Quantidade Estimada de Brasileiros
Estados Unidos	1.900.000
Portugal	360.000
Paraguai	254.000
Reino Unido	220.000
Japão	206.990
Espanha	165.000
Alemanha	160.000
Itália	157.000
Canadá	133.170
Guiana Francesa (França)	91.500

Tabela 3: Estimado das comunidades brasileiras no mundo.
Fonte: MRE, 2023³².

Nesse contexto, existe uma ramificação sobre a perpetuação da comunidade brasileira, em solo norte-americano, por meio, a exemplo, da conquista da natividade e da cidadania, conforme indicado pelo *United States Census Bureau*, apresentado no quadro abaixo.

Natividade e Cidadania da Comunidade Brasileira					
População Estimada	Cidadão Norte-americano, nascido nos Estados Unidos	Cidadão dos EUA nascidos em Áreas Insulares	Cidadão dos EUA Nascidos no Exterior de Pais Americanos	Cidadão dos EUA por Naturalização	Não é Cidadão dos EUA
494.566	169.389	158	10.012	102.080	212.927

Tabela 4: Estimativa de Natividade e Cidadania dos Brasileiros nos Estados Unidos.
Fonte: *United States Census Bureau*³³, 2021.

A concepção moderna de comunidade atribui a soberania de um Estado a operacionalização integral e homogênea sobre cada demarcação física legalmente constituída em seu território. No imaginário, essas fronteiras se tornam porosas e indistintas, já que a soberania vai perdendo a força imperceptivelmente. O que se propõe nesse tipo de nacionalismo não é o entendimento alinhado as ideologias políticas conscientes adotadas pelos membros da

³² Dados disponíveis em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/porta-portal-consular/BrasileirosnoExterior.pdf>.

³³ Disponível em: <https://data.census.gov/table/ACSST5YSPT2021.B05001?q=Brazilian&y=2021>.

comunidade, pelo contrário, ele se deve ao sistema cultural que precede as ideologias políticas, inclusive, com a finalidade de combater outras ideologias políticas indesejáveis pela comunidade (Anderson, 2005).

No caso da comunidade brasileira uma soberania pode ser visualizada do tipo “dentro de outra”, isto é, a soberania brasileira manifestada no âmbito da soberania norte-americana. No indicativo da “soberania popular”, temos nas eleições de 2022 a representação do evento de democracia brasileira, em que se constata o resultado da disputa eleitoral para a escolha presidencial. Naquele momento, o poder do povo brasileiro foi exercido pelo voto, revelando-se, então, o poder incontestável de decidir, conferindo legitimidade ao poder estatal.

Com base no conceito político, os dados das eleições de 2022 revelam a força do nacionalismo brasileiro presente na comunidade residente em solo norte-americano, em que se abrevia, nas fronteiras de outra nacionalidade, a participação política dos brasileiros residentes nos Estados Unidos perante os rumos políticos no Brasil. Proporcional a magnitude, a comunidade presente nos Estados Unidos representa a maior atuação política fora do Brasil, de acordo com os registros divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE³⁴ do Brasil, em que 182.653 brasileiros estavam aptos (votantes) nas eleições de 2022. Desse total, o mesmo órgão registrou naquele ano 68.196 votantes para as eleições presidenciais.

Um dado importante sobre a manifestação política da comunidade brasileira está amparado no nacionalismo (ato político), uma vez que mesmo adquirindo o *Green Card*, o registro de residente permanentemente legal nos Estados Unidos, que confere ao brasileiro residência, trabalho e proteção perante as leis norte-americanas, não emancipa a comunidade, salvo em alguns municípios, ao poder de voto nas eleições federais e estaduais. Aqui, existe um declínio da legitimidade automática do nacionalismo norte-americano sobre o nacionalismo da comunidade brasileira, uma vez que a comunidade legitima o poder político em seu país de origem, mesmo estando em solo norte americano, mas não consegue a mesma legitimidade nos Estados Unidos, mesmo em posse do *Green Card*.

No caso do ato político, legitima-se a presença da comunidade imaginada transnacional, onde se vivem as nacionalidades políticas do “aqui” e do “lá”. A princípio, essa legitimidade de condição transnacional de comunidade remete a ideia de simultaneidade de passado e de futuro a um presente instantâneo. A concepção da simultaneidade avança a ideia de “tempo vazio e homogêneo”, pois traz a prefiguração de uma realização, cruzando o tempo, mediada pela coincidência temporal. Nesse sentido, a gênese da comunidade imaginada remete

³⁴ O Tribunal Superior Eleitoras (TSE) representa a instância jurídica máxima da justiça eleitoral brasileira.

também a condição de “simultaneidade”, estruturada no fornecimento de meios técnicos que represente a criação imaginária correspondente a nação. Quando a realidade social é “sólida” e “estável”, possibilita-se a descrição dos seus membros, suas ligações, em ações executadas ao mesmo tempo, no mesmo relógio e mesmo calendário (Almeida, 2005).

Historicamente, as comunidades vêm sendo imaginadas pelo uso, principalmente, de dois elementos: “uma língua” e “uma escrita”. Ainda que uma comunidade seja incapaz de se comunicar oralmente com outra, ainda assim, seria possível entender o processo de comunicação por meio dos caracteres, signos, símbolos e marcadores (Anderson, 2005). No caso da “língua”, não seria ela um elemento que define, necessariamente, a comunidade brasileira, mas, a partir dela, une-se brasileiros aos norte-americanos, pois a língua pode ser utilizada para a transmissão de elementos da cultura norte-americana aos brasileiros.

Vejamos na tabela abaixo a representação da língua falada pela comunidade brasileira nos Estados Unidos, conforme apresenta o *United States Census Bureau*.

Língua Falada	Total	Dos 5 aos 17 anos	Total em %	Dos 18 aos 64 anos	Total em %	Dos 65 anos ou mais	Total em %
Fala apenas inglês	90.402	30.139	34%	57.824	64%	2.439	2%
Fala Espanhol	25.993	5.609	22%	19.200	74%	1.184	4%
Fala inglês “muito bem”	18.039	5.036	28%	12.263	68%	740	4%
Fala inglês bem	5.225	422	8%	4.528	87%	275	5%
Fala inglês não bem	2.002	91	5%	1.771	89%	140	6%
Fala inglês de jeito nenhum	727	60	8%	638	88%	29	4%

Tabela 5: Estimativa da língua falada pela população de 5 anos ou mais.

Fonte: *United States Census Bureau*, 2021.

Anderson (2005) abrevia que na modernidade o processo de alfabetização de uma gramática possibilita o reconhecimento dos membros em comunidade, pois a língua retrata uma “prática cultural” pensada e administrada pelos membros das “comunidades imaginadas”, quando eles se veem como partes de um espaço circunscrito, onde são desenroladas narrativas e enredos que guiam suas vidas. Neste caso, a “identidade cultural linguística” propicia a idealização de um tipo de “futuro” dentro da área vernacular.

A somativa das “unidades linguísticas” compõe a formação de um coletivo linguístico, associação à produção linguística em massa, sendo capaz de expor o projeto futuro de etnicidade comum à comunidade. Então, sua “unidade coletiva linguística” é construída nos mecanismos do Estado, como o caminho da educação pública, uma “unidade” que se torna central para a percepção moderna de nacionalidade (Hobsbawn, 2000).

Anderson (2005) inclui nas raízes da “nação” e do “nacionalismo” a cultura de uma comunidade imaginada, através da queda da referência linguística, pontuada no exemplo das

comunidades sagradas integradas pelo idioma sacro, em que foram gradualmente fragmentadas pela queda do *Latim*. Com base no exposto, seria possível observar uma tendência semelhante no caso da comunidade brasileira, que demonstra a “queda da referência linguística”, sua língua nativa, o português, incorporando-se a língua inglesa.

De modo complementar, Hobsbawm e Ranger (1997) argumentam que as “tradições inventadas” pela modernidade recaem sobre práticas legitimadas pelas nações: culturais e administrativas. A natureza ritual ou simbólica, reguladas ou não institucionalmente, promove a obrigatoriedade, entre seus membros, quanto ao cumprimento de normas, comportamentos (milenarios, naturais e obrigatórios), assim como a incorporação de valores.

Para Hobsbawm e Ranger a “tradição inventada” tem sentido amplo, sendo utilizada por tradições construídas e institucionalizadas por Estados, contempla o surgimento de tradições, espontaneamente, estabelecidas com rapidez, em determinado tempo. Portanto, tradições nacionais servem para confirmar as histórias das nações, definir suas normas, comportamentos, invenções, heróis e mitos na modernidade, o que torna a nação um desenvolvimento sistemático desde o surgimento até os dias atuais (Hobsbawm; Ranger, 1997).

Para Smith (1999) nações do tipo moderna ampliaram o conceito de “terra prometida”. Nele, povos que desejam a libertação de seus opressores, segue em busca da “terra prometida” com o objetivo de construir uma comunidade ideal. Para tanto, um destino designado estimula a recuperação do passado dourado, realçando os grandes feitos do *status* passado (seu aspecto mítico, ideal e heroico) com seus descendentes.

A nação só tem sentido com seu nacionalismo. Esse “real” ou “potencial” da nação é idealizado por meio da autonomia, de uma identidade da sua população. São os aspectos civis com os étnicos, quando combinados, que formatam os contextos históricos e geográficos da nação. No nacionalismo étnico, por exemplo, compreende-se a ideia de uma nação a partir do compartilhamento solidário, entre seus sujeitos, da cultura contextualizada historicamente. Já no caso do nacionalismo cívico, a ideia de nação compreende o aspecto “racional” dos sujeitos, uma escolha à comunidade definida ou impactada pelo aspecto da “diferença”, em que o “outro”, enquanto “exterior”, é identificado por lei, direitos, ou mesmo por uma cultura massificada. Aqui, o nacionalismo se apreende por uma articulação entre o “subjetivo” e o “normativo” para definir o sentimento de pertença à sociedade (Smith, 1999).

Essa visão racionalista pode ser caracterizada na imaginação dos Estados Unidos, pelos brasileiros, como um local onde se qualificam “vitórias”, “conquistas de direitos”, “democracias”, “liberdades”, “acessos”, “benevolência”, “política realista”, enfim, proteger e ajudar a capacidade de autodeterminação de uma nação menos desenvolvida.

Partindo desse pressuposto, a expressão “sonho americano”, evocada pela comunidade brasileira, associa os Estados Unidos ao país onde encontrarão subsídios necessários a realização de um objetivo maior: *“transformar a realidade negativa vivida no Brasil, um objetivo comum de transformação da comunidade brasileira, com um referencial fundamentado na construção simbólica de unidade individual e coletiva”*.

No caso brasileiro, entender o que é a nação Brasil remete não apenas ao processo de construção da identidade nacional, de uma referência cultural legitimadora, mas também [...] a um processo político, que por sua vez está indubitavelmente relacionado ao substrato material-econômico em que se forma (Moraes, 2018, p. 210).

De outro modo, a comunidade brasileira, ao longo da história migratória, tem acrescentado ao “sonho americano”: (i) a busca por uma vida melhor; (ii) a busca por um salário maior; (iii) a busca por melhor emprego; (iv) mudar para estudar; (v) mudar para proporcionar melhor educação aos filhos; (vi) foi aos Estados Unidos como turista, mas decidiu residir; (vii) juntar-se aos familiares que lá residem e; (viii) encontrar baixos índices de violência urbana, o que representa a visão de incertezas (econômicas e sociais) no Brasil (Castro; Lima, 2017).

De outro modo, um dos brasileiros entrevistados revelou o seguinte significado, segundo sua perspectiva, quando questionado o que para ele representaria o “sonho americano”:

Eu tenho uma ideia muito bem definida com respeito a isso. A princípio eu vou chamar de ilusão brasileira. O sonho americano vou chamar de ilusão brasileira porque a maioria dos brasileiros têm a ideia de que vai vir para cá e vai enriquecer, que vai ter uma vida de rico e realmente só olha para essa questão financeira. Eu chamo de ilusão porque ninguém aqui enriquece. Não é o fato de você estar nos Estados Unidos que enriquece, existe pobreza aqui. [...] Então, existe moradores de rua, existe pobreza. Eu chamo de ilusão brasileira porque a maioria vem pra cá sem consciência do que é a realidade americana, [...] vem com muitos sonhos fantásticos, vem despreparado, vem sem inglês e aí eu costumo fazer uma brincadeira com palavras, eu falo assim: olha você já vai ter uma dificuldade a mais por ser ilegal, ou seja, você não tem direito de ter emprego, agora imagina que além de ilegal ser surdo e mudo, pois não consegue se comunicar com seu patrão, quem é daqui, que geralmente não fala o português (Wallace Moura, 22/05/2024, relato oral).

Já para outro brasileiro entrevistado, o “sonho americano” significa:

É a liberdade financeira né? você vem e pode crescer pelo seu próprio esforço, o desejo é você vir e crescer na vida, conquistar sua casa própria, conquistar sua liberdade financeira, isso é mais ou menos o conceito do sonho americano. Mas tem que estar dormindo para acreditar nisso, porque é para poucos, eu diria que os imigrantes que vão para os Estados Unidos, eu diria que cerca de 90% têm uma vida confortável, confortável no sentido de conseguir trabalho, ter uma moradia e comer, na verdade, ir só para sobreviver. Então, os que buscam o sonho americano visa a liberdade financeira, sua casa própria. Porém, isso para quem consegue o sonho americano, porque a maioria vai trabalhar para sobreviver né. Ter um carrinho bom, comer bem, morar bem, ter o básico. Eu diria que 10% dos brasileiros, de fato, conseguem esse sonho americano (Kelmer Nevez, 23/05/2024, relato oral).

Na gênese do “sonho americano” dos brasileiros, encontra-se o fluxo imigratório brasileiro que se destinou aos Estados Unidos, inicialmente, de forma esporádica na década de

1960. Conexa a cidade de Governador Valadares (MG), a princípio, os primeiros imigrantes brasileiros que se estabeleceram nos Estados Unidos representaram antigos moradores de Governador Valadares, que fixaram residência na cidade de Massachusetts (EUA), elo iniciado durante o período da Segunda Guerra Mundial.

O Brasil se tornou um dos maiores produtores de mica que, na época, era material de alto valor estratégico, usado para isolamento em produtos militares e na produção de rádios, uma novidade naqueles anos. A mica era minerada por empresas americanas nas jazidas existentes na região de Governador Valadares. O minério bruto era tirado do solo e depois de separado das impurezas, exportado para os Estados Unidos (Castro; Lima, 2017, p. 49).

Com o final da Segunda Guerra Mundial, entra em declínio a indústria produtora da mica, em Governador Valadares, porém, a parceria firmada entre profissionais brasileiros e os norte-americanos rendeu o convite de empregabilidade a muitos brasileiros nas operações das empresas norte-americanas. Foi com o início das primeiras remessas de trabalhadores de Governador Valadares aos Estados Unidos, também a partir do intercâmbio profissional resultante das parcerias internacionais, que novos moradores despertaram o interesse pelo país norte-americano, o início de um sonho, o “sonho americano”, pois

naquela região do Estado de Minas Gerais, de onde partiram os primeiros brasileiros para “fazer a América”, foi se tornando comum ter o dólar americano no dia a dia de comerciantes e de outras parcelas da população. Rapidamente, Governador Valadares e diversas cidades do seu entorno assumiram a cultura da emigração e as remessas recebidas pelos familiares que ficaram movimentam fortemente a economia da região até os dias atuais. Assim, os recursos enviados pelos imigrantes que viviam nos Estados Unidos e os relatos de que, naquele país, ter uma vida com mais qualidade era um sonho possível alimentaram o mesmo desejo em muitas gerações (Castro; Lima, 2017, p. 50).

Ao longo da década de 1980 a emigração brasileira, com destino aos Estados Unidos intensificou-se, ao ponto de abranger outras cidades do Estado de Minas Gerais, sobretudo, as cidades que fazem parte da “mesorregião do Vale do rio Doce”³⁵, somado a origem do fluxo em Criciúma (SC) e Goiânia (GO). Firmada em números expressivos a partir de 1980, a imigração dificulta a quantificação com precisão, assim como torna árdua a tarefa de analisar e compreender o fenômeno migratório brasileiro nos aspectos da extensão, visibilidade, lutas e disputas (Campos; Francisco, 2016).

Dada as condições materiais para a constituição de uma comunidade nacional, seria possível observar na *comunidade brasileira imaginada* sua relação produtiva externa aos limites do Brasil, além disso, seria possível observar a absorção da produção de capital e

³⁵ A composição inclui 17 municípios, a saber: Fernandes Tourinho, Frei Inocêncio, Galiléia, Governador Valadares, Itambacuri, Itanhomi, Marilac, Nacip Raydan, Nova Módica, Pescador, São Geraldo da Piedade, São José da Safira, São José do Divino, Sobrália, Tumiritinga, Matias Lobato e Virgolândia.

trabalho brasileiro como estratégia de afirmação social. Nesse caminho, a “importação” de brasileiros pelos Estados Unidos representaria uma comunhão em atendimento a suas necessidades, considerando a falta de mão de obra especializada de profissões essenciais, tais como profissionais da área de saúde, engenharias, educação e tecnologia, conforme apontou o Departamento do Trabalho Americano³⁶ em 2023.

Aqui, reafirma-se a expectativa do olhar neoclássico, pois desloca o sentido da escolha racional pelo trabalho em direção a bifurcação da “segmentação do mercado de trabalho”. Neste caso, a estrutura econômica do país desenvolvido promove uma bifurcação no mercado de trabalho que cria (i) um mercado de trabalho primário, com ótimas condições de salários, ambiente de trabalho e benefícios, assim como (ii) um mercado de trabalho secundário, caracterizado por instabilidade empregatícia, condições ruins de trabalho e baixos salários.

No caso dos Estados Unidos, a não ocupação por completo das melhores opções de trabalho pelos nativos têm reflexo significativo na condução ao ato migratório de brasileiros, diretamente, pela motivação racional de acesso ao mercado de trabalho primário, cuja proposta apresenta contradição a máxima clássica das ocupações profissionais em que, geralmente, quando ocupações são rejeitadas pelos nativos, essas comporão um mercado secundário, e que será a porta de entrada profissional dos imigrantes. No exemplo, não se trataria da vacância de tais ocupações pelo simples ato do nativo, mas pelo não preenchimento por eles (Fusco, 2005).

Ao contrário do que muitos pensam, os imigrantes brasileiros que residem nos Estados Unidos não estariam fugindo de condições de extrema pobreza, guerras civis, ou mesmo estariam em busca de refúgio e à procura de asilo. Pelo contrário, a maioria desses brasileiros são ex-moradores de zonas urbanas, pertencentes às classes médias e com elevado grau de educação formal (CASTRO; LIMA, 2017).

No que diz respeito ao quadro escolar, vejamos a estimativa abaixo.

Total de Matrículas	Creche e Pré-escola	Jardim de Infância	Matrícula do 1º ao 4º Ano	Matrícula do 5º ao 8º ano
155.497	10.587	8.979	33.105	31.450
	Matrícula do 9º ao 12º	Matrícula na Faculdade	Pós-Graduação ou Escola Profissional	Não Matriculados
	26.3863	35.196	9.797	314.800 ³⁷

Tabela 6: Matrícula escolar da população de 3 anos ou mais.

Fonte: *United States Census Bureau*, 2021.

³⁶ O Departamento do Trabalho dos EUA é um departamento vinculado ao governo federal do país, sendo responsável pela segurança ocupacional, seguro-desemprego, reemprego e estatísticas econômicas. Acessível em <https://dol.gov/>.

³⁷ O dado extraído do *United States Census Bureau* indica a representação única de brasileiros que “não estão matriculados” independentemente do seu grau/tipo de estudo concluído ou em andamento (sem detalhamento).

Já no quadro abaixo, encontra-se uma estimativa do nível de escolaridade da *comunidade brasileira*, detalhada por sexo, nível de estudo e a estimativa, de cada sexo, nos respectivos níveis educacionais, conforme sistema escolar dos Estados Unidos.

Nível Educacional	Sexo Masculino	Total	Sexo Feminino	Total
Escolaridade não concluída	3.445	133.620	2.948	169.658
Do berçário ao 4º ano	1.479		1.398	
5º e 6º ano	1.110		1.180	
7º e 8º ano	3.500		2.499	
9º ano	1.040		946	
10º ano	1.476		1.190	
11º	1.579		716	
12º sem diploma	3.123		3.425	
Ensino Médio	41.801		43.124	
Faculdade, menos de 1 ano	5.631		6.721	
Faculdade, 1 ano ou mais	14.509		20.482	
Grau de Associado ³⁸	6.983		11.826	
Diploma de Bacharel	29.988		46.862	
Mestrado	11.650		17.522	
Diploma Escolar Profissional	2.930		5.824	
Doutorado	3.376		2.995	

Tabela 7: Nível educacional por sexo da população brasileira.

Fonte: *United States Census Bureau*, 2021.

Na representação por sexo, o quadro indica que o sexo feminino é a maioria. Inclusive, com ensino médio concluído, nos graus da faculdade, de associado, no bacharelado, na educação profissional e em nível de mestrado. Já no nível de doutorado, o sexo masculino representa maioria. Além disso, as mulheres com nível de bacharelado representam maioria em instrução educacional, quando comparadas, entre o mesmo sexo, com aquelas que possuem apenas o nível médio. No caso do sexo masculino, esse comparativo resulta inversamente, pois os homens com nível médio representam maioria quando comparados, entre o mesmo sexo, com aqueles que possuem bacharelado. Contudo, o maior número de matrículas da comunidade brasileira, segundo o Censo de 2021, encontra-se no grau da faculdade.

O destaque quanto a estimativa do sexo feminino superior a estimativa do sexo masculino está diretamente relacionada a estimativa do total de brasileiros apontados no Censo norte-americano de 2021. Na estimativa, a maior concentração do sexo feminino encontra-se entre 35 e 39 anos de idade. No caso do sexo masculino, a maior estimativa também se encontra na mesma faixa etária do sexo feminino. No caso das faixas etárias com maior estimativa, do sexo masculino, elas se encontram dos 5 aos 21 anos, conforme apresentado na tabela abaixo.

³⁸ O grau de associado refere-se à “graduação tecnológica”, de 2 anos de duração, equivalente ao tempo de 2 anos de um curso de bacharelado ofertado em 4 anos. Essa modalidade de curso é de grande oferta nos Estados Unidos, principalmente, para o perfil de estudantes internacionais.

ESTIMATIVA DE BRASILEIROS NOS ESTADOS UNIDOS		
Faixa Etária	Homens	Mulheres
Menos de 5 anos	22.528	19.988
5 a 9 anos	22.959	18.607
10 a 14 anos	20.123	19.640
15 a 17 anos	9.573	9.159
18 a 19 anos	7.636	5.683
20 anos	3.209	2.845
21 anos	3.552	3.393
22 a 24 anos	10.628	11.765
25 a 29 anos	18.930	24.367
30 a 34 anos	23.353	24.452
35 a 39 anos	23.875	26.295
40 a 44 anos	18.766	23.758
45 a 49 anos	14.900	20.617
50 a 54 anos	12.842	16.323
55 a 59 anos	9.511	12.355
60 a 61 anos	2.553	3.561
62 a 64 anos	3.132	5.447
65 a 66 anos	1.410	2.315
67 a 69 anos	1.759	2.577
70 a 74 anos	1.327	3.069
75 a 79 anos	704	2.251
80 a 84 anos	411	1.235
85 anos ou mais	147	1.036
Estimativa por Sexo	233.828	260.738
Estimativa Total	494.566	

Tabela 8: Estimativa dos brasileiros por sexo.

Fonte: United States Census Bureau, 2021.

Com base nas faixas etárias, somado a naturalização citada em quadro, Tosta (2013) propõe duas perspectivas ao se referir ao “estrangeiro brasileiro”. Na primeira perspectiva, a massificação de imigrantes, resultantes da primeira geração de residentes brasileiros nos Estados Unidos ficou reconhecida como “imigração brazuca”. Na segunda perspectiva, encontram-se os descendentes dos brasileiros chamados de “brasileiro-americana”, que trazem consigo contemplações e questionamentos da descendência imigratória.

Se por um lado a “imigração brazuca” refere-se ao “estrangeiro brasileiro” no novo país, por outro, observa-se que o “brasileiro-americana” retrata o nativo estadunidense que almeja conhecer a cultura dos pais brasileiros. Embora o “brasileiro-americana” inclina-se a reproduzir uma forte herança brasileira, em geral, não domina a cultura brasileira, sublinhando, tão logo, a identidade estadunidense, por não dominarem características da classe imigratória, como no exemplo do português brasileiro, indicando uma herança ou, então, uma experiência de construção identitária que é verdadeiramente bicultural (TOSTA, 2013).

Para Tosta (2007a) tanto a perspectiva da “imigração brazuca”, quanto a perspectiva do “brasileiro-americana” contribuem para a compreensão do ser brasileiro e estadunidense, tendo em vista que a comparação entre as duas perspectivas, quer seja implícita

ou explícita, pode revelar a maneira de como a “brasileidade” se encaixa no contexto da vida estadunidense, isto é, o jeito de ser brasileiro.

Já a classificação de “latino” atribuída aos brasileiros refere-se a uma categoria que fora imposta pelos norte-americanos, independente das posições sociais que ocupe tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos. A classificação de “latino” revela-se enquanto estigma para duas identificações: (i) a relação direta dos brasileiros com o Brasil, enquanto país superior aos outros países latino-americanos e; (ii) espelhamento do racismo imperialista norte-americano que define a própria categoria de “latino”. Ainda que os brasileiros (as) se tornem agentes do seu próprio projeto político-econômico, a posição do Brasil no sistema capitalista mundial não elimina a discriminação, independentemente da posição que ocupe (Galli, 2018).

Sendo assim, o processo de constituição familiar, entre a comunidade brasileira, auxilia na identificação e no entendimento da representatividade brasileira ao longo das gerações nos Estados Unidos. Quanto a esse processo, a tabela abaixo sugere alguns dados.

Total de Famílias de casal	Família de casal		Total de chefes de família homens	Chefe de família do sexo masculino		Total de chefes de família mulheres	Mulheres chefes de família		Domicílios não familiares
	parentes	não parentes		parentes	não parentes		parentes	não parentes	
329.010	322.225	6.785	29.120	25.297	3.823	61.557	56.932	4.625	67.359

Tabela 9: Tipos de domicílios por parentes e não parentes.

Fonte: United States Census Bureau, 2021.

De acordo com a tabela acima, as mulheres representam maior número na categoria de “chefes de família”, quando comparado, na mesma categoria, ao número de homens. Entretanto, a família constituída por casal representa o modelo de família prevalescente. Outro dado interessante refere-se a presença de “não familiares” convivendo com as famílias pesquisadas. Já em relação a formação familiar “cônjuge do mesmo sexo”, a tabela abaixo apresenta um comparativo entre cônjuges do sexo oposto *versus* do mesmo sexo.

Estimativa Cônjuge do Sexo Oposto	Cônjuge do Mesmo Sexo	Parceiro (a) Solteiro (a) do Sexo Oposto	Parceiro (a) Solteiro (a) do Mesmo Sexo
102.810	3.199	11.938	1.253

Tabela 10: Estimativa por tipo de família e relacionamento.

Fonte: United States Census Bureau, 2021.

Conforme apresentado, o Censo norte-americano não indica a tipologia “gênero” ao se referir ao perfil da coluna 2. Quanto a classificação do estado civil dos brasileiros (homens e mulheres), que engloba o universo acima, as tabelas abaixo detalham o quadro comparativo.

Estimativa dos homens	Nunca Casou	Casados	Separado	Outro	Viúvo	Divorciado
168.218	64.458	90.902	3.193	6.998	757	12.101

Tabela 11: Estimativa do estado conjugal de homens com 15 anos ou mais.
Fonte: United States Census Bureau, 2021.

Estimativa das Mulheres	Nunca Casou	Casados	Separado	Outro	Viúvo	Divorciado
202.503	56.759	117.439	3.655	6.122	5.583	22.722

Tabela 12: Estimativa do estado conjugal de mulheres com 15 anos ou mais.
Fonte: United States Census Bureau, 2021.

Em relação a estimativa das crianças com um dos pais autodeclarado de nacionalidade brasileira, o Censo 2021 apresenta uma estimativa que considera os aspectos “biológico”, “adotivo” e “filhastro”.

Estimativa de Crianças	Criança Biológica	Criança Adotada	Enteado (a)
167.619	155.977	2.865	8.777

Tabela 13: Estimativa da formação nuclear das famílias.
Fonte: United States Census Bureau, 2021.

Importa destacar que os casais do mesmo sexo representam 3% do total de casais apontados pelo Censo. Além disso, o número de divorciados representa relevância, principalmente, no recorte das mulheres, pois corresponde a quase o dobro dos homens divorciados. Na categoria “viúvo”, as mulheres representam quase cinco vezes a estimativa do número de homens “viúvos”. Esse contexto fica mais evidente no recorte que destaca o número de enteados, inclusive, maior que o quantitativo de crianças adotadas pelos brasileiros.

Quanto ao nascimento de crianças, em que consta pelo menos um dos pais de cidadania brasileira, o Censo 2021 retrata a estimativa do nascituro, pelo menos dos último 5 anos, que representa menos de 2% da estimativa geral da população.

Faixa Etária	Já casadas – incluindo separadas	Solteiras – nunca se casaram, viúvas ou divorciadas.	Total
15 a 19 anos	53	79	8.586
20 a 34 anos	4.043	774	
35 a 50 anos	3.135	502	

Quadro 14: Mulheres que deram nascimentos nos últimos 5 anos.
Fonte: United States Census Bureau, 2021.

A sociedade sempre buscou estabelecer meios oportunos para categorizar os seus “estranhos”, pois ao criar os chamados estigmas e suas extensões, nas variações de sociedades, conferiu-se atributos consideráveis aos não naturais, uma vez tornados membros de uma

categoria estranha. Dessa forma, as concepções criadas pelo pátrio servem para transformar as expectativas dos “estranhos” em normativas da sua “identidade social” (Goffman, 2004).

Por isso, torna-se importante formular novos olhares ao “estranho”, imputando-lhe uma gama de classificações, sempre no intuito de dar sentido “efetivo” ao potencial e aos atributos que surgem como evidências. Enquanto o nativo estiver à frente do “estranho”, poderá surgir evidências de que ele (o estranho) tem um atributo que o torna diferente de outros e que se encontre numa categoria passível de enquadramento pelo nativo (Goffman, 2004).

Goffman (2004, p. 9) buscou reclassificar esse “estranho” na categoria migratória socialmente prevista, isto é, a do trabalho, a da força produtiva. Sua “distinção reside entre o cumprir uma norma e o simplesmente apoiá-la. A questão do estigma não surge aqui, mas só onde há alguma expectativa, de todos os lados, de que aqueles que se encontram numa certa categoria não deveriam apenas apoiar uma norma, mas também cumpri-la”.

Isto posto, o indivíduo quando estigmatizado inclina-se a acreditar e internalizar as mesmas crenças dos nativos sobre sua identidade, assim, suas crenças mais profundas irão confundi-lo, gerando nele a sensação de uma autoidentificação enquanto uma “pessoa normal”, possuidora de oportunidades legítimas como qualquer outro. Esse falseamento, por meio das “bases iguais”, vai contribuir para a incorporação dos padrões da sociedade pelo “estranho”, tornando-o suscetível ao que os outros dele apreendem, levando-o a concordar que, de fato, encontra-se onde deveria estar (Goffman, 2004).

Indiretamente, o indivíduo estigmatizado pode conseguir corrigir a sua condição de identidade social, aquela que o exclui de outras áreas de atividades, fechadas por motivos circunstanciais, por seu “defeito”. Cabe a ele, incansavelmente, empregar uma interpretação de caráter nada convencional no tocante a sua realidade social (Goffman, 2004).

Durante os contatos mistos, o estranho estigmatizado pode ficar em exibição, criando a impressão de que sua conduta corporal não pode ser alcançada pelos demais. Segundo Goffman (2004, p. 16) “ele também pode sentir que o esquema usual que utilizava para a interpretação de acontecimentos diários está enfraquecido. Seus menores atos podem ser avaliados como sinais de capacidades notáveis e extraordinárias nessas circunstâncias”.

Segundo Goffman (2004), o processo de inclusão de indivíduos em determinada “categoria de estigma”, pode indicar a totalidade de membros que representa esse grupo, seu “nós”, “sua gente”, na mesma intensidade daqueles que se encontram fora da “categoria de estigma”, quando designados em termos grupais. Entretanto, esse agrupamento não apresentaria um padrão coletivo de interação mútua, a exemplo, podemos citar o “estigma particular” que tendência a reunião de pequenos grupos sociais, sujeitando pequenos grupos a organizar-se em

maior ou menor medida. Esse modelo de organização, inclusive, reforça a crença de que a noção de pertencimento corrobora com a modificação em seu trato mútuo grupal.

Ao discorrer sobre “normais” e “estranhos” em situações sociais mistas, Goffman destaca a não suavidade dessas relações, posto que:

Provavelmente tentaremos proceder como se, de fato, esse indivíduo correspondesse inteiramente a um dos tipos de pessoas que nos são naturalmente acessíveis em tal situação, quer isso signifique tratá-lo como se ele fosse alguém melhor do que achamos que seja, ou alguém pior do que achamos que ele provavelmente é. Se nenhuma dessas condutas for possível, tentaremos, então, agir como se ele fosse uma "não-pessoa" e não existisse, para nós, como um indivíduo digno de atenção ritual. Ele, por sua vez, provavelmente continuará com os mesmos artifícios, pelo menos no início” (Goffman, 2004, p. 19).

Membros que possuem maiores oportunidades para se expressarem, acabam se tornando mais conhecidos dentro do grupo, depois de um certo tempo, o “movimento” das relações poderá ser convertido em uma atividade profissional voltada ao grupo, por exemplo, “ter um escritório ou uma antecâmara na qual promovem seus casos frente ao governo ou à imprensa; o diferencial desses indivíduos é estabelecida pelo seu papel de representatividade à frente de uma resolutiva grupal, quando mesmo sendo “igual” aos seus, também parece um "nativo" a par das coisas, os interesses mútuos (Goffman, 2004).

Quando um migrante com um estigma particular alcança considerável posição financeira, política ou ocupacional, seu grupo confia-lhe a tarefa de representação grupal, ao passo que se representa a ele próprio. Assim, os “estranhos” profissionais são investidos como recursos para denunciar a situação de vida do grupo. Essa tarefa de representação, formula-se, então, na base de duas constatações: (i) fazendo do seu estigma uma profissão, o representante grupal rompe com o círculo fechado dos seus iguais, descobrindo outras categorias e; (ii) representando profissionalmente a opinião de sua categoria, introduzem parcialidades sistemáticas e expositivas para resolver o problema que circunda o grupo profissionalmente (Goffman, 2004).

Como é de se esperar, os profissionais que têm uma perspectiva intragrupal podem defender uma linha militante - mesmo até o ponto de apoiar uma ideologia separatista. Conduzindo-se assim em contatos mistos, o estigmatizado elogiará os valores e as contribuições especiais assumidos de sua classe. Ele pode ostentar alguns atributos estereotípicos que poderiam ser facilmente acobertados. O estigmatizado pode, também, questionar abertamente a desaprovação semioculta com a qual ele é tratado pelos normais, e esperar até apanhar o "informado", que se autodesignou como tal, "em falta", isto é, continuar a examinar as ações e as palavras dos outros até obter um sinal fugaz de que as suas demonstrações de aceitação do estigmatizado são apenas a aparência (Goffman, 2004, p. 100).

Na visão de Simmel (2005), o “mover” representa uma possibilidade contrastante do fixar-se, por isso, a analogia sociológica do “estrangeiro” vai indicar ambas as disposições, uma vez que o espaço condiciona o “estrangeiro” e nesse mesmo espaço, constroem-se novas

relações. O distanciamento relacional significa que “o próximo está remoto, e o ser estrangeiro ou o estranho, contudo, seria aquele que se encontra mais perto do distante. Porque é um elemento natural de relações complementares positivas e, também, porque é uma forma de interação específica” (Simmel, 2005, p. 265).

Já nas interações que promovem regulações societárias desse “estrangeiro”, torna-se sugerível a presença de um significado único, o de “estrangeiro” enquanto economia essencial, visto seu histórico migratório, em que o estrangeiro aparece por toda a parte como operário ou comerciante, ancorando o ser “estrangeiro” por meio do trabalho (Simmel, 2005).

Na objetividade dessa “economia estrangeira”, encontraremos uma constelação de significados que transcende os componentes e as singularidades de sua origem social, pois é certo que essa “economia estrangeira”

ênfatisa um tipo positivo especial de participação, como uma espécie utilitária de observação abstrata ainda não significada, através da qual o espírito parece equivaler a uma passiva tábula rasa por meio da qual os fatos inscrevem suas qualidades. A atividade completa do espírito, deste modo, seria como que espaçada, trabalhando depois suas próprias leis, e permitindo, nesse processo, apagar os deslocamentos e as acentuações coincidentes, por onde as diferenças individuais subjetivas proveriam quadros novos e totalmente diversos do mesmo objeto” (Simmel, 2005, p. 267).

Como destacou Sayad (1998), o “fato social das migrações” somente pode ser captado por meio da perspectiva histórica, sob o olhar das estruturas e do funcionamento dessas estruturas, ora presentes no recorte temporal de cada movimento migratório. Sendo assim, recorrer ao movimento diverso e complexo da construção social do imigrante, visa à demarcação simbólica de um sujeito que implica em produções identitárias ao longo do tempo.

Ao analisar a relação do imigrante com o trabalho, Sayad (1998) justificou que o “ser da imigração” é o trabalho, pois sem a condição do trabalho o imigrante perde o seu sentido de existência. Para Sayad, o imigrante é essencialmente a força de um trabalho que pode ser provisório, temporário ou em trânsito, isso porquê:

“foi o trabalho que fez “nascer” o imigrante, que o fez existir: é ele quando termina, que faz “morrer” o imigrante, que decreta a sua negação ou que o empurra para o “não ser”. E esse trabalho, que condiciona toda a existência do imigrante, não é qualquer trabalho, não se encontra em qualquer lugar; ele é o trabalho que o “mercado de trabalho para imigrantes” lhe atribui e no lugar em que lhe é atribuído” (Sayad, 1998, pp. 54-55).

Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, uma força de trabalho que pode estar em trânsito, ser provisória, temporária. Mesmo se residir durante toda a sua vida no país, continuará sendo um trabalhador definido como provisório, que pode ser revogável a qualquer momento. A condição de ser que lhe reconhece é a autorização que lhe sujeita ao trabalho. O trabalho é o seu “nascer para a vida”, com ele o imigrante “nasce” e o faz “existir”

da mesma forma que determina sua “morte”. O trabalho que o condiciona no papel de imigrante não é qualquer trabalho, é um trabalho no “mercado de trabalho para imigrantes”, e da mesma forma que esse imigrante surge para esse mercado de trabalho, desaparece quando esse mercado deixa de existir (Sayad, 1998).

Por isso, o imigrante brasileiro também é um emigrante, pela própria lógica do movimento migratório, seu itinerário consiste em um “emigrante de lá” e do “imigrante aqui”. Essa dupla dimensão em que se desenrola o movimento de emigração e imigração corresponde ao fato coletivo e ao individual, da mesma forma que constitui as trajetórias e as experiências individuais de cada imigrante, o que denominam emigrante lá, em outra sociedade, chamamos de imigração por aqui, nessa ordem cronológica.

A presença do imigrante brasileiro também pode ser vista como a presença de um estrangeiro, cuja percepção remete à ilusão da migração associar-se a presença provisória. Essa ilusão governa a justificativa pelo princípio de que o trabalho subordina a presença daquele imigrante, cujo alibi perderá sua razão em decorrência do desfazimento das relações de trabalho que unem o imigrante ao local de destino.

O imigrante só existe na sociedade que assim o denomina a partir do momento em que atravessa suas fronteiras e pisa seu território; o imigrante “nasce” nesse dia para a sociedade que assim o designa. Dessa forma, ele se arvora o direito de desconhecer tudo o que antecede esse momento e esse nascimento” (Sayad, 1998, p. 16).

Correlativamente, a aceitação da existência do imigrante está condicionada a existência da imigração, em outras palavras, somente é possível falar de um universo natural quando naturalmente se compreende as reservas da mesma condição. As especificações pelas quais se define e se identifica o imigrante são encontradas no estatuto político, o princípio gerador, dada a condição do “não-nacional” (Sayad, 1998). No fundo, o entendimento que temos da nossa ordem social e política parte das “percepções coletivas”, em virtude das atualizações sobre a definição do imigrante.

Como duas faces de uma mesma realidade, a emigração fica como a outra vertente da imigração, na qual se prolonga e sobrevive, e que continuará acompanhando o imigrante, como duplo do emigrante, não desaparecer ou não tiver sido definitivamente esquecido como tal – e, mesmo assim, isto ainda não é absolutamente certo, pois o emigrante pode ser esquecido como tal pela sociedade da emigração mais facilmente e antes mesmo que tenha deixado de ser chamado com o nome de imigrante” (Sayad, 1998, p. 14).

Nesse sentido, os dados da força de trabalho dos brasileiros residentes nos Estados Unidos reforçam a importância e permanência no país de acolhida, como destaca a estimativa dos empregados, desempregados, atuantes nas forças armadas, e aqueles que se encontram fora do mercado de trabalho formal, conforme dados do Censo norte-americano.

Status de Trabalho da População Brasileira com 16 Anos ou Mais				
Força de Trabalho Civil	Empregados	Desempregados	Forças Armadas	Fora do Mercado de Trabalho
264.960	250.460	14.500	932	97.894

Tabela 15: Status de trabalho da população de 16 anos ou mais.

Fonte: *United States Census Bureau, 2021.*

Quanto a divisão da força de trabalho, por sexo, o *United States Census Bureau* destaca os dados apresentados nas tabelas abaixo - tabelas comparativas.

Força de Trabalho Feminina nos Estados Unidos				
Faixa Etária	Nas forças armadas	Empregado	Desempregado	Não está na força de trabalho
16 a 19 anos	0	3.587	606	7.378
20 a 21 anos	37	3.711	295	2.195
22 a 24 anos	87	7.999	719	2.960
25 a 29 anos	47	17.612	989	5.719
30 a 34 anos	50	15.804	1.274	7.324
35 a 44 anos	34	32.429	2.099	15.491
45 a 54 anos	0	24.209	1.796	10.935
55 a 59 anos	0	8.219	228	3.908
60 a 61 anos	0	2.197	76	1.288
62 a 64 anos	0	2.837	81	2.529
65 a 69 anos	0	2.191	140	2.561
70 a 74 anos	0	394	14	2.661
75 anos ou mais	0	349	1	4.172

Tabela 16: Status de trabalho para a população de 16 anos ou mais.

Fonte: *United States Census Bureau, 2021.*

Força de Trabalho Masculina nos Estados Unidos				
Faixa Etária	Nas forças armadas	Empregado	Desempregado	Não está na força de trabalho
16 a 19 anos	111	3.694	827	8.913
20 a 21 anos	23	3.410	791	2.537
22 a 24 anos	221	7.864	772	1.771
25 a 29 anos	102	15.703	727	2.398
30 a 34 anos	114	19.752	750	2.737
35 a 44 anos	74	38.485	1.174	2.908
45 a 54 anos	32	25.192	540	1.978
55 a 59 anos	0	7.914	179	1.418
60 a 61 anos	0	2.192	100	261
62 a 64 anos	0	2.371	109	652
65 a 69 anos	0	1.625	132	1.412
70 a 74 anos	0	407	81	839
75 anos ou mais	0	313	0	949

Tabela 17: Status de trabalho para a população de 16 anos ou mais.

Fonte: *United States Census Bureau, 2021.*

Os dados acima revelam que os homens representam estimativas maiores no mercado de trabalho formal e nas forças armadas. No recorte com maior força de trabalho formal, tanto os homens quanto as mulheres representam a maior força de trabalho nas mesmas faixas etárias, sendo em 1º lugar dos 35 aos 44 anos, e no 2º lugar dos 45 aos 54 anos. Nas

faixas a partir dos 60 anos, as mulheres lideram o mercado de trabalho, perdendo para os homens apenas em uma faixa: dos 70 aos 74 anos. Já na faixa inicial da atividade profissional, que compreende dos 16 aos 19 anos, os homens representam maioria.

Os gráficos das ocupações civis demonstram que as mulheres lideram as ocupações nesta modalidade, com destaque discrepante as ocupações, respectivamente, de “serviço e proteção” e “gestão e negócios”. Já o número de menor ocupação encontra-se nas atividades de “agricultura, silvicultura, pesca e mineração”. Os homens, por sua vez, apresentam maioria esmagadora, respectivamente, nas ocupações de “gestão e negócio” e “construção, recursos naturais”. Já o número menor em ocupação, no caso dos homens, pode ser observado nas ocupações que envolve “legislação”.

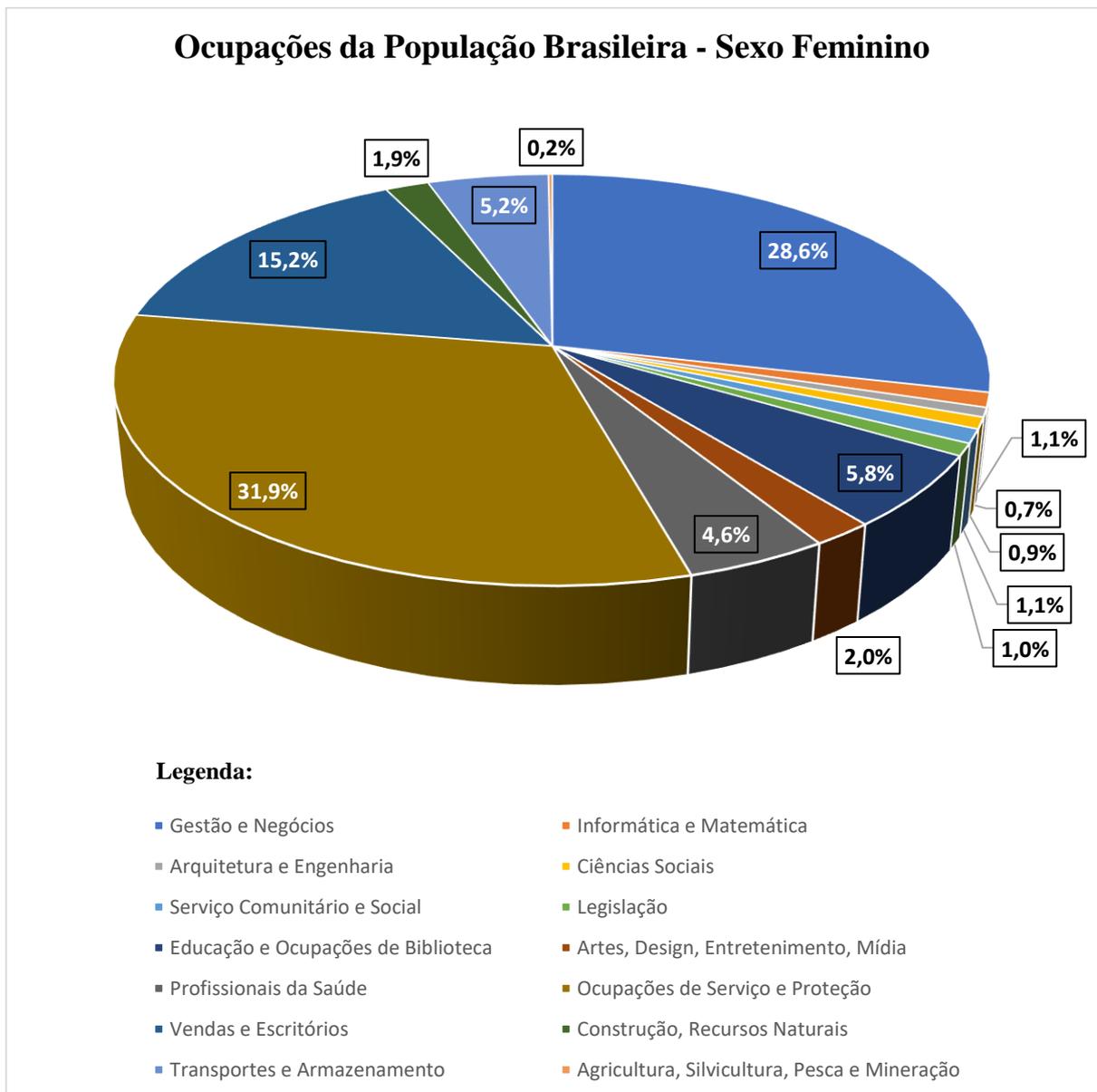


Gráfico 3: Ocupações das mulheres brasileiras nos Estados Unidos.

Fonte: *United States Census Bureau, 2021.*

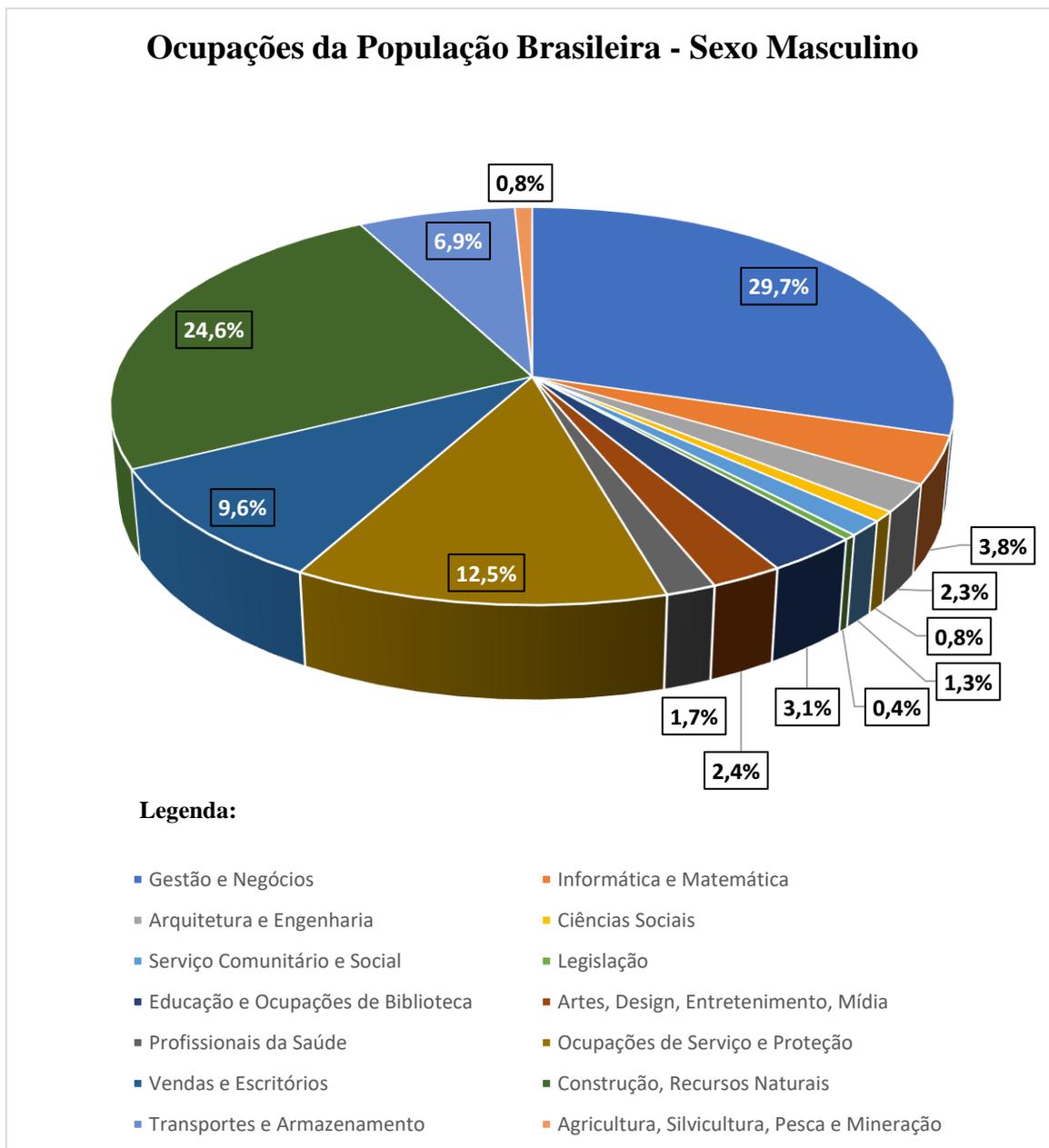


Gráfico 4: Ocupações dos homens brasileiros nos Estados Unidos.

Fonte: *United States Census Bureau*, 2021.

Quanto a estimativa da renda familiar por faixa de rendimentos brutos, anualmente, a pesquisa realizada pelo Censo em 2021 retrata o *ranking* estimado das faixas de renda familiar, respectivamente, ao tipo “12” (1º lugar), tipo “13” (2º lugar), tipo “11” (3º lugar), tipo “10” (4º lugar) e tipo “15” (5º lugar). Além disso, dos 7 tipos de faixas com maiores rendimentos brutos anuais, estima-se, com base no *United States Census Bureau* (2021) que o maior número de famílias brasileiras se encontra nessas faixas.

No exemplo em tela visualizamos a face-qualificada especializada do brasileiro imigrante. A partir da estatística do Censo é possível formular um perfil quanto a composição do sexo sobre o prisma qualificado. Os dados elencados representam um caso emblemático

enquanto “novo balanço” social e histórico do fenômeno migratório brasileiro desenvolvido nos Estados Unidos.

A migração qualificada-especializada no trabalho refere-se à categoria do imigrante pensada no “coletivo”, que se soma a entrada institucionalizada e legalizada em referência ao país de destino. O aspecto “especializado” interliga-se ao campo do trabalho, com base no funcionamento e oportunidades do mercado.

O aspecto qualificado-especializado, então, corresponde, a diversificação das nacionalidades envolvidas, um complexo quadro que envolve diferentes modalidades migratórias. Nesse contexto, o posicionamento do país de acolhida sobre seus fluxos migratórios é fundamental para a compreensão do funcionamento e estágios da economia, da circulação dos capitais, tão logo, da “especialização” (Villen, 2017).

Essa categoria do fenômeno migratório requer atenção sobre o motivo da sua manifestação, das causas e implicações que levam o aspecto “qualificado” e “especializado” portar uma “proteção” quando comparado aos movimentos precarizados do trabalho e, neste ponto, inserem-se descaso quanto aos direitos e condições de trabalho, a oferta de menores salário em relação aos pagos para nativos e o desemprego (Villen, 2017).

Quanto ao “mercado de trabalho global”, o perfil qualificado-especializado é compreendido como fenômeno social quando incluso na relação de assalariamento e no grau internacionalizado dos processos produtivos e financeiros, que indicam um “regime legal da imigração a partir de aberturas e barreiras seletivas” (Villen, 2017, p. 35).

Para Sassen (2014) a face qualificada-especializada tem ligação direta com a reestruturação produtiva que passa a impor novos padrões no campo profissional, como por exemplos, novas tecnologias e crises econômicas, ambas sugestivas a manifestação de desemprego para logo ressurgir uma nova via de flexibilização e suas formas de avanços.

Em âmbito internacional, a migração qualificada-especializada mantém relação com o aumento do fluxo migratório, capaz de conectar-se a outros circuitos em escala global, multifocais e dinâmicos, com a finalidade explicativa do processo de expulsão atrelado, desta vez, ao funcionamento de um mercado global cada vez mais especializado (Sassen, 2014).

Além disso, a especialização dos imigrantes representa uma “drenagem de cérebros”, “ganho de cérebros” ou mesmo de “circulação de cérebros” alvo da mercantilização de empresas situadas em países com alto poder competitivo, ressalvados os custos com a abertura de espaço para o perfil migratório, também calculando quanto perderá com a saída do país dos imigrantes da qualificação-especializada (Villen, 2017).

Quanto ao fator renda, o Censo norte-americano retrata que 7.854 famílias brasileiras possuem renda advinda da aposentadoria. Ademais, os rendimentos brutos declarados, por família, na média mensal, são apresentados na tabela abaixo.

Tipo	Faixa da Renda Familiar	Estimativa
01	Menos de US\$ 10.000	8.533
02	US\$ 10.000 a US\$ 14.999	3.680
03	US\$ 15.000 a US\$ 19.999	4.060
04	US\$ 20.000 a US\$ 24.999	5.645
05	US\$ 25.000 a US\$ 29.999	5.335
06	US\$ 30.000 a US\$ 34.999	6.463
07	US\$ 35.000 a US\$ 39.999	6.756
08	US\$ 40.000 a US\$ 44.999	6.563
09	US\$ 45.000 a US\$ 49.999	4.758
10	US\$ 50.000 a US\$ 59.999	13.047
11	US\$ 60.000 a US\$ 74.999	14.126
12	US\$ 75.000 a US\$ 99.999	19.502
13	US\$ 100.000 a US\$ 124.999	14.783
14	US\$ 125.000 a US\$ 149.999	8.766
15	US\$ 150.000 a US\$ 199.999	10.355
16	US\$ 200.000 ou mais	12.689

Tabela 18: Estimativa da renda familiar anual em dólares.

Fonte: *United States Census Bureau, 2021.*

Em referência a estimativa do nível de pobreza das famílias brasileiras que vivem nos Estados Unidos, logo abaixo é indicado um retrato dessa realidade social.

Faixa Etária	Estimativa Masculina	Estimativa Feminina
Menos de 5 anos	2.928	2.531
5 anos	490	417
6 a 11 anos	2.949	2.423
12 a 14 anos	1.091	1.281
15 anos	440	366
16 a 17 anos	847	848
18 a 24 anos	4.104	5.489
25 a 34 anos	4.152	8.648
35 a 44 anos	3.610	5.380
45 a 54 anos	1.735	3.135
55 a 64 anos	1.130	2.075
65 a 74 anos	428	1.015
75 anos ou mais	165	719
População Total	24.069	34.327

Tabela 19: Estimativa da renda abaixo do nível de pobreza.

Fonte: *United States Census Bureau, 2021.*

Por outro viés, a qualificação-especializada possibilita a manutenção de um sistema alimentado por pessoas diplomadas, formandos e recém-formados no ensino superior, aspectos que aceleram o processo de contratação do imigrante, inclusive, quando o investimento educacional parte do país receptor, permitindo pelas diversas modalidades seu acesso.

Cabe destacar que essa modalidade de imigração também perpassa pela entrada “indocumentada” de imigrantes, que também representa um ponto forte de seletividade destes

no alcance de oportunidades de trabalho, com atuação em setores específicos, quando tais setores estão disponíveis a também absorvê-los através do trabalho informal.

Ao longo da imigração brasileira nos Estados Unidos, têm-se notado que muitos brasileiros utilizaram a força de trabalho para a criação de empreendimentos nas regiões de origem, concomitantemente, a outra parcela que despertou o interesse por estabelecer definitivamente negócios em solo norte-americano e/ou ainda a possibilidade de parcerias com negócios constituídos no Brasil (Castro; Lima, 2017).

Sob esse olhar, observa-se que local de origem e local de destino pode corroborar com o aspecto do “empreendedorismo” no processo migratório que, ao ser associado a economia, reforça a máxima clássica do processo migratório baseado em estratégias para melhorar a renda familiar, obtenção de novas atividades econômicas e, conseqüentemente, alcançando a qualidade de vida esperada pelo imigrante.

Nas regiões de partida em que a cultura da emigração é forte, o recebimento de remessas estrangeiras passa a ser percebido como “importante variável imigratória” capaz de impactar no dinamismo econômico na região de origem, geralmente considerado positivo, pois muitos dos negócios locais e regionais são dependentes da remessa de dinheiro enviada aos familiares que permaneceram no Brasil (Castro; Lima, 2017).

A relevância da fonte desses recursos financeiros enviados ao local de partida é compreendida enquanto contribuição significativa do fenômeno emigratório, simultaneamente, ao migratório, que não se resume ao impacto econômico, pois se torna tão importante quanto os impactos sociais e culturais que os fluxos migratórios imprimem nas regiões de origem.

Sendo assim, as gerações futuras das regiões impactadas pelos processos da imigração serão apresentadas aos novos aspectos culturais vividos por brasileiros no exterior, que passarão a replicá-los nos modelos de negócios constituídos na comunidade de origem no Brasil, ou ainda nos municípios próximos. Dois grandes exemplos desse processo de “replicação cultural” são observados nos *designs* norte-americanas reproduzidos nas construções residenciais e prédios comerciais. “A inovação em serviços é outro impacto gerado pelo processo migratório. O viver no exterior possibilita a muitos conhecer e vivenciar novas tecnologias. Ao empreender na origem, dependendo do segmento escolhido, o aprendizado obtido anteriormente pode ser replicado no novo negócio” (Castro; Lima, 2017, p. 100).

Conforme os brasileiros percebem que o ato emigratório com destino aos Estados Unidos contribui para a superação das dificuldades vividas na terra natal, um imaginário coletivo também se constitui ao entorno da proposta empresarial, já que “o desejo de viver nos Estados Unidos e fazer desse país a fonte geradora da casa própria, do empreendimento futuro

e de uma vida mais confortável” (Castro; Lima, 2017, p.101), também retrata uma forma de materialização do “sonho americano” para milhares de brasileiros.

Seria possível identificar um quadro comparativo da “classe de trabalho” que envolve brasileiros detentores de atividades empresariais nos Estados Unidos. De acordo com o Censo de 2021, a “atividade empresarial” representa a segunda maior atividade profissional (tanto para os homens quanto para as mulheres), quer seja no mercado “formal” ou no mercado “informal”. Vejamos os quadros abaixo classificados por sexo.

Principais Classes de Trabalho - Sexo Feminino	
Tipo da Classe	Total
Empregados de empresas privadas com fins lucrativos	71.313
Autônomo em empresa própria constituída	6.553
Trabalhadores assalariados em empresas sem fins lucrativos	9.255
Funcionários do governo local	5.380
Funcionários do governo estadual	3.762
Funcionários do governo federal	1.639
Trabalhador por conta própria sem empresa constituída	23.006
Trabalhadores familiares não remunerados	630

Tabela 20: Classe de trabalho da população brasileiras de 16 anos ou mais.
Fonte: *United States Census Bureau, 2021.*

Principais Classes de Trabalho - Sexo Masculino	
Tipo da Classe	Total
Empregados de empresas privadas com fins lucrativos	87.301
Autônomo em empresa própria constituída	10.684
Trabalhadores assalariados em empresas sem fins lucrativos	5.980
Funcionários do governo local	2.511
Funcionários do governo estadual	2.693
Funcionários do governo federal	1.889
Trabalhador por conta própria sem empresa constituída	17.508
Trabalhadores familiares não remunerados	356

Tabela 21: Classe de trabalho da população brasileira de 16 anos ou mais.
Fonte: *United States Census Bureau, 2021.*

Dessa forma, a contribuição econômica e social dos imigrantes brasileiros ao país receptor também seria resultante das suas próprias atividades, uma vez que os brasileiros assumem o papel de trabalhadores, empresários e responsáveis pelos gastos enquanto consumidores. Não obstante, seria possível identificar o aspecto do “subsídio” no contexto da economia do país receptor, dado o fato que a reprodução da força de trabalho imigratória é custeada pelos próprios imigrantes brasileiros (Castro; Lima, 2017).

Ainda segundo Castro e Lima (2017) a aquisição de moradia pelos brasileiros nos Estados Unidos representa um desafio já na fase de estabelecimento, tendo em vista que o acesso a moradia, inicialmente alugada, depende da comprovação de trabalho, tratando-se, de fato, da sucessiva dificuldade nos casos da não comprovação de trabalho, uma fonte de renda.

A estimativa da média bruta custeada por brasileiros com aluguel corresponde a US\$ 1.628,00 por mês. As faixas dos pagamentos com esse tipo de aluguel destacam-se, respectivamente, pelas estimativas decrescentes no “tipo 20”, “tipo 19”, “tipo 14” e “tipo 18”. Além disso, observa-se que existe uma estimativa de 2.173 brasileiros, mesmo morando de aluguel, que aderem a outras formas de compensação quando a forma de pagamento.

Tipo	Faixa do Aluguel Mensal	Estimativa
01	Menos de US\$ 100	97
02	US\$ 100 a US\$ 149	5
03	US\$ 150 a US\$ 199	133
04	US\$ 200 a US\$ 249	235
05	US\$ 250 a US\$ 299	137
06	US\$ 300 a US\$ 349	117
07	US\$ 350 a US\$ 399	168
08	US\$ 400 a US\$ 449	226
09	US\$ 450 a US\$ 499	181
10	US\$ 500 a US\$ 549	183
11	US\$ 550 a US\$ 599	341
12	US\$ 600 a US\$ 649	430
13	US\$ 650 a US\$ 699	378
14	US\$ 700 a US\$ 749	905
15	US\$ 750 a US\$ 799	659
16	US\$ 800 a US\$ 899	2.527
17	US\$ 900 a US\$ 999	3.099
18	US\$ 1.000 a US\$ 1.249	11.686
19	US\$ 1.250 a US\$ 1.499	15.530
20	US\$ 1.500 a US\$ 1.999	28.267
21	US\$ 2.000 a US\$ 2.499	14.174
22	US\$ 2.500 a US\$ 2.999	4.619
23	US\$ 3.000 a US\$ 3.499	2.236
24	A parti de US\$ 3.500	2.234
25	Outras formas de compensação	2.173

Quadro 22: Estimativa do custo com aluguel bruto mensal.

Fonte: *United States Census Bureau*, 2021.

Tipo	Faixa das Hipotecas	Estimativa
01	Menos de US\$ 200	0
02	US\$ 200 a US\$ 299	1
03	US\$ 300 a US\$ 399	11
04	US\$ 400 a US\$ 499	80
05	US\$ 500 a US\$ 599	195
06	US\$ 600 a US\$ 699	273
07	US\$ 700 a US\$ 799	249
08	US\$ 800 a US\$ 899	474
09	US\$ 900 a US\$ 999	692
10	US\$ 1.000 a US\$ 1.249	2.860
11	US\$ 1.250 a US\$ 1.499	3.767
12	US\$ 1.500 a US\$ 1.999	9.000
13	US\$ 2.000 a US\$ 2.499	8.437
14	US\$ 2.500 a US\$ 2.599	5.270
15	US\$ 3.000 a US\$ 3.499	3.798
16	US\$ 3.500 a US\$ 3.999	2.619
17	A partir de US\$ 4.000	4.096

Tabela 23: Estimativa do custo com imóveis hipotecados.

Fonte: *United States Census Bureau*, 2021.

Além do perfil acima, o custo médio mensal com hipotecas nos Estados Unidos, o modelo clássico de compra financiada, refere-se a US\$ 2.196. Em relação as residências próprias, o Censo 2021 aponta uma estimativa de 12.499 residências próprias, não hipotecadas. Vejamos abaixo a estimativa das hipotecas dos brasileiros, por faixas.

Temendo as graves consequências da falta de proteção por não aderir a modalidade de seguro-saúde (novo dado demográfico do perfil migratório), os brasileiros têm apresentado adesão significativa, conforme demonstra a estimativa do censo norte-americano em 2021.

Faixa etária	Homens		Mulheres	
	Com cobertura de seguro saúde	Sem cobertura de seguro saúde	Com cobertura de seguro saúde	Sem cobertura de seguro saúde
Menores de 6 anos	24.580	1.763	21.476	2.361
6 a 18 anos	46.037	6.542	40.756	5.845
19 a 25 anos	18.116	6.721	20.658	4.296
26 a 34 anos	25.677	11.915	32.266	11.818
35 a 44 anos	27.716	14.627	37.535	12.431
45 a 54 anos	20.297	7.277	28.966	7.964
55 a 64 anos	11.355	3.754	17.309	4.050
65 a 74 anos	4.152	300	6.848	1.089
75 anos ou mais	1.169	56	4.183	273

Tabela 24: Estimativa da cobertura de seguro-saúde dos brasileiros por idade e sexo.

Fonte: United States Census Bureau, 2021.

Faixa etária	Homens		Mulheres	
	Com seguro saúde provado	Sem seguro de saúde privado	Com seguro saúde privado	Sem seguro de saúde privado
Menores de 6 anos	15.788	10.555	13.811	10.026
6 a 18 anos	28.790	23.789	25.043	21.558
19 a 25 anos	14.911	9.926	16.876	8.078
26 a 34 anos	20.639	16.953	26.359	17.725
35 a 44 anos	22.649	19.694	30.817	19.149
45 a 54 anos	16.191	11.383	23.678	13.252
55 a 64 anos	9.373	5.736	14.016	7.343
65 a 74 anos	1.876	2.576	3.107	4.830
75 anos ou mais	610	615	1.852	2.604

Quadro 25: Estimativa do seguro-saúde privado dos brasileiros por sexo.

Fonte: United States Census Bureau, 2021.

Faixa etária	Homens		Mulheres	
	Com seguro saúde público	Sem seguro de saúde público	Com seguro saúde público	Sem seguro de saúde público
Menores de 6 anos	10.110	16.233	8.783	15.054
6 a 18 anos	19.355	33.224	17.702	28.899
19 a 25 anos	3.685	21.152	4.281	20.673
26 a 34 anos	5.556	32.036	6.699	37.385
35 a 44 anos	5.757	36.586	7.392	42.574
45 a 54 anos	5.253	22.321	6.258	30.672
55 a 64 anos	2.280	12.829	3.788	17.571
65 a 74 anos	3.489	963	5.954	1.983
75 anos ou mais	1.024	201	3.884	572

Quadro 26: Estimativa seguro-saúde público dos brasileiros por sexo.

Fonte: United States Census Bureau, 2021.

A comunidade brasileira nos Estados Unidos compreende a apresentação de várias dimensões sobre seu processo migratório. Os dados coletados pelo Censo norte-americano, sem dúvidas, revelam um quadro mais nítido da comunidade brasileira no exterior, assim como aponta para novas características que proporcionam um entendimento “vivo” do recorte social estudado. Assim, A comunidade brasileira estabelecida nos Estados Unidos não representa uma comunidade única, um padrão único de movimento migratório. Nesse sentido, reforça-se o mosaico pertencente a elementos de diferentes regiões do Brasil, classes sociais, ocupações escolaridade, entre tantos outros marcadores identitários.

No mundo moderno, o imigrante brasileiro sente a necessidade frequente de integração a outros grupos também migratórios. Partindo do compartilhamento de algo em comum, imaginar uma comunidade migratória brasileira na era da tecnologia de comunicação e informação é totalmente possível, inclusive, pela edificação da emergência comunitária em atendimento de anseios, sem promover, necessariamente, a desarticulação das bases comunitárias já existentes e, assim, edificando-se, simultaneamente, um novo imaginário do próprio social acerca das possibilidades de construção da *comunidade virtual*.

Portanto, a exportação do sonho americano perpassa pela intermediação da própria comunidade brasileira (entre aqueles que residem dentro e fora do Brasil), que se utilizam do instrumento colaborativo, a apropriação da *Rede Social Facebook*, transformando-a para além de rede de comunicação e informação virtual, um espaço de construção de comunidades, articuladoras e reforçadoras de projetos migratórios múltiplos - uma tecnologia socialmente apropriada por brasileiros para tornar o sonho americano uma realidade mais próxima, conforme será melhor detalhada a proposta da *comunidade virtual*, no próximo tópico.

5.3 ARTICULAÇÃO ENTRE BRASILEIROS NA *COMUNIDADE VIRTUAL*

Em Lévy (2009), a visão sobre a “infraestrutura técnica do virtual” reflete na emergência da criação do *ciberespaço*. O virtual, então, seria caracterizado pelo autor, a partir da “desterritorialização” de toda e qualquer entidade que seja capaz de gerar manifestações diversas em diferentes locais e momentos determinados. Contudo, desprendendo a “entidade” de um lugar e tempo em particular. Nesse sentido, a virtualização estaria marcada em potência e não em ato, porém, sendo capaz de gerar uma manifestação concreta.

No bojo da interatividade proveniente do *ciberespaço*, Lévy (2009, p. 81) destaca a potencialidade da comunicação dos mundos virtuais, com base no *ciberespaço*, ao afirmar,

em certo sentido, mais interatividade “na mensagem, tanto a imagem da pessoa, como a da situação, que são quase sempre aquilo que está em jogo na comunicação”.

Por isso, segundo Lévy (2009), os dispositivos móveis não são vistos como a centralidade do *ciberespaço*, mas como um nó, um tipo de terminal, um componente da rede universal. Lévy salienta a possibilidade de articulação entre dispositivos móveis com várias interfaces interativas, que visam favorecer a cocriação e, conseqüentemente, sistemas avançados de aprendizagem e de cooperação.

Sendo assim, Lévy descreve o *ciberespaço* como (2009, p. 92)

o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores. Essa definição inclui o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônicos (aí incluídos os conjuntos de redes hertzianas e telefônicas clássicas), na medida em que transmitem informações. Consiste em uma realidade multidirecional, artificial ou virtual incorporada a uma rede global, sustentada por computadores que funcionam como meios de geração de acesso.

De fato, as tecnologias de informação e comunicação favorecem a aprendizagem em rede. Isso porque, as informações e o estilo de aprendizagem potencializam a inteligência coletiva dos grupos imersos no *ciberespaço*, uma vez ocorrendo o compartilhamento de determinado conhecimento. Nessa perspectiva, destaca-se a “simulação do conhecimento” em substituição ao “conhecimento massificado”, sendo a perspectiva substitutiva inclusiva em termos de circunstâncias pessoais e profissionais (Lévy, 2009).

Erguendo-se mediante atividades espontâneas, descentralizadas e participativas, o “tempo”, o “espaço” e as “relações sociais” ocupam centralidade no *ciberespaço*, uma vez que esse tipo de “ambiente” constrói e é construído pela inteligência coletiva, já que seus usuários, em rede, compartilham, negociam e refinam as práticas sociais da humanidade no contexto comunitário virtual, mediadas pelas tecnologias digitais (Lévy, 2009).

Segundo a teoria Weberiana devemos atribuir o chamamento de comunidade à orientação da ação social³⁹, na medida ou tipo ideal⁴⁰, pois a comunidade está intimamente ligada ao sentimento de solidariedade, sendo resultante de ligações emocionais ou tradicionais, uma forma de compreender a satisfação das necessidades humanas em sua forma durável. A comunidade, então, apresenta-se como um caminho útil para analisar grupos sociais. Nesse sentido, na *comunidade virtual*, passado e futuro associam-se para produzir relações sociais.

³⁹ Para o sociólogo Max Weber a ação social remete ao tipo de conduta adotada por um indivíduo que reflete o sentido da ação tanto pelo agente da conduta primária, quanto para aqueles por ela afetados. Sendo assim, a ação social reflete nas formas de interação e seus simbolismos, já que a ação só é possível pelo processo relacional de uns com outros, de acordo com a obra *Wirtschaft und Gesellschaft*, 2010.

⁴⁰ Método de Max Weber que possibilita recortar a realidade social, de modo a possibilitar melhor compreensão do objeto de estudo sociológico, mediante um recorte social estabelecido.

Nela, a partir do caso imigratório brasileiro, conseguimos observar a ocorrência de proximidade espacial do nacional (Brasil), com o exterior (Estados Unidos), com base na estratégia de articulação da *comunidade imaginada* nos Estados Unidos com a *comunidade virtual*, isto é, entre brasileiros que produzem relações nos Estados Unidos, com outros, e em alguns casos a duplicidade dos membros, que adentram a comunidade virtual.

O sentido e o funcionamento da *comunidade virtual*, então, trazem notoriedade a presença de “dois mundos”, uma espécie de “entre-lugares”, já que a convivência no virtual reflete na possibilidade de articulação das diferenças culturais entre o local de partida e o local de estabelecimento. Esse mundo moderno constituído pela *comunidade virtual brasileira* prioriza o avanço das narrativas subjetivas originárias da “imigração imaginada”, ao passo que focaliza os processos provenientes da articulação entre seus “dois mundos”.

Vejamos o que propõe a *Rede Social Facebook*: “os grupos na *Rede Social Facebook* são constituídos como modelos de comunidades, representativas de uma propriedade lógica, a partir dos interesses comuns”. Nesse contexto, a *comunidade virtual* estabelecida pela *rede virtual* preserva três sentidos de identificação sociológica, a saber: (i) o tipo de grupo social; (ii) a lógica da vida social e; (iii) o curso da individualidade dos seus membros.

Cabe apontar, também, as constantes interações dos brasileiros na comunidade virtual, cujo revestimento contabiliza formas de sociabilidades exemplificadas naquelas noticiadas fora do virtual. No sentido temporal, as narrativas produzidas no e pelo grupo social indicam um fenômeno de resposta ao desenraizamento/enraizamento que o brasileiro é submetido nos Estados Unidos. À luz desse processo, possibilita-se o vislumbre do componente em trânsito, em que o pertencimento à *comunidade virtual* remete também a instrumentalização da recuperação e inserção do pertencimento à terra de origem.

Como todo jogo social, na *comunidade virtual* regras são amplamente divulgadas, inclusive, o aceite para a participação é pré-requisito para a integração enquanto membro. Longe de ser um processo democrático, a cúpula dos administradores da *comunidade virtual* detém o aval sobre a constituição de suas regras, o aceite e o banimento dos membros. É nesse momento que a esfera política aparece como disputa de poder fruto das relações desse tipo de comunidade. Assim, a relação de dominação é estabilizada por um poder supremo e específico: dos seus administradores, já que são eles os fundadores da comunidade. Esse processo de controle é costumeiro, pois a materialidade desse tipo de comunidade (virtual) requer a obrigatoriedade de administradores consagrados enquanto líderes da comunidade.

Neste ponto, a relação de poder sobre a comunidade pode ser fragmentada em três frentes: (i) com a utilização de mediadores, pois entre as comunidades pesquisadas observou-

se a existência de mediadores “não administradores”; (ii) a possibilidade de inclusão de novos administradores na comunidade e; (iii) mudança/troca de seus administradores fundadores.

No caso dos mediadores, esses são figuras representativas dos “membros” não administradores, cuja função remete a “mediação de interesses entre administradores e administrados (os demais membros), prevalecendo a indicação final dos interesses dos administradores. Em nenhuma das comunidades houve a identificação de limites de inserção de administradores, porém, seu processo de inserção cabe em favor dos próprios administradores. No caso da mudança de administradores, não foi observada nenhuma alteração ao longo da pesquisa, porém, essa seria uma possibilidade em aberto, assim como a necessidade e mudança entre os mediadores. Contudo, cabe sempre aos administradores a decisão de mudança/troca do seu próprio quadro, sem a necessidade de uma consulta aos demais membros.

Sobre o “controle social”, torna-se necessário devido a especificidade da *comunidade virtual*. Seria inviável o fornecimento da “senha de acesso social universal”, isto é, acesso igualitário a todos. Inviável do ponto de vista das necessidades de “manutenção” e “perpetuação” da comunidade sem a efetivação do seu “controle”, posto que prováveis ações individualistas comprometeriam o bem-estar da coletividade, tais como: (i) a desordem, provocada pelo poder universalizado, que se torna único, quando evocado individualmente, antes mesmo do uso em favor da coletividade e; (ii) atitudes mais individualistas, excessivas e/ou desenfreadas, que validam o reforço da primeira ação.

Dessa forma, cabe destacar o pensamento de Weber sobre a indicação da “comunidade política”, uma vez observada que nas *comunidades virtuais* a crença, em primeira instância, torna-se qualificada pela “legitimidade da ordem, com base na lei”. Aqui, inscreve-se a base legal sobre a materialidade das “regras de convivências”, uma espécie de constituição que faz menção as leis de aplicação a comunidades não virtuais, as tidas como tradicionais.

Com base no sentido subjetivo (crença) e o sentido objetivo (norma), o “consenso de legitimidade” da lei aplicada à *comunidade virtual* é espelhado nas comunidades de origem primária de seus membros que, no fundo, mais se apresentam como inspirações de um movimento de monopolização historicamente já constituída, que auferem a satisfação de necessidades de alguns, a partir da sujeição de aceitação social por outros.

Em outros termos, a *comunidade virtual* desencadeia um tipo de *violência* perante seus membros, já que um pequeno grupo busca se afirmar sobre a “comunidade política”, cuja maior parcela da *comunidade virtual* decorre passivamente do controle dessa minoria e, portanto, sujeitando-se a um tipo de “violência comunitária”, que decorre da dominação reservada e ordenada por um pequeno grupo de participantes, isto é, os administradores.

Tão logo, a ordem normativa reveste-se do “consenso normativo” que representa um “aparato coercitivo” propenso a criação de vínculos obrigatórios entre os membros da comunidade, que age de determinada forma, cumpre determinado comportamento, apreende a noção de dever e, portanto, assume um compromisso com a normatividade estabelecida.

Agrupando-se em torno da atividade social que se dedicam à comunidade, a imigração, os brasileiros antecedem outro caminho imigratório: a virtualização. Na *comunidade virtual* seus membros já nascem para padrões e referências de relações virtualizadas, cujo percurso almejado pretende “maior liberdade individual” e de “proteção comunitária”. O novo “campo social” traz consigo a demarcação de uma especialidade, a organização imigratória, mesmo identificadas divergências de interesses, promove-se a interdependência entre grupos.

Na proposta de sua formação (coletiva e horizontal) a *comunidade virtual* destaca a interrelação entre modalidades coletivas e ampliação das restrições, discussões, decisões e ações. No caso das publicações dos administradores, essas são tendenciosas a expressividade do consenso, reivindicações ou de chamamento do próprio movimento. Mas é a partir dos comentários que são expressas opiniões, sendo em alguns casos, consideradas controversas.

No exemplo do *post*, numa publicação direta ou no mural da comunidade, pode-se identificar dois tipos de representações: (i) na primeira, apenas curtidas (*função curtir*) na publicação e; (ii) curtidas ou não curtidas, seguidas de comentários. Quando o nível de curtidas é baixo, mas o número de comentários elevados, expressa-se, aqui, um dissenso entre a comunidade. Já no exemplo do *post* com elevado número de curtidas, representa-se como apoio e simpatia com o movimento encabeçado pelos administradores.

Essa mesma forma de representação ocorre por postagem de membros não administradores da comunidade. A diferença é que membros não administradores estão sujeitos a censura na sua publicação. O processo de censura ocorre no momento da postagem, quando um membro não administrador deseja realizar um *post*.

As comunidades com maior número de membros são configuradas, por seus administradores, com a restrição de “análise da postagem pelos administradores”. Nesse sentido, a publicação de um membro não administrador só será autorizada pelos administradores após a leitura do tipo e/ou conteúdo da postagem.

É nesse momento que a censura ganha forma, em virtude do poder dos administradores sobre os demais membros da comunidade, em aceitar ou não o tipo e/ou conteúdo da postagem solicitada. Mesmo com a publicação autorizada, o aspecto da censura continua ávido na *comunidade virtual*, uma vez que a qualquer momento os administradores excluem postagens, restringe o tipo de postagem, restringe membros não administradores a ação

de postagem por determinado tempo, ou, nos casos mais severos, ocorre a punição com banimento da comunidade virtual, conforme observado na pesquisa netnográfica.

Quanto a socialização da comunidade, as estruturas virtuais têm mediado o processo de amplificação das “vozes” de atores através das *redes sociais de comunicação*. O virtual, assim, tem sido utilizado por brasileiros como ferramenta estratégica para alcance maior de comunicação entre o grupo, sobretudo, do seu local de origem ao novo local de estabelecimento, além da manutenção de sociabilidades, da sua cultura originária.

Em caso da mudança de país, opera-se de modo menos impactante, a partir da exploração dos recursos de *chat* privativo, bate-papos da comunidade, *reels*, eventos, videochamadas, compartilhamentos de músicas, enquetes, guias, vendas, selos e *gifs*, que permitem frequência de contato com imigrantes estabelecidos com os conterrâneos que permaneceram no local de partida, sendo o processo de comunicação através dos formatos: escrito (*chat*, bate-papo comunitário), visual e verbal (videochamada), ou só verbal (áudio).

Frente a esses dispositivos, a *Rede Social Facebook* tem se apresentado acessível e interessante para o deslocamento virtualizado como estratégia de sobrevivência, mas, acima de tudo, a construção de um espaço propício a cultura migratória brasileira, enquanto movimento desbravador dos Estados Unidos. Com a apropriação desse tipo de rede social, os sujeitos da imigração incorporaram-se e são incorporados por uma *rede social global* da comunicação e informação, revelada pelas dinâmicas, comportamentos de vida e demais situações compreendidas no caminho da conquista de garantias e direitos enquanto ser migrante.

Apesar das filiações em comunidade ocorrerem a partir da identificação de interesses comuns, também se reconhecem conflitos de interesses existentes na *comunidade virtual*, inclusive, ao ponto do seu surgimento causar tensões entre o grupo. Vejamos abaixo a transcrição do conflito e da violência simbólica proferidos na comunidade virtual, classificado como aquilo que alguns brasileiros intitulam *scammer*, um tipo de “golpista de sonhos”.

Sobre o alerta de golpe na *comunidade virtual*, um membro com perfil intitulado “participante anônimo” informa sobre um brasileiro que tem aplicado golpes no Brasil e nos Estados Unidos. Na postagem, o “participante anônimo” refere-se ao “golpista brasileiro” como alguém que usava o sobrenome da família para cometer crimes de estelionato entre mulheres, ele usava um Facebook falso, quando ele viu que a casa caiu, tentou apagar as mensagens, mas não sabia que a polícia e a investigação conseguiu recuperar as mensagens, ele tem passagem na polícia de Newark e Philadelphia por aluguéis falsos de quartos, venda de ar condicionado estragado, roubo de dinheiro de mecânicos, roubo de cartão de crédito, ele sujou o nome da família, nome muito conhecido entre brasileiros que moram na Philadelphia. A

polícia divulgou ele como procurado no site com direito a uma recompensa. (Participante anônimo, 18/05/2024, comunidade 2).

No caso acima, um brasileiro reporta a *comunidade virtual* o aspecto da criminalidade em que estão sujeitos, sem desarticular o fato ao recorte social existente fora da *comunidade virtual*, isto é, presente na *comunidade imaginada*. Vejamos uma segunda situação de alerta postada pelo administrador da comunidade 8, em que a violência ocorrida na *comunidade imaginada* é refletida na *comunidade virtual*:

Açougue brasileiros sofre assalto a mão armada em Milford-MA, Mass. O assalto no Aroma Brazil aconteceu às 21h da terça-feira, 9. Dois homens armados entraram no açougue com casacos de capuz, um deles cobrir o rosto. A Polícia de Milford diz que os 2 deixaram o local, que fica na Beach St., levando um valor alto em dinheiro. Para fugir os bandidos entraram num carro SUV Dodge Durango, de cor cinza, fabricado entre 2011 e 2013. A delegacia da cidade pede ao público para ajudar a identificar os 2 assaltantes e o motorista que participou da fuga, assim como o veículo usado. Quem tiver informação deve ligar para a polícia, no 508 473 3800, ou pelo em (F. Gardingo, 13/01/2024, comunidade 8).

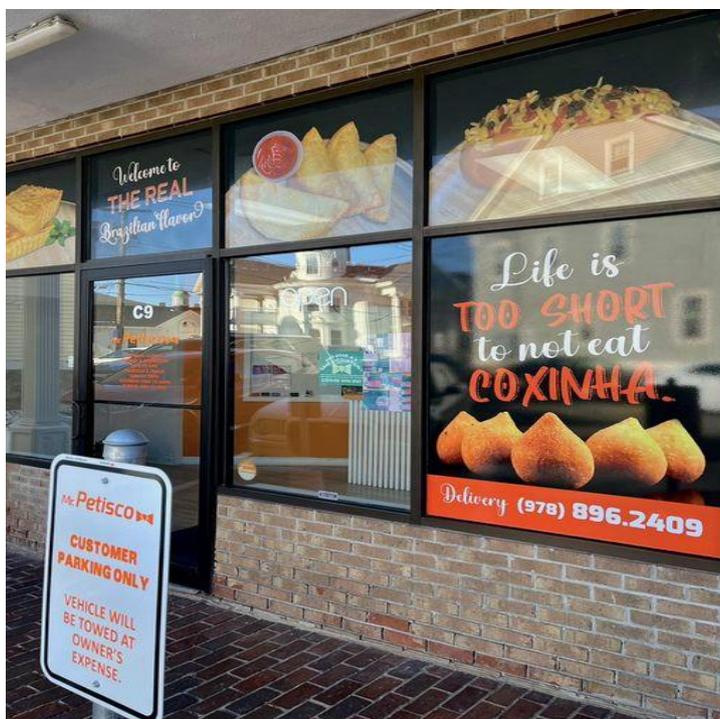
Comunidades virtuais originadas pelo *Facebook* visam reunir compatriotas que compartilham informações, conhecimentos e experiências migratórias, mesmo porque, boa parte dos membros das *comunidades virtuais*, são brasileiros que ainda vivem no Brasil, inclusive, buscam na filiação das comunidades, apoio no cruzamento das fronteiras do Brasil em direção aos Estados Unidos. Abaixo, Gabriel, um dos administradores da comunidade 11 expressa o seu desejo em fazer parte do grupo migratório nos Estados Unidos.

Ao acessar a *Rede Social Facebook* os brasileiros que desejam morar nos Estados Unidos se deparam com uma diversidade de *comunidades virtuais*. Sendo essa diversidade considerada a partir da filiação por migrantes, estudantes, amigos, brasileiros de diversas regiões do país, assim como brasileiros filiados a comunidades que, apesar de referenciar os Estados Unidos como destino, não especifica uma região de interesse.

Sobre a caracterização da *comunidade virtual*, inicialmente, refere-se ao país de origem, visto que o surgimento remete à identidade nacional, (enquanto cultura imigratória), posto que todos os títulos atribuídos às comunidades afirmam e reforçam identificações do tipo (i) “*brasileiros nos Estados Unidos*” e/ou (ii) “*brasileiros...(em região (ões) específica (s) dos Estados Unidos*”. Na sequência, a caracterização das comunidades demarca aspectos simbólicos do país e/ou região de destino, como apresentado no segundo exemplo.

Ainda na base de concepção da *comunidade virtual*, é possível observar o transnacionalismo simbólico, pois a autoidentificação do grupo traz consigo, já em sua concepção, a referência do Brasil, antecedendo ao objetivo migratório. Na sequência, referencia-se o destino, a indicação aos Estados Unidos e/ou alguma (s) de sua (s) região (ões).

De outro modo, a materialização do transnacionalismo pode ser observada nas trocas simbólicas entre a *comunidade imaginada* e a *comunidade virtual*, como aponta o *post* abaixo.



Fonte: Fernanda Paes, 08/05/2024, comunidade 8.

Embora a *comunidade virtual* indique o renascimento de brasileiros no estrangeiro, como demonstra o aspecto da “coxinha” no *post* acima, o caráter internacional na socialização da *comunidade virtual* ainda não adota o uso massificado da língua inglesa, prevalecendo a língua nativa. Mesmo observado o uso de expressões e/ou códigos do “novo país”, ainda assim, predomina na *comunidade virtual* as trocas informacionais na língua portuguesa, como aponta o exemplo a seguir: *Boa noite, estou disponível para fixo, trabalhos em qualquer área. Ajudante em hardwood flor, ajudante na área de tile, ajudante no hang (drywall), ajudante na plasta, ajudante na carpintaria (finish). Minhas experiências são poucas. Tenho carro, sei ler a tapemoro na região de Everett-MA (Lucas Muniz, 05/10/2023, comunidade 8).*

Esses mundos culturais distintos vão construindo uma terceira via cultural, pois ali não se vê apenas as trajetórias e mobilidades em direção ao exterior, também se identificam mobilidades culturais em que a diferença constrói um novo sentido ao ser brasileiro, ao ser migrante brasileiro, que faz parte, simultaneamente, da sua comunidade local, mas também de uma comunidade híbrida: dois modelos de comunidades que se unem para alcançar um projeto individual com alcance coletivo.

Já no caso da *comunidade imaginada*, o tempo de residência nos Estados Unidos contribui significativamente para o processo de incorporação da língua inglesa, ao ponto de se

tornar quase que natural a comunicação da língua inglesa, em contexto adverso, como demonstra o entrevistado Kelmer Neves, de acordo com o relato oral:

As vezes eu confundo a língua, [...] andando na rua, no Brasil, eu esbarro em alguém e falo: sorry, ao invés de desculpa, eu sempre tenho essa confusão de língua, assim, até quando dou uma topada, falando sozinho, eu falo inglês. [...] Eu tenho essa confusão de línguas às vezes. Nos Estados Unidos isso não acontece, no Brasil sim. No caso de falar inglês a influência é maior por causa do meu contexto acadêmico, porque fiz faculdade nos Estados Unidos. Morei metade da minha vida nos Estados Unidos, morei 24 anos só nos Estados Unidos, agora que fico entre os Estados Unidos e o Brasil. Então, o inglês se tornou meio que a primeira língua. (Kelmer Neves, 23/05/2024, relato oral).

A articulação entre “*comunidade virtual*” e *comunidade imaginada* produz um tipo de visual no “espaço” e no “tempo”, já que a comunidade brasileira registra, na *comunidade virtual*, um *mix* de vivências compartilhadas nas páginas pessoais e no campo “discussão” da *comunidade virtual*, assim como fotografias e vídeos que expressam referencial o local de partida e o local de destino. Por meio dessa articulação, os brasileiros vão socializando os registros pessoais, profissionais e institucionais, de modo a criar um imaginário do local de destino, a partir do que se vê na *comunidade virtual*.

Contudo, reitera-se que tais registros revisitam a vida atual e pregressa do imigrante brasileiro (de si e dos outros), e nesse mesmo caminho, os brasileiros que ainda residem no Brasil visitam a concepção de histórias marcadas por sonhos semelhantes, olhares sobre imagens e (re)produção de histórias imaginadas coletivamente do nacional ao internacional e, sendo assim, a lógica do “sonho americano” vai se perpetuando também pelo virtual.

Não obstante, a vida social retratada a partir da perspectiva da *Rede Social Facebook* remete a sociedade em rede, uma *comunidade virtual* semipública⁴¹, com “cidadãos do mundo⁴²”, cuja nacionalidade é global, advento da comunidade-nação-virtualização, com fronteiras fluidas, permitidas através do uso de dispositivos móveis conectados à *internet*.

O “projeto arquitetônico” dessa *comunidade virtual*, então, prioriza o encurtamento da distância, assim como a produção de um fluxo detentor de milhares de brasileiros imigrantes, que explicita a necessidade de adequação, por parte dos seus membros, quanto a “técnica” e a “tecnologia” usual, instaurados na lógica de um projeto de encantamento migratório moderno. Destarte, a possibilidade de projetar, em mais de um lugar, ao mesmo tempo, torna a

⁴¹ O desfrute da vida social na *comunidade virtual* requer o aceite ao “termo de serviço” exigido pela *Rede Social Facebook*, que transfere à esfera privada o controle total dos passos dos membros, monitoramentos vinculados ao consentimento de acesso e aceite ao termo de privacidade.

⁴² Em menção ao imigrante brasileiro residente nos Estados Unidos, no sentido do “somos todos cidadãos do mundo”, conforme olhar do brasileiro entrevistado Kelmer Neves – relato oral, 2024.

comunidade virtual uma comunidade de comunicação ubíqua⁴³. A proliferação de “não-lugares” criados pelo trânsito ininterrupto só é possível através da posse de dispositivos móveis. Sendo assim, cabe identificar o tipo de acesso proveniente da comunidade brasileira residente nos Estados Unidos, quanto a posse da *internet* e dispositivos móveis.

Brasileiros Portadores de Dispositivos Tecnológicos		
Tipo do Dispositivo	Estimativa por “Rótulo”	Total da Estimativa
Desktop ou Laptop	142.870	145.061
Smartphone	140.240	
Tablet e/ou portáteis sem fio	99.511	
Outro tipo de computador	5.180	
Sem computador	2.191	

Tabela 27: Estimativa de brasileiros portadores de dispositivos móveis ou não.

Fonte: *United States Census Bureau*, 2021.

Brasileiros Assinantes de Internet		
Tipo da Assinatura	Estimativa por “Rótulo”	Total da Estimativa
Com uma assinatura	136.873	145.061
Plano de dados no celular	130.058	
Banda larga	120.158	
Serviço de <i>internet</i> via satélite	8.310	
Acessa a <i>internet</i> sem assinatura	2.655	
Sem acesso à <i>internet</i>	5.533	

Tabela 28: Estimativa de brasileiros portadores de dispositivos móveis ou não.

Fonte: *United States Census Bureau*, 2021.

Para Santaella (2013) a comunicação ubíqua, proveniente do *ciberespaço*, traz consigo a dualidade do presente-ausente, observada a presença virtual sem a identificação física dos usuários em relações comunicacionais e pessoais. Porém, a autora reforça que “é preciso viver as tecnologias”, pois sua posse reduz a percepção da interação entre o ser humano e os aparelhos tecnológicos (redução do distanciamento observável), posto que a frequência com que se dá a posse e utilização das tecnologias naturaliza a incorporação pelo ser humano. Nesse sentido, destaca-se a hipermobilidade como característica típica da modernidade, fruto da relação humano-tecnologia, pois cada vez mais as cidades são transformadas em *ciudades-ciborgues*, ou *cibercidades*, isto é, cidades com realidade aumentada a partir da apropriação cada vez maior do desenvolvimento tecnológico (Santaella, 2010; 2013).

Dessa forma, a definição de uma “cultura participativa” ganha destaque na visão de Santaella, com base na conexão entre “realidade física” e “realidade virtualizada”. Esse processo de realidade, então, ganha destaque no cenário imigratório brasileiro, pois possibilita

⁴³ Conceito criado pela autora Lúcia Santaella para designar o deslocamento no espaço físico através da conexão entre humanos e *ciberespaço*. Nesse sentido, destaca-se a posse das tecnologias móveis como instrumentos que transformam os portadores em seres ubíquos, sendo encontrados a qualquer hora, em qualquer lugar.

no presente a obtenção de informações e lugares de estabelecimento nos Estados Unidos durante o uso da *Rede Social Facebook*, para manifestações políticas, sociais, legais e de direitos que interessam a comunidade migratória brasileira.

Por exemplo, do ponto de vista legal, é comum encontrar nas *comunidades virtuais* pesquisadas indicações e orientações sobre o processo imigratório nos Estados Unidos (de todas as suas fases), inclusive, sendo auxiliado por brasileiros que atuam, profissionalmente, na especialidade imigratória, vejamos: *Boa tarde, atuo com notarização, renovação de passaporte, procuração pública, apostilamento de documentos, registro de nascimento e casamento, e autenticação de documentos (Roberto Cunha, 19/10/2024, Comunidade 8).*

A propriedade do “trânsito ininterrupto” pode ser identificada na *Rede Social Facebook*, pois as *comunidades virtuais* nessa rede constituídas são acessadas e acessíveis a qualquer tempo. Ainda que preservado o aspecto da comunicação em tempo real, esse tempo linear pode ser substituído, em algumas situações, pela “ilusão da simultaneidade”, tratada por Santaella (2010) como uma configuração da reprodução de um eterno presente.

Esse contexto pode assim ser visto nas postagens sem resposta, de baixa interação, capaz de representar um inesgotável estímulo entre os interlocutores, principalmente, na comunicação via *chat* privado, em que se pode gerar uma expectativa eterna, já que a ferramenta alerta a visualização da mensagem quando visualizada pelo destinatário.

Pela própria natureza, as *redes virtuais* são sempre móveis (comunicacional, informacional e usual). Assim, os brasileiros estão sempre em movimento, já que o acesso à *comunidade virtual* se dá em qualquer lugar, a qualquer momento. Isto é, acessa-se, transita-se informa-se, conecta-se, coordena-se ações sociais e grupais, por isso, Santaella vê o *ciberespaço* como um ambiente indissolúvel do espaço físico.

Por esse olhar, a mobilidade virtual soma-se à mobilidade física, uma vez que a *comunidade virtual* promove interseções de ações (uma em referência a outra) no *ciberespaço*. Assim, o brasileiro-membro da *comunidade virtual* torna-se ubíquo ao adquirir transitoriedade, sincronizando-a em direção a marcha norte-americana.

Enquanto imigrante ubíquo, o brasileiro está corporalmente presente em ambientes físicos, dada a imersão às circunstâncias de participação do *ciberespaço* (comunicacional e informacional), que articula o *ciberespaço* a ambientes físicos, estratégia que aproxima brasileiros-membros, mesmo separados pelos continentes (Santaella, 2010).

Contudo, as condições propiciadas pela *comunidade virtual* impactam diretamente nos processos de formação da comunidade imaginada. Sendo assim, a pertença de “lugares”, no sentido físico, é articulada com a lógica do virtual, que possibilita a disseminação imigratória

no “físico” e no “virtual”, simultaneamente, no sentido de gerar um fluxo contínuo da experiência imigratória, movido, principalmente, pela troca de informações, de modo colaborativo, a qualquer tempo, em qualquer lugar.

5.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO

Neste capítulo, a princípio, a comunidade brasileira foi retratada como uma *comunidade imaginada*, caracterizada pelo aspecto da (i) “limitação”, tendo em visto que por maior que a comunidade seja, isto é, seu tamanho, ainda assim, permanece fronteiras; a (ii) “soberania”, então, destaca-se como pressuposto do grande pluralismo na comunidade.

Ainda do ponto de vista da comunidade imaginada brasileira, sua designação refere-se também ao compartilhamento de “signos” e “símbolos” em comum, entre os brasileiros, que os fazem reconhecer-se como “pertencentes” a um mesmo espaço imaginário, ainda que uns não saibam da existência dos outros, em decorrência da construção cultural.

Sendo assim, a comunidade imaginada pelos brasileiros não é sinônimo de uma sociedade falsa, mas apropriada de uma “rede” que se prolifera para além das *comunidades virtuais*, em que seus dados demográficos contribuem para a “reformulação” de conceitos e teorias à luz do processo imigratório no mundo contemporâneo.

Destarte, o recorte pesquisado apresenta indicações para novos olhares sobre o “gênero social da imigração”, por exemplo, contrariando as expectativas do modelo clássico, em que se constatava o gênero masculino como “fomentador” do percurso migratório, sendo que, a partir dos dados demográficos encontrados, a comunidade brasileira nos Estados Unidos é composta, em sua maioria, pelo gênero feminino.

Não obstante, aponta-se o aspecto da migração qualificada no deslocamento de pessoas (homens e mulheres) com escolaridade equivalente ao ensino superior e/ou pós-graduação, com alcance, a partir do grau de instrução, nas diversas ocupações no mercado de trabalho norte-americano, inclusive, como proprietários de negócios, demonstrando que, no caso brasileiro, aspectos corroboram em favor da mobilidade social.

Outro aspecto observado, neste capítulo, refere-se à imaginação do “sonho americano” pensada sob o olhar dos brasileiros, uma vez identificadas múltiplas formas de apreensão, com destaque ainda para a emancipação financeira, como fora retratada no arcabouço teórico e, empiricamente, “confrontado” nos relatos orais proferidos pelos entrevistados, nas netnografias e pelo Censo norte-americano.

Diante de uma sociedade onde cada vez mais laços de interrelações virtuais são somados a presença marcante do imaterial humano, a ideia de comunidade reconfigura-se enquanto proposta estratégica, que visa o fortalecimento de relações sociais entre sujeitos virtualizados, reconectando-os e/ou reaproximando-os de novas formas de relacionamentos.

Nessa perspectiva, os deslocamentos indicam uma duplicidade compensatória atribuída a *Rede Social Facebook*: de um lado, apreende-se um convívio social incompatível com a jornada de vida, aquela que deixa de ser puramente baseada na realidade brasileira, dada a incompatibilidade do projeto de vida, almejada a vida social nos Estados Unidos. Entretanto, no ambiente virtual, torna-se possível a retomada do sonho americano, tratando-se de uma porta de entrada à superação da vida oprimida no Brasil, inicialmente, sonhada na imigração.

A disseminação da *Rede Social Facebook* consolida o processo de identificação virtual, publicada e compartilhada em “rede”. Identificação do tipo “membro”, “administrador-membro”, “mediador comunitário”, ambos revestidos de narrativas e trajetórias construídas ao entorno de “avatars imigratórios”.

Destarte, a *comunidade virtual*, permite o surgimento de “redes ubíquas”, uma vez permitido (i) o sentimento de invisibilidade tecnológico, devido à proximidade usual dos brasileiros no uso frequente da tecnologia; (ii) antecipar problema, com respectiva tratativa de um, tem-se uma proatividade alcançada ao entorno das discussões sobre as mesmas questões com outros membros; (iii) naturalizar a comunicação virtual, em virtude das interfaces que permitem os brasileiros dominar a técnica computacional; e; (iv) descentralização do problema, pois as necessidades migratórias são suprimidas através da colaboração mútua dos membros.

Quanto ao desenvolvimento tecnológico, na modernidade, a tecnologia da informação e comunicação permite a criação da hipermobilidade, em que o acesso simultâneo e a proliferação de “não-lugares” projetam, a comunidade imigratória a cenários de novos aprendizados, de dissolução fronteiriça, através de dispositivos instrumentalizados que dão sentido ao surgimento também de *comunidades transnacionais virtuais*.

No contexto da *internet*, surgem agregações significativas como aquelas de teor político, cujo acesso permite recortar temporal formas de interação e comunicação sobre o processo de “teias de relacionamento” típicas do *ciberespaço* que, possibilita o surgimento de *comunidades virtuais* produtoras de novas identidades, inclusive, identidades produzidas em rede migratória, postulado aspectos globalizantes.

6 IMIGRAÇÃO TRANSNACIONAL BRASILEIRA

6.1 NOTA INTRODUTÓRIA SOBRE O CAPÍTULO

Este capítulo propõe uma abordagem teórica e empírica sobre as migrações transnacionais (transmigrações), de modo a contribuir com a elucidação de teorias sociais que abordam a constituição mútua do global, nacional e local. Aqui, para finalizar, retomo à discussão sobre a rede social, em específico, a *Rede Social Facebook*, propondo um diálogo deste tipo de rede com a identificação do transnacionalismo na imigração brasileira.

Além disso, revisito à literatura que versa sobre as categorias analíticas do “transnacionalismo”, da “transmigração”, do “transmigrante” e dos “campos sociais transnacionais”, consagrando a abertura de novas possibilidades de compreensão quanto a produção dos processos transmigratórios, em específico, o caso brasileiro nos Estados Unidos.

Por fim, este capítulo apresenta resultados empíricos da pesquisa netnográfica realizada com 12 *comunidades virtuais*, ambas constituídas por brasileiros na *Rede Social Facebook*. Nesse contexto, a *Rede Social Facebook* foi “apropriada”, enquanto Tecnologia Social”, para produzir um “campo social” típico do transnacionalismo brasileiro.

6.2 TRANSNACIONALISMO NO PROCESSO IMIGRATÓRIO

Nas migrações contemporâneas tem-se observado alterações nos indicadores de “frequência” e “rapidez” com que ocorrem os deslocamentos imigratórios. Fala-se, então, de modificações culturais e sociais entre aqueles que se estabelecem na terra de outrem, bem como seu comportamento étnico, sua influência política e a lógica econômica pensada. A constituição desse “novo modelo” marca a unicidade de “sistemas técnicos”, conjuntamente com a “unificação do tempo”, quando este auxilia no encurtamento de distâncias e contribuiu para o fortalecimento de conexões em redes (entre lugares e países) em contexto global.

Destarte, durante o século XIX e na maior parte do século XX, instituições espelhadas pelo Estado forneceram a infraestrutura que legitimou o próprio Estado-nação enquanto construtor de uma única comunidade nacional normativa. Essa tendência desencadeou um processo de reversão a partir de 1970, quando a agenda neoliberal de privatizações veio à tona. Dali em diante, somaram-se ao processo neoliberal a redução dos serviços públicos, fator impactante na qualidade de vida e na coesão social dos Estados-nação. Ainda sobre os anos 70, iniciam-se mudanças em escala econômica global, com ênfase no deslocamento de capital e de

mão de obra, sob o propósito de geração da falsa sensação de desenraizamento em lugares específicos. Foi a partir de 1990 que, somado ao surgimento da globalização, o transnacionalismo ressurgiu não como um fenômeno novo, mas como um processo de reconfiguração na formação de capital, própria do neoliberalismo. Inclusive, por meio do neoliberalismo foi possível elaborar novos estudos e compreender a formação de novos conceitos sobre a migração transnacional (Glick Schiller, 2008; Resstel, 2015).

Mais adiante, já no início do século XXI, a produção da economia global estava cada vez mais ligada a processos de consumo em outros lugares, os regimes estatais de cidadania revigoravam-se para sublinhar a diferença cultural com base nas identidades nacionais. Assim, os Estados-nação receberam novas identidades para manter e disseminar a imagem de uma nação que se revestiu como sociedade homogênea (Glick Schiller, 2008).

Até recentemente, o paradigma da assimilação⁴⁴ reinava de forma absoluta em face das análises imigratórias, consolidadas pela chamada “segunda leva” de imigrantes, inclusive, no caso dos fluxos imigratórios direcionados aos Estados Unidos, que para seu próprio bem, perderam a “identidade étnica”, ora visualizada como um caminho necessário a integração na sociedade norte-americana. Foram os pressupostos do “politicamente incorreto”, do “aspecto etnocêntrico e do “anglo-conformista” que tornaram irrealista a definição do “convencional norte-americano”, e desde os anos 70 do século passado, cristalizou-se para além do “assimilacionismo” posições “pluralistas” (Truzzi, 2012).

Truzzi (2012) destaca que o Brasil, assim como popularizado academicamente os Estados Unidos a partir da década de 20, aderiu ao termo da “assimilação”, destacando suas três fases de emprego no Brasil, sendo elas: (i) inicialmente, preocupados em discutir, promover e empregar a terminologia, alguns intelectuais brasileiros passaram a fazer uso do termo, de modo a influenciar, durante a Primeira República, os rumos da política migratória, aquela impulsionada pela campanha de nacionalização empreendida durante a empreitada forçada do Estado Novo; (ii) já a partir dos anos 40, observa-se a associação do termo, apropriado e estrito a academia, a interpretação cultural e que se prolongou por mais de 70 anos e, no terceiro emprego; (iii) deu-se o descrédito do termo assimilação no meio acadêmico, a partir da valorização dos estudos sobre as identidades étnicas, dos diferentes grupos de imigrantes, do

⁴⁴ A assimilação refere-se à redução de um corpo humano, mais ou menos numeroso de indivíduos, a outra civilização, quando a primeira abandona seus laços culturais anteriores, substituindo-os por novos, desta vez, adquiridos por um processo de transmissão, por meio do contato do seu grupo de origem com aquele que é posto à nova realidade de convívio. Além disso, soma-se a ele o fenômeno “biológico-racial” (além de cultural) que objetivava compreender a formação de um tipo nacional de influência eugenista, tomada pela teoria das desigualdades entre as raças, sua classificação e hierarquização.

passado e do presente, período esse que fora influenciado pela perspectiva multiculturalista. Na assimilação, as pessoas estão sujeitas a mudanças de ordem psíquica, com antagonismos acompanhados de conflitos mentais, pois esses são transferidas de uma sociedade para outra, onde se encontra uma cultura, provavelmente diversa, porém, oposta à sua, assim, a mudança de sociedade implica também na substituição e modificação de hábitos, sendo esses parcialmente ou totalmente diversos das atitudes e condicionamentos anteriores (Truzzi, 2012).

Dessa forma, destaca-se que a assimilação não compreende a substituição de todos os hábitos adquiridos, pois há de se pensar em necessidades básicas, que são diferentes de pessoa para pessoa. O que importa a assimilação, nesse contexto, seria “traços” adquiridos em interação com seus semelhantes e que enquanto não se faz seu reajustamento, conflitos serão prolongados, ao ponto de conduzir o indivíduo ao processo da marginalização (Truzzi, 2012).

A assimilação e seus termos equivalentes, outrora, corresponderam a um processo inapelável, em que o remanescente dos imigrantes, isto é, seus traços culturais, representavam indícios da incompleta assimilação, comparado ao padrão cultural dominante do país-estabelecimento. Por esse olhar, não haveria espaço para o entendimento de uma cultura étnica que vai sendo interativamente negociada, construída historicamente (Truzzi, 2012).

Segundo o pensamento de Truzzi (2012) o abandono progressivo da assimilação tem lugar, simultaneamente, a adoção e firmamento da “identidade étnica” ou “etnicidade” nos estudos imigratórios. A partir do olhar sobre a “identidade étnica”, é possível separar e contrastar o “eu” do “nós”, uma forma de situar o grupo imigratório dentro de outros grupos já existentes na composição da sociedade.

Já a identificação de um grupo pela perspectiva da etnicidade permite identificar tipos de contatos e suas categorias culturais que fundamentam, na sequência, o tipo de “consciência étnica” prevalecente entre o grupo imigratório. Nesse sentido, o entendimento do grupo étnico imigratório parte das significações que o próprio grupo cria para manipular sua forma de se expressar, isto é, a sua proposta de “ideologia étnica” (Truzzi, 2012).

Apesar das assimilações, a identidade étnica persiste a transformação de determinadas distintividades, valores, ideologias, instituições, inclusive, as de caráter étnico, assim, a história unilateral proposta pela assimilação dificulta a apreensão dos apelos e alternativas diversas trilhadas pelos imigrantes (Truzzi, 2012).

Por isso, não existiria caracteres importados de modo fixo, na nova pátria, devido a combinação de heranças culturais, com as interações de subgrupos étnicos, provenientes da nova sociedade. Imigrantes não necessariamente assimilam, pelo contrário, produzem cada vez

mais relações sociais originárias da sua cultura mãe, de modo a tornar esse processo original de relações sociais uma estratégia de sobrevivência na nova terra (Truzzi, 2012).

Nesse sentido, estruturas institucionais transnacionais contemporâneas apresentam narrativas sociais complexas nas quais se produzem relações de poder na vida social, quando comparadas ao processo de construção do Estado-nação, em que versa o sentimento ante estrangeiro, ritual este renovado entre os cidadãos dos Estados, por sua lealdade ao país, almejada a diferenciação racionalizada perante outros estigmatizados (Glick Schiller, 2008).

O interior de que o contendor de identidade nacional é cada vez mais construído através do enquadramento estrangeiro como causa da perturbação, do declínio dos serviços sociais e a deterioração da comunidade. Quanto maior o número de cidadão em Estados em todo mundo que tem o seu futuro circunscrito pela pobreza ou falta de mobilidade social, mais os líderes políticos lhes dizem que os problemas são causados por pessoas de outros lugares (Glick Schiller, 2008, p. 122).

Assim, surge a proposta do transnacionalismo, que se caracteriza pela construção de campos sociais, uma espécie de elo, cuja finalidade maior é manter ligações do país de origem com o país de destino. Tais personagens promovedores da construção desses campos sociais são intitulados como transmigrantes, pois se tornam agentes produtores de relações múltiplas, tais como os familiares, organizacionais, econômicas, políticas e religiosas, constituídas para além das fronteiras físicas. Dessa forma, no transnacionalismo, os imigrantes agem, decidem, envolvem-se socialmente, por isso, são também desenvolvedores de novas identidades nas redes sociais que ocupam, sendo esta fundamental para novas conexões, novos imigrantes, novas instituições, novas organizações, enfim, novos lugares (Resstel, 2015).

Em Glick Schiller (2008) o processo de compreensão da migração transnacional enquadra-se na estratégia de “proteção das suas apostas”, tendo em vista que o imigrante se sente inseguro sobre o acolhimento recebido a longo prazo pelo país onde irá se estabelecer, ainda que os direitos para o exercício da sua cidadania estejam disponíveis para utilização.

Uma série de papéis diferenciados são desenvolvidos entre imigrantes que vivem em campos transnacionais, cujos esforços auxiliam na implementação de agendas neoliberais, mas não se limitam aos mencionados a seguir: (i) agentes de gentrificação neoliberal dos bairros; (ii) exemplares de valores neoliberais; (iii) atores considerados significativos para a revitalização de centros urbanos e de locais desindustrializados e; (iv) mediadores de transações que envolvem fluxos de capitais (Glick Schiller, 2008).

Para Resstel nem todo imigrante torna-se transnacional. A diferença própria do transnacionalismo, no sentido da “transmigração” comparada ao “imigrante internacional”, o “transfronteiriço” e o “multinacional”, encontra-se no estabelecimento de vínculo de natureza diversa entre o local de origem e o local de estabelecimento, posto que imigrantes e seus

descendentes não rompem, necessariamente, suas relações e vínculos com a sociedade de origem, nem tão pouco “nascem” unicamente para a sociedade de destino.

Nem todos os imigrantes são transnacionais, mas, em decorrência do desenvolvimento de novas tecnologias, que é considerado um grande marco nas ciências contemporâneas, aceleravam-se os meios de comunicação e de transporte, facilitando e interligando a vida de quem mora do outro lado do mundo. Essas interconexões, o acesso fácil à *internet* e a transmissão das imagens em tempo real para qualquer lugar do mundo têm possibilitado a participação do imigrante na vida familiar, social e até nos seus negócios fora do país de destino (Resstel, 2015, p. 54).

Neste ponto, o funcionamento das redes sociais produz uma série de efeitos globais na atualidade, sendo as contribuições das novas tecnologias imbricadas de múltiplas possibilidades no processo de composição do transnacionalismo. Ao articular tempo com a velocidade da comunicação, a distância geográfica é suprimida por essas novas tecnologias, assim, novas formas de espaços sociais ganham contornos na atualidade.

Uma vez estabelecido vínculos entre origem e destino, demarca-se novos processos de distinção entre “velhas” e “novas” migrações, inclusive, novas possibilidade das migrações transnacionais na produção de novas identidades, principalmente, aquelas impactadas pelo capitalismo global e pelas formas de trabalho (Resstel, 2015).

A migração transnacional caracteriza-se pela sua complexa multiplicidade, que por sua vez, envolve as dinâmicas fronteiriças, que são vivas e se manifestam pelas relações sociais, culturais, econômicas, geográficas e políticas. Os contemporâneos fluxos migratórios, por vezes, transcendem a globalização, e impõem desafios múltiplos a serem enfrentados na esfera de processos contínuos de desterritorialização (Schuck; Thornton, 2023, p. 13-14).

Dentre as premissas que conduzem ao melhor entendimento sobre o transnacionalismo no âmbito das migrações, destacam-se (i) a unidade social que adere “uma unidade aberta”, fazendo com que as ações e possíveis fronteiras estejam sujeitas a mudanças constantes; (ii) a experiência do imigrante, na condição de transmigrante, unindo-se a transformação do capital global, para dessa forma, tornar-se necessária a contextualização da migração na classe em transformação; (iii) a vida cotidiana do imigrante é o observatório para o próprio transnacionalismo; (iv) a construção identitária, então, transforma-se em um processo múltiplo, com identidades diferentes sendo construídas entre o mesmo grupo e; (v) com a existência de transmigrantes, surge a necessidade de reformular as categorias analíticas de “nacionalismo”, “raça” e “etnicidade” (Schuck; Thornton, 2023).

Para Portes (2012) o transnacionalismo é visto como uma nova perspectiva e não como um novo fenômeno das migrações, reconhecidos precedentes ao longo da história da migração, dessa forma, a abordagem mais esclarecedora do fator transnacional recai sobre novas perspectivas teóricas, quando essas não se reduzem a identificações do “mesmo”. Nesse

pressuposto, o transnacionalismo não se refere a “incidentes históricos isolados” que o torna diferente das demais abordagens migratórias, na verdade, é o trabalho empírico que analisa o teor transnacional como um olhar sobre o que já existia, sem ser visto pela experiência clássica.

É nesse contexto de análise migratória que o olhar por meio do transnacionalismo amplifica o entendimento para além dos fatores origem e destino, tendo em vista que se insere a experiência da trajetória entre aqueles que se deslocam, ou seja, seu trânsito. As raízes históricas e identitárias não se apagam ou são esquecidas pelos atores da migração. Quando os transmigrantes chegam aos locais de destino e passam a fazer parte daquele local, trazem consigo a língua, a cultura, os valores, os ideais políticos (Schuck; Thornton, 2023, p. 32).

No fortalecimento de laços entre pessoas consideradas comuns, surgiria, de forma ainda mais organizada, associações comunitárias e não-governamentais, organizações das mais diversas possíveis, incluindo-se as de caráter religioso, de atores não governamentais e não empresariais. Aqui, o transnacionalismo imigrante, enquanto tipologia analítica, não é intocável, podendo-se, no decorrer dos novos estudos empíricos, produzir categorias ou subcategorias, complementos, substratos, ou mesmo alternativas para seu entendimento, em detrimento ao recorte social e das circunstâncias em que se apresenta (Portes, 2012).

Independentemente das modificações tipológicas que o transnacionalismo venha a sofrer, dois aspectos são fundamentais quanto aos fins de utilização da tipologia, a saber:

O primeiro é que o conceito de transnacionalismo, tal como é utilizado na literatura atualmente produzida, se refere antes de mais às atividades transfronteiriças de atores de base privados, neles se incluindo os imigrantes. O segundo aspecto é que faz falta uma linguagem que distinga estas atividades das dos grandes aparelhos burocráticos e de outras instituições que há muito fazem parte da nossa paisagem global. Na ausência desta distinção, o conceito de transnacionalismo transforma-se numa mistura confusa dos mais diversos fenômenos, perdendo a sua capacidade heurística de sinalizar um processo social bem delimitado e distinto (Portes, 2012, p. 75).

Outra perspectiva transnacional sobre as migrações teoriza o poder global, no sentido de (i) situar as migrações como um dos numerosos processos desencadeadores da constituição ou, então, de restrições de poderes por parte do Estado; (ii) demonstrar a importância continuada das intervenções do Estado tanto dentro quanto fora de suas fronteiras e; (iii) reconhece-se os Estados nas constituições institucionais de poder que se estende ao transnacionalismo, destacando-se conglomerados, ONGs, organizações religiosas, organizações de cooperação e tratados (Glick Schiller 2008; 2019).

Dada as peculiaridades do transnacionalismo, e com base na visão de Portes, o fenômeno seria comum a todas as comunidades de imigrantes, porém, nem todo imigrante, apesar de compor alguma dessas comunidades, seria batizado como “transmigrante”, conforme já visto, em virtude das atividades fronteiriças que impactam de formas distintas à comunidade,

e dos diferentes tipos de atores, inclusive, ao deixar de lado o modelo tradicional da *assimilação*, conforme explicita o quadro apresentado abaixo.

Atividades Transfronteiriças	Aspecto Político	Aspecto Econômico	Aspecto Sociocultural
Internacionais	Estabelecimento das embaixadas e missões diplomáticas no país receptor, por parte do país de remessa.	Exportações provenientes de setores da economia que são desenvolvidos para o atendimento internacional.	Programas criados para incentivar a mobilidade de pessoas entre países específicos.
Multinacionais	Organizações de pertencimento, entre outras, às Nações Unidas, que atuam na especialização do “viver global.	Produção e comercialização com atividades globais, sendo a lucratividade dependente de mercados nacionais.	Missões e sistemas educacionais com patrocínio de instituições religiosas e educacionais, com implantação global.
Transnacionais	(i) Criação de associações não governamentais, com finalidade de monitorar direitos humanos em escala global. (ii) criação de associações civis por imigrantes na terra de origem, para melhorar a comunidade de origem.	São criadas empresas por imigrantes, com a finalidade de importação/exportação de bens de ou para o país de origem.	Manifestações artísticas e culturais nas comunidades de imigrantes (local e de destino).

Quadro 10: Tipos de atividades transfronteiriças – quadro comparativo.

Fonte: Adaptado de Portes, 2012, p. 76.

Essa perspectiva, então, muitas vezes é negligenciada pelos estudos das migrações, pois perpetua-se a discussão *push-pull* que liga Estados e imigrantes, e não a ótica de um conjunto único de processos globais. Outra suposição recai, a partir do nacionalismo metodológico⁴⁵, a suposição de análise dos processos migratórios nos limites do Estado-nação, sem se referir a instituições de poder globais (Glick Schiller (2008; 2019).

Dessa forma, as comunidades que são altamente concentradas possuem maior aderência ao transnacionalismo, principalmente, aquelas que foram alvos de hostilidade pela sociedade anfitriã, portanto, “as grandes concentrações co-étnicas geram oportunidades múltiplas de empreendimentos transnacionais, ao passo que a discriminação generalizada vinda de fora obriga o grupo a voltar-se para dentro, incentivando ao mesmo tempo os contatos com as comunidades de origem” (Portes, 2012, p. 80). Comunidades altamente concentradas geram oportunidades múltiplas, inclusive, com abordagem nas relações de poder, demonstrando certo

⁴⁵ Segundo o conceito de Glick Schiller (2008; 2019), o “nacionalismo metodológico” refere-se à orientação ideológica que aborda o estudo dos processos sociais e históricos como se estivessem contidos dentro das fronteiras de Estados-nação individuais. Os membros desses Estados, então, assumiriam o compartilhamento de uma história comum e um conjunto de valores, normas, costumes sociais e institucionais.

estranhamento nos quadros teóricos clássicos, porém, com maior dinamicidade na contemporaneidade, pois

é estranho que os estudos sobre migração tenham tido tão pouco a dizer sobre o exercício global do poder, uma vez que a questão do poder estrutura, independentemente de definirmos ou não uma pessoa que se move através de fronteiras do Estado como migrante. Claramente, aqueles que tem direito como cidadãos em Estados ou Confederações de Estados que dominam o mundo militarmente e economicamente – nomeadamente os Estados Unidos e a União Europeia – conseguiram se deslocar para o resto do mundo com poucas barreiras. (Glick Schiller, 2008, p. 113).

Garcia (2007) centraliza a lógica do transnacionalismo na produção de identidades transnacionais, na busca por respostas transculturais, de uma cidadania cultural, flexível, múltipla e de circulação inter identitária. A busca pela desconstrução da identidade original reconstrói uma identidade plural e múltipla, uma reconfiguração identitária mutável sem exigir a rigidez da identidade introjetada na infância. “Estrangeira num mundo hostil ou acolhedor, ajustada ou excluída, nos diferentes degraus da hierarquia social, vivem-se experiências intransferíveis que permitem, nessa dinâmica, a construção da identidade paradoxal e dual” (Garcia, 2007, p. 384). Assim, no transnacionalismo o “aqui” e o “lá” são aptos a negociação múltipla dos mundos pelos quais o migrante circula.

Já para Garcia (2007), na transmigração, a transnacionalidade é transgressora do Estado-nação, posto a fronteira política, cultural e social, que desafia as restrições geográficas impostas a soberania e a cidadania nacional. Quanto ao aspecto globalizante:

A ideia de identidade no mundo globalizado tem um aspecto duplo e singular – talvez, uma característica do que serão as lutas no futuro, a amplitude das suas demandas. As políticas identitárias reivindicam direitos étnicos e raciais, nacionais e religiosos, além de equidade de gênero e sexualidades transversas. A identidade surge politizada em contexto transnacional, transterritorial, na luta pelo direito à identidade cultural, ao mesmo tempo em que, numa aparente contradição, cobra o direito a uma cidadania global. A síntese identitária do futuro seria uma cidadania global com as especificidades culturais resguardadas (Garcia, 2007, p. 394).

Dessa forma, a escolha transmigratória implica trilhar o caminho do desenraizamento, por dramas de vida, pelo crescimento individual sem amarras repressoras, pelas descobertas e pela ressignificação dos próprios conceitos, pois se reconhece a diversidade porque “o novo mundo a ser desbravado é maior que a aldeia” (Garcia, 2007).

A característica da transnacionalidade atribuída às migrações se deve a reflexividade da globalização que “desterritorializa” relacionamentos, a política e o social, assim como sua produção de vínculos perpassa as fronteiras do Estado, onde se cria um espaço “transpassante”. Nesse contexto, a transnacionalidade reveste-se enquanto fenômeno reflexivo da globalização que, a partir do seu gênero econômico, subdivide-se em três dimensões: (i) política; (ii) social e; (ii) cultural. No caso da primeira dimensão, a *política*, verifica-se a

consequência política da globalização econômica, com base no poder de interferência dos Estados Nacionais, em que forças vigentes da globalização atingem a política econômica e enfraquece o poder estatal que, por sua vez, afeta diretamente a soberania dos Estados Nacionais. Já a dimensão *social* não se manifesta tão positiva quanto esperada, pois a acirrada concorrência entre países resulta da característica econômica de competição global, em que prevalece produzir a menor custo, aumentando, assim, consideravelmente, os problemas sociais. Enquanto a dimensão *cultural* é verificada pela interferência direta das mais variadas manifestações culturais, inclusive, no contexto das migrações, da qual se reconhecem variedades culturais através do cenário transnacional (Cruz; Piffer, 2017).

Constata-se que as comunidades transnacionais são um fenômeno global, incrementado pela rapidez na comunicação e pela mobilidade. O aparecimento, e consequente institucionalização, de uma comunidade transnacional, exige a coordenação de atividades baseadas em referências e interesses comuns de ordem variável (culturais, religiosos, econômicos, políticos, sociais), uma coordenação de recursos; informações e locais de força social do outro lado das fronteiras nacionais, tendo como objetivo concretizar fins políticos, culturais, econômicos, tecnológicos e sociais (Cruz; Piffer, 2017, p. 7).

Lussi (2015), por sua vez, destaca categorias analíticas para o trato do “transnacionalismo” e “transculturação”, ainda que já citados por estudos migratórios em 1940, foi a partir de 1990 que tais categorias se difundiram com afinco nos estudos das migrações, intitulado-se transmigração. Para além de um conceito de “mobilidade”, de “desterritorialização” ou mesmo de “translocalismo”, o estudo sobre o transnacionalismo tem sido o mais influente no contexto da mobilidade humana nos últimos 20 anos, já que

o ponto central é que, mais do que pensar em migrantes como pessoas que nasceram em um país e agora se encontram em outro, o transnacionalismo sugere que se fale de transmigrantes; trata-se de uma transformação na perspectiva a partir da qual se olha, se lê e se interpreta a realidade da mobilidade humana, sem desviar o olhar entre seus atores (Lussi, 2015, p. 49).

Com efeito, são os múltiplos fenômenos de interação recíproca, tais como suas trajetórias, histórias, condições estruturais e as ideologias dos lugares visitados e revisitados, que transformam a vida do migrante em contexto transnacional. Por isso, a transformação do migrante em transmigrante implica na revisão de conceitos sobre o Estado-nação, da soberania e temas afins, assim como o projeto político do migrante (Lussi, 2015)

Segundo Lussi, ao atravessar fronteiras, os transmigrantes também atravessam novas concepções identitárias, direitos e legislações discrepantes daquelas vivenciadas no local de partida. É por meio do transnacionalismo que os transmigrantes articulam a circulação de pessoas (novos transmigrantes), ideias, bens sociais e culturais, sem importar com as barreiras do Estado-nação, quando tais barreiras, no fundo, apresentam-se como flexíveis e adaptáveis

as possibilidades de percursos pessoais e coletivos. Se por um lado alguns migrantes mais se identificam com uma sociedade ou outra, a maior parcela migratória preserva uma diversidade identitária pela qual se criam elos simultâneos entre nações distintas. Assim, quanto maior for sua diversidade identitária (de raça, nação, etnia), mais os transmigrantes se tornam resistentes a políticas globais e a políticas econômicas nas quais se inserem (Lussi, 2015).

Percorrer os estudos migratórios pelo caminho do transnacionalismo, segundo Lussi, é estudar a mobilidade humana por processos e progressos da experiência migratória, que possibilita identificar e interpretar circuitos de mobilidades (pessoal, de informação, de bens) não homogêneas. Sobre o transnacionalismo migratório, Lussi acrescenta:

O conceito favorece a consideração das relações de interdependência entre os produtos que os migrantes produzem e fazem circular, seus respectivos significados simbólicos e as utilizações sociais e culturais deles. Estas podem ser atribuídas pelos migrantes mesmos ou são conferidas pelos interlocutores que a transmigração faz encontrar e adotadas pelos sujeitos da mobilidade humana (Lussi, 2015, p 50).

Dessa forma, o transnacionalismo reconfigura-se em forma de estratégia para que migrantes possam transformar suas relações comunitárias, *in loco*, pelos efeitos das mensagens trocadas entre o grupo, e pelo poder que exercem sobre a realidade social do local onde residem atualmente, mas também sobre o local de partida (Lussi, 2015).

Não obstante, as práticas dos próprios transmigrantes possuem contribuições significativas para o fortalecimento e perpetuação no âmbito da globalização, isso porque

os e as transmigrantes podem ampliar, qualificar e diversificar tais processos de transformação de modo determinante e não somente para si mesmos. Nos processos transnacionais como em outros mais internos às comunidades locais, os ganhos que os migrantes forjam, em termos de transformações estruturais, os forjam para todos e todas, pois a mobilidade humana transforma, renovando para melhor, em muitos sentidos, a humanidade toda; e, sobretudo, as comunidades diretamente implicadas (Lussi, 2015, p. 53).

Dessa forma, o processo evolutivo da experiência transnacional implica consequências significativas para os processos identitários, como aqueles de alcance na escolha de valores e prioridades que serão estabelecidos no momento futuro, incluindo-se a possibilidade de transformação em aspectos familiares, de responsabilidades, religiosos, éticos e de cidadania. Superado o modelo tradicional bipolar (origem e destino), enquanto momentos contrapostos, o transnacionalismo se comporta como um modelo multifocal ou circular que adota relações e movimentos oriundos de diversos lugares, tornando o mesmo lugar partida e trânsito, mas também de chegada e de trânsito (Lussi, 2015).

Contudo, “os fluxos migratórios passaram a ser vistos, não mais como fluxos bilaterais e com prevalência unidirecionais, mas como realidades transnacionais, incluindo deslocamentos, atividades e espaços transnacionais” (Lussi, 2015, p. 47). Nesse contexto, os

estudos sobre as migrações internacionais incluem além dos deslocamentos, a perspectiva sobre as múltiplas formas de comunicação, gerenciamento de bens, circulação, serviços e informações, inclusive, de aspectos culturais distintos do país de partida e do de chegada.

6.3 TRANSMIGRAÇÃO BRASILEIRA NO “CAMPO SOCIAL” DA REDE FACEBOOK

O processo de dinamização das mobilidades humanas internacionais, quando alcançado o *status quo* da migração, são configuradas por relações de parentesco, a princípio, sendo estendidas aos laços de amizade, que juntos fortalecem as motivações individuais e impulsionam a decisão de migrar. As migrações internacionais são fenômenos de formação transnacional em sua essência, uma vez que a perspectiva transnacional envolve o conjunto de ações (e negociações) capazes de manter laços conectores entre o país de origem e o país de destino, pondo em jogo o confronto de nacionalidades antagônicas, já que são raros os casos em que migrantes, em totalidade, renunciam suas origens.

Os laços mantidos com o país de origem contribuem com a manutenção dos processos e fluxos migratórios oriundos das regiões do Brasil, já a vinculação entre o local de origem e o local de destino favorece seu aspecto transnacional. Construído largamente pelos processos da migração, fluxos transnacionais reconstróem a lógica de formação nacional brasileira, perpassando pela narrativa de inserção de brasileiros em fluxos contemporâneos, como no caso da dimensão transnacional (Castro; Lima, 2017, Campos, 2016).

Segundo Campos (2016, p. 131), cada vez mais, brasileiros residentes nos Estados Unidos desejam manter vínculos com a sociedade em que nasceram, assim sendo, seus laços imigratórios transnacionais indicam uma “dimensão transnacional construída por um processo no qual os imigrantes brasileiros, por meio de suas atividades diárias e relações sociais, econômicas e políticas, criam campos sociais que atravessam fronteiras físicas”.

Os efeitos dessa espécie de “desterritorialização” são sentidos na criação de novos ideários sobre a nação de origem, na tentativa de “territorializar” a nação de destino, neste caso

é fato que as conexões internacionais que costumam balizar as discussões acerca do fenômeno do transnacionalismo estão - em maior ou menor intensidade - ligadas ao trabalho e à renda, ao capital social, ao tamanho e à densidade da comunidade, ao *status* legal do imigrante, à capacidade de associação a outros grupos de interesse e às políticas do governo do país de origem (Campos, 2016, p. 131).

O caráter transnacional tem sido cada vez mais presente no contexto migratório, uma vez que os migrantes assumem relações econômicas, sociais e políticas cada vez mais

robustas entre os diferentes países (origem e destino). Assim como o “vai e vem” das remessas, ideias, comportamentos e valores assumem um constante desafio as noções fronteiriças e nos aspectos culturais entre os países (origem e destino) (Castro; Lima, 2017).

Enquanto transmigrantes, os brasileiros envolvem-se em atividades para além das fronteiras, constituindo os chamados “campos sociais”, com estabilidade relativa, durável e interligada de forma densa. Essas características auxiliam na conexão dos transmigrantes brasileiros do local de estabelecimento, com o local de origem. Além do caso econômico, também são certificadas as remessas sociais, que geralmente são imbricadas de ideias, comportamentos que, assim como as remessas econômicas de ida e vinda, desafiam as fronteiras e a cultura rígida do país de destino.

Por exemplo, os brasileiros assentados no Texas podem ligar sua vida, ou interligá-la, a pessoas e recursos no Brasil, ou em outro país distinto. A mola propulsora para este feito, refere-se ao desenvolvimento tecnológico da comunicação e informação, como no caso da utilização da *Rede Social Facebook*, que amplia a forma de acesso migratório, uma vez possibilitada a mudança radical na relação entre “tempo” e “espaço”.

Através desta “rede” é possível estar no Texas e ao mesmo tempo no Brasil. É possível estar em qualquer outra parte do mundo, simultaneamente. É possível manter relações sociais virtualmente, sem perder a propriedade material dessas relações. O crescimento dessa tendência desafia, na contemporaneidade, os processos de “assimilação” do imigrante brasileiro, pois a “monocultura” típica do pensamento político restrito ao Estado-nação dá lugar aos múltiplos deslocamentos, o viver “aqui” e “lá”, o “cruzar” constantemente fronteiras políticas, econômicas, sociais e culturais.

No caso das remessas econômicas, do dinheiro enviado ao Brasil, por integrantes das *comunidades virtuais* pesquisadas, a transnacionalidade foi observada no processo do câmbio, a princípio, nas remessas da moeda norte-americana, em que o dólar, ao converter-se na moeda brasileira (o real), adquire a propriedade de pecúnia correspondente ao território brasileiro. Entretanto, a propriedade valorativa do dólar, típica da moeda norte-americana, mesmo após o câmbio, permanece “viva”, observado o montante da pecúnia adquirida após o câmbio – a valorização da moeda estrangeira *versus* a moeda brasileira.

No sentido oposto, também se observa o estigma migratório arraigado na moeda brasileira, típico da clássica migração - a estigmatização, quando do câmbio, na conversão da moeda brasileira para a moeda norte-americana. Diferentemente dos louros colhidos em forma de pecúnia no Brasil, na conversão do dólar, o mesmo não ocorre com a moeda brasileira convertida nos Estados Unidos, por sinal, desvalorizada até cinco vezes mais.

Nesse mesmo vetor, o empreendedor Michael Robert, brasileiro-membro da comunidade 11, em 18/05/2024, destaca um aspecto importante sobre o transnacionalismo, aquele que versa sobre o uso da moeda brasileira como forma de pagamento para brasileiros interessados na oportunidade de trabalho, e que residem nos Estados Unidos, vejamos:

Minha empresa precisa de staff. Aqueles que estão procurando emprego nos Estados Unidos. Preciso de 25 funcionários imediatamente. Trabalho em tempo parcial ou integral. Bom salário. Tempo integral: R\$175/Hora. Meio período: R\$ 95/Hora. Feriados R\$ 210/por dia. Inglês básico, sem necessidade de experiência (será fornecido treinamento, a idade deve ser 21+, homens e mulheres podem se candidatar, se estiver interessado, envie uma mensagem de "SIM" para mim, os detalhes serão enviados no privado (Michael Robert, 18/05/2024, Comunidade 11).

No exemplo acima, chama a atenção a forma de pagamento ofertada pelo empreendedor brasileiro aos conterrâneos, tendo em vista que a proposta sinaliza o ganho em moeda real pela atividade norte-americana. Aqui, observa-se a manutenção da comunicação financeira, em solo norte-americano, a partir da negociação do pagamento com moeda brasileira e não a moeda oficial dos Estados Unidos, o dólar.

Outra sinalização, a partir do mesmo exemplo, refere-se a constituição de negócios, um “campo social” constituído, com foco na contratação dos conterrâneos, inclusive, para a manutenção da língua materna – um campo construído para auxiliar na reprodução cultural da língua materna, já que se oferta trabalho à própria comunidade.

Além disso, o mapeamento das *comunidades virtuais* possibilitou observar outra forma de remessas de dinheiro: a conversão do dólar para o Euro, moeda europeia, sob a proposta de envio de remessas, em Euros, para familiares que residem na União Europeia. Na comunidade 08, por exemplo, em 05/03/2024, Fernanda Silva fez a seguinte postagem: *Boa tarde! alguém para me indicar um banco que facilite transferência para Portugal ou que tenha euro para trocar por dólar? Quem puder me ajudar, estou precisando com urgência.* No caso da membra Fernanda, a remessa do transnacionalismo extrapola a relação do local com o destino. Sendo Fernanda brasileira residente nos Estados Unidos, sua moeda é o dólar, entretanto, deseja realizar a conversão para a moeda de um outro país no qual ela não mora.

Quando realizadas com regularidade, as ações transnacionais têm consequências macrossociais, que impactam economicamente e socialmente as comunidades de imigrantes nos países em que se estabelecem, e que acarretam consequências no país de pertencimento. Para Portes (2012), a moeda estrangeira representa uma fonte apreciável no país da emigração, pois seu câmbio pode representar uma vasta aplicação de investimentos.

Na nova era das migrações internacionais, a sociologia histórica brasileira clama por novas interpretações não só do ponto de vista da experiência receptora, como também de

interpretações quanto a sua emissão (Truzzi, 2012). Nesse sentido, o processo de transnacionalismo apresenta a lógica da mobilidade social do brasileiro no exterior e redução do distanciamento cultural com o exercício profissional no Brasil, comparado a atuação do mesmo campo profissional nos Estados Unidos. Apesar da máxima migratória que tange a aceitação voluntariamente ou não de posições profissionais mais baixas, a mobilidade social pode ser apreendida significativamente, a partir do “transnacionalismo profissional”.

Houve ganhos evidentes nesse novo olhar, pois tal movimento de revalorização étnica, que, diga-se de passagem, coincide com a crescente busca pelo reconhecimento de cidadania estrangeira entre brasileiros descendentes de imigrantes, vem, de fato, ensejando uma série de novos estudos que promovem uma releitura das trajetórias dos grupos imigrantes que chegaram ao país. Traços culturais remanescentes, próprios a cada grupo, que antes eram vistos ora com preocupação, ora como resquícios culturais marginais de uma assimilação inarredável, passaram a ser então interpretados sob uma ótica de resistência cultural ou de afirmação de uma identidade étnica legítima, constitutiva mesmo de uma sociedade que hoje busca eleger a diversidade e a pluralidade étnica (e racial) como valores (Truzzi, 2012, p. 531).

Segundo Truzzi (2012), o transnacionalismo chama a atenção para referências identitárias, mas também culturais, produzidas, simultaneamente, entre o local de partida e o local de destino dos migrantes, e que apesar de se constituir como um fenômeno de extrema importância para alguns grupos de imigrantes dificilmente

o será para a primeira geração nascida nos Estados Unidos, ansiosa por afirmar sua nacionalidade americana e ser aceita como tal. Assim, ainda que significativo para a geração contemporânea de imigrantes, quando observado sob uma perspectiva geracional, a vitalidade do conceito enfraquece (Truzzi, 2012, p. 533-534).

Entretanto, pais da primeira geração de descendentes brasileiros nascidos nos Estados Unidos têm demonstrado preocupação em relação a manutenção da língua portuguesa entre seus descendentes. Na comunidade 9, por exemplo, em 14/01/2024, a membra Roseane Frazano fez a seguinte postagem: *preciso de professor de língua portuguesa para meus dois filhos; tenho uma menina de 9 anos e um menino de 5 anos. Minha única exigência é que seja professor de língua portuguesa.* No exemplo acima, fica evidente a preocupação, por parte da genitora, que seus filhos aprendam a língua portuguesa, isto é, sua língua materna. Inclusive, a busca por um profissional habilitado para ensinar a língua portuguesa indica, além da necessidade de desenvolvimento da habilidade comunicacional, típica de nativos em busca de uma outra língua, a possibilidade de desejo pelo retorno ao Brasil e, sendo dessa forma, a genitora prepara seus filhos para possíveis trajetórias futuras no Brasil.

Um dia após a postagem, Roseane foi respondida por uma professora brasileira que reside no Brasil, e oferta aulas por *videochamada* na *Rede Social Facebook*. Vejamos o que diz a nova postagem: *Um ótimo dia a todos! sou professora e dou aulas de português para alunos de famílias brasileiras que residem fora do Brasil. As aulas são online e focam no processo de*

alfabetização, sendo adaptadas para as necessidades de cada aluno! para mais informações, por favor, me envie uma mensagem via messenger. Agradeço muito se puderem compartilhar em outros grupos de brasileiros! (Vanessa Santos, 15/01/2024, comunidade 9).

Para Castro e Lima (2017), os “campos sociais” construídos por imigrantes brasileiros residentes nos Estados Unidos são “relativamente estáveis, duráveis, e densamente interligados que conectam o seu país de origem àquele onde vivem. Essas conexões são estruturadas por meio da circulação de ideias, informações, produtos e dinheiro, adicionado ao movimento de pessoas” (p. 24).

Enquanto os imigrantes brasileiros estão assentados nos Estados Unidos, suas vidas continuam interligadas e dependentes de pessoas e recursos em outras regiões do Brasil. Por exemplo, no estudo netnográfico realizado nas *comunidades virtuais* foi observado que boa parte dos brasileiros residentes nos Estados Unidos ainda atribuem grau de prioridade em assistir programas, novelas, noticiários e series por canais brasileiros, incluindo, canais transmitidos por *plataformas digitais*. Vejamos o *post* abaixo realizado por um brasileiro.

TV BRASILEIRA NA GRINGA.
PLAY BRAZIL
Club

Todos o Canais da Tv Aberta e Fechada do Brasil.
 Pay-per-view Completo de Todos os Campeonatos.
 Filmes e Séries para todas as idades.

Assine agora →

SUPORTE 24 HORAS.

Fonte: Laércio Xavier, 15/05/2024, Comunidade 11.

O *post* acima também foi publicado nas *comunidades virtuais* 7 e 10. É comum encontrar a oferta de canais com programação brasileira pelas publicações das *comunidades virtuais*. Nesse vetor, a oferta desse tipo programação na *comunidade virtual* é reforçada com base no relato oral de brasileiros residentes nos Estados Unidos.

Nunca tive nenhum canal brasileiro instalado na minha TV, até porque como eu falei sou o único brasileiro aqui em casa, então, se eu fosse assistir alguma coisa em português vai ser só eu assistindo algumas Produção brasileira. Mas, por exemplo, assistir recentemente cidade invisível, mas assisti em inglês. TV aberta brasileira não, as notícias eu acompanho através dos sites e gosto sempre de olhar sites que são opostos ou são oposições, como o UOL que é um site, a meu ver, extremamente esquerdista, e o site R7 que é um site extremamente de direita, então, eu gosto de olhar os dois lados e tirar minhas próprias conclusões, mas todos os dias é de praxe eu entrar no site brasileiro. (Wallace Moura, 22/05/2024, relato oral⁴⁶).

A preferência em acompanhar o noticiário e programação de conteúdo brasileiro também está associada ao acompanhamento fora das *plataformas digitais*. Vejamos um segundo relato: *Eu sempre tive na minha casa TV brasileira, gosto de ver o Fantástico, Jornal Nacional, Globo Repórter, notícia do Brasil, jogos, sou flamenguista muito fanático. [...] Eu gosto da Record TV, do Domingo Espetacular (Kelmer Neves, 23/05/2024, relato oral⁴⁷).*

Quando perguntado sobre a reprodução das práticas “abrasileiradas” nos Estados Unidos, o brasileiro Wallace Moura destaca a impossibilidade de poder comprar um pão fresquinho diariamente, pois nos Estados Unidos, segundo o entrevistado, pão só no supermercado, empacotado, já que não existe padaria na cultura norte-americana, nesse sentido, a cultura seria mais industrializada. Na sequência, o entrevistado destaca um sentimento de incômodo, por sentir falta de uma prática típica da cultura brasileira:

Assim, uma coisa que eu sinto falta e que não mantenho porque não tem como né, já que aqui em casa só eu sou brasileiro, é aquele negócio de você tentar na mesa, no café da manhã, com família, ou almoço. No Brasil tem a pausa de duas horas para o almoço, aqui não existe isso né, nos trabalhos aqui não tem não essa de fechar para almoço, então, aqui tudo é mais corrido (Wallace Moura, 22/05/2024, relato oral).

Retomando a questão alimentar, o Wallace demonstra que esse seria o maior vínculo cultural mantido com o Brasil, inclusive, incorporado por sua esposa norte-americana.

Minha esposa também gosta muito da alimentação brasileira, ela aprendeu algumas receitas, então, de vez em quando, a gente faz alguma coisa brasileira como pastel, coxinha, o próprio arroz e feijão, que não é uma coisa comum aqui, mas, principalmente eu que sou carioca, sempre faço arroz, feijão e bife, que é muito comum no Brasil. [...] O simples cachorro quente que o americano praticamente só coloca salsicha com a mostarda em cima e acabou, e a gente não, a gente enche mais, com mais coisas, coloca milho, ervilha, queijo, coloca carne moída, então, é mais gostosa a comida brasileira, é mais gostosa a nível cultural (Wallace Moura, 22/05/2024, relato oral).

Conforme destacou Wallace Moura, “existem lojas de brasileiros que vendem produtos nacionais nos Estados Unidos, mas como a região onde mora não é uma região com muitos brasileiros, aparentemente, na cidade de estabelecimento não tem nenhuma loja de produtos de origem brasileira, sendo a mais perto a 3h de carro, no Estado da Carolina do Norte.

⁴⁶ Relato oral do brasileiro com *Green Card*, com residência em Tennessee/EUA há 12 anos.

⁴⁷ Relato oral do brasileiro com dupla cidadania, com residência em Massachusetts/EUA há 24 anos.

Esse olhar remete a outra perspectiva global sobre a migração, que aborda os diversos papéis que os transmigrantes poderão desempenhar na relação com a reestruturação do neoliberalismo e ao redimensionamento das localidades. Entre elas Glick Schiller (2008) destaca a possibilidade de migrantes tornarem-se criadores de escolas, comércios, reprodutores religiosos, políticos e organizacionais de uma forma geral, capazes de remodelar os lugares onde se estabelecem, conforme vão sendo integrados no âmbito social transnacional.

No primeiro momento, a *Rede Social Facebook* comportou-se como auxiliadora na comunicação a respeito dos locais para compra de produtos com origem brasileira. É nesse exato momento que a “rede” contribui para o fortalecimento do transnacionalismo perante a comunidade brasileira, de acordo com as especificações das postagens reproduzidas abaixo.



Fonte: Márcia Souza, 08/05/2024, 6)

Quanto a busca mediação Brasil-Estados Unidos, uma brasileira divulga a oferta dos serviços logísticos prestados pela empresa onde trabalha, para que outros brasileiros possam consumir os produtos ou mesmo transportar seus pertences. *Sente falta de algo do Brasil? nós trazemos até você. Envie suas caixas e mercadorias conosco, temos os melhores preços e prazos. Receba sua caixa em 7 dias úteis. Somos agentes autorizados DHL e UPS - as maiores transportadoras do mundo. Rapidez e Segurança em seus envios. Faça sua cotação agora mesmo, nos envie uma mensagem (Silvia Aparecida, 08/05/2024, comunidade 3).*

Nesse olhar importa observar os “campos sociais” criados ao entorno dos negócios constituídos por brasileiros, com o objetivo de alcançar culturalmente a comunidade brasileira e, assim, contribuir com a reprodução da transmigração brasileira. Vejamos abaixo um outro

exemplo explorado. Trata-se de um cardápio com pratos típicos da culinária brasileira, porém, seus valores estão sendo cobrados em moeda oposta.

CARDÁPIO DO DIA QUARTA	
Hoje todos os pratos grandes estão por \$25.	
Tropeiro misto	\$15M/\$20P/\$30G
Bife à milanesa (arroz, feijão e batata frita)	\$15M/\$20P/\$30G
Bife a casa	\$15M/\$20P/\$30G
Strogonoff de frango	\$15M/\$20P/\$30G
Tutu á mineira	\$15M/\$20P/\$30G
Bife á parmegiana (carne ou frango)	\$15M/\$20P/\$30G
Frango assado	\$15M/\$20P/\$30G
Strogonoff de carne	\$15M/\$20P/\$30G
Frango grelhado (arroz, feijão e batata frita)	\$15M/\$20P/\$30G
Tilápia (arroz, feijão e macarrão alho e óleo)	\$15M/\$20P/\$30G
Angú a baiana	\$20P /\$35G
Macarrão na chapa	\$20P/\$35G
Feijoada	\$20
Fígado de boi	\$15M/\$20P/\$30G
Espetinho	\$18
Carne moída com quiabo	\$15M/\$20P/\$30G
Bife de porco	\$15M/\$20P/\$30G

Fonte: Patrícia Ferreira, 15/05/2024, comunidade 8.

Além dos consumos já listados, os entrevistados Kelmer Neves e Wallace Moura reforçam outro tipo de consumo, aquele que nas palavras dos entrevistados o descrevem como uma “identidade de consumo nacional”: o guaraná.

No caso de Kelmer Neves, sempre que pode, consome o produto nos Estados Unidos, mas também no Brasil, já que há 1 ano e meio estabeleceu residência em Cabo Frio/RJ, no Brasil. Já no caso de Wallace Moura, o refrigerante guaraná é tratado como uma relíquia brasileira, de consumo frente e exposto a experimentação aqueles norte-americanos que visitam sua residência. Além do guaraná, Wallace Moura faz questão de mostrar outro aspecto do seu patriotismo: “saio com a camisa do Brasil pelas ruas, gosto que as pessoas saibam que sou

brasileiro, inclusive, tenho a bandeira do Brasil em casa. Nesse contexto, também se observa a difusão desse pertencimento cultural na *comunidade virtual*, mais uma vez, motivada pela partilha empresarial, conforme imagem abaixo.



Fonte: Kátia Masutti, 15/05/2024, comunidade 4)

Nessa perspectiva, o transnacionalismo migratório tem gerado um “local”, com base na circulação corrente de pessoas, suas ideias e produtos que contribuem para a configuração de um “campo social” considerado “transnacional”, no sentido que vivências culturais e processos identitários dos migrantes encontram-se presentes tanto na sociedade de origem, quanto na sociedade de destino (Castles, 2005).

Na atual realidade migratória brasileira, migrantes têm desenvolvido novas respostas estratégicas para lidar com as barreiras impostas pelo sistema, de modo que o acesso a novos recursos tecnológicos torna a perspectiva transnacional latente. Embora o transnacionalismo não seja uma realidade exclusiva do século XXI, provavelmente, as oportunidades de deslocamento humano e comunicação bilateral dos séculos anteriores limitavam as estratégias do “campo social”, quando a manutenção dos laços, cultura, política e a economia e/migratória giravam no entorno da migração pendular.

Nos casos abordados, os pressupostos transnacionalistas da migração desafiam a velha máxima assimilacionista, que fora responsável pela afirmação da extinção dos vínculos migratórios com o país de origem, enquanto, sob o olhar do transnacionalismo, torna-se capaz (o migrante) de produzir “campos sociais” que conectam o local de destino ao local de origem, como ilustra a figura apresentada logo abaixo.

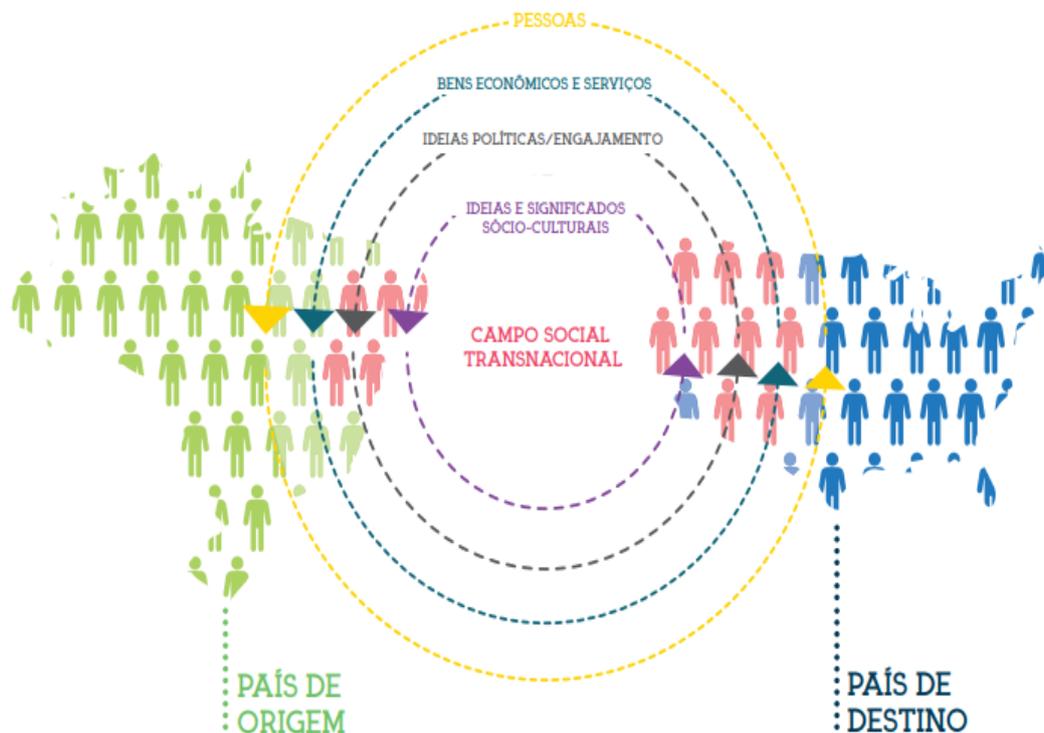


Figura 7: “Campos Sociais” Resultantes do transnacionalismo.
Fonte: Lima, 2010, p. 2.

Segundo Castles (2005), foi a partir do período pós-guerra que os fluxos populacionais tomaram novos rumos, por isso, a inversão de fluxos populacionais pode ser tomada como exemplo, pois “países da emigração” foram transformados em “países da imigração”, em virtude do desenvolvimento desigual entre países no pós-guerra, a nova ordem mundial atraiu habitantes dos países pobres em direção aos países considerados ricos.

Nessa busca, encontramos aqueles migrantes que, em primeira ordem, fugiam da pobreza e da violência instaladas em seu país de origem, seguidos daqueles que sofreram violação dos direitos humanos, perseguições étnicas e religiosas. Assim, o efeito globalizante da nova ordem mundial alimentou a crença glorificante de novos estilos de vida, como no caso do estilo de vida americana, em que a comunicação social global foi facilitadora, por meios tecnológicos, entre aqueles que imigram e aqueles que ficam.

Destarte, o transnacionalismo refere-se a crescente tendência na vida global do migrante, pois na medida em que o transnacionalismo se espalha, novas dinâmicas surgem a ponto de anularem o pensamento político restrito, homogêneo e monocultural de um Estado nacional, além de reforçar a horizontalidade da economia mundial (Lima, 2010). Vejamos abaixo (quadro comparativo) as principais características que auxiliam na compreensão da “estrutura imigratória tradicional” *versus* a “estrutura imigratória transnacional”.

Estrutura Imigratória Tradicional	Estrutura Imigratória Transnacional
A imigração é concebida como um deslocamento único (de lá para cá)	A imigração é concebida como fluxos que cruzam fronteiras econômicas, políticas e socioculturais (vivendo aqui e lá).
O processo migratório internacional é resultado de decisões individuais baseada em cálculos econômicos.	O processo migratório internacional é, também, resultado de interesses geopolíticos, <i>links</i> internacionais e globalização da economia.
Os migrantes internacionais são oriundos dos setores mais pobres da população.	Os migrantes não são oriundos dos setores mais pobres da população nem dos países mais pobres.
Os imigrantes ocupam os empregos de menor qualificação nos países receptores.	Os imigrantes ocupam tanto os empregos de menor, quanto de maior qualificação nos países receptores.
Com o passar do tempo, os imigrantes mudam seus focos dos países de origem para os de destino.	Após o movimento inicial, os imigrantes mantêm seus laços com os países de origem.
A imigração não traz mudanças significantes para os países de destino (assimilação unilateral).	A imigração cria sociedades híbridas.

Quadro 11: Estrutura Imigratória Tradicional *Versus* Estrutura Imigratória Transnacional.

Fonte: Lima, 2010, p. 25.

No cenário da globalização, ações transfronteiriças, como aquelas que unem migrantes e suas famílias a grupos locais e a redes sociais construídas, são reconfiguradas em *comunidades virtuais* que alcançam o modelo comunicacional a distância. As comunidades migratórias consideradas transnacionais contemplam pelo menos dois países (o de origem e o de estabelecimento), envoltas de atividades rotineiras, duráveis e que prezam pela validação dos aspectos culturais, sociais e econômicos (Castles, 2005).

Os migrantes diretamente envolvidos assumem o caráter de transmigrantes, desde que atuem de forma efetiva sobre as atividades do grupo, diferenciando-se por sua ativa participação, dos demais membros migrantes. Não obstante, a atividade com finalidade transnacional simboliza centralidade na vida de cada transmigrante, sob a lógica de coesão étnica, cujo pertencimento grupal substitui a lógica de lealdade e solidariedade de um Estado-nação, pela identidade étnica da origem e destino (Castles, 2005).

Por outro lado, essa nova “identidade étnica” atribuída ao transmigrante, pode desencadear *déficits* interpretativos de coesão grupal no país de acolhida. Isso porque, ela altera o processo de integração desde a primeira geração imigratória, por meio da etnicidade reativa, que é reflexo do apoio recursal, solidário e simbólico independentemente do local de origem e do local de destino, que visa superar os constrangimentos do mercado de trabalho e os preconceitos proferidos pelos nativos (Castles, 2005).

Já no campo social transnacional, constituída a culta migratória, reúne-se a dinâmica da rede de migração, mas também a tudo aquilo que emerge da realidade migratória, sendo acrescentado ao campo constituído os imaginários sociais do país de destino, as representações que a comunidade migratória formula sobre outros imigrantes e sobre se

próprios. Desse modo, “a cultura migratória inscreve-se no cotidiano, na trajetória de vida e na subjetividade dos indivíduos que dela partilham, tanto daqueles que imigram quanto daqueles que permanecem na cidade de origem, contribuindo para explicar como o fluxo migratório se mantém e se reproduz ao longo do tempo” (Francisco, 2016, p. 142).

Fluxos migratórios causam inquietações econômicas, políticas e sociais em países envoltos de redes de longa distância, pois cruzar fronteiras e manter laços com o país de origem gera ansiedades relacionadas a coesão nacional, políticas imigratórias ou mesmo questões étnicas. A rede intensifica a configuração dos laços entre comunidades geograficamente distantes, economicamente e culturalmente diferentes, “permitindo que haja um número significativo de migrantes transitando e exercendo intercâmbios econômicos, culturais e políticos entre suas sociedades de origem” (Francisco, 2016, p.51).

Nesse contexto, o desenvolvimento de tecnologias tem potencializado o transnacionalismo, tornando-o “transporte” e “comunicação” mais acessível, ao radicalizar a relação migratória entre o “tempo” e o “espaço”. O desenvolvimento de novas tecnologias vem contribuindo para a ampliação das relações sociais e o contato cada vez mais frequentes entre migrantes e a sociedade de origem. A gênese desse novo modelo de estreitamento nos laços deu-se com a utilização de ferramentas e aplicativos, tais como o *Facebook*, ao possibilitar a criação de “redes sociais sob a perspectiva híbrida” (Castro; Lima, 2017; Lima, 2010).

Quando constituído esse modelo de rede, por exemplo, seus efeitos passam a reorganizar o cotidiano das e/imigrações, agora multi-situadas entre o Brasil e os Estados Unidos, resultante da comunicação via *internet*, pois as redes constituídas nesse “espaço

permitem que a conexão entre a sociedade de origem e destino se mantenha constante na medida em que os sistemas de telecomunicações têm o potencial de permitir a elas transcenderem fronteiras nacionais e ligar redes domésticas através de grandes distâncias, o que permite manter viva e atualizada a realidade e a cultura da emigração na cidade, e constituir o que na literatura das migrações transnacionais tem chamado de um “campo social transnacional” (Francisco, 201, p. 133).

Graças a mídia digital, que conecta o local de partida ao local de destino, os brasileiros que residem nos Estado Unidos podem acompanhar em tempo real o que acontece em seu local de origem. Nesse sentido, identificamos uma característica da “nova cultura migratória”, com base na reconfiguração de laços e de relações pessoais no contexto da experiência migratória no digital (Francisco, 2016).

Desse modo, a *Rede Social Facebook* formata a circulação da comunicação em conjunto com os migrantes, comportando-se como estratégia que desloca virtualmente lugares, mas que também desloca os sujeitos territorialmente, contribuindo, assim, para que o projeto migratório seja individual, coletivo e obtenha êxito. Além disso, as identidades pessoais

adentram ao rol das práticas e estratégias de negociações culturais entre gerações atuais e passadas, como no caso das representações coletivas entre brasileiros que vivenciam a cultura norte-americana, mas que não eliminam a intenção de continuar brasileiros, resultante dos esforços emanados pela *Rede Social Facebook*, uma vez superadas as distâncias geográficas, políticas, administrativas e jurídicas que envolvem o projeto migratório (Francisco, 2016).

Nota-se que ao fazer parte da *Rede Social Facebook*, as trajetórias digitais dos seus usuários vêm apontar a substituição do “adeus” pela “conexão” intensa de experiência no ambiente digital. Ao constituir grupos de migrantes, a rede configura experiências também com pessoas desconhecidas, viabilizando cada vez mais brasileiros (as) de cidades e regiões distintas a vivenciarem relações sociais “transnacionalizadas” (Francisco, 2016).

Esse tipo de rede social (a virtual), no contexto das migrações globais, filia sujeitos não inseridos no rol clássico de uma rede migratória internacional, membros até então desconhecidos uns dos outros, que se unem rumo ao alcance de um importante capital simbólico e social. Nesse formato de rede, a distância física ajuda a “relativizar” a importância das posições dos sujeitos sobre a rede e graus de parentescos (Francisco, 2016).

O “escopo” da *Rede Social Facebook* nos alerta para a importância da construção de “espaços”, “laços” e “experiências” no contexto dos “campos sociais transnacionais”, enquanto transmissora de remessas migratórias, posto que trajetórias são reconstruídas numa “nova rota” que une o Brasil aos Estados Unidos (Francisco, 2016).

Em certa medida, a perspectiva transnacional, no contexto migratório, é tecida por sentimentos de pertencimento e proximidade, mantidos por vínculos de práticas culturais, mas também por comunicação visual, oral e documental registradas com o auxílio da *internet*, aplicativos e diversos programas computacionais. Os vínculos mantidos por meio de um ou mais dos processos comunicacionais citados contribuem para a transmissão de mensagens capazes de dar nova forma ao modo de vida (local e destino), contribuindo para a produção de novos estilos de vida na linha fronteira (virtual) e geográfica (Francisco, 2016). Portanto,

em um contexto histórico e social no qual as relações sociais são mediadas também por novas tecnologias, as remessas sociais exercem um papel fundamental na manutenção dos laços transnacionais [...] e nos modos de vida dos membros [...] transnacionais. Por meio deles o processo de reconfiguração dos laços econômicos, afetivos e de cuidados [...] a longas distâncias é acompanhado de uma percepção da diminuição das distâncias sociais que contribui para que seus membros reconfigurem também seus próprios sentidos de lugar e de pertencimento, imaginando a família dispersa como uma unidade capaz de fornecer auxílio econômico, emocional e identitário (Francisco, 2016, p. 168).

Oreiro (2020) destaca que o caráter transnacional e do transmigrante alcança a concepção de “tempo suspenso” entre as duas realidades (país de origem e país de destino),

pois a condição de transmigrante indica a não identificação completa por nenhuma dessas duas realidades. Tão logo, o vínculo social permite ao imigrante a manutenção das duas realidades, estando ele na realidade de um local, na sequência, na realidade de outro local.

Seria, então, esse vínculo um conectivo à característica principal do transnacionalismo e que torna o imigrante um transmigrante, pois essa característica poderá determinar transformações e novos impactos no fluxo migratório. Para Oreiro (2020), a *internet* é fundamental para proporcionar a manutenção desse vínculo, pois pelo meio digital se alcançam novas trocas e interações sociais, assim como o fortalecimento daquelas já existentes.

As *redes sociais virtuais*, então, vão dinamizando a migração internacional, de modo a fornecer o capital social necessário ao projeto migratório daqueles brasileiros que almejam adentrar em solo norte-americano, principalmente, dentre aqueles em posse de poucos recursos financeiros. Dessa forma, a *rede social virtual*, ao ser associada a rede migratória, plastifica-se ao ponto de envolver e incluir mais grupos de brasileiros nos liames do mesmo projeto migratório. Tão logo, as redes e os fluxos globais são responsáveis por conectarem sociedades distintas, sendo o desenvolvimento tecnológico nas áreas de comunicação revelador de um contexto social que facilita o atravessamento de remessas culturais entre fronteiras, assim como de capital, informações e pessoas.

6.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO

Quando centramos os estudos migratórios puramente à luz das comunidades étnicas, seus lugares de concentração e na sua forma de organização, conduzimos para as sombras outras questões necessárias como o processo de transnacionalismo do grupo étnico em referência ao tecido social pertencente, seja pelo desprendimento de alguns marcadores étnicos, pelo estabelecimento em locais habitáveis sem traços étnicos, ou mesmo pela formação de comunidades, renegociadas e redefinidas pelas sociabilidades.

Com base no papel assumido pelo transnacionalismo, aquele para além dos deslocamentos entre um país de origem e outro de destino, nota-se a necessidade de revisão de conceitos em torno do “Estado-nação”, “soberania” e “governança migratória”, devido ao surgimento dos transmigrantes, que são capazes de ultrapassar as fronteiras nacionais ligadas a concepção de sua identidade, seus direitos e a legislação regulamentadora.

Nesse sentido, a dimensão espacial ainda é vista pelos olhos de imigrantes como um recurso de compreensão e conexão na escalada social. Porém, o caráter transnacional tem

auxiliado no encurtamento entre o material e o subjetivo, inclusive, entre lugares; entre o micro e o macrossocial; no processo da não integração ou mesmo da incorporação parcial de elementos simbólicos ao longo do processo de fixação; e dos processos de identificação cultural entre os países (origem e destino).

Já no caso dos Estados Unidos como país receptor da imigração brasileira, aquele tem contribuído para o surgimento das múltiplas modalidades imigratórias, quer seja pelo seu fator temporário, ou mesmo seletivo (aquele que determina quem pode nele adentrar e acessar sua cidadania no sentido mais abrangente possível), reiterando, dessa forma, sua contribuição para a dimensão da sua diversidade imigratória.

Além disso, as iniciativas transnacionais nos Estados Unidos são identificadas de acordo com as formas que brasileiros vão sendo incorporados pela sociedade anfitriã. Isso porque, imigrantes que se dispersam, que preferem presença discreta para se proteger de possíveis discriminações, estão menos propensos a se dedicarem a iniciativas transnacionais. É nesse vetor que a *Rede Social Facebook*, apresenta condições sob as quais os imigrantes brasileiros estabelecem e desenvolvem “campos sociais transnacionais”. Além disso, possibilita o acompanhamento da vida diária global dos imigrantes partícipes, moldando os campos sociais transnacionais dentro e fora de cada país, dentro e fora da *Rede Social Facebook*.

Sobre o desenvolvimento tecnológico, sua produção implica em decisivas mudanças na dinâmica dos movimentos populacionais, visto que o processo de implementação da base tecnológica incide na nova caracterização do imigrante como sujeito histórico, ao ponto de não parecer definitivamente deslocado (fisicamente e culturalmente), portanto, não assimilado completamente a cultura do país de estabelecimento e, portanto, conexo aos laços sociais e culturais do seu país de origem.

Contudo, quando observamos as relações específicas que são criadas por imigrantes com o país de origem, conseguimos identificar agendas nas quais a imigração está vinculada, reconhecendo-se, então, os chamados transmigrantes nas “conexões” geradas com a sociedade onde se destinaram, pois, se no estabelecimento o transmigrante incorpora elementos do país de destino, ainda assim, continua comprometido com a cultural do país de origem.

Assim, o “campo social” constituído pelos imigrantes brasileiros na *Rede Social Facebook*, isto é, sua Tecnologia Social, trouxe uma solução efetiva para a manutenção dos laços, hábitos e vivência diária dos aspectos culturais do Brasil para o recorte social dos Estados Unidos, sobretudo, pelo caminho da transnacionalidade em forma de consumo e serviço.

7 CONCLUSÕES DA TESE

O estudo desta Tese apresenta múltiplas facetas da *Rede Social Facebook* em prol da comunidade brasileira e seu processo de “articulação” - entre o “sonho americano” e a *comunidade virtual* -, elencando-se a (i) apropriação da “rede social” como Tecnologia Social Imigratória, no que diz respeito ao atendimento migratório em forma de *crossover*, cruzando e colhendo potencialidades provenientes do capital social empregado; na sequência, tem-se (ii) a Tecnologia Social Imigratória contribuindo para a produção da transmigração, neste ponto, sua apropriação condiz a ação de passagem de um “corpo social” para outro, em que a comunidade preserva, por meio da produção e reprodução cultural e; (iii) a Tecnologia Social Imigratória sendo construtora de uma comunidade virtual complexa, um tipo de *ciberespaço*, onde “espaço” e “tempo”, simultaneamente, conectam “rede” e transmigração como “elementos” dessa comunidade.

Esta Tese também priorizou a apresentação, discussão, reflexão e análise das correntes teóricas sociológicas que coadunam com a construção da Tecnologia Social Imigratória. De modo teórico, abriu-se um diálogo na pesquisa com (i) a *Sociologia Digital*, no sentido de apreender e identificar metodologicamente a pesquisa social no mundo digital; (ii) a *Construção Social de Tecnologia*, visando compreender e aplicar, pelo viés sociológico, de como a tecnologia pode ser construída e/ou apropriada, socialmente, no contexto imigratório e; as (iii) *Teorias da Mobilidade Humana*, visando constatar o movimento migratório brasileiro, sugerindo o preenchimento das “lacunas” sociodemográficas nos Estados Unidos, até então aborda sem a indicação de dados consistentes, como aqueles fruto do Censo.

O arcabouço da “Teoria Neoclássica” e da “Teoria Transnacional”, foram testados na tentativa de comprovar e/ou reformular o sentido de imaginação da comunidade brasileira, a partir da imersão sobre as comunidades virtuais vinculadas a *Rede Social Facebook*. Nesse sentido, a centralidade sobre as categorias “imigração”, “transnacionalismo”, “comunidade” e “perfil identitário” retomam a lógica do sonho americano, com suas devidas atualizações.

Quanto ao *crossover* entre redes, a pesquisa empírica no âmbito da “rede social virtual” (*Rede Social Facebook*) comprova a lógica de produção do *crossover* vinculada a outras redes, tendo em vista que “pontos” provenientes dos cruzamentos conectam brasileiros a processos, simultaneamente, ao aspecto imigratório (local de origem *versus* local de destino). Nesse sentido, o arcabouço teórico empregado de forma sistemática sobre os exemplos de rede social, empiricamente, revela, inclusive, novas estratégias entre a comunidade brasileira, no sentido de potencializar a racionalidade e assertividade no projeto imigratório.

Através do conceito “redes sociais” foi possível compreender o processo de deslocamento de imigrantes brasileiros em direção aos Estados Unidos, a partir da observação do acesso dos imigrantes através de uma rede ampla de relacionamentos, alagando-se, assim, o processo comunicacional, as experiências, aspectos culturais, simbólicos e econômicos.

A partir do enfoque neoclássico, foi possível testar até que ponto o processo de construção de uma tecnologia social, por imigrantes brasileiros, altera a “decisão de imigrar”, o “sentido da imigração rumo aos Estados Unidos” e “a metodologia de funcionamento do fenômeno”, isto é, se o indivíduo ainda é a “categoria de análise” e como esse se comporta à dimensão “espaço-temporal”, ao contemplar processos da virtualização, típicos da *Rede Social Facebook*. Somado a esses, a perspectiva neoclássica também foi testada quanto a prevalência do perfil identitário que remete aos fluxos migratórios de longa distância. Discordando dessa perspectiva, as mulheres, segundo o Censo Demográfico norte-americano, representam maioria no fluxo imigratório, quando comparado os gêneros (feminino *versus* masculino).

Já no caso do transnacionalismo, seu aspecto processual desafia a configuração de novos valores, na formação familiar ou estabelecimento familiar no local de estabelecimento. Origem e destino provocam reflexões ou mesmo transformações nos fluxos migratórios, como também refletem nas transformações das leis no país de acolhida, quer sejam questões relacionadas ao visto de residência ou a obtenção da dupla cidadania, como no exemplo do brasileiro entrevistado, Kelmer Neves, cujo caso de luta pela cidadania norte-americana estabeleceu um precedente legal conhecido como *Neves V. Holder*, em 2010.

Além da circulação de recursos econômicos, observou-se, neste estudo, que a imigração brasileira em direção aos Estados Unidos contempla, em maior abrangência, a movimentação de recursos não-econômicos tais como capital social e integração com outros grupos de brasileiros (indocumentados e documentados), que permitem o redescobrimto do fluxo migratório na modernidade, ampliando-se as possibilidades de busca e adaptação no local de destino, assim como na compreensão dos processos imbricados na partida-destino.

Quanto aos relatos observados e colhidos ao longo das pesquisas, esses são esclarecedores dos aspectos mais subjetivos existentes no fluxo, que respondem para além das motivações econômicas, pois evocam imaginários coletivos sobre o local de destino, de modo a materializar como esses imaginários são criados, circulados, apropriados e reproduzidos. Através das trajetórias individuais e coletivas denota-se a existência de novas significações elucidadoras de um sistema simbólico produzido pela comunidade: o “sonho americano”.

Conforme apresentou o Censo norte-americano, os anos de estudos dos brasileiros correspondem a imersão contínua e aprofundada da comunidade à realidade educacional

estadunidense, conforme os registros oficiais do Censo demográfico que inferem o número de matrículas ativas. Iniciada com o aprimoramento da língua inglesa, os brasileiros adquirem autopercepção sobre as possibilidades do seu projeto de vida na sociedade norte-americana, percepção do seu lugar como imigrante, até a ocupação de espaços sociais nos Estados Unidos.

Sobre as barreiras enfrentadas pela comunidade pesquisada, a falta de domínio sobre a língua inglesa representa a principal barreira, pois interfere diretamente no processo comunicacional nos Estados Unidos, assim como impacta negativamente na conquista de trabalho, isto é, o campo de atuação profissional, inclusive, sob a perspectiva do não aproveitamento dos anos de estudos no Brasil, no que diz respeito a qualificação profissional, angariada sem diálogo com o domínio da língua estrangeira, por sua vez, implicando na aceitação de trabalhos que requerem baixa qualificação profissional e, portanto, representam menos ganhos salariais, pelo menos no início do estabelecimento.

Cabe destacar ainda que a imigração indocumentada representa um ponto forte de seletividade destes no alcance de oportunidades de trabalho, com atuação em setores específicos, posto que tais setores estão disponíveis a também absorvê-los em meio a informalidade. E, neste aspecto, pode correr um desequilíbrio na absorção do imigrante pela economia norte-americana, quando as razões da existência indocumentada reforçam o controle da força de trabalho pela (o) contratante, sujeitando-os as limitações, inclusive, a desvantagens salariais, ainda que qualificado-especializado.

Neste ponto, a qualificação-especialização migratória requer novos olhares sobre a lógica da remessa brasileira nos Estados Unidos, destacada a necessidade de ampliação dos poucos estudos nessa área, um vazio encontrado ao longo da imersão bibliográfica desta tese, tendo em vista a expressiva produção sociológica com ênfase no trabalho, cujo maior propósito das produções é discutir a necessidade de políticas públicas para atrair profissionais.

Outro mecanismo de importante destaque na pesquisa com a comunidade brasileira repousa na “reciprocidade”, pois está é responsável pela circulação do capital social, fortemente massificada em todas as comunidades virtuais pesquisadas. Sua importância está no fornecimento de laços sociais, que fortalecem a troca de informações valiosas, troca de favores e grau de parcerias estabelecidas entre os brasileiros.

O conceito de capital social é nitidamente possível, logo, apreendido pelas *comunidades virtuais*, assim como descrito nos relatos dos entrevistados, principalmente, quando sua utilização é associada ao “mercado de trabalho nos Estados Unidos” e a “decisão de imigrar para lá”, um olhar que repousa nos níveis “micro” e “macro”, respaldando na decisão

conjuntural neoclássica que resulta do ato individual dos brasileiros, racionalizado de acordo com vantagens, no caso, aquelas que justifiquem o ato migratório.

Contudo, sobre o olhar da *Rede Social Facebook*, como uma Tecnologia Social Migratória, esta tem ajudado a esclarecer a presença de brasileiros nos Estados Unidos ao possibilitar a identificação e posterior análise de dados sobre o processo migratório/projeto migratório, a partir da perspectiva expositiva, que com frequência, os brasileiros registram a realidade local, por meio de relatos, nas *comunidades virtuais*, sendo tais relatos imprescindíveis para a decisão de migrar entre os brasileiros que ainda residem no Brasil.

Apesar das dificuldades muitas vezes enfrentadas pelos brasileiros nos Estados Unidos, como o caso do desemprego, a *Rede Social Facebook* documenta forte incentivo à imigração, já que nas *comunidades virtuais*, quase que diariamente, são postadas mensagens que demonstram uma condição de vida favorável a maioria dos brasileiros (bons empregos, o poder de compra, a construção de um patrimônio visto como impossível de se conquistar no Brasil, em fim, a tão sonhada qualidade de vida e segurança com baixos índices de violência).

REFERÊNCIAS

ABBOTT, A. Reflections on the Future of Sociology. **Contemporary Sociology**, v. 29, n. 2, mar. 2000. pp. 296-300.

ALBERTI, Taís Fim; BARATTO, Mariângela Barichello. A Rede Social *Facebook* como Tecnologia Social na Educação: de que forma a colaboração em um ambiente WEB pode mudar a relação professor-aluno e potencializar o aprendizado? **Revista Brasileira de Tecnologia Social**, v. 4, n. 1, 2017, pp. 10-21.

ALBUQUERQUE, L. C. (2009). Tecnologias sociais ou tecnologias apropriadas? O resgate de um termo. **In:** A. OTTERLOO (Ed.), **Tecnologias sociais: Caminhos para a sustentabilidade** (pp. 15-24). Brasília, DF: Rede de Tecnologia Social.

ANDRADE, J. A., CORDEIRO NETO, J. R.; VALADÃO, J. A. D. Abordagens sociotécnicas e os estudos em tecnologia social. **Pretexto**, 15(1), 2014, pp. 44-61.

ALMEIDA, Adriano Carlos de Almeida; DOULA, Sheila Maria; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; PINTO, Neide Maria de Almeida. Comunidades Globais: A construção de comunidades imaginadas na Era da Informação. **Revista de Artes e Humanidades**. n. 7, nov-abr. de 2011, pp. 01-15.

ALMEIDA, Jorge. **O Essencial Sobre O Capital Social**. Leya, 2012.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo**. Lisboa: Edições 70, 2005.

ARRIAGADA, I.; TODARO, R. **Cadenas globales de cuidados: el papel de las migrantes peruanas en la provisión de cuidados en Chile**. Santiago de Chile, Chile: ONU Mujeres, 2012.

BAENINGER, Rosana; DOMENICONI, Joice de Oliveira Santos; DEMÉTRIO, Natália Belmonte. Espaços das Migrações Transnacionais: perfil sociodemográfico de imigrantes da África para o Brasil no Século XXI. **REMHU**, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, v. 27, n. 56, ago. 2019, pp. 35-60.

BARBIERI, José Carlos; RODRIGUES, Ivete. A Emergência da Tecnologia Social: revisitando a movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. **RAP** - Rio de Janeiro, 42(6), pp.1069-1094, 2008, nov./dez.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: A busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. São Paulo: Zahar, 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade Espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: **Explorações Geográficas percursos no fim do século**. Rio de Janeiro. Bertrand. 1997.

BECKER, Olga Maria Schild. Deslocamentos Populacionais Pendulares em Áreas Ligadas à Indústria Petrolífera no Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, vol. 2, Júlio-dezembro, 2011, pp. 1-15.

BETTS, Alexander. **Survival Migration**. Failed Governance and the crises of Displacement. Cornell University Press. 2013.

BIGNETTI, L. P. As inovações sociais: Uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos**, 47(1), 2011, pp. 3-14.

BIJKER, W. E. How is technology made? that is the question! **Cambridge Journal os Economics**, v. 34, 2010. pp. 63-76.

BRANDÃO, Wilton Neves. O Programa de Apoio às Tecnologias Sociais e Ambientais em uma instituição pública de fomento à ciência e tecnologia: um estudo de caso. (**Dissertação de Mestrado**) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2014. 133 f.

BRANDÃO, F. C.; DAGNINO, R.; NOVAES, H. T. **Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social**. Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004, pp. 15-64.

BRUMES, Karla Rosário. Estudos Sobre Migrações: Desafios Diversidades e Evoluções. **Leopoldianum**, ano 39, n. 107/108/109, 2013, pp. 13-30.

BRASIL. Departamento Consular. **Comunidade Brasileira no Exterior**. Estimativas Referentes ao Ano de 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/porta-consular/arquivos/ComunidadeBrasileira2020.pdf>>. Acesso em 15 de maio de 2024.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2008.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOURDIEU, P. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). Pierre Bourdieu: **escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998. pp. 65-69.

BRUMES, Karla Rosário. Estudos Sobre Migrações: Desafios, Diversidades e Evoluções. **LEOPOLDIANUM**, ano 39, n. 107/108/109, 2013, pp. 13-30.

CAMPOS, Emerson César de. Quantos Brasis cabem nos Estados Unidos? Comunidade, territórios e transnacionalismo entre brasileiros nos Estados Unidos. In: COSTA, Cléria Botelho da; RIBEIRO, Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante. **Fronteiras Móveis: Territorialidades, Migrações**. 1.edição. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2016. pp. 127-144.

CAMPOS, Marden Barbosa de. A Dimensão Espacial das Redes Migratórias. **Redes** (St. Cruz Sul, Online), v. 20, nº 3, pp. 14-30, 2015, set./dez.

CARENS, JOSEPH H. **The Ethics of Immigration**. University Oxford, Nova York, 2013.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. (A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura), vol. 1. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTLES, Stephen. **Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios**: dos trabalhadores convidados às migrações globais. Lisboa: Fim de Século, 2005.

CASTLES, S. How Nation-States respond to immigration and ethnic diversity? In: **New Community**, v. 21, n. 3, 1995, pp. 193-208.

CASTLES, S. Migration and community formation under conditions of globalization. In: **International Migration Review**, v. 36, n. 4, 2002, pp. 1143-1168.

CASTRO, Alanni de Lacerda Barbosa de; LIMA, Álvaro Eduardo de Castro e. **Brasileiros nos Estados Unidos: meio século (re)fazendo a América** (1960-2010). Brasília: FUNAG, 2017.

COLL, C.; MONEREO, C. **Psicologia da Educação Virtual**: Aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro; MOREIRA, Maria Faia Rafael. Novas Formas de Comunicação: história do *Facebook* – uma história necessariamente breve. **ALCEU**, v. 14, n. 28, jan./jun. 2014, pp. 168-187.

CRUZ, Cristiano. Tecnologia Social: fundamentações, desafios, urgência e legitimidade. (**Tese de Doutorado**) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017. 284 f.

CRUZ, Paulo Marcio; PIFFER, Carla. Transnacionalidade, Migrações Transnacionais e os Direitos dos Trabalhadores Migrantes. **Revista do Direito**. Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 53, p. 51-66, 2017, set./dez.

DAGNINO, R. P. Tecnologia Social e seus Desafios. In: FBB. **Tecnologia Social**: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

DAGNINO, Renato P. (Org). **Tecnologia social**: ferramenta para construir outra sociedade. 2. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Komedi, 2010.

DAGNINO, R. A tecnologia social e seus desafios. In: Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas [online]. Campina Grande: **EDUEPB**, 2014, pp. 19-34. ISBN 978-85-7879-327-2. Available from *SciELO Books* disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em 12 de outubro de 2021.

DAGNINO, Renato. **Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas**. Campina Grande, PB: EDUEP, 2014.

DAGNINO, Renato. Tecnologia Social: base conceitual. **Revista do Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina**. v. 1, n. 1, julho de 2011. pp. 1-13.

ENNES, Marcelo; GOES, Allisson; SOUZA, Marcelo. Mecanismos de Solidariedade Étnica/Nacional e Imigração: Chineses e Sul Coreanos em Aracaju, Brasil. **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 27.1, jan./jul., pp. 90-113, 2020.

FARIA, Maria Rita Fontes. **Migrações internacionais no plano multilateral: reflexões para a política externa brasileira**. Brasília: FUNAG, 2015.

FEENBERG, A. Marxism and the critique of social rationality: from surplus value to the politics of technology. **Cambridge Journal of Economics**, n. 34, 2009, pp. 1-13.

FEENBERG, A. **Alternative Modernity**. Califórnia: University of California Press, 1999.

FEENBERG, A. **Transforming Technology**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

FERRAZ, C. P. A etnografia digital e os fundamentos da antropologia para estudos em redes on-line. **Aurora: revista de arte, mídia e política**, 12(35), 2019, pp. 46-69.

FERREIRA, Manuela Fernanda Gonçalves; RI, Luciene Dal. A Nova Regulação Migratória no Brasil: Da Afirmação de Direitos À Incoerência Normativa. In: **Imigração e Cidadania: Uma Releitura de Institutos Jurídicos Clássicos a Partir do Modelo Europeu**. Pp. 86-105, 2018.

FIALHO, Joaquim; SARAGOÇA, José; SILVA, Carlos Alberto da. Análise de redes sociais e Sociologia da Ação. Pressupostos teórico-metodológicos, **Revista Angolana de Sociologia**, n. 11, pp. 90-106, 2013.

FIRMEZA, George Torquato. **Brasileiros no Exterior**. Brasília: FUNAG, 2007.

FRANCISCO, Elton. Famílias Transnacionais de Origem Mineira: trajetórias, experiências e estratégias de vidas que cruzam fronteiras nacionais (1984-2014). (**Tese de doutorado**) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, SC, 2016. 283 p.

FREITAS, Carlos Cesar Garcia. Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável: um estudo sob a ótica da adequação sociotécnica. (**Tese de doutorado**) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Pós-Graduação em Administração, 2012.

GALLI, Rosemary. Imigrantes Brasileiros Nos Estados Unidos: Imperialismo Cultural E Classe Social. **Revista Tensões Mundiais**, jul/dez, 2018, pp.294- 301.

GARCIA, Loreley. Mulheres Transnacionais. **Imagário – USP**. vol. 13, no 14, 2007, pp. 379-398.

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GLICK-SCHILLER, Nina. Nuevas y viejas cuestiones sobre localidad: teorizar la migración transnacional en un mundo neoliberal. **In:** SOLÉ, Carlota; PARELLA, Sònia; CAVALCANTI, Leonardo (Org.). **Nuevos retos del transnacionalismo en el estudio de las migraciones**. Madrid: Ministerio de Trabajo e inmigración, 2008. Disponível em: https://ddd.uab.cat/pub/lilibres/2008/217042/nueretra_a2008iSPA.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2022, pp. 23-45.

GLICK-SCHILLER, Nina; BASCH, Linda; SZANTON BLANC, Cristina. De imigrante a transmigrante: teorizando a migração transnacional. **Cadernos CERU**, São Paulo, série 2, v.30, n.1, jun. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/158717/153713>. Acesso em: 08 de março de 2024, p. 349-394.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Editora Sabotagem, 2004.

GODECHOT, Olivier. Interpretar as Redes Sociais. In: PAUGAM, *Serge* (coord.). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

HILLER, Harry H.; FRANZ, Tara M. **New ties, old ties and lost ties: the use of the internet in diaspora**, *New Media & Society*, 6 (6), 2004, pp. 731-752.

HINE, C. **Virtual Methods and the Sociology of Cyber-Social-Scientific Knowledge**. Oxford: Berg, 2005.

HOBSBAWM, E. **Nations and nationalism since 1780: programme, myth, reality**. 2.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ISMAEL, Vinícius de Paula; NASCIMENTO, Ramon Spironello do; ROSALIN, João Paulo. Contribuições da Abordagem Marxista da Mobilidade da Força de Trabalho para o Estudo da Geografia Histórica das Migrações no Brasil. **Revista Geoaraguaia**. v. 11, n.2, dez-2021, pp. 147-165.

JARDIM, Denise F. **Imigrantes ou Refugiados? Tecnologias de Controle e as Fronteiras**. Paco Editorial, 2017.

LATOUR, Bruno. **A esperança de pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos**. São Paulo: EDUSC, 2001.

LATOUR, Bruno. 2004. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. **In:** André Parente (org.). **Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação**. (Trad. Marcela Mortara) Porto Alegre: Sulina, pp.39-63.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1994a.

LATOURE, Bruno. On technical mediation - philosophy, sociology, genealogy. **Common Knowledge**, v. 3, n. 2, 1994b, pp. 29-64.

LEE, Everett S. **A theory of migration**. Demography, 1966. Pp. 47-57.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. (Trad. Carlos Irineu da Costa). São Paulo: Editora 34, 2009.

LIMA, Alvaro, (2010). **Living Here and There: How Immigrants are Creating Transnational Social Spaces that Transform Communities and Nations**. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/alvaroelima/living-here-and-there1>>. Acesso em 18 de maio de 2023.

LIMA, Alvaro; PLASTRIK, Pete. **A Profile of Brazilian Remitters in Massachusetts**. Boston, Massachusetts. 2007.

LÓPEZ CERREZO, J. A. Ciência, Tecnologia e Sociedade: o estado da arte na Europa e nos Estados Unidos. In: SANTOS, L. W. dos et. al. (orgs.). **Ciência, Tecnologia e Sociedade: o desafio da integração**. Londrina: IAPAR, 2002. pp. 3-39.

LUPTON, D. **Digital Sociology**. London: Routledge, 2015.

MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. História Oral e Imigração: A identidade dos brasileiros nos EUA a partir de obras de ficção escrita. Ensaio não publicado, 2001. In: TOSTA, A.L.A. **Between Heaven and Hell: Perceptions of Brazil and the United States in Brazilian Literature**. Hispania, Estados Unidos, v. 88, n.4, p. 713-725, 2005. Tradução nossa. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20063175>. Acesso em: 07 de junho de 2023.

MARRES, N. **Digital Sociology: the Reinvention of Social Research**. Malden: Polity Press, 2017.

MASSEY, Douglas S. et al. Theories of international migration: a review and appraisal. **Population and Development Review**. New York, v.19, n3, 1993, p.431-466.

MASSEY, D. S. From immigration restriction to immigration management. **UN Chronicle**, 50(3), 2013, pp. 16-17.

MASSEY, D. S., Durand, J., & Pren, K. A. Explaining undocumented migration to the U.S. **International Migration Review**, 48(4), 2014, 1028–1061.

MARTINS, T. M. O.; MAMEDE-NEVES, M.A.C. **As mídias na e além da sala de aula**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de Educação, 2011.

MONDARDO, Marcos Leandro; SAQUET, Marcos. A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 11, n. 13, p. 118-127, 2008, jul./dez.

MORAES, Leonardo Segura. A Ideia de Nação e a Comunidade Imaginada Brasileira em Caio Pardo Jr e Florestan Fernandes. **Rev. Cadernos de Campo**, n. 24, p. 209-230, 2018, jan./jun.

NASCIMENTO, Leonardo F. **Sociologia Digital: uma breve introdução**. Salvador: EDUFBA, 2020.

OLIVEIRA, André Luiz Santos. Imigrantes *Overclass*: imigrantes empreendedores italianos no norte e nordeste brasileiro no começo do século XXI. **Tese de Doutorado** – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2023. 253 f.

OREIRO, Mariana Werneck. Distantes e Engajados: a participação política digital dos transmigrantes brasileiros em Lisboa. Instituto Universitário de Lisboa (**Dissertação de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologia da Informação**). 2020, p. 57.

PELIANO, José Carlos. **Acumulação de trabalho e mobilidade do capital**. Brasília: UNB, 1990.

PORTES, Alejandro – Economic sociology and the sociology of immigration: a conceptual overview, in PORTES, Alejandro (ed.), **The economic sociology of immigration – essays on networks, ethnicity and entrepreneurship**, NY, Russell Sage Foundation, 1995, pp. 1-41.

PORTES, A. For the Second Generation, One Step at a Time. In: T. Jacoby (ed.), *Reinventing the Melting Pot*. **New York: Basic Books**, 2003, pp. 125-136.

PORTES, Alejandro; HALLER, W.J.; GUARNIZO, L.E., “Transnational Entrepreneurs: An Alternative Form of Immigration Adaptation”, **American Sociological Review**, n. 67, 2002, pp. 278-298.

PORTES, Alejandro. The Debates and Significance of Immigrant Transnationalism”. **Global Networks**, vol. 1, 2001, pp. 181-193.

PORTES, Alejandro – Modes of structural incorporation and present theories of labor immigration, in KRITZ, M. et al. (eds.), *Global trends in migration*, New York, **Center for Migration Studies**, 1981.

PORTES, Alejandro. Convergências Teóricas e Dados Empíricos no Estudo do Transnacionalismo Imigrante. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. N. 69 [online], outubro de 2012, pp. 73-93.

PORTES, Alejandro; RUMBAUT, Rubén B. **Immigrant America: a Portrait**. Oakland (CA): University of California Press, 2014.

PORTES, A.; RUMBAUT, R. G. **Immigrant America: a portrait**. Univ of California Press, 2006.

PORTES, A. Capital Social: suas origens e aplicações na Sociologia moderna. **Revisão Anual de Sociologia**, n. 24, 1998, pp. 1-24.

PORTES, A. “Tensions that Make a Difference: Institutions, Interests, and the Immigrant Drive”. **Sociological Forum**, Vol. 27, setembro, 2012, pp. 563-578.

PRIOR, N.; ORTON-JOHNSON, K. **Digital Sociology: critical Perspectives**. London: Palgrave Macmillan, 2013.

PROZZEBON, Marlei; SOUZA, Ana Clara Aparecida Alves de Souza. Práticas e Mecanismos de uma Tecnologia Social: proposição de um modelo a partir de uma experiência no semiárido. **Revista Organizações & Sociedade**, 2020, 27 (93), pp. 231-254.

RAMÍREZ, Dinâmicas Transnacionais em Tempos de Internet: Jovens, Mobilização e Apropriação do Facebook na Colômbia e no Brasil. **DESIDADES**, n. 12, ano 4, setembro de 2016, pp. 01-16.

REIS, Rossana Rocha. Immigration Crisis? Human Rights and Security Concerns in the Making of Migration Policies. **REMHU**, vol. 16, n. 31, 2008, pp. 83-96.

RENAN, E. O que é uma nação? **Revista Aulas**, Campinas, v. 2, n. 2, 2006, pp. 1-21.

RESSTEL, CCFP. Transnacionalismo. In: **Desamparo psíquico nos filhos de dekasseguis no retorno ao Brasil** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 53-78.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Condição Transnacionalidade. **Série Antropologia**, Brasília, v. 223, p.1-34, 1997. Disponível em: < <http://www.dan.unb.br/pt/images/doc/Serie223empdf.pdf>>. Acesso em: 10 de abril de 2023.

SAGGAR, Shamit. “Follow my lead, the role of politics in shaping the debate on labour migration”. In: **Policy Network**. 2008. Disponível em: <www.policy-network.net>. Acesso em 28 de maio de 2022.

SANTAELLA, Lúcia. **A ecologia pluralista da comunicação**: conectividade, mobilidade, ubiquidade. São Paulo: Paulus, 2010.

SANTAELLA, Lúcia. **Comunicação ubíqua**: repercussões na cultura e na educação. São Paulo: Paulus, 2013.

SANTOS, Fernanda Marsaro dos. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. Resenha de: [BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011, p. 229. **Revista Eletrônica de Educação**. São Carlos, SP: UFSCar, v.6, no. 1, p.383-387, mai. 2012.

SASSEN, Saskia. La movilidad del trabajo y del capital. Un estudio sobre la corriente internacional de la inversión y del trabajo. **Centro de publicaciones del Ministerio de Trabajo y Seguridad Social**, 1993.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da Globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SASSEN, S. **Brutality and Complexity in the Global Economy**. Cambridge: Harvard, 2014.

SASSEN, Saskia. A Massive Loss of Habitat: New Drivers for Migration.. Expulsions: Brutality and Complexity in the Global Economy. **Sociology of Development, forthcoming**. Cambridge, Mass: Harvard University Press/Belknap, 2014.

SASSEN, Saskia. A Savage Sorting of Winners and Losers: Contemporary Versions of Primitive Accumulation. **Globalizations**, n. 7, mar.-jun., de 2010, pp. 23-50.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração: ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da USP, 1998.

SELWYN, N. **What is Digital Sociology?** Cambridge: Polity Press, 2019.

SIQUEIRA, S. “**O Sonho Frustrado e o Sonho Realizado: As Duas Faces da Migração para os EUA**”. *New World New Worlds*. 2007.

TAYLOR, J. Edward. **The New Economics of Labour Migration and the Role of Remittances in the Migration Process**. University of California, 1999.

TENÓRIO, Fernando G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, set./out., 1998, pp. 7-23.

THOMAS, H. Tecnologías para la inclusión social y políticas públicas en América Latina. In: A. Otterloo (Ed.), **Tecnologias sociais: Caminhos para a sustentabilidade**. Brasília, DF: Rede de Tecnologia Social, 2009, pp. 25-81.

TODARO, M. P. Internal migration in developing countries a review of theory, evidence, methodology and research priorities. Washington, DC: **International Labour Office**, 1976.

TOSTA, Antônio Luciano de Andrade. American Dream, Jeitinho Brasileiro: On the Crossroads of Cultural Identities in BrazilianAmerican Literature. In: **Carlota Caulfield; Darién Davis**. (Org.). *Companion to Latino Literature in the United States*. 1ed. Londres: Boydell & Brewer, 2007, v. 1, p. 140-157. Tradução nossa.

TOSTA, Antônio Luciano de Andrade. The Other as Self or Other? Latinidade and the Politics of Identification in Bazuca Novels. **Gávea-Brown**, 2013, p. 301-322.

VALENTE, Jonas. Tecnologia, Informação e Poder: das plataformas online aos monopólios digitais. Brasília, **(Tese de Doutorado)** - Curso de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília. 2019. 400f.

YIN; R.K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman; 2015.

ANEXO I

Comunidades Virtuais Inclusas na Pesquisa				
Tipo do Grupo	Membros	Link de Acesso	Tipo da Comunidade Segundo a Plataforma	Nome da Comunidade
1	64.820	https://www.facebook.com/groups/664917573648778/about	Pública	Brasileiros em New Jersey (E.U.A)
2	21.866	https://www.facebook.com/groups/4432426543450602	Pública	Brasileiros nos Estados Unidos
3	17.894	https://www.facebook.com/groups/3760732817374489	Pública	Brasileiros no Texas
4	12.567	https://www.facebook.com/groups/brasileirosnosestadosunidos	Pública	Brasileiros nos Estados Unidos
5	15.771	https://www.facebook.com/groups/232141326858492/members	Privada – com autorização	Brasileiros nos Estados Unidos
6	48.000	https://www.facebook.com/groups/1194635470553506	Pública	Brasileiros em Newark (NJ)
7	53.107	https://www.facebook.com/groups/463539055025502	Pública	Brasileiros na Flórida
8	82.743	https://www.facebook.com/groups/BazarBostonOriginal	Pública	Brasileiros em Boston
9	21.163	https://www.facebook.com/groups/russileiro	Pública	Brasileiros em Miami
10	22.311	https://www.facebook.com/groups/1944016105706241	Pública	Classificados Brasileiros em Orlando
11	75.314	https://www.facebook.com/groups/822256928527291	Pública	Latinos en Estados Unidos
12	51.865	https://www.facebook.com/groups/2047607555454509/members	Pública	Brasileiros Unidos em Massachusetts

Quadro 12: Comunidades virtuais pesquisadas.

Fonte: Autor, 2024.

Foram localizadas 28 *comunidades virtuais*. Desse total, as 12 listadas acima foram as selecionadas para a pesquisa, após observação preliminar, quando constatei “maior movimentação” em nível de postagens e interações, além de apresentar comportamento próximo e/ou afim ao tipo de conteúdo postado. Dessa forma, o “perfil coletivo” justifica a utilização do método Estudo de Casos Múltiplos.

Quando a ordem de classificação das *comunidades virtuais* (1 a 12) elencada no quadro acima, a enumeração corresponde ao aceite de participação em cada comunidade, conforme a autorização dos administradores, de modo que não existiu grau prioritário de pesquisa/importância entre as comunidades durante o estudo.

ANEXO II

Conteúdos mais Discutidas nas Comunidades			
Classificação	Categorias	Abrangências da Categoria	%
1º	Trabalho	busca por trabalho, publicação de oportunidade de trabalho.	25%
2º	Língua inglesa	oferta de curso por professores brasileiros, que residem nos EUA e no Brasil.	18%
3º	Empreendedorismo	brasileiros empregados e brasileiros empreendedores ofertando os produtos/serviços à comunidade, inclusive, de origem brasileira.	16%
4º	Legislação da Imigração	busca por informações sobre o processo imigratório, direitos e deveres do imigrante, procura por coioite, vistos, turismo, documentação, <i>Green Card</i> .	10%
5º	Psicologia/Terapia	busca por apoio psicológico, terapêutico, com profissionais brasileiros residentes no Brasil e nos Estados Unidos.	8%
6º	Compra/venda de imóveis	no brasil e nos Estados Unidos.	7%
7º	Compra/venda de Veículos	oferta de compra, venda, aluguel de veículos.	6%
8º	Pedido de Ajuda	de alimentos, remédios, doações.	5%
9º	Seguro de Vida e Aposentadoria	oferta das instituições credenciadas.	3%
10º	Religião	canais de transmissão, divulgação de locais e datas de culto.	2%

Quadro 13: Categorias com maior grau de discussão nas comunidades virtuais.

Fonte: Autor, 2024.

As informações do quadro acima são resultantes da pesquisa com as 12 *comunidades virtuais* (vide anexo I), realizada de 12 de maio de 2023 a 20 de maio de 2024, com base no total de 6.200 postagens identificadas no campo “discussão”.